UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CONSERVAÇÃO NO CERRADO, TERRITÓRIO, POLÍTICA PÚBLICA
- Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu –

Nilo Lima
(Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro.

São Paulo, 2008.

Dedicatória

Dedico à Renata de Brito Salles que carrega quem virá.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Wagner Costa Ribeiro pela oportunidade de realização da pesquisa me aceitando como seu aluno de doutorado no desafio da pesquisa sobre as questões ambientais.

Aos amigos e colegas Gil Rodrigues, Lia Bittar, Fredson Cabral, Sidivan Resende e Heitor Paladim e José S. Sobrinho que participaram diretamente para a realização desta pesquisa.

Aos meus alunos de Geografia da Faculdade Ceiva de Januária-MG e aos meus colegas professores daquele segundo semestre de 2006.

A Renata de Brito Salles pela crucial e competente colaboração na projeção e organização da etapa de geoprocessamento utilizada nesta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa Geografia Política e Meio Ambiente. Estuda a problemática ambiental que envolve relações com política territorial. Como tal, discute questões de acesso, controle e uso dos recursos naturais no bioma do Cerrado do Norte de Minas Gerais à margem esquerda do rio São Francisco sob o pressuposto de que a distribuição política dos recursos não corresponde à distribuição natural gerando situações de conflito, de impacto e destruição. A política territorial e ambiental proposta para a área de estudo é a implantação do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu que se constitui em política pública ambiental determinada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação como forma de arranjo territorial e ambiental para o caso de conjunto de unidades de conservação em proximidade regional. A estratégia adotada para implantação do Mosaico é o Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista que pode significar uma transformação na característica territorial e na sociedade da área de estudo.

PALAVRAS CHAVE: Território, Cerrado, Política Pública Ambiental, Biodiversidade.

ABSTRACT

This paper is inserted in the line of research on Political Geography and Environment. It concerns the environmental issue that involves relations with territorial policy. It discusses matters of access, such as the control and use of natural resources at Savanna biome in the north of Minas Gerais, on the left bank of River São Francisco, under the pretext of the political distribution of resources has no relation to the natural distribution. Due to this result, it creates situations of conflict, impact and destruction. The territorial and environmental policy proposed to the study area is the implementation of Patchwork Units of Conservation of Sertão Veredas-Peruaçu that constitutes itself in environmental public policy determined by the National System of Units of Conservation as a way of territorial and environmental arrangement to the case of Units of Conservation in regional proximity. The adopted strategy to the implementation of the patchwork is the Territorial Development of Conservationist Basis which may concern a transformation in territorial characteristic and in the society of the study area.

KEYWORDS: Territory, Cerrado, Environment Policy, Biodiversity

INTRODUÇÃO I

1. TERRITÓRIO E POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL 01

1.1 Geografia política e meio ambiente 02

1.2. Do meio ambiente à geografia política 11

1.3. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e suas definições de interesse para a Geografia Política 19

1.4.Meio Ambiente, Ordem Ambiental Internacional e Políticas Públicas: a dinâmica de internalização. 35

1.5. A Biodiversidade, os Recursos e o Poder 55

2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE DE MINAS: UMA CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 64

2.1. Horizontes geográficos 66

2.2. Sentidos de uma reconstituição sob a História e a Geografia 83

2.3. O processo de ocupação e formação regional 87

3. O TERRITÓRIO, A POLÍTICA PÚBLICA, OS RECURSOS: O NORTE DE MINAS GERAIS CONTEMPORÂNEO E SUAS APROPRIAÇÕES 126

3.1 Instituições modernizadoras no Vale do São Francisco: intensiva exploração dos recursos naturais. 130

3.2 As instituições e 'categorizações ambientais': o meio ambiente em evidência 151

3.3. Instituições da política Ambiental no Estado de Minas Gerais 167

4. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA COMO ESTRATÉGIA DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU 206

4.1. O Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu 207

4.2. Território, Conceitos Ambientais e Política Territorial 221

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 244

SESSÃO ICONOGRÁFICA PORTAS DO SERTÃO

SESSÃO ICONOGRÁFICA JANUÁRIA

SESSÃO ICONOGRÁFICA APA PANDEIROS E PARNA CAVERNAS DO PERUAÇU
SESSÃO ICONOGRÁFICA RIO SÃO FRANCISCO

BIBLIOGRAFIA

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 01: Mapa Mosaico de UC's Sertão Veredas Peruaçu V
LEGENDA DA FIGURA 01 VI
FIGURA 02: Mapa Hidrogeografia –Microrregião de Januária-MG VII
FIGURA 03: Linhas de Pesquisa do Grupo Geografia Política e Meio Ambiente/CNPq (Diretório dos Grupos de Pesquisa) IX
FIGURA 04: Diagrama da Biodiversidade 17

FIGURA 05: Modelo de Zoneamento Territorial de Reservas da Biosfera 35

FIGURA 06: Legenda Figuras 07 e 08 70

FIGURA 07: Croqui Geografia Imemorial nas Terras do Sertão 71

FIGURA 08: Croqui Geografia Imemorial nas Terras do Sertão (Escala Maior) 72

FIGURA 09: Habitante na Região da APA – Pandeiros, Margem Esquerda do Rio São Francisco, Norte de MG, em 2006. 73
FIGURA 10: Habitante na Região da APA – Pandeiros, Margem Esquerda do Rio São Francisco, Norte de MG, em 2006. 73

FIGURA 11: Mapa de Variação Climática em Minas Gerais 81

FIGURA 12: Isoietas Baseadas nos Valores Médios de Precipitação: Bacia do São Francisco entre 1961 e 1990 82
FIGURA 13: Croqui Sesmarias Coloniais Casa da Ponte e Casa da Torre 95

FIGURA 14: Mapa Ciclo da Borracha 107

FIGURA 15: Mapa Ficção Geográfica e Oportunidade Territorial 111

FIGURA 16: Mapa Redefinições no Polígono da Seca 116

FIGURA 17: Destaque do Mapa de Recursos Vegetais 131

FIGURA 18: Legenda do Mapa de Recursos Vegetais 132

FIGURA 19: Indicação de Potencial Lenheiro em Faixas da Área de Mata Ciliar do Rio São Francisco 133
FIGURA 20: Presença de Arruamentos para Maciços Verticais Homogêneos em Áreas Norte Mineiras 144
FIGURA 21: Áreas de Apropriação de Recursos para a Concentração Siderúrgica 145

FIGURA 22: Mapa de Vegetação – Microrregião de Januária – Norte de Minas e Entorno 146
FIGURA 23: Mapa de Hipsometria – Microrregião de Januária – Norte de Minas e Entorno 147
FIGURA 24: Mapa Disparidades e Desigualdades no Território – Estado de Minas Gerais 148
FIGURA 25: Relação entre Malha Viária e Mosaico de Municípios em Parte do Estado de Minas Gerais 149

FIGURA 26: Malha Viária em Parte do Território Brasileiro e a Microrregião de Januária-MG 150
FIGURA 27: Temas Abordados pela ANA para a Bacia do São Francisco 159

FIGURA 28: Temas Abordados pela ANA para a Bacia do São Francisco 160

FIGURA 29: Temas Abordados pela ANA para a Bacia do São Francisco 161

FIGURA 30: Imagem de Satélite – Rio Pandeiros –MG e Usina "Cemig Rio Pandeiros" 163
FIGURA 31: Destruição da Biodiversidade 166

SESSÃO ICONOGRÁFICA VEREDAS 176

FIGURA 32: Aumento no Volume de Água no Rio dos Cochos - Januária-MG 188

FIGURA 33: Etapas e Finalidades de uma Barraginha. Rio dos Cochos, Januária-MG. 189
FIGURA 34: Ilustração e Fotografias sobre Lagoas Marginais 195

FIGURA 35: Várias ocorrências de Lagoas Marginais e Áreas de Inundação na Bacia do Médio São Francisco 196
FIGURA 36: Sub-Bacias na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 205

FIGURA 37: Primeira Delimitação do Território do M_SVP. 210

FIGURA 38: Atual Delimitação do Território do M_SVP. 210

FIGURA 39: Incidências de Turismo e Extrativismo do M_SVP. 213

FIGURA 40: Resultados Alcançados e Produtos do Projeto M_SVP. 216

FIGURA 41: Ficha de Informações sobre Gestão de Unidades de Conservação no M_SVP 219
FIGURA 42: Mensagem de Correio Eletrônico M_SVP. 222

FIGURA 43: Mensagem de Correio Eletrônico M_SVP. 227

FIGURA 44: Mensagem Entre Membros do Grupo WEB M_SVP. 235

FIGURA 45: Modelo de Dinâmica de Formação do Mosaico de Municípios no Território Brasileiro 241

SESSÃO ICONOGRÁFICA PORTAS DO SERTÃO (após Considerações Finais)

SESSÃO ICONOGRÁFICA JANUÁRIA (após Considerações Finais)

SESSÃO ICONOGRÁFICA APA PANDEIROS E PARNA CAVERNAS DO PERUAÇU (após Considerações Finais)
SESSÃO ICONOGRÁFICA RIO SÃO FRANCISCO (após Considerações Finais)

INDICE DE TABELAS

TABELA 01 48

TABELA 02 49

TABELA 03 157

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APA - Área de Proteção Ambiental

CEAM – Coordenadoria de Educação Ambiental

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

DTBC – Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista

DUSM – Departamento do Uso do Solo Metropolitano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA – Instituto Sócio Ambiental

M_SVP - Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu

PARNA – Parque Nacional

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS – Refúgio da Vida Silvestre

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

INTRODUÇÃO

Considerado país megadiverso e tendo abrigado a CNUMAD (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento/1992/Rio de Janeiro), o Brasil foi se transformando em um país que passou a demandar políticas de conservação e sustentabilidade. Estas políticas vêm recebendo os mais diversos conceitos e concepções, muitas das quais vinculadas a políticas de cunho territorial tais como 'planos de manejo', 'gestão ambiental', 'gestão de bacias hidrográficas', 'manejo comunitário' de recursos naturais, conservação *in situ*, zonas de amortecimento, corredores ecológicos, zoneamentos ecológicos-econômicos, desenvolvimento territorial de base conservacionista (DTBC), dentre outros.

Os atributos ambientais muitas vezes direcionam as especificidades e particularidades das políticas de conservação. Esta pesquisa, trata, neste sentido, de problemas de conservação e sustentabilidade no Cerrado, um bioma complexo do qual ainda se traduz em pouco conhecimento e atenção por grande parte da sociedade nacional, e cuja História e Geografia é marcada por impactos seculares e, sobretudo, impactos ampliados e acelerados nos últimos decênios. Em virtude destas problemáticas se estabelecem as **questões** sobre a conservação e sustentabilidade em relação à biodiversidade e outros

atributos de recursos naturais, bem como em relação à diversidade cultural das populações residentes nestas áreas.

A abordagem proposta inicialmente a partir dos questionamentos sobre conservação e sustentabilidade, apontou para uma discussão na linha de pesquisa *geografia política e meio ambiente*. Como tal, nossa pretensão era em termos gerais apresentar uma avaliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) confrontada com políticas territoriais abrangentes como a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) sob a ótica da Geografia.

Observamos, entretanto, que o SNUC em si mesmo se configura como uma dimensão de uma política nacional de ordenamento territorial. No entanto, os últimos anos das práticas do aparelho estatal têm demonstrado que, no rigor dos termos, o SNUC é privilegiadamente assunto do Ministério do Meio Ambiente e instituições correlatas em todos os níveis de governo no território brasileiro. Já a PNOT tem sido privilegiada no Ministério da Integração Nacional o que revela uma tendência de setorização destas dimensões configurando dificuldades metodológicas de análise das políticas publicas ambientais se mantivéssemos como foco privilegiado da pesquisa a confrontação geral SNUC versus PNOT. A constatação acima nos levou a uma readequação da abordagem, uma vez considerado o pressuposto que o SNUC contém

em seu programa-projeto a dimensão da política territorial[1]. Este pressuposto requer explicitação e análise já que surge destas a possibilidade de contribuir para o debate no sentido da política pública ambiental.

Surgem então as **questões** a partir deste redirecionamento: onde se reconhece e se identifica a problemática da política territorial no âmbito do SNUC? Qual o sentido de território de que estamos falando? Que caminhos de participação podem ser propostos à sociedade na construção das políticas públicas ambientais sustentáveis a partir de referências da Geografia? Qual a contribuição em relação a políticas territoriais de conservação dos recursos em ambiente de cerrado e sertão?

É reconhecido que a Geografia Política contém uma dimensão de ciência aplicada: os estudos estratégicos, por exemplo, são comuns a esta disciplina. É recorrente, portanto, que haja uma **base territorial** motivadora até do debate teórico. É nesta base que ocorre a relação social, o recorte territorial sobre o qual se debruça a pesquisa.

O *Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu* (Mosaico_SVP) se configura um recorte territorial e um recorte de

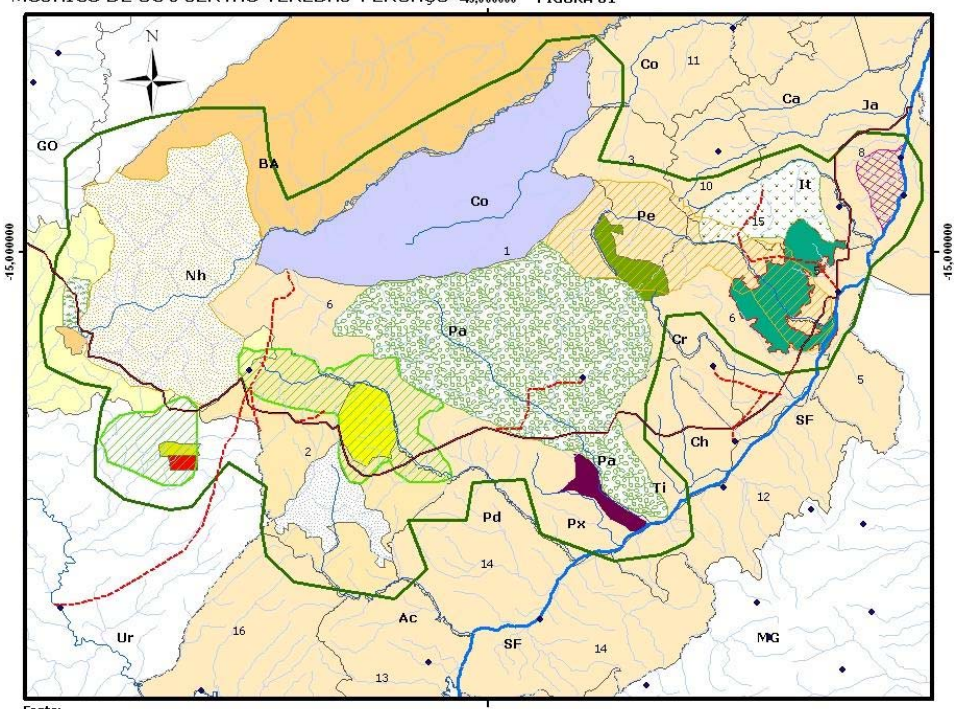
[1] Rogério HAESBAERT (2004:25) aponta para essa relação: [...] não faltam processos que reenfatizam uma base geográfica, material, a começar pelos que envolvem questões ecológicas (desflorestamento, erosão, poluição, efeito estufa) e de acesso a novos recursos naturais (como aqueles ligados à biodiversidade) [...]

pesquisa que abrange em sua particularidade processos de política pública ambiental, sendo ao mesmo tempo um programa fundamental do SNUC como projeto e ordenamento legal e ordenamento territorial. É ao mesmo tempo um Mosaico de Unidades de Conservação que apresenta em seus objetivos a aplicação da estratégia de *Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista* (DTBC) como alternativa de desenvolvimento a ser implementada, neste caso, em área do Cerrado e Sertão do Norte de Minas Gerais, abrangida pelo Polígono da Seca e regionalmente localizada à margem esquerda do rio São Francisco.

A Figura 01 a seguir representa a área do Mosaico_SVP contendo o recorte das Unidades de Conservação, os principais rios e os municípios envolvidos com a sobreposição da Microrregião de Januária.

Já a Figura 02 apresenta os destaques hidrogeográficos associados também à Microrregião de Januária e seus municípios estabelecidos em área da bacia hidrográfica do Médio São Francisco.

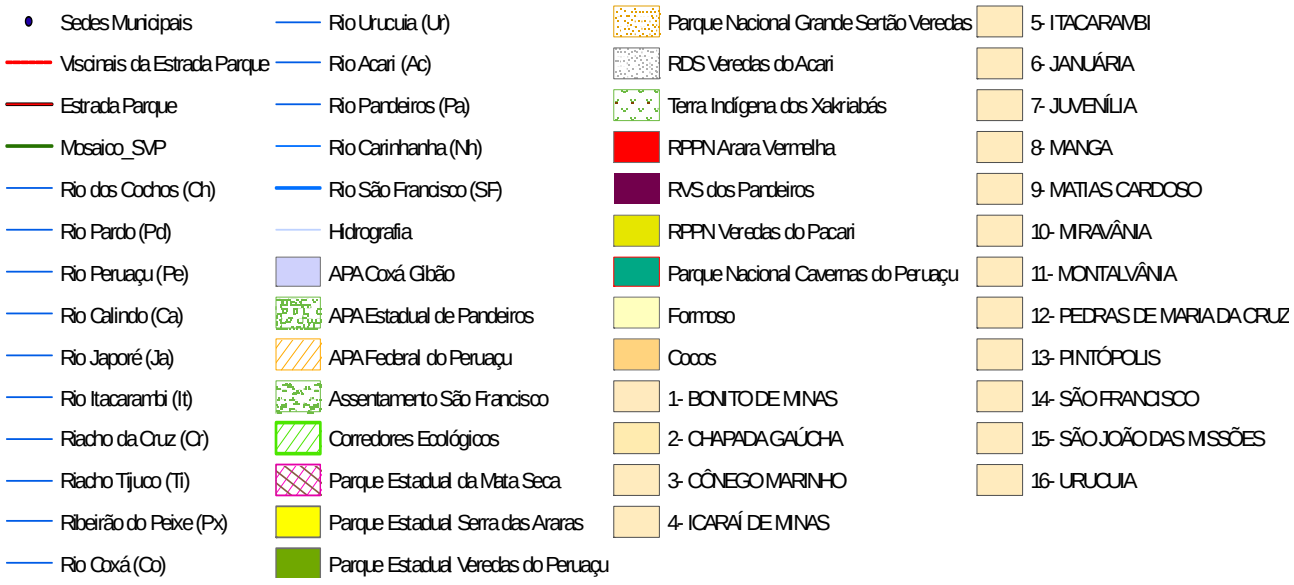
MOSAICO DE UC's SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU -45,000000 FIGURA 01



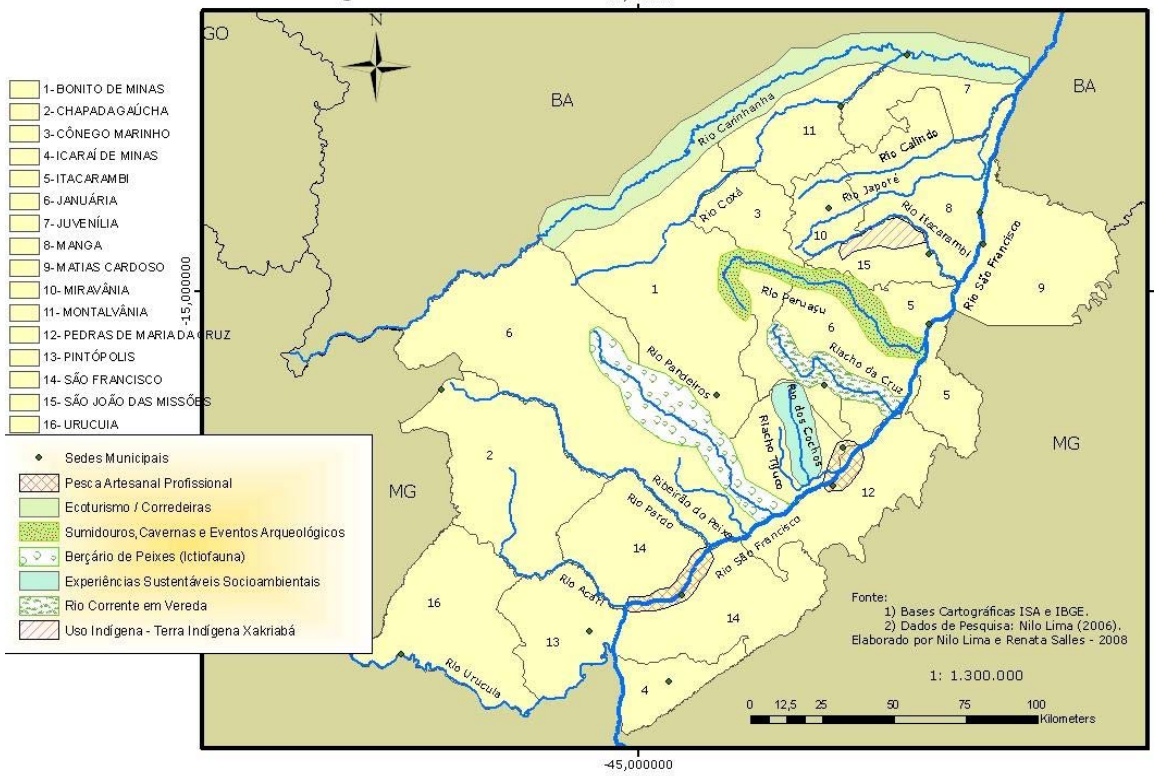
Fonte:
1) Bases Cartográficas ISA e IBGE.
2) Base Cartográfica do Mosaico_SVP: Nilo Lima (2008).
3) Bibliografia: Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial - RCO/ Projeto Mosaico_SVP/ Fundação Pró-Natureza - FUNATURA (26/12/05 a 31/08/07).
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008.

1: 1.150.000

FIGURA 01 (LEGENDA)



HIDROGEOGRAFIA - Microrregião de Januária - MG FIGURA 02



O enfoque que ora se apresenta neste trabalho não pretende a exaustão de possibilidades interpretativas no âmbito da Ciência Geográfica. Por certo não são poucas as possibilidades de interpretação dos fenômenos territoriais tanto dentro do sub-campo genérico *Geografia Política*[2] como também no que se entende por *Meio Ambiente*. Internamente, já há uma divisão praticada na Geografia e dentro desta nos encontramos sob a égide da Geografia Humana, um campo disciplinar no que se refere à Área de Concentração desta pesquisa.

Uma explicitação que apresente o movimento de construção de uma base teórico-metodológica é fundamental quando se trabalha em Ciências Humanas. Esta é uma dimensão do conhecimento em que se admite que até mesmo o sujeito pesquisador interfira com suas vivências nas escolhas e opções dos caminhos da pesquisa. Daí um aspecto da importância da explicitação para possibilitar a verificação da coerência dos argumentos.

No movimento, nada linear, ao longo da história das conformações teórico-metodológicas que se precipitaram no campo disciplinar geral da Geografia Humana admite-se nesta pesquisa que a abordagem

[2] Uma idéia geral e preliminar que procura dar conta da universalidade do processo de poder e espaço pode ser vista em Wanderley Messias da COSTA: "... Toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um espaço político e uma dada projeção territorializada das sua relações econômicas, sociais, culturais e políticas ..." (1992:27). Aqui é preciso entender que "leis gerais" e "pensamento universal" podem tornar-se armadilhas se tomados com fácil aceitação. As noções totalizadoras só fazem sentido com a historicidade dos processos.

privilegiada é um recorte, isto é, uma *relação* dentro do movimento geral da sociedade cuja interpretação está sujeita, inclusive, à filiação teórico-metodológica do pesquisador. Nesse sentido, o percurso institucional pode indicar elementos do percurso teórico. Esta explicitação é aqui realizada em conexão com a noção de *movimento geral da sociedade*, privilegiando aí dimensões da *Geografia Política* e do *Meio Ambiente*.

Em primeira instância, ingressamos no Grupo de Pesquisa Geografia Política e Meio Ambiente[3]. Este grupo de pesquisa tem seu registro e ano de formação em 2002, com a organização e liderança de Wagner Costa RIBEIRO, no CNPq. O temário que se apresenta está justaposto do seguinte modo:

FIGURA 03: LINHAS DE PESQUISA DO GRUPO GEOGRAFIA POLÍTICA E MEIO AMBIENTE/CNPQ (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA)

Linhas de pesquisa

- Cidade e ambiente
- Gestão dos recursos hídricos
- Ordem ambiental internacional
- Políticas públicas ambientais

FONTE: CNPQ (web) – Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, 2007.

[3] Grupo de Pesquisa inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPQ.

A proposta de sub-linha de pesquisa na qual este trabalho se insere é a de *políticas públicas ambientais*. No Grupo de Pesquisa, a apreensão geral e contextualização se fazem num plano em que há:

> [...] análise da regulação da ação humana em escala internacional e local à luz de três perspectivas: o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, que é empregado em documentos como o Protocolo de Kyoto; a ética do devir, necessária reflexão sobre **qual modelo adotar diante de uma base material restrita e uma expansão permanente da produção**[4]; e, por último, a segurança ambiental internacional [...] (CNPQ-web – Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, 2007)

Como se quer discutir a política pública ambiental, a análise da regulação da ação humana pode oferecer caminhos de *participação*, objetivo expresso desta pesquisa. E ainda se acrescenta a hipótese de que a repartição de acesso, controle, oportunidades e domínios são construídos em escalas que aqui se apresentam no sentido genérico de recortes territoriais. A respeito dos recursos, Wagner RIBEIRO (2004) indica que uma das fontes de conflito numa geografia política dos recursos está em que a distribuição natural não corresponde à distribuição política.

Isto nos indica que se particulariza o fenômeno geral da relação entre a *geografia política e o meio ambiente* com a mediação da Política Pública Ambiental. Trabalha-se neste escopo com a **hipótese** de que esta dimensão política tem em seu movimento claras políticas territoriais quando se aborda os processos mais particulares a partir do

[4] Grifos nossos.

SNUC, que como já dissemos se configura como uma política nacional de ordenamento territorial.

A perspectiva da política territorial ambiental – áreas de mananciais e florestas peri-urbanas em destaque - esteve presente durante trabalho que realizamos na CEAM[5] (Coordenadoria de Educação Ambiental) durante a primeira metade dos anos 90. Posteriormente esta mesma oportunidade foi retomada durante trabalho de apoio à fiscalização ambiental junto ao DUSM (Departamento do Uso do Solo Metropolitano)[6]. É de se notar que este pequeno período foi experimentado ainda no processo de discussão e criação do SNUC dentro do Congresso Nacional. Bem como eram ainda bastante recentes as repercussões da CNUMAD[7] (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro - 1992).

A reflexão com o temário da Geografia Política, por sua vez, fazia-se com certa simultaneidade na Universidade por ocasião de nossa participação no projeto Território Lugar e Poder que teve lugar no então Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial[8] e

[5] CEAM é órgão interno da estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SP. Fizemos parte da equipe como Estagiário de Geografia, entre 1993 e 1994. O foco de ação e reflexão estava voltado para as Áreas de Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

[6] DUSM é órgão interno da estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SP. Fizemos parte do apoio à fiscalização ambiental nas Áreas de Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

[7] Para uma discussão sobre a dimensão de Geografia Política que acompanha esta conferência ver: Wagner Costa RIBEIRO (2001:107-144).

[8] Do Departamento de Geografia da USP, em meados dos anos 90.

Ambiental. Em um outro centro do qual participamos também era repercutido o temário em questão: O Núcleo de Estudos Estratégicos[9], organizado num âmbito mais amplo das Ciências Humanas e Sociais.

Este contato inicial do percurso teórico metodológico do pesquisador seguramente influenciou escolhas dos momentos da pós-graduação[10]. Este período, como era de se esperar, abriu algumas novas perspectivas para o pesquisador dentro da relação *geografia política* e *meio ambiente*. De nossa participação neste momento destacamos dois seminários e alguns textos tocando nos temas Segurança Ambiental; Ordenamento Territorial; Meio Ambiente no Estado de São Paulo.[11]

Estas conjunturas de caminho profissional e de percurso teórico, bem como as oportunidades de contato num período contínuo de um

---

[9] Na ocasião este Núcleo tinha ligação mais forte com a Ciência Política. No entanto abrigava professores e estudantes-pesquisadores de várias outras áreas além do âmbito inclusive da FFLCH-USP.

[10] No mestrado, cursamos as disciplinas "Geografia Política: teorias sobre o território e o poder e sua aplicação à realidade contemporânea (Prof. Wanderley Messias da Costa)"; "Políticas de Espaço Público e Cidadania (Prof. Eduardo Yazigi)"; "A Reorganização do Espaço Geográfico na Fase Histórica Atual (prof. Milton Santos)"; "Raça e Identidade Nacional: invenções e reinvenções do Brasil contemporâneo (prof. Sérgio Guimarães)". No doutorado, como oportunidade de reflexão e debate, cursamos outra série de disciplinas: "Geografia Política e Meio Ambiente (prof. Wagner Costa Ribeiro)"; "Federalismo e Regionalismo Político no Brasil (Prof. André Roberto Martin)"; "Avaliação Prospectiva dos Territórios (Prof. Hérve Thièry) e o Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação Geografia-USP: "Evaluación de los Servicios Ambientales para la Captura del Carbono Atmosférico em Áreas Naturales Protegidas e su Interrelación com El Desarrolo Socioeconômico de la Region (profs. Sergio Franco Maass e Rafael Candeau Dufat da Universidade Autônoma del Estado de México)

[11] LIMA, Nilo – "Geografia Política, elementos de áreas protegidas e questões do processo de ordenamento territorial federal" (2005) e LIMA, Nilo – "Princípios e elementos de geografia política aplicados às questões ambientais" (2006).

semestre com nossa área de estudo nos levaram nesta pesquisa a perseguir alguns **objetivos**:

- Produzir debate, informação e conhecimento sobre uma parcela do bioma cerrado em área do grande sertão;
- Produzir debate, informação e conhecimento sobre uma porção regional do território brasileiro, o Norte de Minas Gerais na bacia do rio São Francisco, tendo como fundamento teórico a noção de formação territorial.
- Apresentar um ponto de vista, uma parcela de verdade, sobre a implementação de um mosaico de unidades de conservação considerado como política territorial ambiental;
- Discutir o conceito de política pública *em relação* à estruturação configurada por políticas territoriais.

Para tal, em termos **metodológicos**, esta pesquisa utilizou fontes secundárias como planos de instituições ambientais, documentos, processos políticos, além de bibliografia produzida e/ou arquivada na Universidade e de instituições regionais. Como fonte primária realizou-se um trabalho de campo de um semestre no Cerrado e Sertão do Norte de Minas Gerais que nos permitiu uma *pesquisa participante* neste momento e também o acompanhamento e participação do grupo de mensagem de correio eletrônico do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu desde a inauguração deste 'grupo' até o momento de finalização desta pesquisa. Muitos dos resultados parciais desta pesquisa nos permitiram confeccionar uma variedade de

mapas, croquis e registros fotográficos que acompanham os objetivos deste trabalho.

O capítulo 1- TERRITÓRIO E POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL- trata de discutir as relações sugeridas pela linha de pesquisa Geografia Política e Meio Ambiente privilegiando aí o debate sobre a política pública ambiental a partir do SNUC, bem como as relações de poder, acesso, controle e conservação da biodiversidade e recursos naturais.

O Capítulo 2 - FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE DE MINAS GERAIS: uma caracterização da área de estudo - percorre horizontes geográficos produzidos pela geografia histórica da região do Sertão nortemineiro. Estes *horizontes* estão presentes com freqüência tanto na literatura quanto na vida que cerca o entorno regional e a superfície da área que compreende o Projeto Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico_SVP) e configuram identidades com Geografia. Estes horizontes são confrontados ao processo de ocupação e formação regional para caracterizar à luz da formação territorial do lugar.

O Capítulo 3 - O TERRITÓRIO, A POLÍTICA PÚBLICA, OS RECURSOS: o Norte de Minas Gerais contemporâneo e suas apropriações – analisa os processos políticos territoriais das instituições modernizadoras como tentativa de captar os conceitos desenvolvimentistas que pautaram as ações dos últimos decênios

naquela região. Nesse sentido, buscamos também a relação modernizadora com as categorizações ambientais que vieram a surgir nas idéias e nas ações daqueles que de uma forma ou de outra atuam no Cerrado e Sertão nortemineiro configurando novos horizontes geográficos que permitiram a inserção das noções ambientais.

Por último, o Capítulo 4 – O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA COMO ESTRATÉGIA DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU, analisa os processos mais específicos de implantação deste mosaico considerando práticas, discursos e documentos produzidos pelos responsáveis mais diretos com essa política territorial ambiental e retoma, neste debate os fundamentos teóricos que serviram de base para as formulações de todo este trabalho de pesquisa.

Ao final, incorporamos as demais SESSÕES ICONOGRÁFICAS fruto principalmente do momento de trabalho de campo, como forma de permitir algum conhecimento de paisagens e processos atuais no Cerrado e Sertão do Norte de Minas Gerais.

1. TERRITÓRIO E POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL

1.1 Geografia política e meio ambiente

O debate permanente do âmbito da geografia política demonstra ter validez e pertinência o instrumental analítico fornecido por alguns conceitos que este sub-campo também se preocupou em modelar. Um destes conceitos é o de *território* entendido aqui como expressão da relação sociedade e espaço. Isto é, o território em si não esgota as possibilidades interpretativas. Estas possibilidades devem alcançar as apropriações do território como as de soberania, domínio, acesso, participação e em termos mais estritamente ambientais, isto é, políticas territoriais sobre *recursos* e *biodiversidade*.

É recorrente ao território[12] um feixe de outros conceitos correlatos como os de fronteira, limite, zonas, faixas, superfície, corredores... Estes, por exemplo, como construção materializada. E também processos como divisão territorial, ordenamentos territoriais, mosaicos de unidade de conservação, áreas de mananciais, florestas peri-urbanas.

O 'território' pode ser apreendido como uma relação de poder e espaço. Em termos do Estado-Territorial é a área de soberania em que

[12] A recorrência de conceitos em torno do "território" se dá por pertinência, e de certa forma, por uma hierarquia que a sociedade lhe imprime. Mas de forma nenhuma estamos apontando que primeiro veio o conceito de território e depois se construíram os outros. Utilizamos-nos da correlação entre estes conceitos.

vigora um corpo de leis, claramente delimitado - os *limites*[13] e apresentando também um contorno fronteiriço – as *faixas de fronteira* - que é diversificado conforme a formação socioespacial de cada unidade territorial nacional. Estas formas tendem a se reproduzir internamente ao Estado-Territorial principalmente nas concepções *zonais* de território.

Rogério HAESBAERT (2004) problematiza a noção de território e territorialidade. Assim, a noção de território é sintetizada a partir das vertentes política e jurídico-política como espaço delimitado, controlado, na maior parte do caso relacionado ao Estado, porém não exclusivamente. Como vertente econômica (muitas vezes economicista) a partir da noção de dimensão espacial de relação econômica, como fonte de recursos, como embate fruto da divisão territorial do trabalho. Como vertente cultural (muitas vezes culturalista) por meio da valorização subjetiva e simbólica (*Idem*, p. 40), mas mesmo neste caso, o recorte geográfico pode ser tratado reunindo as dimensões da política e da cultura pelas quais a noção de território revela relações de espaço e poder (*Idem, ibidem*, p.229).

O Estado deve ser historicamente situado já que é uma entidade genérica, se não problematizada (*Idem, ibidem,* p. 198) , supondo que tal concepção apoiada na História nos ajude a compreender que as

[13] Nesse sentido, como exemplificação, pode-se afirmar que os curdos são uma população ou até uma nação despossuída de território uma vez que se encontra reunida tanto dentro dos limites territoriais da Turquia como também do Iraque.

relações de poder e espaço não se restringem ao Estado Territorial (*Idem, ibidem,* pp. 210-211). No entanto, considera-se que a política pública, passa pela mediação estatal. É certo que os discursos dos processos globais apresentam a idéia do desaparecimento das 'fronteiras' e demais formas territoriais estatais, no entanto, acredita-se na possibilidade de teorizar criticamente sobre novas territorialidades entendendo aí o papel de cada Estado específico num foco geopolítico de diferenciação geográfica desses processos (*Idem, ibidem,* p. 213).

A recorrência dos conceitos tratados na pesquisa à mediação do 'território' tem o pressuposto da relação mais básica e elementar da sociedade com o espaço. Em primeiro plano a apropriação dos meios naturais, fenômeno já reconhecido na literatura como o processo da *segunda natureza*. Por isso mesmo, *meio ambiente*, também possui esta apropriação como pressuposto. Isto quer dizer que o meio ambiente não está lá e nós, a sociedade, aqui. Meio ambiente é uma forma de particularização que a sociedade imprime ao meio natural ao meio construído e que, para isso, conta com a mediação de alguns processos da geografia política, tendo esta dimensão[14] construído historicamente o 'território' como mediação[15].

[14] Dependendo do contexto, consideramos os termos geografia política como dimensão social ou de modo mais restrito como disciplina da ciência geográfica.
[15] Em Antonio C. R. Moraes (2000) este processo implica trabalho e valor dos quais também se infere a apropriação do meio natural e no sentido mais particular, a *formação territorial*. Para Milton SANTOS e Maria Laura SILVEIRA (2001) este processo

Num outro nível de refinamento é preciso levar em conta os condicionantes históricos na formação territorial brasileira. Para Wanderley Messias da COSTA (1988) as políticas territoriais são um tipo especial de política pública que implica alguns dados: *modificações* na estrutura territorial que a coloca na situação de estruturante; uma dada concepção do espaço nacional; uma *estratégia de intervenção* ao nível desta estrutura territorial; *mecanismos de viabilização* desta política. Nesse sentido, fica colocado para a geografia política apontar o problema da integração nacional e indagar em que medida esta problemática interessa à sociedade civil[16] sobretudo num país em que o fundamento histórico da apropriação territorial tem lugar com a contradição centralização-dispersão[17]. Durante o Estado Novo, dando aqui um largo salto histórico no sentido da apropriação territorial, ainda se configurava o problema da logística territorial que permanecia às

---

lógico-histórico ocorre, em uma das instâncias, pela *sucessão*, isto é, a "sucessão dos meios geográficos" na qual está implícito desde logo a apropriação do meio natural;

[16] Especificamente em termos de políticas públicas ambientais, na qual se coloca o problema da gestão e da sustentabilidade, estamos tomando de alguns autores a possibilidade de interpretação de alguns importantes vetores importantes nesta discussão: a *sociedade civil*, sua abordagem histórica e sua decorrente distinção em relação ao Estado e ao Mercado e suas distinções internas em L. C. BRESSER PEREIRA (1999); a *ordem ambiental internacional*, as *políticas públicas ambientais* no sentido de se verificar os vetores de internalização presentes na construção das políticas ambientais brasileiras: Wagner Costa RIBEIRO (2001; 2004a e 2004b) e Leila Costa FERREIRA (1998). Enfoques de privilegiam a questão da formação territorial a partir de condicionantes históricos em Wanderley Messias da Costa (1988) e Antonio Carlos Robert de MORAES (1994).

[17] Wanderley Messias da COSTA indica a respeito desta contradição que "[...] decorre justamente daí, nos dias atuais, o fortalecimento crescente da oposição entre poder central e poder local, à medida que as sociedades civis locais reivindicam cada vez mais o seu direito de participar e intervir nos 'projetos nacionais' que interferem na sua vida local [...]" (1988, p. 25)

voltas com as contradições entre o poder do Estado Territorial e o poder local[18].

Para Antônio Carlos Robert de MORAES (2002:13-27) num estudo em que pontua condicionantes, questões e dificuldades para a gestão ambiental, a formação colonial teve como motivação a conquista de espaços cujo forte elemento de identidade foi a conquista territorial que expressava uma instalação colonizadora com um padrão extensivo do ponto de vista do espaço e um padrão intensivo (seletivo)[19] na apropriação de recursos naturais. Neste sentido, é significativa a informação que em fins do século XVIII a Coroa Portuguesa já realizava a expropriação de recursos naturais de modos mais sistemáticos e articulados como demonstra Ângela DOMINGUES (2001)[20].

Estas determinações históricas de modernização conservadora são inseridas e reiteradas no processo de independência do Brasil. O quadro

---

[18] "[...] havia graves problemas divisórios entre estados e municípios, o que comprometia vários aspectos da administração pública, como divisão dos tributos e das verbas, regularização de terras rurais e urbanas, censos e pleitos eleitorais, além, evidentemente, de conflitos recorrentes em torno da repartição do poder local e estadual entre elites rurais e urbanas [...]" Wanderley Messias da COSTA (idem, p. 48)

[19] Destaque nosso.

[20] DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 2001, vol.8 supl, p.823-838. ISSN 0104-5970. O artigo trata da atuação de cientistas, funcionários portugueses e mesmo nativos, inclusive indígenas, na sustentação de uma rede de informações sobre as potencialidades econômicas dos territórios administrados pela coroa portuguesa, tendo como principal foco o Brasil. Visando o desenvolvimento econômico do reino, **amostras representativas da fauna e flora locais** eram enviadas às instituições da corte, como o Jardim Botânico da Ajuda, o Arsenal Real do Exército e o Hospital Real Militar de Lisboa, onde eram analisadas para posterior utilização na agricultura, comércio e farmácia." (Ângela DOMINGUES, 2001:823)

então se desenha por meio da motivação expansionista-colonial representada agora com a idéia-eixo de construir o país com o pressuposto da ocupação dos *fundos territoriais* não explorados cuja intenção era manter o Estado forte ao mesmo tempo em que se aproximavam elites regionais desconectadas em termos econômicos[21]. Uma das decorrências deste processo seria a não nitidez do limite entre o público e o privado; nitidez tão cara à necessária distinção entre Sociedade Civil, Estado e Mercado para os propósitos de gestão territorial (ambiental).

No período de modernização do Estado Territorial brasileiro a partir do Governo Getúlio Vargas e continuada em momentos posteriores, caracteriza-se o aspecto *periférico* deste processo: modernização induzida a partir de planos e distribuição de inovações no espaço nacional. O Estado se configura como principal agente destas inovações nos países de *capitalismo tardio* como o Brasil[22].

---

[21] "... Numa primeira versão, a idéia de construir o país é assimilada à de levar a 'civilização' ao interior selvagem (...) em função do exposto, a formação do Estado no Brasil vai estar continuamente marcada por uma forte orientação de cunho geopolítico: garantir a soberania e a integridade dos fundos territoriais será sempre sua missão básica. Daí um aparelho de Estado construído tendo por referência o domínio do território e não o bem-estar do povo." (Antonio Carlos Robert MORAES, 2002: 14-15)

[22] "... Muitas das determinações históricas apontadas no início do texto vão aflorar com clareza neste planejamento tecnocrático: a idéia de conquista, por exemplo, exercita-se agora tendo por alvo a Amazônia, a concepção geopolítica aparece no incentivo à indústria bélica, a tutela do povo na montagem do aparelho repressivo, a cidadania excludente nos níveis de concentração de renda alcançados, a tensão federativa é tratada através da expansão dos órgãos e programas de fomento regional. Enfim, mais uma vez o País é pensado como um espaço a se ganhar e não como uma sociedade." (Idem, 2002: 20-21)

A título de exemplo, registramos aqui estas reiterações (Carlos B. VEINER: 1990) na relação do Estado Brasileiro com a sociedade e seu território. Vê-se nestes discursos a presença da idéia de conquista e o pressuposto dos *fundos territoriais* em relação a áreas que hoje são reconhecidas como biomas onde se projetam possibilidades de políticas de conservação de recursos.

> [...] Precisamos promover esta arrancada (Marcha para Oeste) a fim de suprirmos os vazios demográficos de nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras (**Getúlio Vargas**[23], Discurso em Goiânia, 08/08/1940)
> [...] não haverá tarefa mais fascinante, no próximo qüinqüênio, que a de prosseguir nos novos rumos abertos pela Revolução de 64, para a redescoberta da hinterlândia brasileira (...) Caminhos físicos, na trama de uma infra-estrutura ampliada e vitalizada, já se abrem para o sertão nordestino, a hiléia amazônica e a vastidão do planalto central. Mecanismos de conquista econômica dessas regiões vêm sendo preparados há alguns anos, nos roteiros da Revolução [**Presidência da República, II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (1975-1979)**[24] [...] (Carlos B. VEINER, 1990: 197-198).

Há um intervalo de mais de 30 anos entre os dois discursos. Nos dois, são evocadas as imagens do 'grande Brasil e seu espaço vazio'; focam claramente as áreas do *front* interior do território brasileiro. A diferença significativa é que em Getúlio Vargas o expansionismo privilegia a ocupação demográfica. Já no período do regime militar o

[23] Grifo nosso.
[24] Grifo nosso.

foco principal está na ocupação econômica, conforme a interpretação do autor acima.

A conjuntura geral que acompanha o fim do regime militar e o processo de democratização brasileiro é marcada por um reordenamento econômico internacional com diminuição de fluxos de recursos externos e pulverização das ações internas de planejamento. O que se perde é a perspectiva de integração e articulação interna do Estado que é relevante para uma gestão integrada do território.

No entanto, como observa Antônio Carlos Robert MORAES (2002), o aparato de Estado da política ambiental cresceu justamente no período de tendência geral de esfacelamento de diversos tipos de políticas públicas planificadas. Mas esse crescimento ocorre ainda de forma setorial, isto é, a gestão ambiental focando conjunto específico e próprio de políticas caracterizando um isolamento contraditório em relação a uma perspectiva de gestão mais integrada[25]. Será interessante tentar refletir aqui se o SNUC se configuraria como uma possível mediação entre processos mais globais como a ordem ambiental internacional e ao mesmo tempo abrigar dimensões da formação sócioespacial brasileira

[25] [...] os recortes territoriais fornecem um bom mote para se pensar a implementação da política ambiental, que na verdade nada mais é do que a internalização do vetor ambiental nas várias políticas territoriais [...] Além da necessária articulação intersetorial, uma efetiva gestão ambiental também está condenada a modelos institucionais descentralizados. É impossível gerenciar o espaço sem interfaces sólidas com a sociedade civil e os governos locais [...] (Antonio Carlos Robert MORAES, 2002: 24-25).

como as necessidades de gestão integrada do território e articulações intersetoriais.

A perspectiva integradora presente na noção de 'território' é problematizada por Rogério HAESBAERT:

> [...] Partindo de um ponto de vista mais pragmático, poderíamos afirmar que questões ligadas ao controle, "ordenamento" e gestão do espaço, **onde se inserem também as chamadas questões ambientais**[26], têm sido cada vez mais centrais para alimentar este debate [...] ajudam a repensar o conceito de território. A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre o macropoderes políticos institucionalizados e os "micropoderes", muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – O Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os "ambientes" capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões [...] é imprescindível [...] que contextualizemos historicamente o 'território' com qual estamos trabalhando [...] Se nossa leitura for uma leitura integradora [...] Rogério HAESBAERT (2004: 76 e 78)

Em síntese, adotando a interpretação de Rogério HAESBAERT, a as chamadas questões de "gestão" e "manejo", utilizando-se aqui de jargões mais difundidos nas tarefas da política pública ambiental, devem absorver a concepção de perspectivas integradoras que conferem uma necessária revisão à noção de política territorial, contribuindo para o conceito de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista, estratégia e programa adotados na implantação do Mosaico_SVP.

PERSPECTIVAS INTEGRADORAS:

[26] Grifos nossos.

(1) Território como área de feições ou relações de poder relativamente homogêneas com ênfase no controle do acesso;

(2) Território como rede privilegiando o movimento e conexão (conforme D. Massey propõe sobre o conceito de lugar)

(3) Multiterritorialidade, ou híbridos material-ideal ou social-natural em múltiplas esferas: econômica, política, cultural;

(4) Perspectiva histórica porque a História contextualiza experiências diversas, relações de domínio e apropriação no/com/por meio do espaço.

1.2. Do meio ambiente à geografia política

O meio ambiente expressa para este trabalho uma particular relação sociedade e espaço. Relação experimentada e prospectada em uma gama ampla de campos disciplinares, aparelhos do Estado e demais formas da sociedade civil. Em termos de política pública e participação, o meio ambiente é recorrente ao conceito de território e seus correlatos, e aí colocamos o escopo desta pesquisa sobretudo - como acima dissemos - em termos dos rótulos recursos naturais e biodiversidade.

A *geograficidade*[27] da questão ambiental foi discutida em termos de *Geografia do Meio Ambiente* no Seminário de Pesquisa em Pós Graduação[28] nos seguintes termos:

- *Princípio*: meio ambiente é um sistema aberto que traz a distinção entre meio natural e recurso natural; o meio ambiente implica a existência humana.

- O *enfoque geográfico* (geossistêmico) do meio ambiente avalia e mede o grau de impacto ambiental em que a problemática do meio ambiente só aparece com a intensidade humana.

- *Aspectos metodológicos* que se precisa estudar dentro da Geografia do Meio Ambiente:

a) atividades sócio-econômicas "regionais", pois são fontes de impactos; trabalhar como diagnóstico e articular a outras escalas;

b) condições e processos naturais sob *influência antrópica* (estabilidade, balanço, energia, geopolítica, etc.);

c) nível de adaptabilidade da paisagem devido a demandas sócio-econômicas;

d) mudanças significativas e sua repercussão sobre a economia e a sociedade;

e) atividades sócio-econômicas estudadas em sua qualidade funcional para a área em questão de acordo com a característica ecológica;

f) ações geopolíticas;

g) inventário de ong's ou oscip's que trabalham na região em questão; trabalho no sentido de ações pró-ambientais;

h) inventário de áreas protegidas na região em questão;

i) inventário da quantidade de EIA's (Estudos de Impacto Ambiental) e RIMA's (Relatórios de Impacto Ambiental);

j) inventário de impactos;

l) inventário geopolítico (territorialidade)

- Situações privilegiadas para uso dos aspectos metodológicos: Planos diretores; Ordenamento Territorial (Zoneamento Ecológico Econômico, inclusive); Políticas Territoriais...

O princípio da *Sociedade Agente* é uma questão sobre a qual é necessário configurar uma clara delimitação no sentido de quem produz impacto e quem recebe as conseqüências.

---

[27] Entendida como possibilidade do Campo Disciplinar em Geografia Humana.
[28] Ver nota "8".

Este enfoque geográfico do meio ambiente apresentado acima se coloca, a nosso ver, em uma dimensão mais prática. Os aspectos metodológicos pretendem dar conta de processos para avaliar e medir graus de impacto de acordo com a intensidade humana. Os aspectos metodológicos seriam então variáveis cujos sentidos são explicados por meio de processos mais universais como a formação territorial brasileira, no nível da sociedade e a história do pensamento geográfico, no nível do campo disciplinar. Isto para mencionar alguns processos.

Se tomarmos, a título de exemplo, o aspecto de "atividades sócio-econômicas regionais como fonte de impacto" e quisermos entender a "sociedade agente" em termos de relação espaço e poder, um 'diagnóstico' deste aspecto nos informa sobre um resultado desta relação e a articulação de escalas só poderia ser medida à luz de condicionantes da formação territorial brasileira se não quisermos gerar um empobrecimento de processos políticos. Se focarmos "o nível de adaptabilidade da paisagem" já de início vem a questão sobre qual o conceito de paisagem adotado.

Antônio Carlos Robert de MORAES (2002:09)[29] ao problematizar a questão ambiental para uma abordagem em Ciências Humanas aponta para um empobrecimento que a visão 'holística' integrativa de fenômenos naturais e sociais costuma oferecer no trato da matéria em

[29] "... Não raro, nessa perspectiva, toda a riqueza e complexidade da vida social é reduzida a uma única variável de estudo denominada de 'ação antrópica'..."

termos de processos políticos e econômicos. A atenção constante ao movimento teórico-metodológico adotado torna-se fundamental se não quisermos correr o risco da normalização e rigidez nos processos sociais o que tornaria as variáveis explicáveis em si mesmas[30].

Por outro lado, o esquema do Seminário de Pós-Graduação apresentado acima é capaz de demonstrar aspectos operacionais capazes de promover diálogo entre a política ambiental e outros setores da política territorial. A gama de aspectos que se desdobram do enfoque sugere inclusive a questão da interface com outros setores da administração pública no sentido de sistematizar e fazer fluir estas informações.

Organizamos o Diagrama da Biodiversidade (p.17) que, além dos propósitos operacionais, contém também objetivos interpretativos da situação. A idéia partiu de observações de diagramas produzidos em textos de pedagogias ecológicas que se propunham à demonstração da *biosfera* como um conjunto de interações temporais e espaciais articuladas em escalas. Neste diagramas, em geral o intervalo escalar se

[30] A normalização (e/ou normatização) se caracteriza como tendência do período atual principalmente quando relacionadas a processos de modernização, desenvolvimento tecnológico, uma espécie de supremacia do operacional sobre o interpretativo. Em suma, significa retirar o contexto histórico e crítico em relação aos processos; em Luiz Carlos Bresser Pereira (1999), a *normalização* exclui e reduz a riqueza da dimensão da sociedade civil em termos políticos e históricos. E isto seria um 'epistemicídio' para um estudo de políticas públicas.

deslocava desde os microrganismos até a biosfera e demonstrava a relação de interdependência orgânica (ecológica) entre os intervalos.

No Diagrama da Biodiversidade proposto se observa, em primeiro plano, uma distinção horizontal no nível dos intervalos. Este procedimento tem o objetivo de demonstrar alguns elementos que podem ser incluídos no processo de apropriação do espaço: a *divisão do trabalho* e correlativamente a *divisão social do trabalho* e a *divisão territorial do trabalho*; os agentes podem ser distinguidos por sua atuação em um ou outro nível diante da *biodiversidade*.

Num outro plano, o vertical, nota-se um desdobramento em que genericamente as áreas naturais brasileiras são apresentadas como *ecossistemas* ou *biomas* ou *domínios morfoclimáticos* nas diversas 'literaturas ambientais'. Estes rótulos apresentam divergências quanto à classificação e quanto aos limites. Por outro lado convergem a respeito das áreas mais centrais. Hervé THÉRY e Neli Aparecida de MELLO (2005:71) propõem o deslocamento da problemática no sentido da redefinição dos limites dessas áreas naturais. Uma vez em que há concordância sobre a área central de cada uma dessas porções da biosfera os limites importantes são aqueles mais frágeis e agredidos. Isto recoloca a questão em termos de *disparidades* e *dinâmicas* do território.

O desdobramento configurado a partir do termo bioesfera representa em alguma medida o alargamento das especializações. Sabe-se que a reunião de cada uma destas partes forma o que poderia se entender como o sistema natural *esférico* terrestre – para ser redundante. No entanto, o procedimento analítico neste caso pode ser útil no sentido de mostrar pontos de vista.

FIGURA 04- DIAGRAMA DA BIODIVERSIDADE

GENS	CÉLULAS	TECIDOS	ÓRGAÕS	SISTEMAS	ESPÉCIES	POPULAÇÕES	COMUNIDADES	ECOSSISTEMAS	BIO*E*SFERA
								BIOMAS	LITO*E*SFERA
								DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS	HIDRO*E*SFERA
									ATMO*E*SFERA
									PEDO*E*SFERA
									FILO*E*SFERA

LEGENDA

- NÍVEL DA BIOPROSPECÇÃO
- NÍVEL DA CONSERVAÇÃO
- SUB-NÍVEL DA CONSERVAÇÃO COM AS CLASSIFICAÇÕES DE ÁREAS NATURAIS NO BRASIL
- NÍVEL DE CATEGORIAS ESFÉRICAS DA NATUREZA

- QUAL A RELAÇÃO E FORMA DE TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA E SUAS TERRITORIALIDADES?
- QUAIS AS DINÂMICAS E DISPARIDADES TERRITORIAIS?
- QUAIS INSTITUIÇÕES E/OU EMPRESAS ENVOLVIDAS?
- QUAL O PAPEL DO ESTADO?
- QUAL FOCO OU ALVO NA BIODIVERSIDADE?
- QUAIS PRINCIPAIS INTERESSES ENVOLVIDOS NO ALVO OU FOCO NA BIODIVERSIDADE?
- QUAIS ÁREAS DA CIÊNCIA ENVOLVIDAS?
- OUTROS DADOS RELACIONADOS

Elaboração: Nilo LIMA (2006)

Os conceitos que 'dividem' a esfera terrestre estão inseridos no momento de construção de uma periodização, isto é, caracterizar a diferenciação histórica no sentido de explicar uma formação sócioespacial, noção que é relevante para esta pesquisa que tem entre seus propósitos discutir uma política territorial específica[31]. Este tipo de recorte exige que expliquemos as motivações das variáveis presentes no assunto da pesquisa e junto com isso inferir-lhes a dimensão política.

Redesenhando aqui brevemente o percurso teórico metodológico percorrido: trabalhamos com alguns conceitos chaves na abordagem dos lugares propostos na pesquisa. Estes são a *Política Pública* (ambiental); a *Política Territorial* como estruturadora e etapa da política pública; o processo de *participação*, pois dimensão fundamental da política pública no sentido em que retoma a distinção entre Estado, Mercado e Sociedade Civil – e ao mesmo tempo desafia a possibilidade de interconexão entre estas três últimas categorias porque há desafios éticos e políticos propostos no caminho do que se entende por *sustentabilidade* ou *base territorial conservacionista*[32]. As variáveis

[31] "[...] As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O 'valor' de cada local depende dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (...) os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando desta maneira a especificidade dos lugares [...]" (Milton SANTOS, 1979:14)

[32] A política territorial ambiental específica proposta para a construção de Mosaicos de Unidades de Conservação denomina-se Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC): "Prevê a articulação de atores e interesses para a promoção

presentes no diagrama se configuram então como dados dos lugares que são explicados e comparados conforme a motivação de suas existências. E, é claro, o Diagrama da Biodiversidade significa um ponto de vista exposto que só pode ser organizado pelo fato de ser construído a partir de referências com as quais se dialoga.

1.3. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e suas definições de interesse para a Geografia Política

Não se pretende aqui fazer um estudo exaustivo da lei do SNUC, mas pontuaremos e destacaremos a seguir alguns elementos da lei do Sistema de Unidades de Conservação de interesse mais específicos da *Ciência Geográfica* e desta pesquisa.

Entendemos que o SNUC particulariza o que aqui delimitamos como relação entre a geografia política e o meio ambiente. É expresso na lei do Sistema[33] que este se configura como o conjunto das unidades de conservação em todos os níveis de governo existentes no Território Brasileiro. As unidades de conservação, por sua vez, são definidas como

---

do desenvolvimento de cadeias produtivas de base conservacionista, da formação de uma identidade de gestão do mosaico e do incremento do capital social das comunidades que o compõem. Visa gerir os mosaicos de forma a torná-los economicamente sustentáveis e interessantes para os agentes econômicos, envolvendo a participação das comunidades no processo de elaboração e implementação do Plano de DTBC E de gestão do mosaico" (Fundação Nacional do Meio Ambiente, 2005)

[33] Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000.

"espaços territoriais e seus recursos ambientais"[34] e uma gama de ações de políticas territoriais são tipificadas a partir desta definição: *zoneamento*; *plano de manejo*; *zona de amortecimento*; *corredores ecológicos*; *mosaico de unidades de conservação*; *Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista* (DTBC).

O artigo 2º da Lei do SNUC traz **definições** sobre as quais faremos alguns destaques:

- **Unidades de Conservação**: definidas como *espaço territorial* o que implica a dimensão de soberania e domínio; implica também *limites* definidos e regime especial de administração, isto é, administração em moldes diferentes do resto do território nacional. Essa definição, por princípio histórico, significa *rearranjos de territorialidade* que será um processo tanto mais conflitivo quanto mais densa e apropriada for a área em questão.

- **Conservação da Natureza**: que prevê o uso humano da natureza admitindo tanto a preservação e manutenção da matéria natural como também a utilização sustentável que se coloca no domínio sócio-econômico.

- **Diversidade Biológica**: que compreende as várias qualidades geográficas das porções do território. Em outros termos a biodiversidade, para o SNUC, significa a variabilidade de organismos

[34] Definição presente no artigo 2[0] do SNUC.

vivos presentes em ecossistemas terrestres, marinhos, outros ecossistemas aquáticos e complexos ecológicos; daí que as Unidades de Conservação se colocam como espaço territorial com administração especial tanto na continentalidade como na maritimidade.

- **Recurso Ambiental**: indica elementos da natureza ou em outros termos a matéria natural com a qual se trata na forma de recursos: “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora...”. Na concepção de recursos apresentada está indicada também a mediação social presente que tanto mais se amplia quanto mais o conjunto das unidades de conservação mais se aproximam da formas territoriais de unidades de conservação de uso sustentável, bem como dos *corredores ecológico*s e *mosaicos de unidades de conservaçã*o e *zonas de amortecimento*. Observamos ainda que o termo biosfera está lado a lado com o partes que complementam a esfera terrestre alcançada pelo uso humano, conforme definimos no Diagrama da Biodiversidade.

- Preservação: é uma definição que abarca além de métodos e procedimentos (ações mais características do Plano de Manejo, nesse caso) também políticas que previnam a simplificação dos sistemas naturais, como por exemplo, monoculturas. É bom lembrar que o SNUC não se refere apenas aos espaços territoriais internos das Unidades de

Conservação. Estão também sob o *guarda-chuva* deste Sistema *zonas de amortecimento*; *corredores ecológicos*; *mosaicos de unidades de conservação* nos quais, por definição, aplicam-se as políticas de preservação.

- **Proteção integral**: que se aplica a Unidades de Conservação em que se prevê a matéria natural livre da interferência humana direta.

- **Conservação *in situ***: que se aplica ao nível das espécies sendo estas consideradas duplamente, isto é, silvestres ou domesticadas sobre as quais se age em seus meios naturais de origem ou onde tenham desenvolvidos suas propriedades características.

- **Manejo**: definido como todo e qualquer procedimento conservacionista, isto é, instrumentalizado por políticas de preservação da biodiversidade e de ecossistemas.

- **Uso Indireto**: que pode ser considerado uma forma de manejo, isto é, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

- **Uso Direto**: que pode ser considerado uma forma de manejo aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

- **Uso Sustentável**: que deve manter a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável; que traz uma dimensão sócio-econômica mais ampla que a definição de *uso direto*.

- **Extrativismo:** sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis; que recupera formas tradicionais que historicamente ocorreram no território brasileiro mas que, no entanto, atualizam-se à dinâmica territorial com sua dimensão de Estado, Mercado e Sociedade Civil.

- **Zoneamento**: que se refere à área interna das Unidades de Conservação (mas também, em nosso ponto de vista, à *Zona de Amortecimento*) no sentido de definição de setores ou zonas em uma com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

- **Plano de Manejo**: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

- **Zona de Amortecimento**: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;

- **Corredores Ecológicos**: Essa definição, também por princípio histórico, significa *rearranjos de territorialidade* que será um processo tanto mais conflitivo quanto mais densa e apropriada for a área em questão pois são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

No que se refere aos **objetivos** (artigo 4º) do SNUC pusemos aqui em destaque e discutimos aqueles que estão diretamente relacionados aos interesses desta pesquisa:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; porque se projeta ao nível dos genes conforme o Diagrama da Biodiversidade.

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; porque prevê a proteção em mais de um nível de escala do território brasileiro.

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; porque reclama a noção de sustentabilidade e a relaciona imediatamente com o conceito de recursos.

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; porque projeta a atualização de concepções do advento da *sociedade ambiental* e práticas tradicionais à dinâmica territorial com sua dimensão de Estado, Mercado e Sociedade Civil.

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; porque aponta para a necessidade de criar mecanismos de relação entre o corpo técnico das Unidades de Conservação e membros da sociedade civil organizada.

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; porque aponta para a dimensão social da matéria natural.

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo

ecológico; principalmente porque delimita e exige definição permanente de uma forma específica de prática turística.

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente; porque indica, ao SNUC, projetos e programas de articulação entre diferentes setores da sociedade nacional e mostra que os recursos naturais se relacionam também à subsistência de populações do entorno de Unidades de Conservação, sobre as quais o SNUC também está responsabilizado.

No que se refere às **diretrizes,** mencionadas no artigo 5º da lei federal 9.985/2000, destacamos que nos vários itens do artigo fica assegurada a *participação* da sociedade tanto no estabelecimento quanto na revisão da política nacional de unidades de conservação; participação na criação, implantação e gestão de unidades de conservação; incentivo a populações locais a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do SNUC – e aqui cabendo mais as categorias de Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (REDES); que considere as necessidades e condições da população locais quando da aplicação de técnicas e métodos de utilização de recursos naturais.

Do ponto de vista da **gestão** das unidades de conservação (sobretudo os artigos 24, 25, 26, 27, 30 e 32):

- Que inclui o subsolo e o espaço aéreo como integrantes dos limites das unidades de conservação na condição de influírem na estabilidade do ecossistema. Aqui há um descompasso geopolítico. Os limites territoriais são um plano[35] - um corte verfical no sentido aéreo e angular no sentido do centro da terra - em relação ao terreno e não uma linha apenas como se costuma imaginar. Sendo um plano cortando a esfera terrestre, inclui além da linha na superfície o subsolo e o espaço aéreo. Se o SNUC define as unidades de conservação como espaços territoriais há uma redundância no artigo 24 do Sistema que parece revelar inclusive desconhecimento do conceito de limite territorial. Por outro lado há vários casos de impacto sobre áreas protegidas, em seus ecossistemas, por ações realizadas na superfície de entorno dessas áreas. Um dos impactos mais comuns é a contaminação e assoreamento nos corpos d'água principalmente quando as cabeceiras de rios estão fora da área das unidades de conservação. Se o ponto fundamental do artigo 24 é a manutenção da estabilidade do ecossistema das unidades de conservação, este item se revela incompleto e confuso, carecendo revisão.

[35] Harm J. de BLIJ (1967:202-203)

- Que exceto as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as RPPNs, todas as outras categorias de unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento no entorno da unidade cujos limites podem ser definidos até posteriormente ao ato de criação da unidade de conservação. Essa definição de limites, mais ou menos indefinida temporalmente, implica também *rearranjos de territorialidade* que será um processo tanto mais conflitivo quanto mais densa e apropriada for a área em questão. As APAs normalmente possuem grandes extensões se comparadas a outras categorias de unidades de conservação. Têm sido consideradas como uma forma de territorialidade ambiental menos rígida quantos aos processos e normas, e por isso mesmo, normalmente carecendo de um aparato de infra-estrutura como sede e funcionários específicos. Poderíamos até entendê-la como uma territorialidade de primeiro passo em busca do fortalecimento no sentido das definições, objetivos, diretrizes e gestão do SNUC. Muitas vezes as APAs acabam por configurar-se como zona de amortecimento para as outras formas de unidades de conservação mais estruturadas[36].

Ainda sobre esta questão das exceções quanto a implantação de uma zona de amortecimento, infere-se que as RPPN`s não possam construir tais zonas pelo fato de serem uma categoria de unidade de conservação em área particular e como tal não pode exercer domínio

[36] Monika RÖPER, 2001.

territorial fora dos limites da propriedade. Nem tampouco se responsabilizar por áreas fora deste limite.

- Quando existir proximidade ou superposição entre diferentes categorias de unidades de conservação – ou mesmo se forem iguais - a gestão deve ser feita a partir da construção de um *mosaico* de unidades de conservação num contexto regional.

- Que a abrangência do Plano de Manejo alcança além de internamente a unidade em questão também sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos relacionados.

- Que do ponto de vista da *participação*, as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP's). No Estado de São Paulo, um decreto de 2004 regulamentou esta situação[37].

- Que a comunidade científica deve ser chamada pelos órgãos executores das unidades de conservação para desenvolver pesquisas sobre: fauna, flora, ecologia numa dimensão geo-física; e pesquisas, numa dimensão geo-humana sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais e valorização do conhecimento de populações tradicionais - populações não definidas no corpo da lei do Sistema, diga-se de passagem, por veto presidencial.

[37] Estado de São Paulo. Decreto 48.766, de 30 de junho de 2004.

Há ainda algumas menções a fazer sobre o SNUC:

- inclusão das Reservas da Biosfera no SNUC (artigo 41) configurando uma territorialidade nacional com clara influência da *ordem ambiental internacional*.

- a definição (artigo 49) de que a área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção integral (Parque Nacional ou Estadual ou Municipal; Estação Ecológica; Reserva Biológica; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) é considerada *zona rural* para efeito de ordenamento territorial. As zonas de amortecimento destas áreas não podem ser transformadas em zona urbana, uma vez definida formalmente.

- Que existe a obrigação da manutenção de um cadastro de unidades de conservação por parte do Ministério do Meio Ambiente e que o texto do artigo 50 do Sistema define um conteúdo de *dados principais* para o cadastro. Cabe discutir aqui o conteúdo informativo do cadastro proposto neste artigo; em referência, por exemplo, à Agenda 21[38], a impactos socioambientais e outros. Cabe aqui ainda mencionar que o artigo 51 obriga o Poder Executivo Federal a apresentar relatório bienal de avaliação global das situação das unidades de conservação federal do Brasil.

[38] "... a internalização da Agenda 21 no Brasil padece de uma dramática falta de divulgação para a população em geral e para a massa de autoridades municipais. Qualquer processo que se pretende participativo nutre-se de comunicação. Esta é a base da parceria, mote fundamental dentro dos princípios da Agenda 21."

- Que os mapas e cartas oficiais devem indicar (artigo 52) as áreas que compõem o SNUC o que mostra uma forma de confirmação territorial da territorialidade da política pública ambiental.

- Em relação ao veto à definição do conceito de *população tradicional*, dentre os argumentos para o veto presidencial há um de referência geográfica: "...o conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios..."[39] Esta argumentação trabalha em estreita base ecológica para impedimento de possíveis direitos de uso consuetudinário. Cabe, a nosso ver, discussão.

Em relação ao Decreto 4. 340, de 22 de agosto de 2002 que **regulamenta a lei do SNUC**, mencionamos os seguintes itens:

- O artigo 6º que retoma a questão dos limites do subsolos em unidades de conservação caracterizando uma divisão entre unidades de Proteção Integral e unidades de Uso Sustentável. No caso das primeiras em que está limitada com mais força a participação da sociedade, este limite deve ser estabelecido imediatamente ao ato da criação da unidade. No caso das segundas, o limite pode ser determinado no ato da criação do Plano de Manejo, o que subentende a negociação.

- Os artigos 8, 9, 10 e 11 que definem os recortes territoriais de mosaico de unidades de conservação e corredores ecológicos para fins

[39] Brasil. Poder Executivo, Presidência da República. Mensagem nº 967, de 18 de julho de 2000.

de gestão. Notamos que os corredores ecológicos são equiparados às zonas de amortecimento (zona de contato) no caso de ausência do mosaico de unidades de conservação.

- Destacamos dos capítulo V e VI deste decreto (artigos 17 a 30) a definição normatizadora da sociedade civil caracterizando a condição de participação.

- ser membro da comunidade científica para ter direito à representação em conselhos consultivos e/ou deliberativos de unidades de conservação;

- ser membro de ONG's ambientalistas com atuação comprovada na região em questão;

- ser membro da população residente e do entorno;

- ser membro de população tradicional;

- ser proprietário de imóvel no interior da unidade;

- ser trabalhador atuante na região;

- ser membro do setor privado atuante na região;

- ser representante de Comitês de Bacias Hidrográficas.

- no caso de OSCIP's, que esta defina entre seus objetivos institucionais proteção do meio ambiente e promoção do

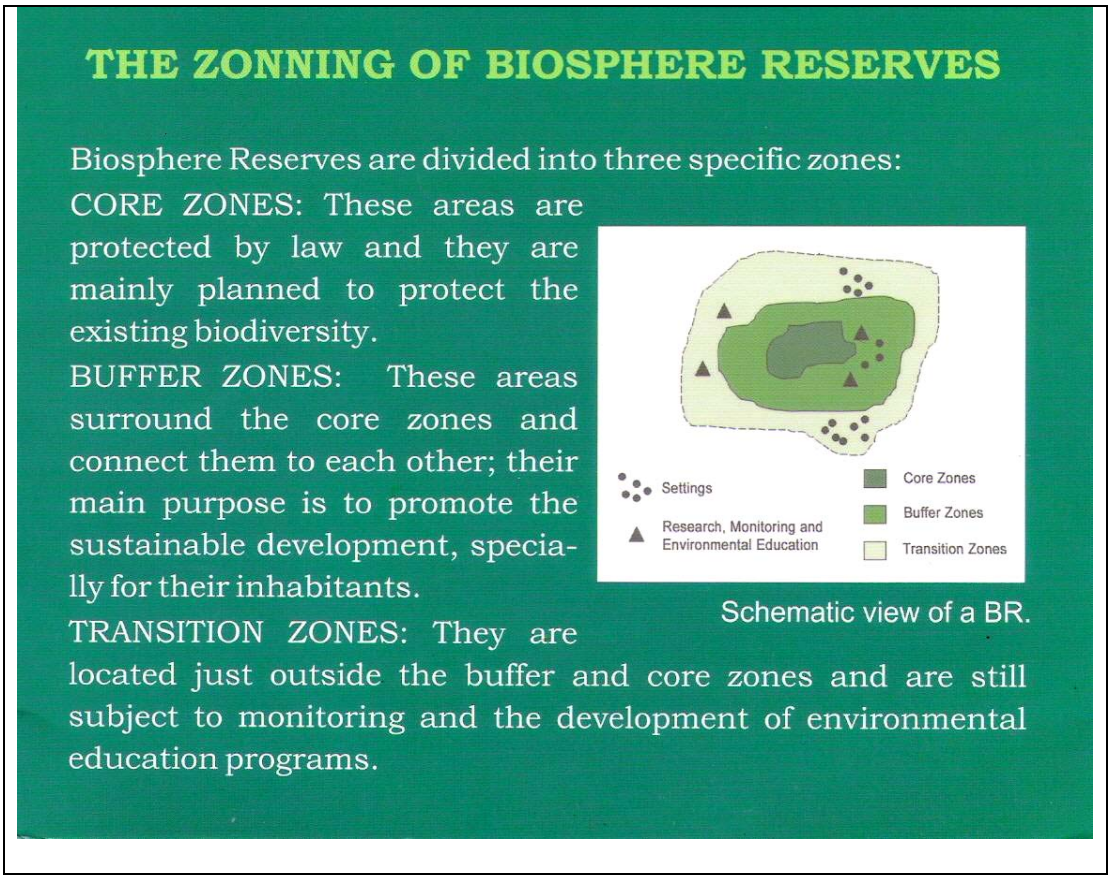
desenvolvimento sustentável e comprove atuação preferencial na unidade de conservação ou no bioma em questão.

Observa-se que estas definições dependem em grande medida de certas equalizações que atualmente encontram-se ainda bastante difusas e difíceis. Por exemplo, quem poderia hoje dar uma definição segura sobre o conceito de *desenvolvimento sustentável*[40]? Outra, para caracterizar a *população residente*, *população tradicional* e/ou *trabalhador atuante* deve-se lançar mão de algum cadastro oficial. Qual a disponibilidade desta informação? Como está configurado o aparato institucional para estas demandas? A respeito especificamente das OSCIP's, exige-se para participação comprovação de atuação na área ou bioma em questão; como é que se pode estabelecer este critério de experiência para uma instituição? As experiências são um atributo especificamente humano, um 'acúmulo' que se adquire com prática e reflexão. Se uma determinada organização deixa de trabalhar com determinadas pessoas que por ventura adquirem experiências com biomas A ou B, essa organização não guarda esta experiência que vai embora com os sujeitos...São questionamentos que nos parecem pertinentes em programas de gestão territorial de unidades de conservação.

[40] Marília COUTINHO (1994) traz um exaustivo e crítico levantamento acerca da internalização do conceito de desenvolvimento sustentável no Brasil pós *Rio-92*. Este trabalho tem a pertinência de mostrar a problematização das formas de acomodação do referido conceito por segmentos sociais diversos e conflitantes.

Por último, chamamos à atenção do capítulo XI que define modos de gerenciamento e acomodação de Reservas da Biosfera de acordo com a forma de organização do território nacional, isto é articulando-se os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Já havíamos chamado a atenção anteriormente que esta categoria de áreas protegidas são por excelência a forma de territorialização interna da ordem ambiental internacional uma vez que estão ligadas ao Programa Homem e a Biosfera. Parece-nos que esta categoria de área protegida também forneceu bases de recortes territoriais as demais formas de categorias de unidades de conservação do SNUC (ver FIGURA 06, abaixo).

FIGURA 05: MODELO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA



FONTE: Documento/*folder*. Rede Brasileira de Reservas da Biosfera: *The Brazilian Network of Biosphere Reserves – Schematic view of a BR*. s/d

1.4. Meio Ambiente, Ordem Ambiental Internacional e Políticas Públicas: a dinâmica de internalização.

Cabe-nos, neste momento, apresentar aqui uma discussão sobre processos políticos gerais de internalização, no território nacional, da *Ordem Ambiental Internacional*. Buscamos configurar o papel das forças exógenas na conformação das políticas públicas ambientais brasileiras. Entende-se que a conformação dos processos políticos ocorrem na acomodação de pressões em escalas de várias ordens. No nível da

escala internacional acredita-se que as forças exógenas jogam distintos papéis nas motivações que promovem estas acomodações no processo político interno. Julgamos relevante esta interpretação porque estas motivações exigem, em um ponto de vista dentre outros, compromissos nacionais, acordos firmados que podem adensar a compreensão de que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação se coloca como um *projeto nacional* e como tal indica a procura de uma proposta intersetorial nas articulações de gestão territorial. Um outro ponto importante nesta análise é inferir os sentidos dos conceitos de *recursos naturais* e *biodiversidade* – temas relevantes em nossa abordagem - engendrados neste processo geral

Se partirmos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD – Rio de Janeiro, 1992)[41] observa-se que a escolha do Brasil como sede da Conferência tem base em pressões (dentre outras) surgidas a partir do processo de devastação da Amazônia e pontualmente do assassinato do líder sindical e ambientalista Chico Mendes. A CNUMAD mobilizou um total de 178 Estados-nação com o efetivo contingente da presença de 114 Chefes de Estado, número bastante significativo já que o número de Estados-Territoriais com representação na ONU ultrapassa hoje a ordem de pouco mais de 200 países.

[41] Aqui neste tópico nos utilizamos do trabalho de Wagner RIBEIRO (2001).

Os acordos que se propunham a serem assinados na Conferência motivaram o Brasil a apresentar o documento "O Desafio do Desenvolvimento Sustentável"[42] no qual, além de se descrever problemas ambientais do país, faz-se um balizamento das posições externas do governo. Dos temas tratados na CNUMAD destacamos aqui para o nosso interesse a *manutenção da biodiversidade* - que contribui a nosso ver para a divulgação da idéia de que o Brasil é um país *megadiverso* – a elaboração da *Agenda XXI* (um plano de ação) e o fato de que houve a possibilidade pela primeira vez de reunião conjunta entre Chefes de Estado e ONG's contribuindo assim para o debate em torno da concepção de sociedade civil e participação.

Wagner RIBEIRO (2001:109) chama a atenção para o fato de que o conceito de desenvolvimento sustentável abrigado na CNUMAD propõe a regulação dos recursos naturais nas bases de técnicas de manejo ambiental, combate ao desperdício e combate à poluição[43]. Se voltarmos alguns anos na observação do processo de estabelecimento do referido conceito há uma referência a uma noção promovida por I.

---

[42] COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O desafio do desenvolvimento sustentável: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de Imprensa/PR, 1991.

[43] [...] Entretanto, em que pese o reconhecimento dessas [...] premissas de que elas envolvem ajustes globais [...] os países, principais interlocutores na ordem ambiental internacional, por meio de seus negociadores, têm procurado salvaguardar o interesse nacional. Agindo dessa forma, transformam as preocupações com a sustentabilidade do sistema econômico hegemônico e a possibilidade de que ele nos encaminhe para uma situação de risco em mera retórica [...] (Wagner RIBEIRO, *op. cit*., p. 109)

SACHS (em 1974) de que é um tipo de desenvolvimento que deve ser adaptado a *regiões rurais* de países não centrais no sistema mundial. A respeito desta referência, e daquilo que já registramos anteriormente neste trabalho, esta acepção suscita discussões como a do processo de ocupação com a idéia-eixo de fundos territoriais; como a inserção da associação entre unidades de conservação de proteção integral e área rural; em última instância, poderíamos estabelecer uma ligação com o caráter do internacionalismo no século XX[44].

Outra frente relevante estabelecida na CNUMAD foi a conservação da diversidade biológica. Este processo possui algumas associações como a utilização de seres vivos como matéria-prima (biotecnologia) que exige regulação para acesso pois supõe alteração das condições de um ser vivo. Em nosso caso, estamos este processo à Divisão Social e Territorial do Trabalho sugerida no **Diagrama da Biodiversidade** para tentar dar conta do que se entende por biotecnologia recombinante

[44] [...] O outro acontecimento [o primeiro é a Revolução Industrial] tem merecido, provavelmente, menos espaço nos textos tradicionais dedicados ao período anterior a 1914, mas foi, em certo sentido, mais dramático pelo fato de ter sido um fenômeno singular não recorrente. Consistiu na oportunidade que o século ofereceu para a ocupação por colonos comuns de áreas enormes da superfície da Terra. Nunca antes e, por certo, nunca depois disso, houve algumas décadas tal fartura de terras disponíveis: nunca antes, as fronteiras da colonização tinham avançado com tal velocidade. Em termos de área, foi aproximadamente como se a chegada à Lua, durante a nossa própria geração, nos tivesse aberto uma superfície pronta para a ocupação e o cultivo imediato [...] a descoberta de recursos ultramarinos e seu transporte para a Europa explicam tanto o aumento da população do continente durante todos estes séculos quanto o aumento do seu nível de vida [...] já vimos que o século XIX conheceu um tipo de internacionalismo no uso de recursos: as nações desenvolvidas assumiram o direito de explorar recursos nas nações subdesenvolvidas [...] (J. H. PATTERSON 1975: 16; 27;39)

(engenharia genética) e como se configura a sua distribuição *geo-política*. Por outro lado, a importância desta frente para a nossa investigação está no fato de que ela fomenta um jogo político que reúne os principais países envolvidos: os que detêm a biotecnologia e os que possuem os recursos matrizes[45].

No que se refere à *Agenda XXI*, Wagner RIBEIRO (*idem, ibidem*) apresenta alguns pontos relevantes para este trabalho;

- a pretensão de ser um plano de ação que conformaria o binômio conservação ambiental e desenvolvimento;

- o aparecimento, ainda que indireto, do conceito de pobreza;

- a conceituação de *comunidade local* como um nome dado pela ONU aos povos viventes sem a organização de Estado por representarem formas alternativas de reprodução da vida e pela posse de saberes.

- o estabelecimento de referenciais sobre mecanismos de gestão de recursos naturais, de participação da sociedade civil...

A interpretação é de que houve algum esvaziamento nas propostas por falta de fluxos de recursos para o plano. Porém o Brasil abraçou

[45] "[...] Este é, em nosso entendimento, o ponto central. Trata-se de identificar quem vai ganhar e quem vai perder diante de uma inovação tecnológica importante, como é a biotecnologia. A CB é uma tentativa de organizar este jogo político, reunindo os principais países envolvidos – como os que dominam as tecnologia em biotecnologia e engenharia genética e os que possuem as matrizes naturais in situ [...]" (Wagner RIBEIRO, 2001: 121)

alguns avanços decorrentes da *Agenda XXI*: na esfera federal, por exemplo, foi criado o Programa Nacional da Biodiversidade. Esse avanço - esta informação - pode ser atualizado com a criação da CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético).[46] Este é um órgão relevante para a investigação desta pesquisa pois é um mediador de arranjos de políticas públicas referentes à biodiversidade e aos recursos naturais.

Ainda sobre a Agenda XXI, também para outros autores[47] a internalização da ordem ambiental internacional trouxe alguma modificação no plano das políticas públicas ambientais internas. A Agenda leva ao compromisso de concretizar o desenvolvimento sustentável. Na prática, porém, teria sido o compromisso de gerar resultados para a "Rio+5" que provocou a criação em 1997 da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e Agenda 21. Destaca-se que esta comissão reuniu ministérios ligados ao desenvolvimento (MMA, Planejamento, Orçamento e Gestão, Ciência e

[46] "[...] Controlar o uso comercial de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais é uma obrigação do Brasil como membro da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas. O acordo diz que substâncias derivadas de plantas ou animais pertencem aos países de onde foram retiradas, e que conhecimentos sobre o uso destes recursos são das populações tradicionais. A questão é regulada pela Medida Provisória 2.186/2001, publicada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Sua edição atropelou três projetos de lei sobre o assunto – um do deputado Jacques Wagner, um do Executivo e outro da senadora Marina Silva, hoje ministra do Meio Ambiente. A mesma MP também criou a CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético), órgão que autoriza o uso e coordena as políticas de patrimônio genético nacional [...]" (Revista Com Ciência Ambiental, 2006: 54-55).

[47] Eunice Elisete GUGELMIM (et. al.) – Agenda 21 local no Brasil, In: LITTLE, Paul E. (org.) – *Políticas ambientais no Brasil*. 2003.

Tecnologia e Relações Exteriores), indicando a possibilidade de articulação interna de setores que historicamente trabalharam de modo não articulado.

Estas iniciativas ofereceram insumos para a elaboração pactuada do Plano Plurianual e para a elaboração de seis temas prioritários para o Plano de Ação:

- agricultura sustentável;
- cidades sustentáveis;
- infra-estrutura e integração regional;
- gestão de recursos naturais;
- redução das desigualdades sociais;
- ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável;

Foram contratados seis consórcios que elaboraram documentos básicos para cada um dos temas e a sistematização final ficou por conta de Washington Novaes[48]. Apesar de todos estes esforços a avaliação registrada é a de que, na pauta política, a Agenda 21 continuaria sendo política específica da área de meio ambiente colocando-se ainda o desafio maior de aumentar amplamente a divulgação dos propósitos[49].

[48] Washington Novaes: jornalista e consultor do primeiro relatório nacional sobre biodiversidade. Participante das discussões para a Agenda 21 brasileira.

[49] "[...] alguns ministérios estão incluindo a vertente ambiental no planejamento estratégico de seus programas. Isso pode ser considerado um avanço, embora não se

O país intensificou o debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade e parece estar pelo menos exposta a questão da quebra do paradigma da supremacia do econômico em detrimento das dimensões social e ambiental. Considera-se que o nível local é por excelência aquele em que se consegue ultrapassar barreiras. Porém considera-se também que a Agenda 21 padece de fato de divulgação, já que a comunicação é fundamental para qualquer processo que se pretenda participativo.

Leila da Costa FERREIRA (1998) apresenta alguns pontos sobre a internalização da noção de proteção ambiental. De ponto de vista histórico há uma mudança lenta e relativa do Brasil a respeito desta questão desde Estocolmo (1972) quando o Brasil liderou grupo de países periféricos que não reconheciam a problemática ambiental no modelo de desenvolvimento. Para ela essa mudança se deve em parte ao novo paradigma tecnológico que produziu crise no modelo de desenvolvimento e provocando também perda de valor comparativo em recursos naturais clássicos; a concepção sobre a poluição torna-se um estigma; na variável política ocorre uma transição para situação mais democrática.

Mais especificamente para o Governo Sarney aponta reações à pressão internacional como a criação do IBAMA em 1989; o aumento do rigor no monitoramento e fiscalização de queimadas na Amazônia; a

---

concretize, na mesma medida, na execução do orçamento e na integração de ações setoriais [...]" (Eunice Elisete GUGELMIM et. al., 2003:96)

suspensão temporária de incentivos e subsídios à pecuária e agricultura na Amazônia; o apoio ao presidente do IBAMA em conflitos intersetoriais no Governo Federal; e apoio a realização da CNUMAD, no Brasil. Apesar destes pontos de avanço no Governo Sarney, a autora vê retrocesso nestas questões no debate político eleitoral de 1989.

Em 1992, o Brasil, no entanto, adotava política exterior mais responsável em termos de políticas ambientais globais e é um dos principais países na elaboração da Convenção da Biodiversidade. O Governo Itamar Franco cria o Ministério do Meio Ambiente, mantido desde então em todos os governos até o momento. No entanto, esta ação ministerial ambiental ainda permanece majoritariamente desvinculada das demais políticas públicas e de desenvolvimento.

De todos os modos, a internalização de uma ordem ambiental internacional tem significado na Constituição de 1988 na qual está inserida a premissa da participação. O artigo 225 consagra o dever da preservação ambiental e direito de uso para as gerações presentes e futuras. Dever que se impõem ao poder público e a toda coletividade.

Grandes eixos de mudança global (informática, biotecnologia, novas formas de energia e telecomunicação, novos materiais, gigantesca renovação científica) acabam por ocupar lugar central nas reflexões sobre gestão econômica, social e ambiental. Por outro lado, isso mostra que governos não estão equipados institucionalmente para essas

mudanças exigindo reformas, novos métodos nos processos de decisão, novas formas de gestão.

Leila da Costa FERREIRA (*op. cit.*) salienta alguns objetivos a serem perseguidos pela política pública quais sejam a (1) idéia da construção de uma governabilidade internacional - que deve passar a nosso ver que deve passar pelo debate que inclui as relações de geografia política e meio ambiente; (2) forte redefinição do Estado no sentido de uma sociedade mais democrática e sustentável; (3) o caminho no sentido da convergência entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental o que exigiria maior eficiência energética, reciclagem de materiais, controle de poluição, intervenção normativa e regulatória do Estado aliada a incentivos de mercado e ampla coalizão sociopolítica dos ambientalistas. Observa-se, entretanto, os problemas da estrutura estatal no sentido do montagem das agências públicas fomentadoras destes objetivos.

Essa questão é considerada ainda bastante recente no país. A Secretaria Especial de Meio Ambiente foi criada em 1973 já tendo atribuições voltadas para a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais. Em 1981 estabeleceu-se a Política Nacional de Meio Ambiente que marca a responsabilidade dos causadores ambientais. Em 1985 cria-se o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) que é amparado pela

criação do então Sistema Nacional de Meio Ambiente. A constituição de 1988 torna-se então o principal marco desta época em termos de projeto nacional porque é resultado de conscientização e mobilização da sociedade brasileira e promove a concorrência dos três níveis de governo na problemática ambiental ampliando o papel dos Estados e Municípios no exercício de políticas ambientais.

Antônio Carlos DIEGUES (1993) e Bertha BECKER (1997), acompanhando estes processos de internalização de dimensões da política ambiental, tecem considerações que vão no sentido da relação geografia política e meio ambiente. Para o primeiro a abordagem sobre os recursos naturais acaba ganhando um cunho menos centralizador do ponto de vista geopolítico, mas com forte influência internacional, com o aparecimento de conceitos difundidos por organizações ambientais internacionais. Este autor apresenta alguns fatores que acabam por promover a combinação temática entre geografia política e meio ambiente[50]:

- 'a rápida devastação de florestas' o que sugere medidas territoriais de proteção, recuperação e restauração indicadas no SNUC;

[50] [...] A criação de parques e reservas têm sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza, em particular nos países do terceiro mundo (...) houve uma combinação de fatores que explicam esse aumento da preocupação mundial pelas unidades de conservação [...] (Antônio Carlos DIEGUES, 1993:220)

- ‘a perda da biodiversidade planetária’ o que coloca o Brasil como foco privilegiado de interesse ambiental: país *megadiverso*;
- ‘a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação’ que se dirigem prioritariamente para as políticas territoriais do SNUC de implantação de unidades de conservação conforme pode-se inferir da TABELA 02 (p. 47);
- ‘a possibilidade de geração de renda pelo ecoturismo em *parques*’ que se coloca como atividade privilegiada nos dias atuais para as unidades de conservação;
- ‘a conservação se transformando em importante arma política para as elites dominantes dos países do terceiro mundo’.

Berta BECKER (*op. cit*.), por sua vez, torna explícito que a dimensão político-territorial dos vetores ambientais produz uma nova *malha técno-política*[51]. Dentro deste quadro a autora propõe alguns pontos a serem considerados na interpretação deste processo:

- a fragilização do Estado Federal e desmonte da máquina estatal a partir do governo COLLOR;
- a ausência de um projeto nacional democrático;

[51] [...] A crise do Estado e a redemocratização da sociedade no Brasil, somada às pressões externas manifestam-se numa profunda mudança na política territorial a partir de meados da década de 1980, configurando a nova fase do ‘desenvolvimento sustentável’; a variável ambiental – entendida como recursos naturais, patrimônios natural e cultural, conhecimento e práticas sociais – foi incluída no discurso e na definição de políticas [...] (Bertha BECKER, 1997:06)

- a negociação direta de elites regionais com a economia-mundo;
- as múltiplas formas de organização da sociedade civil;
- o afloramento do tecido social em complexidade (nova malha técno-política).

Esses novos recortes associam-se imediatamente a novos agentes, o que demonstra que a problemática ambiental é uma densidade, um agregado que interessa como discussão mais democrática de uma política de ordenamento territorial[52]. A variável ambiental sugere com certa clareza até, tanto nos processos oriundos da ordem ambiental internacional quanto nas acomodações da dimensão da política pública interna, que uma face deste todo este universo está voltado para novos recortes territoriais que colocam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação como foco privilegiado de interesse e mediação. As tabelas 01 e 02 abaixo podem demonstrar este *vocacionamento* do Brasil.

TABELA 01

[52] [...] as ONG's que atuam não apenas na luta pela demarção das áreas a serem protegidas, mas também como consultores nos planos de manejo; os sindicatos, sob comando do Conselho Nacional de Seringueiros, são igualmente um ator de primeira grandeza; e as comunidades. Com o apoio internacional já citado [...] (*Idem*, 1997:09)

NÚMERO DE ÁREAS PROTEGIDAS POR DÉCADA NO MUNDO E NO BRASIL		
	MUNDO	BRASIL
ANTES DE 1900	37	0
1930 A 1939	251	3
1940 A 1949	11	0
1950 A 1959	319	3
1960 A 1969	573	8
1970 A 1979	1.317	11
1980 A 1989	781	58

FONTE: REID & MILLER, 1989. IBAMA, 1989 (estão incluídos parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental todas a nível federal somente)

Percebe-se, na tabela 01, que a partir da década de 80 começa uma reversão na relação mundo-Brasil. Enquanto há uma queda na criação e institucionalização de novas áreas de proteção no mundo, o Brasil apresenta franco crescimento neste quesito. A tabela 02 abaixo demonstra a influência internacional atuando, a partir da variável ambiental, no ordenamento do território brasileiro.

TABELA 02

RECURSOS DO PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS (US$ 1.000)		
Subprograma	**Acordados em Genebra/91**	**Prometidos/93**
Política de Recursos Naturais	94.4	17.9
UC's em Recursos Naturais	89.3	44.7
Ciência e Tecnologia	48.8	8.0
Projetos Demonstrativos	30.0	16.1
Total	261.3	86.7

FONTE:Ministério do Meio Ambiente, 1993, In: Bertha BECKER (1996)

Pela tabela acima se percebe a preferência dos investidores: quase metade dos recursos se destinava às Unidades de Conservação; e somando-se a este destino o investimento em Projetos Demonstrativos – declaradamente destinado às ONG's - a porcentagem dedicada a políticas territoriais ambientais chega a 60,8%. A nosso ver esta situação e condição coloca de fato uma nova dinâmica no sentido da apropriação dos recursos naturais e na relação com a biodiversidade. A nova malha tecno-política sugerida por Bertha BECKER que propõe reacomodações nos papéis do Estado, da Sociedade Civil e do Mercado.

Quando ainda da elaboração e configuração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, na década de 90, no Congresso Nacional, José Pedro de Oliveira Costa[53] afirmou:

> [...] Embora o SNUC ainda seja um projeto de lei, é importante ressaltar que sua estrutura filosófica/conceitual, ou seja, o estabelecimento de uma 'rede' de áreas protegidas vêm sendo desenhada desde a criação das primeiras unidades de conservação [...].

Nota-se, portanto, que o Sistema foi engendrado com clara vocação de política territorial que foi dimensionada para a configuração em 'rede' e pressupondo a participação da comunidade.

O contato entre a Geografia Política e a Política Pública coloca a problematização entre duas disciplinas que se desenvolveram em origem epistemológica diversa, principalmente na problematização da noção de território e territorialidade. Grosso modo, pode-se inferir que a

---

[53] José Pedro de Oliveira Costa foi Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo. É mestre em Planejamento Ambiental pela Universidade da Califórnia (Berkeley-USA) e doutor pela Universidade de São Paulo, onde é professor. Exerce pela segunda vez a presidência do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. É membro do Conselho da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e da Fundação SOS Mata Atlântica. Foi coordenador do Programa Ambiental do Instituto Latinoamericano, consultor e representante da América Latina na União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), assessor ambiental na Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo, representante dos estados de São Paulo e do Paraná na Secretaria Nacional do Meio Ambiente, secretário executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (Consema) e coordenador do Consórcio Mata Atlântica. Participou da comissão que definiu diversos programas de meio ambiente dos governos federal e do estado de São Paulo. É o propositor e viabilizador de diversas áreas protegidas, entre elas o Parque Estadual da Serra do Mar e a Estação Ecológica da Juréia, as Áreas de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira e de Cananéia-Iguape-Peruíbe e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **É também um dos co-autores da proposta original do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. WEB: http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/arprot/snuc/apresent.htm

Geografia Política têm seus postulados apoiados na interpretação das formas e conteúdos das organizações político-territoriais; esta disciplina, ou sub-campo da Geografia, também vem desenvolvendo um arcabouço mais amplo de conceitos e de práticas metodológicas para dar conta de realidades mais complexas. Nesse sentido desenvolve-se a identificação georreferenciada dos dados e interpretação dos processos em Geografia Política e Meio Ambiente, relação que aborda, com a mediação da Política Pública, questões de articulações territoriais como as de limites e fronteiras internas, processos governamentais de planejamento e arranjos territoriais, como por exemplo, sub-áreas metropolitanas, zonas de amortecimentos, rede geográfica, articulação ou contradição entre escalas de ação, *shaterbelt*s (áreas de conflito), circulação da informação, forças centrípetas e forças centrífugas concernentes a políticas públicas sustentáveis.

Bertha BECKER (1988) ao chamar a atenção para a exigência da busca de novos paradigmas para a ciência e o rompimento de barreiras entre disciplinas, o que parece ser o caso inclusive da relação entre Geografia Política e Política Pública, discute questões que incorporamos aqui neste trabalho. A autora aponta para a crescente estratégia estatal

de instrumentalização do espaço para fins geoeconômicos e de controle social e aponta uma problematização para os objetivos de gestão[54].

A Política Pública[55] se estabelece com um duplo *status* um acadêmico e um mais técnico e normativo. É uma disciplina relativamente nova que empresta conceitos da Economia, da Sociologia e Psicologia como saberes estabilizados[56]. Como ciência do Estado em ação, a Política Pública se conforma mais aos paradigmas da Ciência Política[57]. Em paralelo à discussão científica, no uso como ciência aplicada, pode assumir forma mais metodológica ou de *check lists* para proveito dos governantes e gestores públicos. Politólogos – também chamados de *policymakers* – se interessam por este ramo na medida em que é uma abertura mais além dos clássicos estudos de comportamento político. Por outro lado, em função da exigência cada vez maior de velocidade operacional, suscita-se a desconfiança na gestão política questionando-se se esta é capaz de responder a esta nova exigência de aceleração contemporânea. O ponto crucial, entretanto, é saber se a análise em Política Pública coloca novas questões à realidade social, aponta Pierre MÜLLER (1990).

---

[54] [...] Cada vez mais o controle do espaço é utilizado como forma alternativa de controle social (...) pensamos hoje uma organização do espaço que não existe mais, e a perda desse saber estratégico constitui perda de poder e empecilho à gestão democrática do território [...] (Bertha BECKER, 1988:99)
[55] Ver a respeito: Luis F. Aguilar VILLANUEVA (2000)
[56] Ver Pierre MÜLLER (1990).
[57] Ver Lucy Claudia LERNER (2008: 09).

Para a Geografia, o 'nó górdio' em questão, quando se trata de uma análise em Políticas Públicas, está em que esta disciplina tem uma gênese na qual se aposta no '*declínio das sociedades territoriais'* porque tal noção de sociedade estaria pautada principalmente na lógica centro-periferia. A territorialidade social estaria, então, recuando diante de uma outra lógica: da *setorialidade-globalidade*[58].

De fato, não é difícil observar a setorialização da política pública bem como o domínio de algumas profissões e seus jargões na chefia de cargos públicos e na divulgação de conceitos definidores em políticas ambientais. A questão maior que se coloca, no entanto, estaria na preponderância excessiva de análises em Política Pública que não utilizam instrumentos construídos na Geografia Política aplicada aos recursos naturais e à biodiversidade ou problematizam mais superficialmente com estes instrumentos.

Segundo investigações de Lucy Claudia LERNER (2008), a *policy analysis*, isto é, a análise dos conteúdos dos processos políticos tem privilegiado alguns temas como questões sobre o sistema político vigente em determinado Estado, ou a análise das forças políticas

[58] Conforme Pierre MÜLLER (*op. cit*.) este recuo da força do território como dimensão política para a sociedade está apoiada no pensamento de Emile DURKHEIM, sobretudo na obra De la Division du Travail Social e também em E. WEBER na obra La Fin des Terroirs. Estas obras apontaram que a modernização do processo de regulação, pela força da Revolução Industrial, transformaram sociedades tradicionais e territoriais em sociedades funcionais e modernas, cuja força coorporativo-profissional passariam a ser predominantes à qualquer identidade territorial.

fundamentais do processo decisório, ou mesmo a investigação sobre os resultados produzidos por um sistema político (*Idem*, p. 22). Nesse sentido, o cenário político pode revelar três dimensões principais: (1) a ordem do sistema político ou estruturas políticas (polity); (2) processos de negociação política (politics); (3) os conteúdos e resultados da política (policy) (*Idem*, ibidem, p. 23).

Novas categorias implementadas no debate interno disciplinar das Ciências Políticas foram desenvolvidas e sugerem o tratamento de questões de território e territorialidade. Surge, então, neste meio a interpretação sobre 'redes de relações sociais tanto regulares como as informais' (policy networks). A idéia territorialmente genérica de 'espaço de configuração do conflito e da negociação' (policy arena). E também uma noção periodizadora no sentido das **fases** do processo político, qual seja o 'ciclo da política' (policy cycle) (*Idem*, ibidem, p. 24).

A questão fundamental que se infere destas novas categorias é a da

> [...] participação da sociedade civil nas decisões de políticas públicas [...] já que [...] o estabelecimento de políticas públicas legitimadas apenas pelo sistema de representatividade e fundadas na autoridade formal demonstra-se ineficaz para a solução de problemas ambientais [...] Lucy Claudia LERNER (2008:30).

Assim, nosso propósito nessa articulação epistemológica é contribuir e avançar no debate sobre a dimensão política do território e sua importância de regulação e gestão democrática num sentido mais articulador e intersetorial.

1.5. A Biodiversidade, os Recursos e o Poder

Como mediação político territorial para uma Geografia Política do Meio Ambiente, o SNUC deve tomar como pressuposto uma problemática: tangenciar o debate entre os recursos e o poder. Essa discussão pode contribuir, em nosso ponto de vista, para a renovação - no caminho da sustentabilidade - de uma série de conceitos de organização sócio-espacial: Estado, Nação, Território, Civilização (esta entendida na questão das novas bases de assentamento da sociedade civil).

Para J. H. PATTERSON (1975), a relação Estado-Territorial e recursos se realiza da seguinte maneira: (1) o Estado-Territorial seria a comunidade prioritária moderna a decidir sobre os recursos; (2) o Estado-Territorial enfrenta conflitos no sistema federativo; (3) Considera, ao mesmo tempo, que o Estado-Territorial não é a unidade ideal, ou a única, da sociedade a tomar decisões sobre recursos já que

algumas destas decisões exigem claramente ação internacional cujo direito de decidir estaria relacionado com a escala do problema[59].

Entretanto, ainda neste momento do texto deste autor é possível inferir que a relação poder-recursos atinge as questões de construção de projeto nacional e processos civilizatórios. Tomando como variáveis relacionáveis desta problemática os conceitos de (1) recursos naturais, (2) recursos humanos (níveis técnicos e tecnológicos); (3) população; (4) níveis de vida, este autor trabalha a dinâmica histórica da relação recursos e poder. Tentando ultrapassar etapas do processo civilizatório global J.H. PATTERSON se permitiu colocar a questão de como produzir uma condição ótima que dê conta de um nível de vida mais elevado para todos os povos do mundo. Como eliminar a discrepância entre população e recursos...o autor acredita que a relação entre as variáveis acima mencionadas devem ser pensadas como *distribuição* que poderia ser alterada segundo os objetivos de uma cooperação planetária que fosse função do aumento do nível de vida mundial.

Claude RAFFESTIN (1993), que admite o poder como problemática relacional, propõe que os equivalentes das noções de (1) espaço, (2) território e (3) territorialidade seriam, respectivamente, as noções de (1) matéria, (2) recurso e (3) tecnicismo. Com isso concebe assim que a matéria é um dado puro somente no período da história planetária sem

[59] Ver J. H. PATTERSON (*op. cit*, p. 39.)

a presença do homem. Quando se torna objeto de prática, configurando-se uma relação histórica, a matéria é então um vasto campo de possibilidades[60], o poder original do homem. E esse fenômeno foi demonstrado no trabalho de Harm J. de BLIJ (1967) justamente no capítulo em que discute o desenvolvimento do conceito e da realidade de Nação e do Estado, momento em que mostra variadas formas de domínio territorial associadas a recursos em várias civilizações costumeiramente chamadas de primitivas: *bushmens*; *hottentots*; estados africanos pré-coloniais; *australian indigenous*; maias; aztecas; incas...

As classes de utilidades e as classes de propriedades da matéria permitiriam a medição do poder. Nestas condições a matéria só surge como recurso quando esta relação admite um *agente*, uma *prática* (a técnica mediatizada pelo trabalho) e uma *matéria*. O recurso seria então um conjunto de propriedades da matéria caracterizando funções, não uma coisa ou substância.[61]

Sem esta prática a matéria seria então um dado puro, concepção esta bastante presente em grupos ambientalistas, majoritariamente

[60] "...O poder original do homem se revela por intermédio do aparecimento das propriedades da matéria..." (Claude RAFFESTIN, 1993:225)
[61] "[..]a relação que faz surgir um recurso não é puramente instrumental, mas também política, no sentido que damos a este termo. A relação com a matéria é política no sentido de que [a técnica mediatizada pelo trabalho] é um produto coletivo (...) a relação interessa ao acesso de um grupo à matéria (...) que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção[...]" (*Idem,* p. 225)

naquilo que Antonio Carlos DIEGUES (*op. cit*.) define como o *grupo dos preservacionistas*. De outro modo, é a relação com a matéria que modifica suas propriedades (o recurso) pela prática entendida como trabalho, energia informada, história territorial. A natureza sócio-política e sócio-econômica dos recursos é criada pela concepção histórica da relação com a matéria.

A definição de tecnicidade é entendida como subconjunto da territorialidade, por Claude RAFFESTIN. Porém ambas as dimensões podem se caracterizar por relações simétricas ou assimétricas. A territorialidade/tecnicidade assimétrica é uma relação destrutiva do meio material. Esta problemática da assimetria atinge a questão da ação e uso sobre os recursos, se renováveis ou não. E é uma visão da problemática ambiental que se apresenta claramente para o campo da Geografia Política.[62]

As noções de matéria, recursos e tecnicismo, vistas como equivalentes de espaço, território e territorialidade dentro do campo da Geografia Política se revestem de importância para o debate que esta pesquisa pontua. Abre-se um campo de possibilidades de pesquisa que vai muito além da mera relação instrumental na medida em que os

[62] "[...] a tecnicidade nos introduz diretamente na esfera do poder, e tanto mais ela exprime relações de poder não somente com a matéria, mas também com os homens para os quais essa matéria é um trunfo. A produção de recursos supõe, pois, uma dominação mínima do quadro espaço-temporal dentro do qual, e para o qual, a tecnicidade interage com a territorialidade..." (*Idem, ibidem*: 227-228)

recursos se configuram como propriedade da matéria sob condições de mediação que, por sua vez, são dinâmicas no quadro espaço-temporal.

Para os recursos renováveis, Claude RAFFESTIN utiliza os exemplos do solo e da água. Em relação ao solo, este autor afirma que quase sempre se apresenta uma relação assimétrica porque sustentada em relações de propriedade: a terra se coloca, portanto, como trunfo de poder e atinge, hoje, a problemática de estratégias em torno do controle e gestão da produção alimentar. Poderíamos aí incluir a disputa entre ambiental e exploração de impacto. A água é outro recurso sobre o qual vem aumentando a densidade de controle e gestão sobretudo de natureza política por interessar cada vez mais ao conjunto da coletividade.

Os recursos não-renováveis nos remetem imediatamente a uma relação de tecnicidade no sentido de apropriação técnica. Uma diferença geo-política estaria em que para os recursos renováveis existem mecanismos de regulação ajustados de acordo com a capacidade dos ecossistemas, no entanto, para os recursos não-renováveis a regulação só pode ser normativa: não utilizar; utilizar pouco; utilizar muito; o que indica uma escolha sócio-política.

Entendemos que tanto a regulação que exige um ajuste ao ecossistema quanto a regulação normativa de cunho sócio-político significam uma mobilização dos recursos que pressupõem exercício e

domínio mínimo em relação ao território que levam à preparação de planos, programas, inventários e avaliações. Temas que interessam como campo de pesquisa.

Lembra-nos Wagner RIBEIRO (2001:16) que o conceito de ordem é empregado como medida da regulação humana. Quando se fala de *orden*amento territorial é sobretudo a dimensão espacial das medidas de regulação que está em jogo. Neste sentido, os problemas brasileiros vão além daqueles recursos exemplificados por Claude RAFFESTIN – incluindo aqueles. A tecnicidade abre novas propriedades (os recursos) à matéria, porém é um tema de tensão no atual processo de globalização na medida em que a capacitação em Pesquisa e Desenvolvimento "[...] foram incorporadas como mercadoria, na atual forma de reprodução ampliada do capital[...]"[63].

Por outro lado, o Brasil possui dentro de seus limites um imenso patrimônio natural que representa recursos de alta importância no mundo atual dentro do conceito de biodiversidade. Como se furtar ao debate de construção de mecanismos mais democráticos e participativos de uso e conservação deste patrimônio?

Estas dimensões incluem diversos segmentos da sociedade com interesse na questão. Portanto, a política pública ambiental e a gestão territorial desta política são temas que se revestem de importância

[63] Wagner RIBEIRO (1995:02)

social contemporânea. Se há a pretensão da dimensão de *Projeto Nacional* na instauração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação entende-se esta Política Pública Ambiental - o SNUC - como uma proposta em construção para a qual pretende-se contribuir com uma avaliação particularizada em termos da relação entre a Geografia Política e Meio Ambiente.

As variáveis em questão, em parte definidas no Diagrama da Biodiversidade e em outros itens sugeridos em autores discutidos, podem ser relativizadas com o aporte teórico-metodológico discutido até aqui. Nesse sentido é que definimos como recorte geográfico de trabalho a construção do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico_SVP).

Pretende-se aí uma pesquisa que permita inferir alguma especificidade histórico-territorial e modos de internalização da gestão territorial e políticas públicas ambientais principalmente voltadas para a discussão ambiental focadas na questão da Biodiversidade e dos Recursos Naturais.

Decorridos os anos a partir deste momento marcado pela reunião “Rio-92”, ainda mostram-se insolúveis algumas questões: não se mostra definido o significado de ‘desenvolvimento sustentável’, pelo contrário, mais parece uma panacéia. No entanto, a expansão da estrutura política ambiental é marcada, no Brasil, nos discursos, documentos, intenções e

metas pela guarida que se dá a aqueles termos. Houve também desqualificações entre seguimentos da política ambiental na tentativa de separar aqueles que seriam a favor do 'progresso e do desenvolvimento' contra, os outros, que seriam aqueles que restringem o 'avanço da humanidade'.

Nem de um lado nem de outro, acreditamos que mais foi exposta uma falsa questão que esconderia o embate do jogo político e seus atores. À luz dos dias atuais se reconhece a permanência do embate delimitado principalmente pelo poder de acesso aos recursos naturais e pela própria definição quanto a estes recursos. Também é certo que não é a Ciência o divisor de águas das disputas, pois podemos encontrar cientistas envolvidos tanto com a 'tecnocracia', em defesa da postura hermética - os 'peritos do sistema' dos 'sistemas peritos'[64] – como também cientistas inseridos nos chamados movimentos socioambientais.

Da mesma forma, como poderemos ver em capítulos posteriores neste trabalho, as características das instituições ambientais sofrem mudanças par a par com as mudanças de estratégias e alterações de concepções ao sabor das pressões e contradições na relação com a sociedade como um todo. Equívoco seria considerar o aparelho de Estado como mero reflexo e apêndice do poder econômico. Equívoco

[64] Conforme noção apresentada por Giddens (ver a respeito: R. HAESBART, 2004:158)

também seria considerar o Estado como dotado de uma autonomia invariante. Há uma autonomia relativa do Estado frente às frações de blocos de poder: são as lutas inscritas na trama do Estado na noção, bastante útil para os que se debruçam na análise das políticas públicas, de que este é um condensador de relações de forças[65].

[65] Sobre esta concepção de fissuras, rupturas e divisões presente no pessoal e aparelho de Estado, ver: Nicos POULANTZAS – O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro, Ed. Graal. 1985.

2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE DE MINAS GERAIS: uma caracterização da área de estudo

Pelo menos alguns tipos fisiográficos e paisagens estão presentes com freqüência tanto na literatura quanto na própria vida mesmo que cerca o entorno regional e superfície da área que compreende o Projeto Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico_SVP).

Os Mosaicos de Unidades de Conservação são políticas territoriais de cunho ambiental que estão previstas como etapas posteriores nos princípios e objetivos do SNUC. No entanto, devido mesmo a alguns fatores, que são característicos das políticas territoriais, a implantação de Mosaicos de Unidades de Conservação apresenta idéias-eixos que os aproximam às demais dimensões da vida pública e da política pública.

O Mosaico_SVP está pautado na estratégia do Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) desdobrado em dois eixos: o Extrativismo e o Turismo Eco-Cultural. Como se pode ver nos próprios *termos* da estratégia do DTBC, estão em jogo na proposta a dimensão do trabalho, das formas de manejo, acesso e apropriação de recursos naturais, enfim dimensões da vida sócioespacial.

Assim, assinalar ainda que sucintamente os tipos fisiográficos e paisagens presentes no horizonte geográfico representado nos discursos, literatura e cotidiano em relação com o Norte de Minas Gerais nos parece um passo no sentido do conhecimento da porção de território que se pretende transformar em Mosaico de Unidades de

Conservação. São representações geográficas que se colocam como índices para leitura, interpretação e caminhos de pesquisa. É o estabelecimento dos sentidos de uma caracterização geográfica.

2.1. Horizontes Geográficos

O ***Sertão*** do qual se diz "[...] imensas terras, que se dilatam por horizontes sem fim [...]"[66], que de tão imensas, tão sem-centro, tão sem-fim permitiu às matrizes da racionalidade colonial a construção da idéia de 'vazio demográfico, de ''deserto', de 'sem-gente' onde viviam os Abaetés, os Tamoios e os Cataguás, os Acroás, os Aricobés, os Tobajaras, os Amoipiras, os Tupinás, os Ocrens e Sacragrinhas e Tupinambás; os Abatirás "[...] assim chamados de acordo com Senna, segundo o Tupi abá-tirá, por causa de sua grimpa levantada ou dos cabelos ríspidos e crescidos [...]" (Luciene RODRIGUES, 2000, p. 111). Canindés e Cariris que migraram, em suas correrias, ao longo do rio São Francisco acima acabando por se misturar aos Caiapós e Kiriris nos arredores do que hoje é o município de Januária-MG e que foram deslocados até o rio Grande onde hoje é divisa entre São Paulo e Minas Gerais, aí desaparecendo da forma de comunidade; os Guaíbas que viviam numa das ilhas, perto do que hoje é São Romão-MG, nas águas do grande rio; os Crixás, Cururus e Goianás; os Tremembés e Tupis; e

[66] DINIZ, Domingos – *O sertão do São Francisco e, nele, o cerrado e o vaqueiro*, In: RODRIGUES, Luciene e MAIA, Claudia (orgs.), 2003. (p. 149).

os Xacriabás, que de toda essa gente da 'terra sem-gente' do Sertão, são os únicos que hoje ainda têm posse de um pedaço de terra em reserva Indígena, agora pedaço do Mosaico_SVP.

A idéia-eixo de vazio demográfico, sustentáculo da política territorial colonial nestas terras 'disponíveis' que partilharam o primeiro grande redesenho nacional quando fomos passando de capitanias hereditárias para sesmarias, essas terras que foram um grande mosaico de currais[67] que ao produzirem uma nova vida e novas localidades, ao mesmo tempo produziram uma geografia praticamente imemorial[68] para os dias atuais.

Como acredita Luciene RODRIGUES (*op. cit*.), tudo indica que a pesquisa histórica da região tem subestimado a importância das aldeias indígenas existentes quando da avassaladora ocupação colonial sertaneja. Tratam das rotas das boiadas quase como fator absoluto determinante da formação de muitas cidades. Porém os vestígios das civilizações indígenas são muitos e estão presentes nos nomes de antigas fazendas e localidades que se tornaram centros urbanos

---

[67] "[...] Como conseqüência da rota das boiadas, que se dirigiam para os mercados consumidores, formaram-se povoados, vilas e, posteriormente, cidades, como por exemplo, Januária, Montes Claros e outras, que ainda guardam os nomes das fazendas das quais se originaram [...]" (Luciene RODRIGUES, *op.cit.,* p. 112).

[68] Ver FIGURAS 06 a 08, pp. 70-72, Croqui Geografia Imemorial nas Terras do Sertão. "[...] Os donos das sesmarias espalharam os currais pelas margens do São Francisco. Com isso os índios acabaram sendo exterminados ou escravizados, quando não conseguiram fugir para áreas distantes no Piauí e no Maranhão. O êxodo dos indígenas decorreu, portanto, do avanço da pecuária, que foi liquidando as lavouras plantadas pelas tribos, a fim de transformá-las em pastagens [...]" (Marco Antônio Tavares COELHO, 2005: 22-23).

preservando a nomenclatura como Abaeté-MG, Bocaiúva-MG, Pirapora-MG, Guaicuí-MG, Itacarambi-MG e outras, além do sobrenome de habitantes[69].

As FIGURAS 06 e 07, a seguir, mostra o "CROQUI: Geografia Imemorial nas Terras do Sertão". Imemorial pelo silêncio programado, pelas "[...] bem escassas (...) informações relativas aos grupos indígenas da área do São Francisco [..]"[70]. Imemoriais em seu tempo de ocupação muito antes do século XVI, demonstrando como a bacia do rio São Francisco foi um centro atrator de grupos indígenas em tempos remotos em relação à chamada história oficial. Tempo remoto resgatado pelo esforço de pesquisadores que aqui registramos como Gabriela MARTIN[71], Wilson LINS[72] (que registrou Vital Rêgo, estudioso da etnografia brasileira), e Manuel DIÉGUES JÚNIOR[73] vistos em trabalho de Marco Antônio Tavares COELHO (*op. cit.*); Nelson de SENNA[74], William D. HOHENTAL JR.[75] e Donald PIERSON[76] pesquisados por

---

[69] Durante nossa estada na região nortemineira, durante o segundo semestre de 2006, pudemos observar a presença de sobrenomes marcados por nomes de comunidades indígenas, como por exemplo, Laerte Tupinambá, um de nossos alunos em faculdade de Geografia na região.

[70] Luciene RODRIGUES (*op. cit*., p. 109-110).

[71] MARTIN, Gabriela – "O homem do vale do São Francisco", In: *O rio São Francisco, a natureza e o homem,* 50 anos da CHESF, Salvador, 1998.

[72] LINS, Wilson – *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. Salvador-BA: Edições Oxumaré/Livraria Progresso (2ª ed.), 1952.

[73] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel – *As regiões culturais no Brasil.* Rio de Janeiro: INEP. 1960.

[74] SENNA, Nelson de – Principais povos selvagens que tiveram o seu habitat em território das Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Ano XXV. Vol. I. (julho) 1937.

[75] HOHENTAL JR., William D. – As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. *Revista do Museu Paulista.* São Paulo, Vol XII, Nova Série, pp. 37-86.

Luciene RODRIGUES (*op.cit.*); Elisa C. M. SOLÁ em José Maria Alves CARDOSO[77]. Estes trabalhos fornecem um quadro da distribuição de povos indígenas tanto em tempos imemoriais como também durante o período colonial quando o extermínio, escravidão ou expulsão marcou a geografia e história destas populações.

O "CROQUI: Geografia Imemorial nas Terras do Sertão" reconstitui a localização aproximada, denominação e movimento – *as correria*s, por exemplo - destas diferentes grupos e sub-grupos indígenas, utilizando-se das atuais áreas do mosaico municipal brasileiro cuja aproximação foi realizada com base nos dados –funcionando como um 'memorial descritivo' - fornecidos pelos pesquisadores mencionados acima. Nossa preocupação fundamental não é a precisão geométrica das localizações, portanto, mas produzir visibilidade cartográfica a comunidades que produziram conhecimento a partir de relação íntima com os fatores ecológicos da região e que são repercutidos às sociedades que se sobrepuseram a estas populações, conforme testemunham alguns pesquisadores da vida social e cultural das atuais comunidades locais.

---

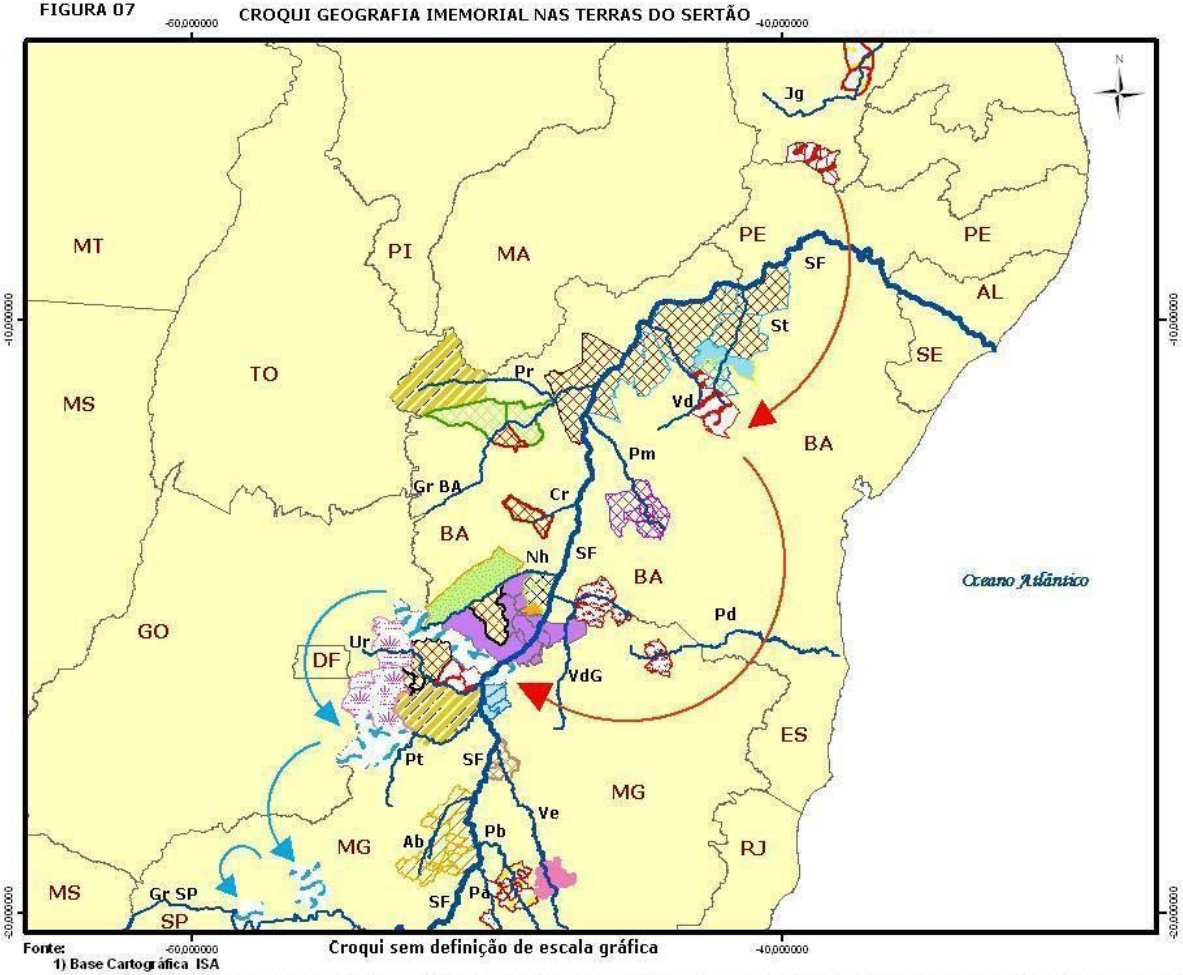
[76] PIERSON, Donald – *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro. SUVALE/Ministério do Interior, 3 Tomos. Tomo I. Item VI. Raízes do Passado, pp. 223-328.

[77] José Maria Alves CARDOSO (2000).

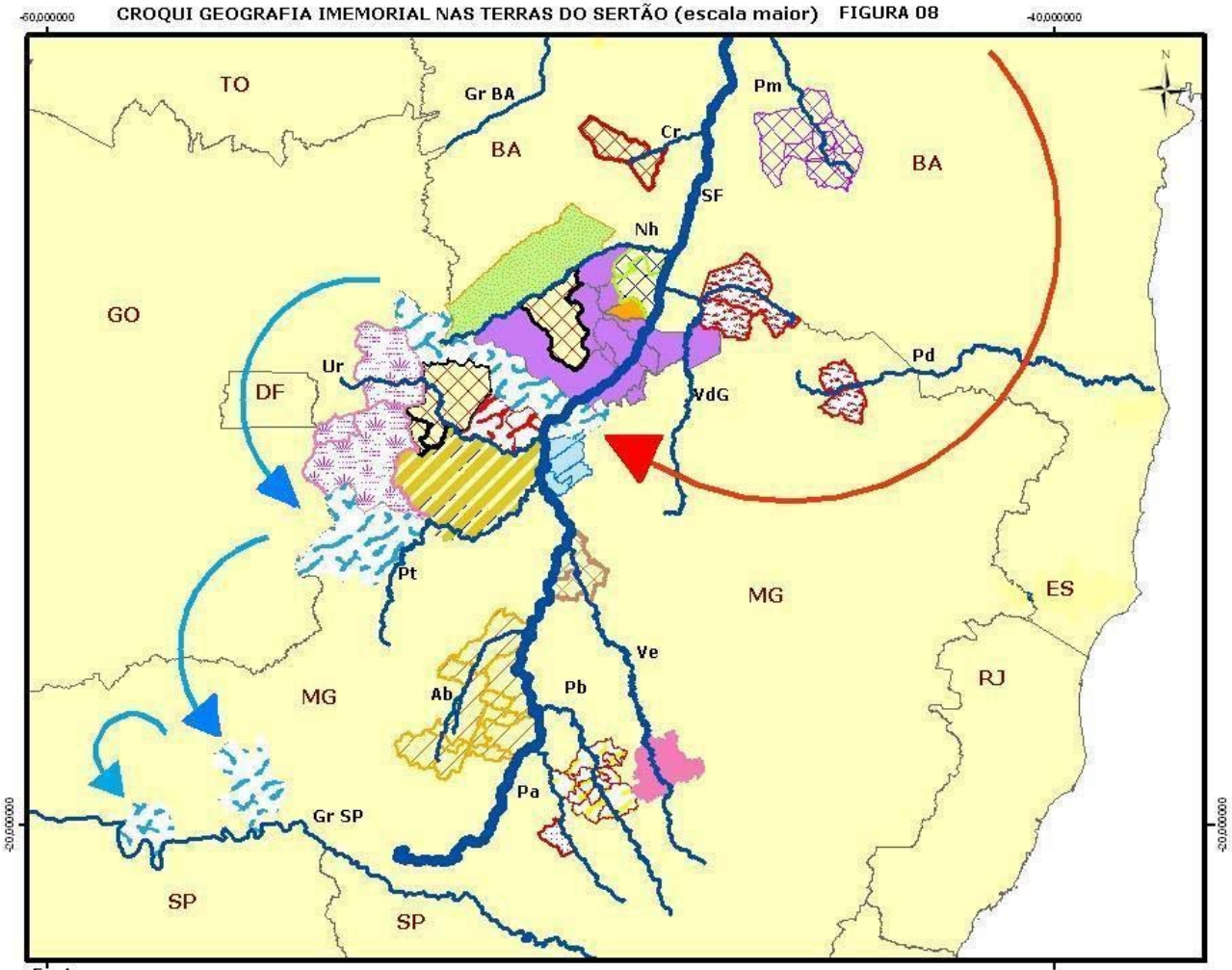
Legenda do Croqui " Geografia Imemorial nas Terras do Sertão"

- Correria dos Caiapós
- Correria dos Cariris
- Rio Abaeté Ribeirão dos Tiros (Ti)
- Rio Abaeté (Ab)
- Rio Carinhanha (Nh)
- Rio Corrente (Cr)
- Rio Grande - BA (Gr BA)
- Rio Grande divisa MG- SP (Gr SP)
- Rio Jacaré (Ja)
- Rio Jaguaribe (Jg)
- Rio Pará (Pa)
- Rio Paraná (Pr)
- Rio Pardo (Pd)
- Rio Paracatu (Pt)
- Rio Paramirim (Pm)
- Rio Paraopeba (Pb)
- Rio Preto (Pr)
- Rio Salitre (St)
- Rio São Francisco (SF)
- Rio Urucuia (Ur)
- Rio das Velhas (Ve)
- Rio Verde (Vd)
- Rio Verde Grande (VdG)
- Abaeté no século XII
- Abatirás
- Acroás Rio Grande
- Acroás século XVIII
- Amoipira/1587 e Tupinambá/1759
- Amoipira 02, Ocrens e Sacragrinhas/ 1739
- Aricobés 1774
- Caiapós e suas Correrias
- Canindés
- Cariris/Área de Origem
- Cariris no Morro do Chapéu
- Cariris Migrantes
- Catolés
- Crixás vindos de Goiás
- Cururus
- Goianás aliados aos Bandeirantes
- Guaíbas Insulares
- Kiriris
- Tamoios e Cataguás 1553
- Tobajaras 1594
- Tupinambás em 1759
- Tremembés no Ceará / Origem
- Tremembés migrantes do Ceará
- Tupinás
- Tupis e Tupinaens séculos XVI-XVII
- Xacriabá Rio Preto 1818
- Xacriabá século XVIII
- Xacriabás nos dias atuais
- Estados

FIGURA 07 CROQUI GEOGRAFIA IMEMORIAL NAS TERRAS DO SERTÃO



Fonte:
1) Base Cartográfica ISA
2) Bibliografia: RODRIGUES, Luciene (2000); MARTIN,Gabriela (1998); LINS, Wilson (1952); DIEGUES JR.,Manuel (1960); SENNA,Nelson de (1937); HOHENTAL JR.,Willian D.(s/d).
Elaborado por Hilo Lima - 2008



Fonte:
1) Base Cartográfica ISA
2) Bibliografia: RODRIGUES, Luciene (2000); MARTIN,Gabriela (1998); LIMS, Wilson (1952); DIEGUES JR.,Manuel (1960); SENNA,Nelson de (1937); HOHENTAL JR.,Willian D.(s/d).
Elaborado por Hilo Lima - 2008

FIGURA 09 – habitante na região da APA – Pandeiros, margem esquerda do Rio São Francisco, Norte de MG, em 2006.

Fonte: IEF-MG, apresentação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Pandeiros/Gibão.

FIGURA 10 – habitante na região da APA – Pandeiros, margem esquerda do Rio São Francisco, Norte de MG, em 2006.

Fonte: IEF-MG, apresentação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Pandeiros/Gibão.

O *Sertão* de insuficiência ecológica para a plantação do grande produto da empresa metropolitana: a cana-de-açúcar[78]. Tão insuficiente *Sertão agreste* que é para onde deveria ser levada a 'economia desimportante' numa visão geopolítica que hierarquiza a partir de um centro e marginaliza o que entende por distante[79]. E assim deu-se o interdito imperial: estava, então, proibida a cultura pecuária na zona úmida litorânea nordestina destinada aos engenhos e produção de açúcar[80]. A criação de gado, subsidiária, foi tomando o caminho do *Sertão*.

O mesmo caminho tomava a Casa da Torre e a Casa da Ponte, que partindo de áreas pernambucanas e baianas, respectivamente, estenderam seus alcances e poderes territoriais ao longo da margem do rio São Francisco, em forma de sesmarias, adentrando até as nascentes do rio das Velhas e promovendo conflitos e disputas territoriais nestas áreas mineiras[81], participando assim historicamente da futura configuração territorial do Norte de Minas[82].

O *Sertão* banhado pelo ***rio São Francisco***, referência certa destes mais de quinhentos anos de história. E, como parece mostrar as

[78] Insuficiência conforme as condições históricas das forças produtivas de então.
[79] A idéia de distante só existe numa geografia de poder que hierarquiza por meio de centros geográficos. E permitiu, onde não havia esfera pública, a lógica do favor se sobrepondo à lógica do direito. Esta interpretação encontra-se em: Carlos Walter Porto GONÇALVES (2000).
[80] Tal constrangimento pode ser visto na obra "Formação Econômica do Brasil, cap. X: Projeção da Economia Açucareira: a pecuária" de Celso FURTADO (1974).
[81] Sobre esta disputas ver: Carlos A. TOLEDO – *A região da Lavras Baiana* (2008)
[82] Ver a respeito Croqui Sesmarias (coloniais) Casa da Torre e Casa da Ponte, p. 95.

nebulosas evidências que despeitam do silêncio programado[83], São Francisco de ocupação por numerosas populações indígenas, muitas vezes anterior aos quinhentos anos de história de Novo Mundo. Rio de *eixo* e *base*, isto é, por onde se distribui e se condensa "[...] um verdadeiro colar de agrupamentos humanos, embriões de cidades existentes até hoje [...]" (Marco Antônio Teixeira COELHO, *op. cit*., pp. 16-17), rota de devassa e de conquista dos sertões, porta de entrada para as minas, referência de relação histórica e ecológica do atual Norte de Minas – sudestino - com o nordeste.

Rio São Francisco de famosas iguarias da pesca e base de grandes obras de engenharia hidrelétrica, fomentando instituições distribuidoras de energia e também aquelas que carregam o *S*ão *F*rancisco escondido em suas siglas patrocinando 'modernizações'. *Rio São Francisco* e suas vazantes de vazanteiros e lavadeiras ainda existentes atravessando o domínio morfoclimático diverso do ***Cerrado nortemineiro*** com suas terras que 'nunca mais acabam', prenhes de lagoas, prenhes de novos peixes; prenhes de veredas de buritis e dos muitos córregos e rios que

[83] Carlos Walter Porto GONÇALVES (2000) considera tal silêncio trouxe graves conseqüências políticas, pois se perde um conhecimento de íntimas relações com o ecossistema; afirma historicamente mito do vazio demográfico quando aqui a população era maior que a metropolitana; considera a história apenas a partir das matrizes (racionalidade) coloniais; implica a extinção de ecossistemas e populações. "[...] O Norte de Minas tinha um envolvimento próprio, com contradições próprias e, enquanto uma região, conformava uma relativa autonomia quanto à sua dinâmica de uso dos recursos naturais [...] o que ensejou culturas próprias, matrizes de racionalidade diferenciadas e corporificadas no *Caatigueiro*, no *Geraizeiro*, no *Vazanteiro* [...]" (p. 28)

vão desaguar no seu grande canal; *Cerrado* diverso de muitas feições[84]: *cerrado ralo* ou *campo cerrado* mais aberto ou o *campo sujo* dominado por arbustos e subarbustos, porém sem a presença de árvores; mas também os *campos rupestres* ou *campos de altitude* pousados nas partes altas das chapadas de onde partem as muitas águas do Brasil; das *matas de galerias* e as *veredas* que protegem as águas e abrigam a fonte de animais e humanos.

Cerrado que numa outra caracterização, como a de Sano e Almeida[85] que apontam para as formações florestais do Cerrado. Segundo esses autores, o Cerrado engloba variados tipos de vegetação classificados com base em critérios fisionômicos, seguidos pelos aspectos ambientais, edáficos e pela composição florística. Com essa subdivisão foram enumerados onze tipos fitofisionômicos gerais enquadrados em:

- formações florestais: mata ciliar4, mata de galeria5, mata seca e cerradão;

- formações savânicas: Cerrado sentido restrito, parque de Cerrado, palmeiral e vereda;

- formações campestres: campo sujo, campo rupestre, campo limpo.

---

[84] Ver a respeito: Ivo das CHAGAS, 2003.

[85] SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA – CPAC, 1998, In: BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães - *APA do Rio Pandeiros: espaço, território e atores*. UFF. Seminário de Campos Temáticos 2007 (Turma de Doutorado 2006), de 26 a 29 de novembro de 2007.

- mata ciliar: vegetação predominantemente arbórea que acompanha a margem dos rios.[86]

- mata de galeria: Floresta que orla um ou os dois lados de um curso d'água, em uma região onde a vegetação característica não é florestal.[87]

Cerrado que dentre:

> "[...] as espécies vegetais mais apreciadas pela população [...] nas veredas temos o buriti *(Mauritia vinifera Mart.)* que em algumas comunidades é oferecida às filhas como presentes; nas áreas de Cerrado e Cerradão esses naturalistas destacaram a aroeira (Myracrodruon urundeuva Fr. Allem) que a sua presença aponta para a fertilidade do solo, além de ter uma madeira apreciada para vários fins e ser medicinal para tratamento de diarréias (ALMEIDA et al., 1998); a mangaba (Hancornia speciosa Gomez) também citada pelo seu destaque na culinária regional, possui uso medicinal para cólica menstrual, luxações e hipertensão. Mas para Ricardo Ferreira Ribeiro (2000), nenhuma se iguala ao pequi (Caryocar brasiliense Camb.), intitulado de Rei do Cerrado, sendo muito apreciado na culinária regional não apenas pelo sabor, mas pelas propriedades nutritivas (vitamina A, B1, B2, B3, C, cobre, ferro, fósforo, magnésio, potássio e sódio), além de ser usado na medicina popular para bronquites, gripes resfriados, no controle de tumores, na indústria de cosméticos, na alimentação do gado; da casca retira-se corante amarelo para tinturaria caseira. Outro aspecto de destaque é o importante papel na economia local, com a comercialização que sustenta várias famílias durante alguns meses do ano, além de garantir alimentação (o fruto fresco ou com o óleo) por todo o ano [...]" (Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO , 2007, p. 14)

Os ***Gerais*** como terra comunal fornecedora de recursos não privatizados ainda; "[...] podia-se, até mesmo, 'voltar depois de 10 anos

---

[86] IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. *Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente.* Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
[87] IBGE, idem.

à terra de onde se partiu', como me disse um Geraizeiro. E isso é uma referência do que ocorria até cerca de 30 anos atrás [...]".[88]

Os *Gerais* do estado de Minas, quase Bahia, no qual se encontram os '*geraiseiros*' ou '*geralistas*' e muitos vaqueiros[89], aqueles mineiros que seriam diferentes em seu modo de vida' dos outros mineiros; utilizando-se da 'farmácia do cerrado'[90] que cura seus males e dos seus animais, com suas muitas raízes, cascas, folhas e frutos; os Gerais onde se vive em 'terra frouxa'; área que é uma parte do *Grande Sertão Veredas*, decantado por Guimarães Rosa. E das veredas[91], proseadas pelo geógrafo Ivo das Chagas:

> "[...] A vereda, com toda razão, muito vaidosa, já está pensando que dela vou me esquecer. Não poderia deixar de me lembrar da mãe de minhas águas, do mais belo espetáculo cênico do mundo tropical, meu oásis, de maior beleza que o saariano. A ela confiei as mais nobres funções. Eu a dotei de espécies não encontradas em nenhum outro subsistema sob o meu comando, como o buritizeiro, a palmeira providencial do sertão, pois dela tudo se tira tudo se faz. E a guardadora de água e de alimentos frescos para meus bichos durante as quatro estações, defendendo-os também das ardências do fogo natural ou ateado que, no esconder das chuvas, flameja e crepita na macega seca de meus gerais, mas com muito respeito pelo úmido da vereda [...]" (Ivo das CHAGAS, *op. cit*., p. 21).

---

[88] Carlos Walter Porto GONÇALVES, (*op. cit.*, p. 24)

[89] Estes que, hoje, em grande parte pertencem a um passado de 40 ou 50 anos atrás, substituídos que foram pelos grandes caminhões das 'modernas' fazendas. Ver: Domingos DINIZ, *op. cit.*, p. 157-158.

[90] *Idem*, p. 153-154.

[91] "[...] O objeto vereda constitui um tipo de ecossistema, que se desenvolve sob certas condições de umidade em região com cerrados, sendo identificadas, em geral, como cabeceiras ou nascentes de rios [...] É, portanto, uma depressão aberta, rasa e alongada, com vertentes suaves e fundos planos com solos turfosos permanentemente saturado por água de exsudação [transpiração em forma de gotas] do lençol freático [...] Na literatura científica no campo da Geomorfologia encontra-se a seguinte definição e caracterização de veredas: '*As veredas são formas ligeiramente deprimidas dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos de água.* [...] *No tempo de chuvas. Essas veredas podem ficar muito pantanosas e no inverno reduzem-se a fontes, mas sempre há água*' [...]" Veridiana Mendes Figueiredo Cristofolo VIANA (2006:30-35)

Após as CONSIDERAÇÕES FINAIS, apresentamos A SESSÃO ICONOGRÁFICA PORTAS DO SERTÃO E A SESSÃO ICONOGRÁFICA JANUÁRIA que procuram demonstrar aspectos das paisagens de nossa área de estudo. No caso, as fotografias demonstram aspectos que estão de municípios do Norte de Minas cujas sedes municipais se encontram à margem esquerda do rio São Francisco.

Podemos observar a seguir a FIGURA 10 que mostra a variação climática por médias anuais em graus Celsius no Estado de Minas Gerais. Esta representação climática é genérica e diz respeito a dados tomados na década correspondente aos anos 2000 com a área do Norte de Minas Gerais revelando temperaturas mais elevadas em relação a maior parte deste estado.

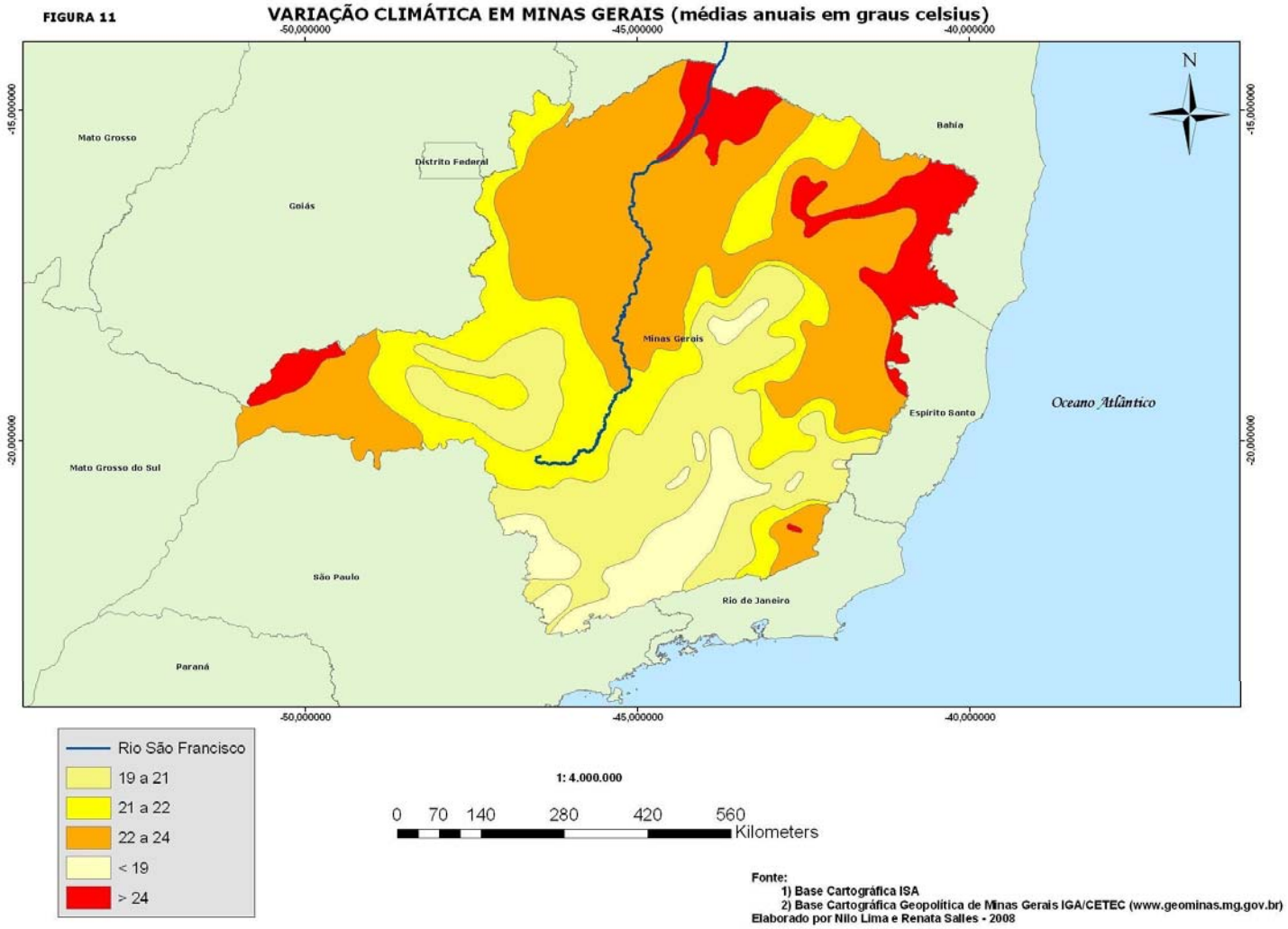
A FIGURA 11 apresenta isoietas pluviais para a bacia do rio São Francisco num estudo divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA). Neste caso, as áreas de cabeceira dos afluentes da margem esquerda do rio São Francisco para a região Norte de Minas Gerais apresentam os maiores valores de índices de chuva da bacia do São Francisco num estudo organizado entre os anos de 1961 e 1990.

Em síntese, apesar de área de forte calor e presença de clima semi-árido, o Norte de Minas Gerais, na margem esquerda do rio São Francisco, tende a guardar maior volume de água caso se mantenha as

condições necessárias para isso. Mas é certo que a situação exige monitoramento.

FIGURA 11

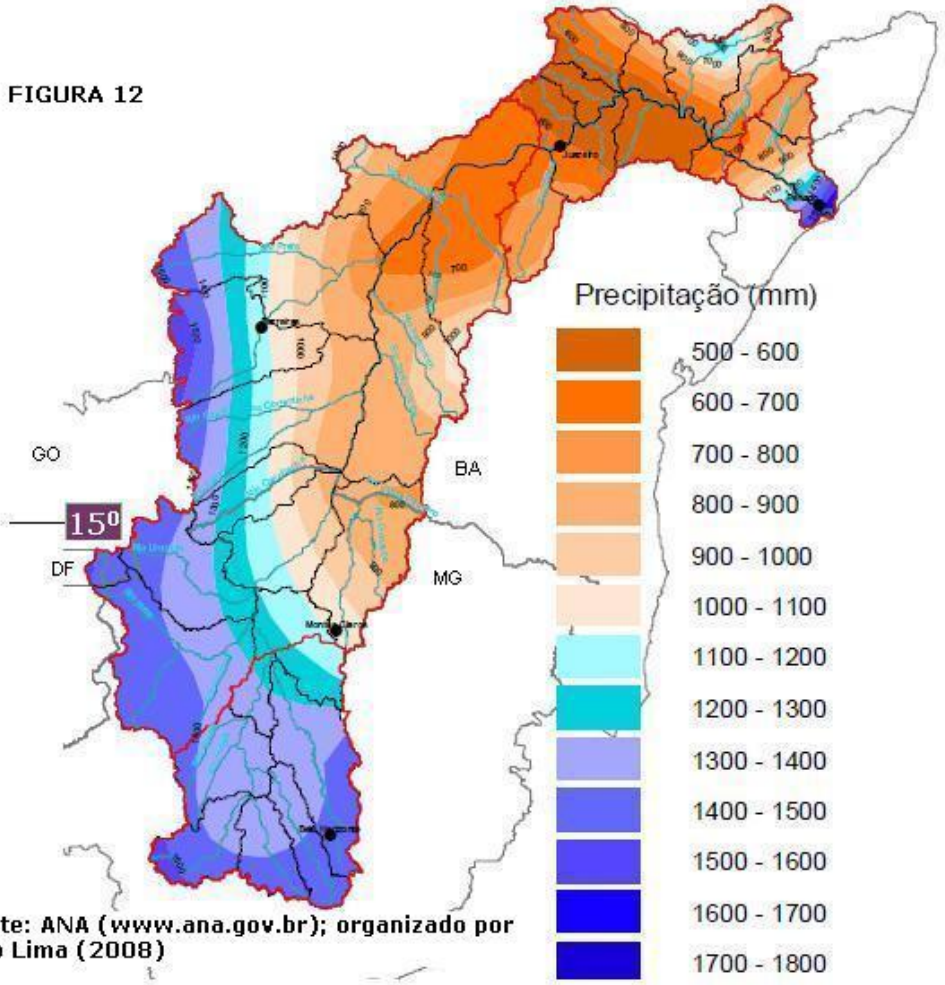
VARIAÇÃO CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS (médias anuais em graus celsius)



Fonte:
1) Base Cartográfica ISA
2) Base Cartográfica Geopolítica de Minas Gerais IGA/CETEC (www.geominas.mg.gov.br)
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008

ISOIETAS BASEADAS NOS VALORES MÉDIOS DE PRECIPITAÇÃO
BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO ENTRE 1961 E 1990

FIGURA 12



Fonte: ANA (www.ana.gov.br); organizado por Nilo Lima (2008)

2.2. Sentidos de uma reconstituição sob a História e a Geografia.

Para esta etapa de nossa pesquisa, na qual buscamos as recorrências geográficas e históricas que nos apóiem na interpretação dos fatores, um dos trabalhos bases de que nos servimos[92] está fundamentado na condensação de mestrados e doutorados principalmente vinculados à Universidade de São Paulo e Universidade Federal de Pernambuco com foco privilegiado em estudos regionais em uma linha de pesquisa geral denominada historiagrafia regional brasileira cujo objetivo principal expresso é "[...] contribuir com a formação de uma consciência e identidade regional [...]" (Marcos Fábio Martins OLIVEIRA, 2000) sendo, portanto, simultaneamente, uma estratégia geopolítica. A filiação acadêmica revelada acima dos autores está conectada com o exercício do professorado na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), hoje com *campis* espalhados pelo Norte de Minas Gerais.

Além deste, nos servimos também do trabalho *Cerrado e Desenvolvimento*[93] que teve como objetivo principal, além de reunir material de Encontro, fazer voltar os olhos ao Norte de Minas no sentido de atividades exploratórias e predatórias dos recursos naturais, de degradação dos ecossistemas em acelerado processo e num outro pólo fazer ver que o *cerrado* ainda seria um desconhecido inexplorado no que

[92] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de [et. al.] – *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000.
[93] Cláudia LUZ e Carlos DAYRELL (orgs.), 2000.

diz respeito ao aproveitamento sustentável de sua biodiversidade bem como do conhecimento popular (populações tradicionais).

Cerrado e Desenvolvimento são textos expressamente sustentados pelas dimensões política, geográfica, histórica, antropológica, econômica e agroecológica pautadas também na questão do desenvolvimento uma vez que se preocupou com a representatividade de políticas governamentais, expansão de fronteiras agrícolas e capitalismo agro-industrial como 'modelos' de incorporação produtiva, uma forma de estrutura que põe em relação o poder e o trabalho.

Na perspectiva da idéia do 'nortemineiro contínuo'[94], também Carlos Walter Porto GONÇALVES acusa a idéia-eixo do vazio demográfico como fomentadora de modo de ocupação que vitimou populações e geografia do Norte de Minas[95]. A crítica tem sua agudez quando este autor aponta para uma visão na linha do tempo: nesta, há uma singularidade histórico-geográfica do povo nortemineiro na conformação de sua identidade em condições próprias de auto-sustentabilidade que seria violentada, uma vez que o envolvimento construído na auto-sustentabilidade estaria 'des-envolvido' na forma de privatização e *modernização conservadora* do "Gerais", este contínuo geográfico mencionado linhas acima.

---

[94] Como em relação com a produção litorânea colonial.
[95] *In*: Cláudia LUZ e Carlos DAYRELL (orgs.), 2000:09-10.

Este momento de nossa pesquisa também faz reflexão com *Cerrado em perspectiva(s)*[96], outro material de fundo que também dá conta da formação social e econômica do Norte de Minas. Trabalho que traz uma preocupação com a exemplificação e sugestão de linhas de pesquisa que estimulem novos estudos para a área em questão. É um material que traz um recorte espacial que privilegia a geografia, cultura e sociedade do vale do rio São Francisco, em sua porção média.

Sendo esta uma pesquisa na área de Geografia, nossas incursões pela dimensão historiográfica do norte mineiro só fazem sentido se tentarmos trazer à baila processos humanos que configuraram os padrões ou modelos de intervenção do período atual na região em questão. Estaremos, portanto, privilegiando atualizações destes processos, configurando assim uma caracterização da nossa área de estudo da nossa área de estudo, tendo como fundo a categoria de *formação*.[97]

Os questionamentos apresentados por Milton SANTOS na discussão e apropriação da categoria Formação Econômico Social para a dimensão espacial da sociedade demonstram-se atuais no sentido do direcionamento da pesquisa que envolve meio ambiente e ciências humanas.

---

[96] Luciene RODRIGUES e Claudia MAIA (orgs.), 2003.
[97] Ver a respeito: Milton SANTOS, 2005a.

“A geografia é ciência do solo ou da sociedade?” é um questionamento feito sob o contexto do interesse mais pelas formas do que pela formação. Este desvio se configura como um desinteresse pela dinâmica social que transforma a forma e impede a apreensão da realidade que se transforma pela História. A Formação Econômico Social incluindo a dimensão espacial da sociedade – Formação Socioespacial, segundo Milton SANTOS - refere-se a evolução diferencial das sociedades, isto é, no seu quadro próprio [estado territorial] em relação à forças externas, tendo a produção (trabalho) como base explicativa.

O trabalho humano como base explicativa é ultrapassar a fronteira do ecológico, considerando a natureza como segunda natureza e como sinônimo de espaço. Põe-se em relevo a distinção entre modo de produção e formação social já que a noção se refere a uma dada sociedade e não a sociedade em geral. Assim, há uma distinção entre Formação Econômica Social e Sistema Social. Com a Formação Econômica Social quer se evitar o materialismo abstrato das ciências naturais que admite as ‘leis’ como causa.

Parte material do bibliográfico contextualizado nas linhas acima é configurado numa perspectiva de História Econômica na qual o foco privilegiado está nas estruturas e processos produtivos. Assim, os autores apresentam um sentido de análise em que procuram configurar as perspectivas de desenvolvimento, e claro, também

subdesenvolvimento. Neste caso, a fundamentação teórica ocorreu sob a base do pensamento de Celso FURTADO[98]. Já, em nosso caso, o diálogo com esta linha de pensamento ocorre como contribuição para a reflexão em torno do conceito de desenvolvimento, mote da estratégia de implantação do Mosaico_SVP e rótulo chave de políticas ambientais nas pretensões amplamente fomentadas de se atingir o 'desenvolvimento sustentável'.

Nossa reconstituição histórica da área de estudo também se pauta em materiais mais diversos do sentido da linha furtadina. Assim utilizamos informações e dados presentes em outros trabalhos cujos focos privilegiados são distintos dos apresentados acima[99].

2.3. O processo de ocupação e formação regional

Neste ponto, nossa intenção é realizar o desenho de ocupação da porção territorial identificada como Norte de Minas utilizando a bibliografia contextualizada acima. A reflexão utiliza tanto a dimensão geoeconômica – direcionamento que se toma a partir da História

---

[98] Os autores do material intitulado *Formação social e econômica do norte de Minas* (Fábio Martins de OLIVEIRA [et. al.], 2000) citam os seguintes trabalhos: FURTADO, Celso – *A fantasia organizada*. RJ. Paz e Terra, 1985; FURTADO, Celso – *A fantasia desfeita*. RJ. Paz e Terra, 2ª ed, 1989; e FURTADO, Celso - *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Editora Nacional, 6ª ed, 1977. Para uma discussão dos conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento, crescimento em grande parte vinculados à História Econômica brasileira em Celso Furtado.

[99] Este é o caso de Cláudia LUZ e Carlos DAYRELL (orgs.), 2000; Luciene RODRIGUES e Claudia MAIA (orgs.), 2003; Pedro CALMON, 1939. Basílio de MAGALHÃES, 1978; Carlos TOLEDO, 2008; José de Sousa Sobrinho, 2006.

Econômica, mas também o ponto de vista mais próximo à relação entre geografia política e meio ambiente, focalizando políticas territoriais de apropriação de recursos. Aqui é particulamente interessante ressaltar a recente contribuição de Iná Elias de CASTRO (2005) pela qual a autora propõe o *reencantamento* como oposto à *submersão*: o reencatamento estaria em se desvencilhar da submersão "[...] Na crença difusa de que os conflitos de interesses nas sociedades e no território se resolvem na solução [apenas] dos conflitos produtivos [...]" (Iná Elias de CASTRO, *op. cit*., p.11). Isto é, apenas na lógica da produção e acumulação. Assim, os *conflitos distributivos* surgem na sociedade e no território e partem de valores simbólicos relacionados a valores sociais – hoje, cidadania, justiça e direitos... E a dimensão política no sentido institucional e operacional é privilegiada nesta abordagem porque pode fornecer à Geografia instrumentos necessários à compreensão de conflitos e tensões do espaço social.

> [...] Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesse que surgem das relações SOCIAIS se MATERIALIZAM em DISPUTAS TERRITORIAS, as tensões e arranjos que daí surgem definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica [...] (Iná Elias de Castro*, op. cit*., p. 12)

Até a inserção do Norte de Minas no polígono de ação da SUDENE já em meados do século XX, esta região manteve-se relativamente isolada[100]

[100] Conforme apontam os vários autores já mencionados.

enquanto a economia esteve apoiada em:

- (a) pecuária bovina com produtos para a zona úmida canavieira e posteriormente para a economia mineradora do centro de Minas Gerais;
- (b) agricultura de subsistência em arroz, feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar e outros;
- (c) algodão;
- (d) extração de borracha.

O Norte de Minas comporta, portanto, uma definição de região da pecuária (extensiva) formada a partir da expansão dos “currais do São Francisco”, por sua vez derivada e complementar à economia açucareira nordestina. Desta maneira, o Norte de Minas se estabeleceu como um contínuo das sociedades baianas e pernambucanas. Porém, ainda no que se refere às formas de ocupação, as bandeiras paulistas também são responsáveis pelo estabelecimento de currais na região bem como dos primeiros núcleos urbanos[101].

São considerados três grupos básicos de habitantes: nações indígenas ocupantes originais; invasores europeus/portugueses; africanos escravizados trazidos no século XVII. Os indígenas eram maioria e os que mais deixaram traços na região. Outras nações

[101] Na verdade, a escala territorial denominada Norte de Minas, uma identidade regional,

indígenas fugiram para esta região como conseqüência de conflitos litorâneos.

A ocupação por meio da pecuária bovina está relacionada a algumas tensões e processos que foram testemunhados tanto pela vida social já existente e como também por parte dos pioneiros representantes da vida [moderna] colonial no grande Vale do São Francisco. A nós interessa ressaltar a dinâmica da vida no território nestas tensões e processos já que imprime marcas e atua no processo de transformação dos lugares[102].

A historiografia estudada demonstra que grandes aldeias tupis-guaranis foram identificadas no Vale do Rio São Francisco e nos seus tributários, assim também indígenas do tronco Jê. Na verdade, eram muitas as denominações conforme pode ser visto no Croqui Geografia Imemorial já apresentado em páginas anteriores. Assim tanto para missionários jesuítas como para expedicionários de Entradas e Bandeiras havia indígena no meio do caminho.

O Império Português se viu representado neste movimento de interiorização por meio de seus representantes Governadores Gerais e demais membros com representação oficial como os morgados e capitães com suas patentes militares e direito do uso da espada, além

[102] "[...] como conseqüência das rotas da Cerrado que dentre s boiadas, que se dirigiam para os mercados consumidores [fluxo], formaram-se, que ainda hoje guardam os nomes das fazendas das quais se originaram] [...]" (Luciene RODRIGUES, op. cit., p. 112)

dos missionários jesuítas que também forneciam à metrópole importantes informações advindas com a convivência com os indígenas.

O historiador Basílio de Magalhães (*op.cit*), em sua obra "a expansão geográfica no Brasil Colonial" apontou grandes ciclos de deslocamento no território colonial os quais foram denominados de ciclo *oficial* e ciclo *espontâneo*. Assim, segundo este autor as Entradas formariam parte do ciclo oficial e as Bandeiras do Ciclo Espontâneo. Mas, a julgar pelas informações levantadas em outros trabalhos historiográficos também utilizados melhor seria se chamássemos de ciclo oficial e ciclo oficioso no qual se incluiria as Bandeiras e a expansão geográfica dos Criadores de Gado. Tanto é assim que bandeirantes liderados por Estevão Ribeiro Bayão Parente, Matias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho praticaram na bacia do São Francisco o bandeirantismo paulista com freqüência por eles percorridos sob conhecimento e, até mesmo, ordem imperial:

> [...] o então rei de Portugal, Afonso VI, ouvindo relatos de riquezas minerais [recursos naturais] nos sertões brasileiros, mandou uma carta aos paulistas em setembro de 1667, incitando-os a buscar no interior ouro e pedras preciosas. Diversas bandeiras já haviam então sido organizadas [...] quando Fernão Dias pediu a Matias Cardoso para unir-se à sua expedição, este já possuía muita prática na luta contra os indígenas na área do São Francisco [...] a proximidade familiar destes senhores indica que faziam parte do núcleo que dominava a São Paulo de então [...] (Luciene RODRIGUES, op. cit., p. 113)

Além das ordens imperiais tais expedições também foram fomentadas pelos dirigentes de então no território colonial. Em 1549,

Tomé de Sousa assume como Primeiro Governador Geral e dentre os seus regimentos constava a necessidade de se adentrar nas terras do Sertão enviando exploradores pelo rio São Francisco, em busca de minérios, sobretudo. Foi substituído em 1553 por Duarte da Costa que mantinha a mesma estratégia de seu antecessor neste aspecto das motivações da expansão geográfica colonial. Assim, entre o século XVII e começo do XVIII, considerável número de expedições deixou Salvador e o recôncavo circunvizinho para penetrar no Sertão. Da mesma forma, caravanas também partiram interior adentro vindo das terras paulistas.

Algumas características deste fenômeno expansivo dos criadores de gado são demarcadas por Basílio de Magalhães como sendo uma larga expansão geográfica auxiliada com eficácia pelas Bandeiras paulistas e que durante o século XVII ocorre sem a violação da linha de Tordesilhas. Alguns bandeirantes transmudaram-se em estancieiros aproveitando-se da ocasião destas Marchas que alcançaram a famosa curva do Rio São Francisco, no extremo ocidental pernambucano e então derivando pelas cabeceiras do rio Parnaíba ocuparam até as margens deste. Tal devassamento - com estas características curraleiras de ocupação e povoamento - alcançou até o século XVIII dando enfim novas características socioespaciais às margens do rio São Francisco e a muitos de seus afluentes. A figura do vaqueiro era então uma realidade por estas terras.

Grande sustentáculo desta expansão geográfica foi a transformação de capitanias hereditárias em sesmarias[103] como forma de ocupação territorial. A Casa da Torre e a Casa da Ponte[104] lideraram então o movimento expansionista assumindo dois dos maiores latifúndios ocupando cada margem do rio São Francisco e suas adjacências e tendo como atividade principal a pecuária extensiva e práticas de arrendamento da terra e concessão de um quarto da cria ao arrendador. Dados de 1711, sobre geografia e estatísticas de currais por levantados pelo padre André João Antonil[105]: dão conta de que havia 500 mil cabeças de gado na parte baiana e 800 mil na parte pernambucana em uma época em que a pecuária já havia alcançado o rio das Velhas via Rio São Francisco.

O Croqui Sesmarias Coloniais Casa da Ponte e Casa da Torre foi organizado considerando relatos dos autores pesquisados sobre este assunto [conforme fonte no croqui]. Estes latifúndios são considerados como parte de umas das maiores concessões de posse colonial já

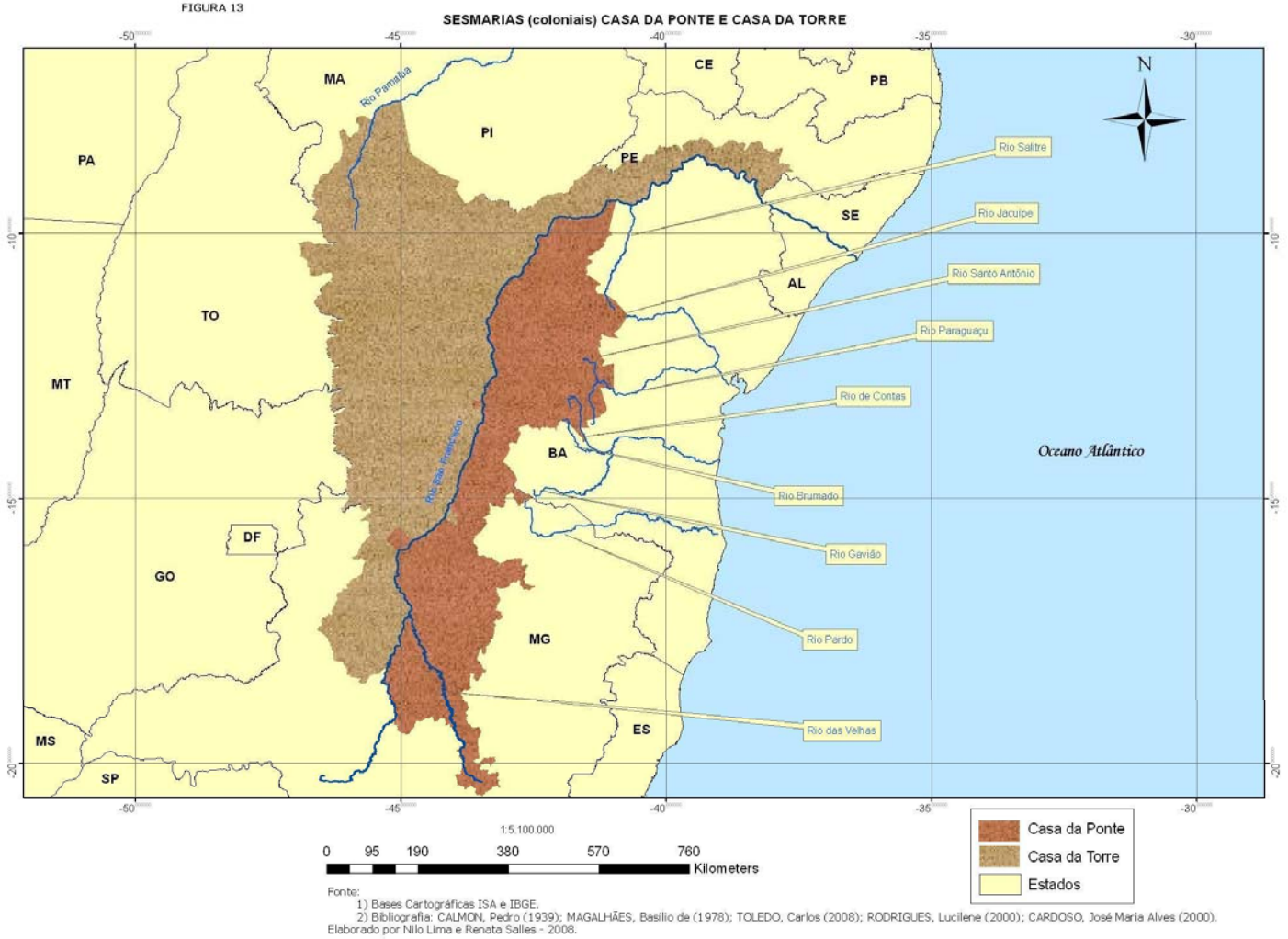
[103] A denominação sesmaria deriva da quantidade de 1/6 da produtividade de cada uma que deveria ser destinada à Casa Real.

[104] As informações sobre as características da expansão geográfica relacionada à cultura pecuária bovina e organização territorial em sesmarias foram extraídas em textos já mencionados anteriormente dos autores Basílio de Magalhães, Pedro Calmon, Luciene Rodrigues, José Maria Alves Cardoso que por sua vez se utilizaram também de autores clássicos da historiografia brasileira a partir do período colonial.

[105] Ver em: José Maria Alves CARDOSO (2000) que menciona André João Antonil e seu trabalho “Cultura e Opulência do Brasil”. Antonil foi padre italiano jesuíta, nascido na Itália, em 1649 e aportando em 1681, na Bahia. Teve morte em Salvador em 1716 e escreveu sobre realidade econômica da colônia, principalmente sobre tabaco, açúcar e gado apresentando dados sobre a produção.

existentes no planeta. Os relatos nos serviram como ‘memorial descritivo’ e utilizamos a base cartográfica municipal do ISA (Instituto Socioambiental/2003) e também a base hidrográfica do Brasil (IBGE - 2006) sobre as quais fizemos a aproximação e a construção das posses territoriais contínuas para cada Sesmaria.

FIGURA 13



Fonte:
1) Bases Cartográficas ISA e IBGE.
2) Bibliografia: CALMON, Pedro (1939); MAGALHÃES, Basílio de (1978); TOLEDO, Carlos (2008); RODRIGUES, Lucilene (2000); CARDOSO, José Maria Alves (2000).
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008.

A Casa da Torre Fundada por Garcia D'Ávila – protegido de Tomé de Souza - foi uma propriedade, na modalidade sesmarias, que se desenvolveu, sobretudo, às margens pernambucanas do rio São Francisco chegando a possuir até 250 léguas por estas áreas ao longo das gerações desta família. Também estendeu seus domínios até o atual Piauí possuindo mais 70 ou 80 léguas entre os rios São Francisco e Parnaíba[106].

O historiador Pedro CALMON (*op. cit*.) justificando seu trabalho intitulado "A história da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros" procura demonstrar a fixação social imposta pela continuidade de algumas estirpes poderosas presentes na história colonial brasileira, como foi o caso da família D'Ávila. Havia força de renovar, a cada geração, o tipo de atividade econômica, a índole do concurso cívico, a força empreendedora. Todos estes adjetivos civilizatórios são percebidos e demonstrados de outra forma em meio ao trabalho de Pedro CALMON. A Casa da Torre guardava e fomentava ao longo das gerações os interesses de uma 'sociedade pastoril' e tão logo podiam desvencilhar-se

[106] '[...] Capistrano, em cujas páginas a esse propósito ("Noções de história do Brasil até 1800", 125-135) tanto há que aprender, expõe o seguinte: 'na margem pernambucana do rio São Francisco possuia 250 léguas de testada a Casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnaíba senhoreava mais 70 léguas [80 léguas segundo o padre André João Antonil, citado na nota acima]. Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta, em requerimentos de sesmarias. Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, a razão de 10$ por ano, no princípio do século XVIII [...]" (Basílio de MAGALHÃES, *op. cit*., p. 235).

dos serviços que deviam aos interesses do rei de Portugal[107], voltavam suas energias na transformação do interior das terras da colônia.

Essas transformações ocorrem em conflitos[108] e disputas. De um lado em terras roubadas aos jesuítas, de outro, em expulsão e guerra e extermínio aos indígenas ou em conflitos de terras com outras famílias de senhores de terras, de modo que as apropriações da Casa da Torre vão ocorrendo ao longo de várias gerações da família D'Ávila, percorrendo um período de cerca de 200 anos nestes processos em que houve conquistas de sesmarias, em processo cumulativo, em vastas áreas do território colonial inaugurando aí um novo modo de vida, então.

> [...] Ao primeiro choque entre Antônio Guedes [Conde da Ponte e senhor da Casa da Ponte] e os da Torre, reconheceram estes em quão temerário seria enfrentar adversário deste porte [...] e em 6 de Dezembro de 1668 uma portaria intimava Bento Gomes, João Calhelha, Lourenço de Matos, Manual Calhelha, 'criados do padre Antonio Pereira[109]' ['braço direito' e

[107] Como mostra Pedro CALMON (*op. cit.*), A Casa da Torre se constitui inclusive em porto de segurança a diversos navios oficiais a serviço do Império Português. Os navios, durante uma parte do período colonial em que se enfrentavam navios piratas ou de corsários a serviços de outros Impérios, aportavam a Norte de Salvador, em área portuária pertencente à Casa da Torre, ficando aí os tripulantes hospedados até que se tivesse certeza de que o porto de Salvador estivesse em condições seguras.
Além disso, tanto a Casa da Torre quanto a Casa da Ponte ofereceram serviços militares diversos ao Rei de Portugal.

[108] Para citar alguns dos conflitos e disputas mencionados em Pedro CALMON (*op.cit*): queima de duas igrejas e duas casas de jesuítas, no Rio São Francisco, por volta do ano 1660 (p. 79, nota 90); guerra contra indígenas do São Francisco (1669) e Guerra dos [contra] Bárbaros, no século XVII contra a Confederação dos Cariris (pp. 81-89); Disputas entre Casa da Torre e Casa da Ponte e posterior pacto de divisão de terras (pp. 71-75).

[109] O padre Antônio Pereira "[...] revelou-se na sua vigararia um homem admirável, aquele eclesiástico mazombo, que o vento abrasado da caatinga amorenára. A Casa da Torre teve, desde então, uma cabeça tonsurada e meditativa que fez sua política de conquistas, uma sutíl política de infiltração, como se o fidalgo de Tatuapara [o D'Ávila] aspirasse a um principado. O padre Pereira foi um bandeirante de sotaina [de batina]. O pai legara-lhe a fome de terras, que o devorou tôda a vida. Na sua misantropia de

> líder com fome de terras na Casa da Torre], a que se abstivessem de inquiétar o vizinho poderoso. Não tivessem dúvida: era a lei! [...] Garcia e Guedes trataram [então] como [se fossem] nações. Ajustaram dividir [...] as suas terras da Jacobina e do Nordeste [...] (Pedro CALMON, *op. cit*., p. 75)

Muito semelhante foi a atuação dos membros da Casa da Ponte, uma sesmaria doada em 1663 e que se estendeu do Morro do Chapéu na Bahia até as nascentes do Rio das Velhas, numa extensão de 150 ou 160 léguas, ocupando a margem direita do rio São Francisco. Ficava compreendida entre o curso do rio São Francisco e uma linha que correndo pelas cabeceiras dos rios Salitre, Jacuípe, Paraguaçu, Contas e Brumado e cortando os rios Santo Antônio e Gavião ia ter às cabeceiras do rio Pardo. E daí, prosseguido em direção sul vindo a ocupar até as cabeceiras do rio das Velhas.

Os membros da Casa da Ponte, notadamente a família Guedes de Brito, especializaram-se muito também na mineração e tornaram-se poderosos senhores donos de cartórios no período colonial[110]. Em muito contaram com a colaboração dos bandeirantes paulistas. Estes, por sua vez tiveram inclusive ocasião de trasmutarem-se de desbravadores em conquistadores estancieiros[111]:

---

capelão sertanejo, sonhava a ocupação de todo o nordeste, para além dos chapadões, onde as águas do São Francisco aproximam os gentios de cinco raças [...]" Pedro CALMON, *op. cit*., p. 38).

[110] Ver a respeito: Carlos A. TOLEDO (*op. cit*, 2008).

[111] Sobre a atuação dos bandeirantes, suas relações com a Casa da Ponte e suas formas de ocupação ver também: José Maria Alves CARDOSO, op. cit., pp. 179-188.

> [...] Foram os criadores de gado, - auxiliados eficazmente pelos bandeirantes paulistas, alguns dos quais se transmudaram também em estancieiros, - os fatores de uma larga expansão geográfica, operada quase toda no século XVII, sem violação das balisas do pacto de Tordesilhas [...] embora acentue que as expedições oriundas de São Paulo apenas enfraqueceram a resistência do gentio, sem extinguí-la, porquanto ainda depois delas se guerreava nas cabeceiras do Rio-de-Contas, do Rio Pardo e outros [...] completando o relato de Antonil, põe, com justiça e acerto, os nomes de Matias Cardoso e de Antônio Figueira ao lado dos mais notáveis donos de latifúndios de Criação na Baía: Antônio de Guedes de Brito, com 150 léguas contadas do Morro do Chapéu até águas do Rio-das-Velhas [...] Com efeito [...] o alto São-Francisco, em 1700, qual se vê da carta de Pedro Taques de Almeida, de 20 de março dêsse ano, já era chamado “Rio dos Currais”, e no mesmo documento se lê que os campos-gerais de Minas eram ‘confinantes com os currais da Baía [...] (Basílio de MAGALHÃES, *op. cit*., pp. 233, 237, 238).

Matias Cardoso desceu o rio em 1689 instalando o Arraial do Cardoso onde, por um ano esperou o Coronel Amaro que ali chegou com 600 homens. Realizaram quatro anos de campanha massacrando ou escravizando grupos indígenas Integraram esta equipe o cap. João Pires de Brito, o Cap. Antônio Gonçalves Figueira e Januário Cardoso (filho de Matias Cardoso). Povoados são resultantes deste período:

- povoados distribuidores de sal: Matias Cardoso, São Romão e Gauacuí;

- povoados distribuidores de produtos agropecuários: Pedras de Maria da Cruz e Januária;

Assim, no que diz respeito a uma nova geografia se considerarmos no tempo o que pudesse haver nestas áreas antes no período pré-colonial, os sesmeiros implantaram currais e arrendaram terras. Fomentaram pequenos centros de produção agrícola e atividade

artesanal (artefatos de couro e algodão); as fazendas eram cercadas de povoações; a remuneração em quarta aos vaqueiros era a forma mais comum dentre outras.

Em relação aos interesses litorâneos da Metrópole, a criação de gado era uma atividade de baixa rentabilidade e conflitante em termos territoriais em relação aos Engenhos no que diz respeito às plantações de cana. Essa é uma das razões da necessidade de interiorização desta atividade e, para isso, contava-se com 'disponibilidade' de terras. Do ponto de vista de recursos, sabia-se que havia pastagens e terrenos salinos favorecendo esta produção. Além do mais, a produção canavieira litorânea devastadora de florestas obrigava à busca de lenha no interior. Todo este sistema, altamente concentrador de poder político e de renda em ultima instância, sofreu alterações significativas apenas a partir do século XIX por motivos da expansão e diversificação das atividades produtivas.

Porém, seguindo outro foco da questão, como mostra Marco Antônio Tavares COELHO (2005) apoiado em forte bibliografia, a transformação do vale do Rio São Francisco em "rio dos currais" exigiu a organização de expedições que se tornaram verdadeiras guerras de massacre de inúmeras comunidades indígenas ou pelo extermínio ou pela escravidão. "[..] O êxodo dos indígenas decorreu, portanto, do avanço da pecuária que foi liquidando as lavouras plantadas pelas

tribos, a fim de transformá-las em pastagens [...]" (p. 22). De tal monta ocorria esta violência que muitas vezes os missionários enfrentavam os colonizadores. "[...] Frei Martin de Nantes [...] chegou a jogar o gado dos invasores no rio, defendendo as roças indígenas da cobiça dos vaqueiros que invadiam as ilhas[112] para usá-las como pastagens [...]" (p. 23)

Assim, do ponto de vista da dinâmica territorial relacionada à trilha das boiadas na rota do vale do Rio São Francisco configuram-se etapas de uma política imperial compondo pela força e violência a relação entre mundos muito diferentes, e definitivamente implementando a expansão geográfica colonial que retirava o isolamento - em termos absolutos, no sentido do mundo ocidental - a esta parte do território:

> [...] O desenvolvimento da pecuária foi uma iniciativa providencial da Coroa Portuguesa, um sucesso indiscutível, desde que facilitou as condições de vida nessa parte do Novo Mundo. Recorde-se: a pecuária é que deu suporte à corrida alucinada para a mineração até nos lugares mais distantes do litoral, como nas barrancas e ribeiras dos rios em Mato Grosso e Goiás [...] Depois da chegada dos europeus, o gado tornou-se peça básica do território, particularmente naquelas áreas que ofereciam condições mais propícias a proliferação dos rebanhos [a questão os recursos naturais e a Geografia Política]. Tal foi o caso dos sertões do São Francisco, onde floresceu com esplendor a 'civilização do couro' [...] (Marco Antônio Tavares COELHO, op. cit, p. 30)

[112] Muitas ilhas fluviais do Rio São Francisco eram utilizadas para o roçado indígena, antes da chegada da invasão curraleira. Havia tribos que inclusive instalavam aí sua aldeia como foi o caso dos Guaíbas, um sub-grupo dos Caiapós que viviam em ilhas perto do que hoje é o município de São Romão-MG e que foram reduzidos no Séc. XVIII pelos descendentes de Matias Cardoso. Ver a respeito: Luciene RODRIGUES, *op.cit*., pp. 109-110).

O processo de expansão geográfica, a ocupação do território no Vale do Rio São Francisco, denota alguns significados e marcas que ainda hoje podem ser encontrados nestas regiões. Como pudemos ver, a força desse movimento perdurou atravessando três séculos de modo cada vez mais intenso e pondo em relação quase que a totalidade do território em uso e apropriação no período colonial.

Até aqui, num resumo deste primeiro momento que deixou suas marcas indiscutíveis no Norte de Minas Gerais, podemos inferir que os séculos XVI, XVII e XVIII trouxeram para esta região:

- Séculos XVI e XVII:

a) Pecuária bovina extensiva com criação de currais e povoados ao longo da subida do Rio São Francisco com expulsão de indígenas e apropriação dos territórios para a pastagem.

b) Entradas e Bandeiras baianas e paulistas buscando riquezas e posse de terras;

c) Concessão de sesmarias que fomentou arrendamentos de terras ou expansão de currais: destaque para comunidades de distribuição de sal e/ou produtos agropecuários que ficavam à margem dos rios (principalmente o São Francisco e ao longo de rotas comerciais).

- meados do Século XVII até final do século XIX e primeira década do século XX:

O abastecimento das minas; o algodão; as vias férreas.

a) Problemas sofridos em função da Metrópole e fisco que puniu a região por motivos de sonegação com sanções comerciais limitando a relação com as minas e isolando o Norte de Minas.

E, pontuando novos marcos regionais que se seguiram aos processos anteriores:

b) Século XVIII: demanda por algodão (Revolução Industrial) traz modificação no cenário econômico-produtivo e nova demanda de afazeres cotidianos à população;

c) A demanda algodoeira dinamiza Montes Claros e Pirapora e decresce Guaicuí, sendo todos estes municípios localizados no Norte de Minas.

d) Ultimas décadas do Século XIX: produção de látex, fato particularmente importante para Januária-MG que exportava para o Rio de Janeiro e Bahia por meio de Pirapora-MG.

e) Primeira década do século XX: via férrea que promove a expansão das comunidades ao longo das mesmas; primeiramente beneficiando comunidades próximas ao São Francisco e depois às mais afastadas dele; canal que dinamizou relações com o Centro-Sul do país rompendo isolamento imposto desde a época da mineração.

A partir então do fim do período colonial e início do Brasil Império o Norte de Minas, punitivamente isolado do novo mundo político e econômico brasileiro tem como principais atividades: a pecuária

extensiva e agricultura de subsistência com pequeno excedente, situação que perdura até meados do século XIX. Após este momento ocorre ampliação de mercado pela demanda têxtil inglesa fomentando o cultivo de algodão e implantação de vias de acesso. Assim, o algodão, cuja semente havia sido já usada na alimentação do gado, passou a servir de matéria prima à indústria têxtil principalmente inglesa com o advento do processo da Revolução Industrial, ocasionando assim nova função a este recurso agrícola.

As veredas do Sertão já sofriam impacto uma vez que, em grande parte, o milho, feijão e mandioca eram cultivados nos brejos e matas ciliares. Nos brejos mais úmidos implantavam-se as engenhocas produtoras de rapadura e aguardente[113].

O algodão[114] como destaque regional teve curta duração se comparado às marcas impressas pela "civilização do couro", esta de muito mais largo período, como vimos. Em relação a este produto é importante ressaltar que é um reaproveitamento do recurso em função de novas técnicas organizadas pela Revolução Industrial em que teve seu rebatimento ali no Sertão mineiro e baiano.

---

113 "Para o abastecimento da população nos pequenos e isolados povoamentos e nas fazendas dispersas, surgem lavouras de subsistência, freqüentemente associadas à pecuária. Localizadas nas veredas ou buritizais, seu excedente destina-se inicialmente apenas aos viajantes e comerciantes que passavam pela região" (Rosely Carlos Augusto, 1988, "A intervenção do Estado na regiáo Norte de Minas", Montes Claros, CPT, DEZ 1988, MIMEO, In: José Maria Alves CARDOSO, 2000, p. 118).

[114] Ver em: José Maria Alves CARDOSO, 2000, pp. 198-200.

O último quartel do século XVIII guarda então a região nortemineira em situação de relação aos reflexos da Revolução Industrial e transformação no processo manufatureiro da indústria têxtil incrementando o algodão como matéria prima (cotonicultura). A exploração ocorre desde o Nordeste até o Norte de Minas. Entre o sul da Bahia e o Norte de Minas surgiu uma importante área algodoeira de onde provinha importante parcela do algodão exportado pelo país. A cotonicultura pode ser apontada como prelúdio de atividades fabris na região, especialmente em Montes Claros. Com o passar do tempo e em função da diversificação mundial de fontes produtoras desta matéria prima, a atividade se restringiu ao sopé da Serra do Espinhaço (Porteirinha, Monte Azul, Mato Verde e Espinosa), no caso do Sertão Mineiro.

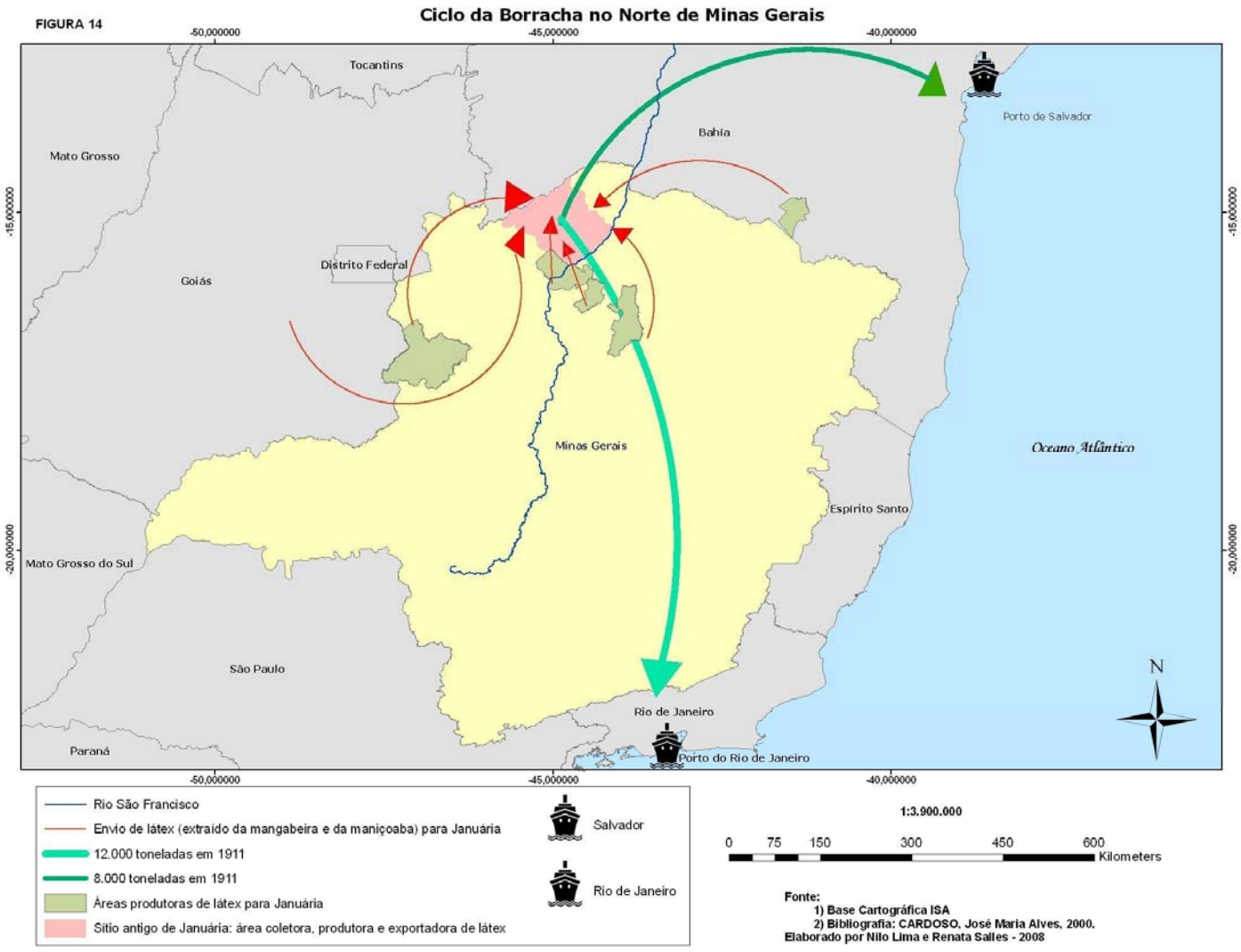
Um outro produto de auge e também de curto período[115] foi a extração do látex verificada no vale do rio São Francisco entre o último quartel do século XIX e início do século XX. Concentrou-se nos municípios de Januária-MG e Remanso-BA e a exploração foi efetuada de forma exploratória. Januária funcionou como centro aglutinador regional, pois além de extrair, coletava o látex produzido em outras localidades como Goiás, e municípios de Paracatu-MG, Rio Pardo de Minas-MG, Montes Claros-MG, Tremedal-BA, Brasília de Minas-MG e São

[115] Ver em: José Maria Alves CARDOSO, 2000, pp. 198-200.

Francisco-MG. Januária, em 1911, exportou 8000 toneladas para o porto do Rio de Janeiro e 4000 toneladas para Salvador-BA. Em termos alimentícios, a região foi beneficiada pelas terras calcárias tornando-se o centro produtor e distribuidor de gêneros para todo o vale do médio São Francisco. A rapadura e a cachaça tornaram-se famosos e o ciclo da borracha reforçou a vocação mercantil e importância regional.

O mapa CICLO DA BORRACHA NO NORTE DE MINAS GERAIS mostra um fluxo produtivo e comercial com o látex extraído da *mangabeira* e da *maniçoaba* que juntou, em 1911, 20.000 toneladas deste produto exportados para os portos de Salvador-BA e Rio de Janeiro-RJ a partir da antiga Januária-MG.

FIGURA 14


Ciclo da Borracha no Norte de Minas Gerais
-50,000000
-45,000000
-40,000000
-15,000000
-20,000000
Tocantins
Bahia
Mato Grosso
Porto de Salvador
Goiás
Distrito Federal
Minas Gerais
Oceano Atlântico
Espirito Santo
Mato Grosso do Sul
São Paulo
Rio de Janeiro
Paraná
Porto do Rio de Janeiro
N
Rio São Francisco
Envio de látex (extraído da mangabeira e da maniçoaba) para Januária
12.000 toneladas em 1911
8.000 toneladas em 1911
Áreas produtoras de látex para Januária
Sítio antigo de Januária: área coletora, produtora e exportadora de látex
Salvador
Rio de Janeiro
1:3.900.000
0 75 150 300 450 600
Kilometers
Fonte:
1) Base Cartográfica ISA
2) Bibliografia: CARDOSO, José Maria Alves, 2000.
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008

Contudo, a dinâmica territorial – a partir da instalação de trilhos ferroviários[116] – refez a dinâmica produtiva no Norte de Minas. No período entre 1890 e 1910 Januária sofreu quebra da ordem de 60% no movimento geral e perdeu importância regional para Pirapora na condição deste município como 'ponta de trilhos' em finais de XIX. Pirapora tornou-se centro irradiador: tecidos mineiros e cariocas; cerveja paulista. Uma diversidade de produtos saía de Pirapora para Minas, Goiás (por Januária), Bahia, Piauí (pelo porto de Remanso) e Pernambuco (por Petrolina). Pirapora passa a fornecer ao Sertão do São Francisco e dele tudo recebe, exceto as peles.

O Avanço dos trilhos em direção à Pirapora aliado à sua importância fluvial transforma este município na principal porta de entrada do sertão. Houve, então, um considerável fluxo de mercadorias também entre Pirapora e Montes Claros a ponto de fazer com que lideranças regionais, por volta de 1908, tencionassem construir estradas facilitando a comunicação entre Montes Claros e o ponto final da via férrea (na época em Várzea de Palma, que faz divisa com Pirapora):

> "[...] em 1916, importava-se tudo do Rio de Janeiro [...] artigos estrangeiros, fazendas finas nacionais, ferragens e armarinho [...] nessa ocasião as mercadorias vinham pela Central até Buenópolis ou Várzea de Palma [...] de onde tudo era transportado no lombo do Burro ou carros-de-boi [...]" (Hermes de PAULA – Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes. Rio de Janeiro. IBGE, 1957, p. 117, In: José Maria Alves CARDOSO, *op. cit*., p. 200).

[116] Para maior aprofundamento da questão ferroviária no Sertão, ver em: LESSA, Simone Narciso – Trem de ferro: do cosmopolitismo ao Sertão. Dissertação de mestrado. Campinas-SP. História/IFCH/UNICAMP. 1993.

No entanto, no nível da escala territorial do Estado de Minas Gerais outro projeto se impunha e a via férrea se constituía em política territorial estratégica nesse outro interesse em relação ao que poderia ocorrer ainda a partir de Pirapora. Simone Narciso LESSA (*op. cit.*), destaca que a cidade de Belo Horizonte – antiga localidade de Curral Del Rey - fora criada como centro estratégico e entroncamento de todas as vias férreas mineiras o que foi concluído somente em 1930 quando efetivamente o prestígio como capital se estabeleceu.

O desenho territorial – efetivo e intencional - das vias férreas e a dinâmica social resultante trouxeram novas características ao Norte Mineiro. Houve um novo contexto de relações inter-regionais se processando tanto com o Nordeste quanto como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Pirapora se torna centro irradiador neste processo. A linha férrea que chegava à Pirapora trazia consigo propósitos ambiciosos[117]: fora denominada 'Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil' que intencionava promover a interligação entre os Vales do Rio das Velhas e do São Francisco com os mercados do Centro-Sul, fazendo de BH o grande centro comercial redistribuidor de produtos de subsistência e outras mercadorias, além de formar um centro consumidor no interior do país para a produção à margem das exportações. Com esta perspectiva a via férrea chegou de Belo Horizonte e a Curvelo-MG em 1904, avançando-se até o povoado de Palma Velha, em Pirapora, onde

[117] Ver Mapa Ficção Geográfica e Oportunidade Territorial, na página 107.

se inaugurou a estação Várzea de Palma (1910). Formou-se o município de Várzea de Palma-MG, emancipada em 1953. A via férrea havia chegado à Pirapora apenas em 1911.

No Plano Ferroviário[118] de 1935 concebia-se o avanço da ferrovia em dois sentidos (Ver Mapa: FICÇÃO GEOGRÁFICA E OPORTUNIDADE TERRITORIAL, a seguir):

a) Primeiro: estendendo-se a ferrovia de Pirapora até Belém do Pará

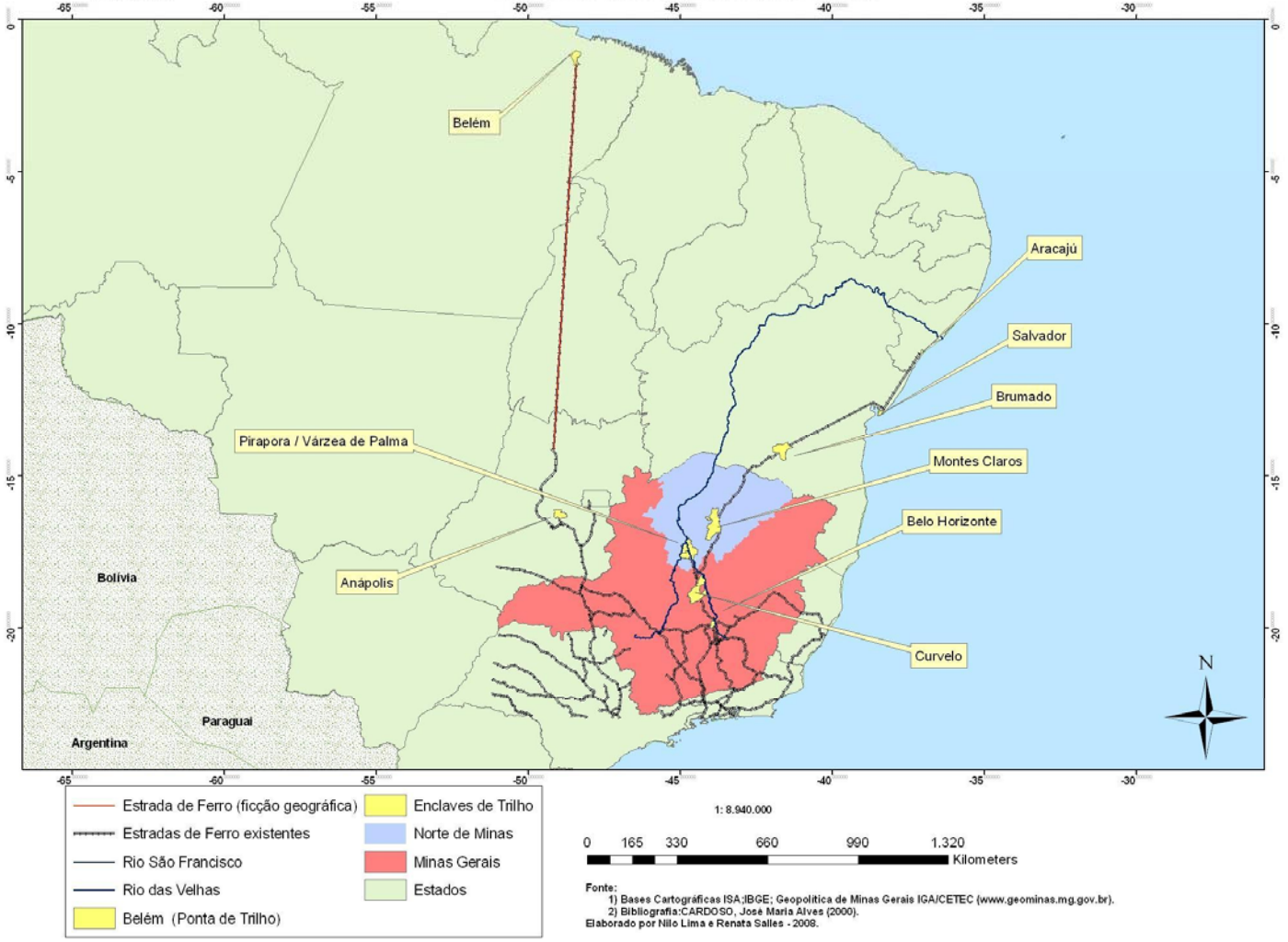
b) Segundo: ligando Minas Gerais à Bahia por meio de um ramal que partiria de Corinto-MG, passando por Bocaiúva-MG, Montes Claros e seguindo em direção ao Nordeste.

Os estudos chegaram a ser iniciados com a euforia das lideranças locais. Mas o declínio do Ciclo da Borracha na Amazônia, em 1918, alterou interesses nacionais. A nova realidade econômica em escala nacional fomentou a prioridade da ligação férrea de Minas com Bahia a partir de Corinto-MG passando por Montes Claros. Este trecho ganhou tal importância que passou a assumir a alcunha de Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (Centro Atlântica) a partir de 1925 enquanto que na mesma data o trecho que passava de Curvelo e ia até Pirapora passou a ser chamado de ramal ferroviário.

[118] Ver a respeito: Simone Narciso LESSA, *op. cit*., pp. 151-166.

FIGURA 15

FICÇÃO GEOGRÁFICA E OPORTUNIDADE TERRITORIAL



A paralisação da obras ferroviárias dentro do Norte de Minas provocou queda substancial no volume de negócios às localidades do novo ramal e ao mesmo tempo deslocou para Montes Claros a condição de ‘boca do Sertão’.

As transformações acima, que vinham ocorrendo desde o Século XIX, e seu aprofundamento trouxe a perda de importância às comunidades ribeirinhas deslocando eixos econômicos para longe das localidades guiadas pelo Rio São Francisco. A motivação política também fez com que o Curral Del Rei se transformasse no centro estratégico e entroncamento de todas as vias férreas mineiras, plano concluído em 1930 quando do efetivo fortalecimento territorial do sentido de capital, conformando o estado MG como unidade.

> “[...] O Município de Montes Claros foi uma localidade que, devido a uma série de fatores [fatores topológico de ‘meio de caminho’, ‘ponta de trilhos’ ‘ponta de linha’, ‘entreposto’] assumiu desde cedo a condição de importante entreposto comercial. Além do comércio, esta localidade dispunha também de alguma atividade agrícola, que foi expandida em função da abertura de novos mercados, e de uma forte atividade pecuária bovina, base de sua economia. Tal situação foi suficiente para atrair um considerável fluxo migratório, fato que contribuiu para engrossar a sua população urbana e rural [...]” (José Maria Alves CARDOSO, *op. cit.*,.pp. 203-204).

A via férrea chega a Montes Claros em 1926, trazendo ao município a condição de ponta de trilhos, incrementando as atividades, pois Montes Claros já possuía neste momento uma função coletadora e distribuidora. É de se notar que este período do segundo quartel do século XX em diante começa esboçar a maior presença do Estado

Moderno no sentido de diversas estratégias de planejamento e tentativas de implementação de propostas desenvolvimentistas no entorno e no interior da região Norte de Minas.

É então a partir da segunda metade do Século XX que ocorre a mudança mais significativa no sentido de modernizações mais vinculadas ao Estado.

> "[...] Na expansão do capital na região, o Estado desempenhou papel fundamental, assegurando as condições para a acumulação e o funcionamento das empresas industriais, de reflorestamento, e outras. Um dos instrumentos para permitir a acumulação na área rural foi a desapropriação e a reapropriação de terras. Garantiu, assim, estabilidade ao processo de reprodução do capital [...]" (Luciene RODRIGUES, op. cit., p. 121).

Por outro lado, a intervenção da SUDENE começa a existir e também significava densificação da agenda político-social, pelo menos no sentido da circulação das idéias. Os anos que se seguem ao início da segunda metade do Século XX representam uma postura mais intervencionista com objetivos de integrar economia nordestina às regiões mais dinâmicas do país. Assim ganhou conteúdo o propósito de dinamizar antigas regiões 'primário-exportadoras', deixadas à margem no processo de industrialização concentrada da Região Centro-Sul.

No que se refere a uma dimensão mais próxima de uma política pública, podemos admitir alguns antecedentes que desembocam na criação, e em linhas de ação, no sentido dessa agenda político-social[119].

[119] José Maria Alves CARDOSO, *op. cit.*,.pp. 208-224.

Já no século XVIII, o rebanho e a população sertaneja nordestina torna-se mais numerosa. Deste modo os problemas causados por secas começam a ganhar repercussão nacional. Foi marcante a grande seca de 1877 conferindo caráter de problema regional que mereceria intervenção federal. Houve uma atuação com 'soluções' não abrangentes chamadas de 'solução hídrica' para fixar pessoas às localidades.

Em 1909 criou-se a Inspetoria de Obras Contras as Secas (IFOCS) que pretendia uma investigação e conhecimento mais profundo do semi-árido nordestino no que diz respeito a aspectos físicos apenas. Por este motivo cresce a idéia, inclusive entre os próprios funcionários da IFOCS, que o problema da seca é múltiplo-abrangente. O problema começa a aparecer inclusive nos textos constitucionais novos. Em 1936 cria-se a idéia do Polígono das Secas cuja área foi ampliada nos anos de 1947 e 1951.

Em 1945, foi criado o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), novo órgão responsável por construção de obras, contra as secas. Já em 1952, cria-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com diretrizes inovadoras, pois englobava questões pertinentes à seca mais também sobre a estrutura produtiva regional. O BNB criou também um Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE) visando otimizar

estratégias com análises econômicas regionais a fim de subsidiar planejamento seguro das ações do banco.

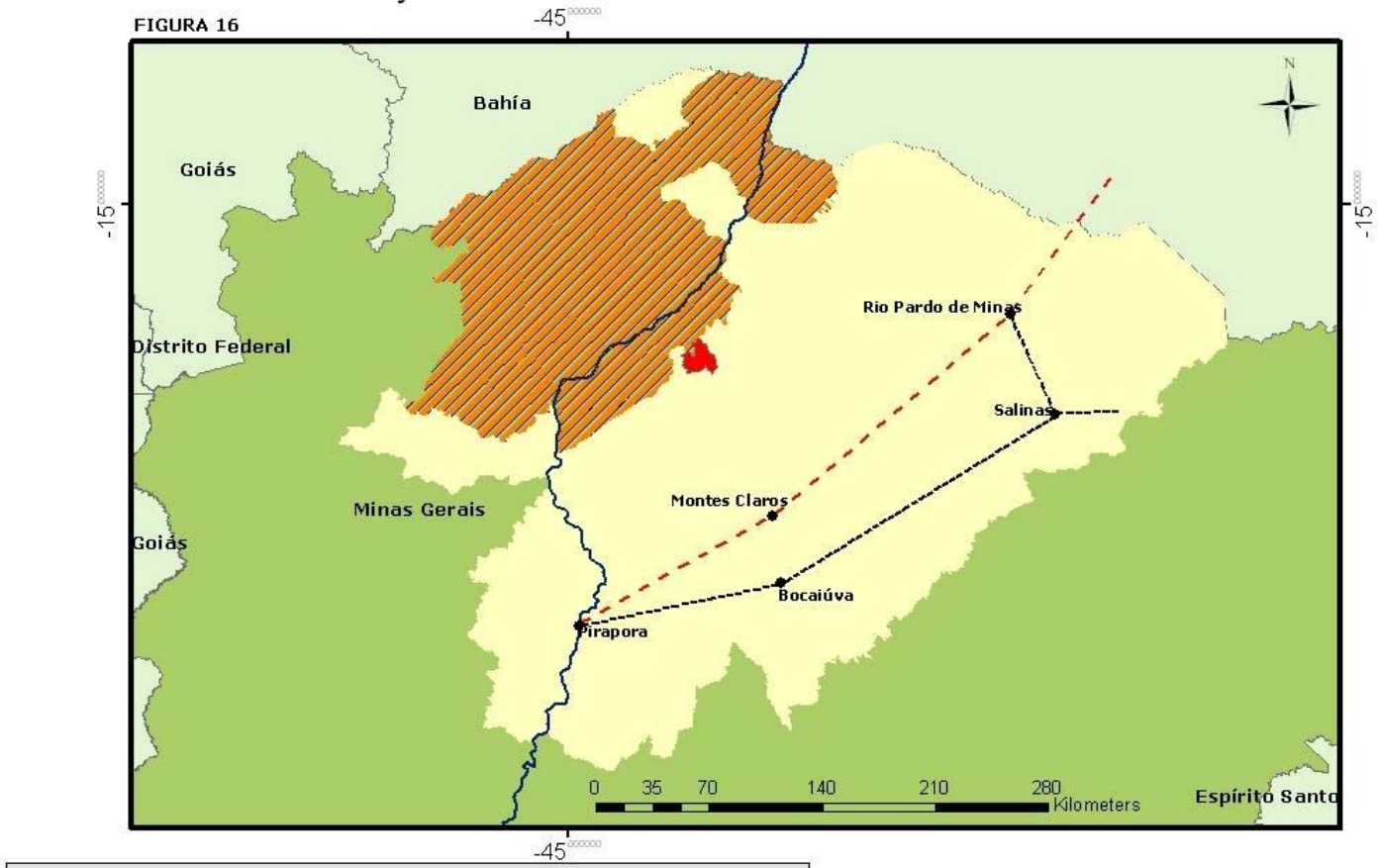
Em 1956, cria-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) com suporte técnico para diagnósticos, análise, avaliações visando o planejamento regional. Por outro lado, há também uma interpretação de que o GTDN procurava introduzir idéias a favor da burguesia industrial urbana combatendo oligarquias rurais.

O Polígono das Secas Mineiro passou a ser considerado área nordestina em 1963, pela Lei 4.239. Há muitas especulações sobre esta inclusão, mas oficialmente "[...] foi fundamentada no fato de a área [mineira] estar contida no Polígono das Secas e apresentar aspectos físicos-climáticos similares aos do Semi-Árido nordestino [...]" (SUDENE, 1994 p. 11, In: José Maria Alves CARDOSO, *op. cit.*,.pp. 219).

O mapa a seguir mostra situações de redefinições – realinhamento dos limites - no Polígono da Seca na área do Norte de Minas Gerais.

REDEFINIÇÕES NO POLÍGONO DA SECA - Norte de Minas Gerais

FIGURA 16



1:3.250.000

Fonte:
1) Bases Cartográficas: Instituto Socioambiental e IBGE
2) Bibliografia: OLIVEIRA,M.F.M. de (2000)
Elaborado por: Hilo Lima e Renata Salles

O Governo Mineiro, no entanto, não se empenhava nos mesmos moldes que os governos dos estados nordestinos, junto à autarquia (SUDENE). Suas representações eram de terceiro escalão no Estado de Minas Gerais. Mesmo assim, após o estabelecimento das relações da SUDENE no Norte de Minas ampliam-se esforços de modernização e integração com centro-sul do país. Dota-se a área de um pouco mais de condições de infra-estrutura para expansão de produção capitalista mais moderna. Desse modo, as ações da SUDENE e suas repercussões no Estado de Minas significavam um rompimento mais significativo do isolamento para a Região Norte do Estado. Também representava a mais nova e moderna articulação da região nortemineira à macrorregião nordestina, naquela área que antes foi pertencente à Bahia e Pernambuco. Esta articulação incluiu e aproveitou o crescente desmembramento de municípios na Região: em 1959 havia 24 municípios; em 1962, 44 municípios dos quais 42 pertencentes ao Polígono da Seca. No entanto, enfatiza Luciene RODRIGUES, que a sociedade que emerge no Norte de Minas apresentava algumas marcantes características sócio-espaciais como a dispersão no território e forte dependência dos pequenos agricultores em relação aos poucos proprietários de terras:

> "[...] O desenvolvimento da agricultura no Norte de Minas não contou com o desenvolvimento das forças produtivas [não havia possibilidade de acumulação por conta do poder dos proprietários de terras], das técnicas agrícolas. Cada minifundiário era um meeiro da produção de algodão e um produtor autônomo de meios de subsistência, com rara capacidade de

> acumulação e sem investimentos no desenvolvimento de suas habilidades [passividade populacional e falta de organização política, imobilismo político somado ao autoritarismo da classe dirigente] dessa maneira, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzir o subdesenvolvimento [...]" (Luciene RODRIGUES, *op. cit*., p. 119)

Quatro foram os eixos principais indutores de crescimento pelo Estado para o Norte de Minas: grandes projetos agropecuários, industrialização, reflorestamento e projetos de irrigação. "[...] Estes projetos não conseguiram gerar número significativo de empregos, capaz de reter a força de trabalho antes dedicada à agricultura de subsistência [...]" (Luciene RODRIGUES, *op. cit*., p. 124). Mas houve melhora significativa no setor de infra-estrutura, sendo a intervenção do Estado decisiva nesse aspecto que altera a capacidade de circulação no território e potencializa nova dinâmica.

Portanto, tomando um breve recorte[120], pode-se admitir que as ações do Estado são mais vigorosas e se intensificam a partir dos anos 20 do Século XX. Houve a busca de integração regional com a expansão ferroviária fomentando 'espaços perdedores', que foram as áreas próximas ao São Francisco, e 'espaços ganhadores', as áreas que margeavam a ferrovia e que se expandia em direção à Bahia. Ocorreram, de modo paulatino, aquisições de terras para invernada ao longo da via férrea. Por ironia, alimentando a vida de rebanho já secular

[120] Conforme José Maria Alves CARDOSO, *op. cit.*,.pp. 226-229)

pelo Norte Minas, e ao mesmo tempo, paulatinamente, retirando de cena a figura do vaqueiro construída nos séculos passados.

A título de exemplo[121], entre 1964 e 1971, o Município de Janaúba-MG recebeu 54,22% de compradores externos de suas terras, principalmente os mais abastados da vida urbana e empresas transnacionais que tinham a possibilidade de desfrutar de incentivos fiscais e creditícios proporcionados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões territoriais para agropecuária e reflorestamento.

Este fenômeno não ocorre tranqüilamente. O processo com terras levou a conflitos como, por exemplo, na localidade de Cachoeirinha em Varzelândia-MG e no Brejo do Mata Fome em Itacarambi-MG. O conflito nesta última localidade envolveu até membros da etnia indígena Xacriabás – comunidade indígena hoje presente no Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu.

Desaba um quadro de desorganização social sobre os pequenos povoados espalhados na região: abandono de um lado e crescimento com serviços improvisados para atender novas demandas de consumo. A ocupação fundiária é controlada pelos incentivos da SUDENE que fomentou modernização para produtividade e rentabilidade em grande escala e apresentou o problema de pouca absorção de mão-de-obra rural.

---

[121] Idem, p. 226-227.

Luciene RODRIGUES, conclui a respeito da relação de políticas modernizadoras que claramente atuam na dinâmica do território (as ferrovias, as redefinições em várias novas formas de apropriações agrárias: reflorestamentos, planejamentos, incentivos creditícios sob o guarda-chuva do Polígono da Seca) e impõem suas marcas caracterizadoras de um lugar:

> "[...] a SUDENE e outros órgãos semelhantes, voltados para o desenvolvimento regional, mantiveram-se desviados de seus propósitos originais. A idéia de fortalecer as estruturas econômicas dos moradores, dos produtores de alimentos, perdeu o objetivo As ações acabaram direcionadas para a valorização do grande capital, de forma geral [...] as instituições responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento foram, em primeiro lugar a SUDENE e em segundo, a CODESVASF [...] a persistência de políticas que cambiam no tempo, apresentando dificuldade de expressar consenso ou continuidade macroestratégica, termina por auto-revelar uma fonte de aprofundamento das disparidades regionais, com seu caráter crônico no largo prazo [...]"

Para José Maria Alves CARDOSO (*op. cit.*) combinou-se a expansão capitalista e a participação do Estado no estímulo à iniciativa privada via SUDENE, com sustento nos Planos Diretores desta instituição. Carlos DAYRREL[122] aponta no sentido dos processos de ocupação e expansão geográfica uma primeira fase de ocupação que usou a força militar e a concessão de sesmarias. E uma segunda fase: incentivos da SUDENE, estímulos ao reflorestamento e irrigações públicas e privadas.

---

[122] In: José Maria Alves CARDOSO, op. cit., p. 231. Ver também: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (orgs.) – *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade.* Montes Claros: Imprensa Universitária da Unimontes. IV Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. 2000.

A busca pela modernização e unificação da economia regional à nacional se firmou em três pontos básicos:

(a) Inclusão da Região na área da SUDENE;

(b) O modelo de política agrícola do Governo pós 65 (concentração de terras e expropriação; integração da agricultura ao setor urbano)

(c) Incentivo ao reflorestamento relacionada a ações de obras de infraestrutura promovido pelo Estado como eletrificação, irrigação e estradas, aliadas à expansão do setor terciário que atrai grande volume de mão-de-obra antes estabelecida na zona rural. No entanto, a oferta de emprego do setor de serviço não absorve mão-de-obra liberada e a acaba se compondo de força de trabalho especializada que provém de centros mais urbanizados como Belo Horizonte ou São Paulo.

O fomento da idéia de Estado Modernizador estava atrelada aos chamados projetos de desenvolvimento e projetos especiais ou sociais. Isto resultou na ampliação de mercado para produtos industriais, culturas para exportação, reflorestamento homogêneo e base em estrutura fundiária concentrada.

A RURALMINAS agia no Norte mineiro a nível estadual da mesma maneira que a SUDENE a nível federal, e a ela se associavam outras agências como a EMATER (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL) e o BNB.

Assim, as negociações de terras foram inicialmente muito dinâmicas entre 1960 e 1970, iniciando-se no eixo férreo em direção à Bahia e depois se expandindo por toda a região. Este sendo um dos traços mais importantes da expansão capitalista. Exerceu influência sobre as relações de trabalho e sobre a estrutura produtiva levando a situação de contato entre o 'moderno' e o 'tradicional' lado a lado.

Entre os anos de 1970 e 1990, as idéias-eixo desenvolvimentistas parecem ganhar apenas novas cores, porém pode-se perceber a internalização de novos rótulos, inclusive de base territorial ambiental. Em 1980, a SUDENE se autodefine em suas tarefas e diretrizes para o Polígono da Seca:

> "[...] aumento da eficiência do sistema econômico pela elevação da produtividade da agricultura; implantação de um centro dinâmico; modernização da infra-estrutura regional de transportes, comunicações, energia e saneamento; **intensiva utilização de recursos naturais**[123] [...]" (Diretrizes SUDENE/MINTER. Vinte Anos 1959-1979. Recife: SUDENE, 2ª edição, pp. 22-23 1980, In: José Maria Alves CARDOSO, *op. cit.*, p. 262).

Os investimentos deveriam ocorrer mediante 'vantagem locacionais' e maior grau de complementaridade ao sistema econômico nacional, valendo esta estratégia inclusive para a região mineira da SUDENE. As duas exigências acima claramente pondo em relação a contrapartida do desenvolvimento territorial para a abertura de créditos.

[123] Grifo nosso.

Outros aspectos presentes que demonstram que relações com fixos e fluxos de dinâmica territorial, aliada a processo de modernização, foram as diretrizes no sentido de consolidar a política de formação de pólos de desenvolvimento industrial de forte poder germinativo, fenômeno que beneficiou apenas Montes Claros, no caso do Norte de Minas Gerais.

Tal expansão estaria associada tanto à inclusão do Norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE quanto à capacidade de lideranças para realizar captação de recursos junto à capital mineira. A SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais) apresentou críticas a política de incentivos fiscais da SUDENE por esta ter promovido concentração de investimentos. Houve incremento em variáveis econômicas, mas é difícil afirmar que tenha ocorrido uma melhoria nos níveis de bem estar da população como um todo.

> "[...] as ações desenvolvidas pela SUDENE e pelo Estado através dos projetos privados, públicos e dos investimentos em infraestrutura econômica e social, foram incapazes de reverter o quadro de atraso relativo da Região Mineira em face das áreas mais desenvolvidas do Estado [...]" (SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. *Projeto Nordeste – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – RMN.* Belo Horizonte: v.1, 1984, (mímeo), In: José Maria Alves CARDOSO, *op. cit*., p. 266.)

Tal situação gerou na SEPLAN o desenvolvimento de estudos sobre a situação socioeconômica de regiões mineiras. Estes estudos acabaram por resultar numa nova divisão regional oriunda do Planejamento na forma de política territorial que desenhou o seguinte

quadro regional a partir de microrregiões e o controle de suas características produtivas bem como um índice hierárquico de funções urbanas dos municípios de cada microrregião. O quadro geral denota grande heterogeneidade na Geografia Econômica interna na região.

A perspectiva dos vários séculos de um Norte de Minas sertanejo e parte do Cerrado que procuramos demonstrar até este momento denota que as feições de horizontes geográficos admitem interpretações:

- A perspectiva relacional dos recursos, portanto, recursos não são uma lista de coisas, mas sobretudo uma *função* de um poder; *função* de recorrência na História humana como bem demonstrou Harm de BLIJ (1967) nas civilizações mais precoces de que se tem notícia.
- Nesse sentido, a distribuição dos recursos não correspondeu à distribuição do poder, entendido como apropriação pelo trabalho que traz a força transformadora. E aí tanto vale no sentido dos impactos como também dos conflitos, da cultura, da recriação das existências manifestas na apropriação pelo trabalho. [o que é recurso: uma lista? uma lista de fauna e flora? tem que ser silvestre ou já não admitimos o gado, as culturas agrícolas como sistemas naturais?]
- O ponto importante e crucial é que o exercício de poder, a apropriação da matéria natural e dos recursos pelo trabalho nos

vários séculos do Norte de Minas ocorre mediante conflito de interesses: a dimensão política. Não era exatamente o embate contra a natureza poderosa, mas as lutas entre os homens nas diversas formas sociais que figuram na vida daquela porção do território.

- O território moderno como mediação mais atual dos sentidos permanentes de apropriação das porções do Espaço Geográfico.

3. O TERRITÓRIO, A POLÍTICA PÚBLICA, OS RECURSOS: o norte de minas contemporâneo e suas apropriações.

A julgar pelos processos históricos que se particularizaram no Norte de Minas Gerais, ao longo do largo período abordado no capítulo anterior, estamos nos dias de hoje em relação a esta área em situação de processos também largamente abertos cujas tendências e caminhos configuram uma abordagem de difícil equação.

Os propósitos de construção do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu com a estratégia de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista parece ter que se defrontar com dois pesos. Um deles é o peso da História, que se faz presente em muitos interstícios da vida social atual na região e que é reconhecido pelo próprio nome que se dá a este Programa Ambiental com unidades de conservação.

Outro fator a considerar é a internalização das formas modernizadoras – diversas – e sua implementação territorial nesta área do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido importa verificar o papel das articulações contemporâneas e o sentido de seus discursos. Nesse aspecto, o Estado em seus diversos níveis é considerado como uma estrutura de ação funcionando sob poderes relativamente estáveis de intervenção na vida social. No entanto, a *governança*[124] se faz de modo

[124] *Governança* é um conceito desenvolvido no 'ambiente' da política pública que tem abrigado alguns temas: desenvolvimento regional, descentralização, interação entre os agentes sociais, territorialidade das políticas públicas, preocupação com desequilíbrios ambientais a partir de políticas dos demais setores do aparelho de Estado. Algumas características têm sido evocadas para uma 'boa' governança, a saber: o Estado de direito, a transparência, a responsabilidade com a cidadania, a busca dos consensos,

transitório, variável, uma conjuntura na forma de direcionamento das ações e por isso atua na sociedade por meio de programas, projetos, estratégias.

> "[...] Na periferia, a **modernidade não flui de uma vivência comum já instaurada**, mas coloca-se como um projeto para a sociedade, veiculado fundamentalmente pelos discursos que legitimam e impulsionam as ondas modernizantes do ajuste. Na periferia, a instauração da vida moderna coloca-se portanto como uma meta da pregação modernista, que tem seu papel invertido: de expressão e experiência, a modernidade vira proposição e objetivo. Do tempo presente, migra para o futuro [...] em outras palavras, na periferia o modernismo se coloca como uma ideologia da modernização [...]" (Antonio Carlos Robert MORAES, *op. cit.*, p. 141)[125].

Neste ponto será importante descortinar os aspectos institucionais mais próximos que se entende como política ambiental, sobretudo sob o prisma de nosso interesse mais específico que é a relação entre a Política, Território e o Meio Ambiente sob o guarda-chuva daquela noção que compreende que a distribuição política não corresponderia ao acesso e distribuição dos recursos.

Já podemos atinar para algumas questões: se a modernidade não parte do que é comunitário, de suas características, então ela pouco representa a vida existente no local e isto evidenciaria conflitos. Daí considerar as instituições modernizadoras, *locus* de mediação das ações

---

igualdade e inclusão, eficiência de ação, auditorias. A ausência destas situações impediria a implementação das demandas de política pública. Ver a respeito: "Pierre Calame, André Talmant – A questão do Estado no coração do futuro. Petrópolis - RJ. Editora Vozes. 2001."; ver também: "Amália Maria Golberg Godoy – Desequilíbrios ambientais na agricultura brasileira: avanços ou continuidade no Plano Plurianual do Governo Lula? (www.anppas.org.br/encontro2/GT/GT05/amalia_godoy.pdf 2004)", acessado em março de 2008.

[125] Grifo Nosso.

do sentido político, base material da existência do Estado e demais organizações da sociedade civil. Além do que estas instituições se fazem veiculadoras de ideologias como as representadas nos rótulos que ganham a alcunha de ‘desenvolvimento’.

É de fato muito comum na literatura que envolve a problemática ambiental a afirmação de que vários dos problemas que envolvem a relação entre o ser humano e seu meio de existência são de impacto, considerando como causa os ‘problemas antrópicos’. Essa interpretação é emblemática, isto é, pouco ou nada esclarecedora e perversa, pois na linha do ‘problema antrópico’ como causa de impacto ambiental pode se chegar até a afirmar que há um problema de excesso de população. O homem ‘antrópico’ é, de modo geral, um ser a-histórico e indefinido o que é bem diferente do caminho que vimos perseguindo.

Se há, no entanto, a pretensão de análise em que se busca o debate sobre desequilíbrio-equilíbrio na relação entre a distribuição do poder e a correspondente distribuição dos recursos como umas das centrais questões da relação entre a Geografia Política e Meio Ambiente a análise que passa pela interpretação que contemple os aspectos institucionais do jogo de forças da problemática ambiental pode revelar o conteúdo das mediações sociais e das articulações de escalas dos processos como este ao qual nos debruçamos.

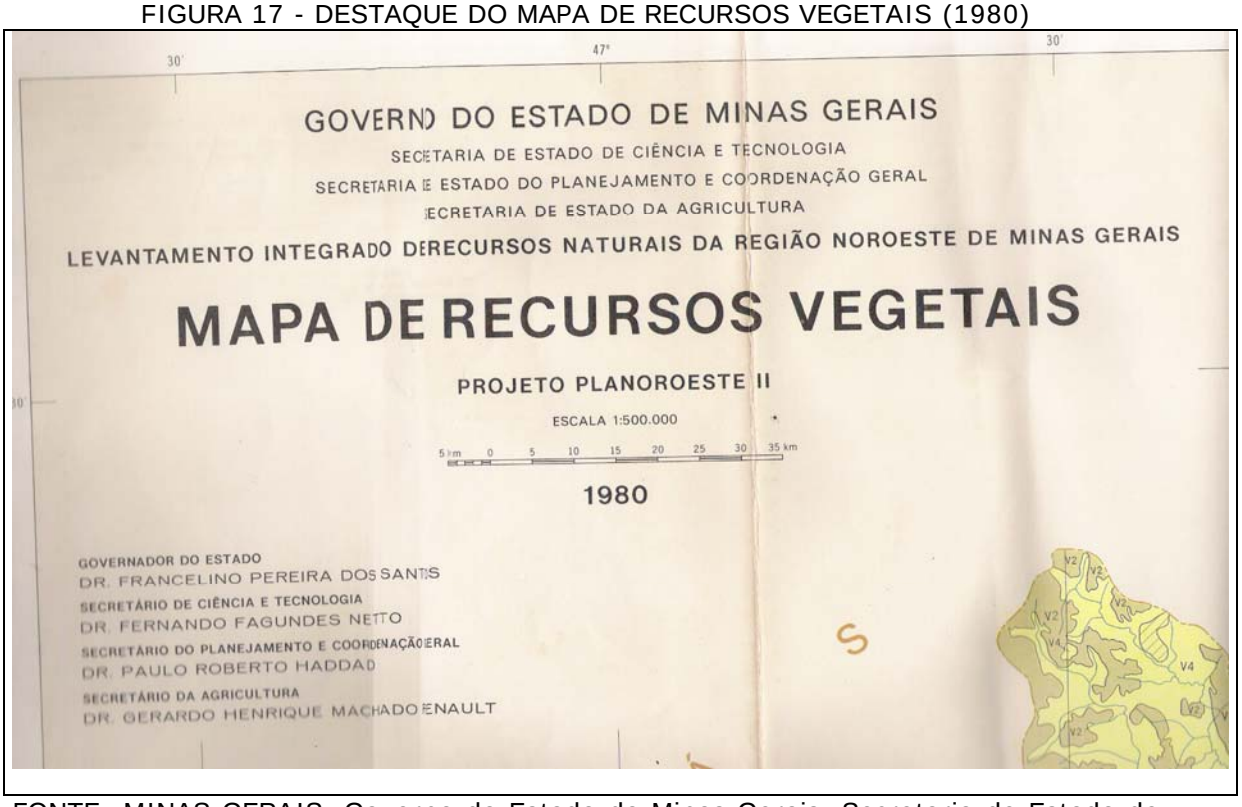
3.1 Instituições modernizadoras no Vale do São Francisco: intensiva exploração dos recursos naturais.

Assim no sentido institucional mais voltado à problemática ambiental e conforme pudemos ver no capítulo anterior, o rótulo *recursos naturais* já se fazia presente nas propostas e programas de instituições responsáveis e que efetivamente atuaram na modernização da área nortemineira do Sertão. No entanto, a pesquisa demonstra que a apropriação dos recursos da região não esteve prioritariamente vinculada a políticas ambientais e menos ainda relacionadas a políticas socioambientais. Conforme pudemos ver no capítulo anterior, a SUDENE, por exemplo, propunha em seu programa de ação, em documento de 1980, a **exploração intensiva dos recursos naturais**.

As figuras 17,18 e 19 a seguir são partes do *MAPA DE RECURSOS VEGETAIS: levantamento integrado de recursos naturais da região noroeste de Minas Gerais/ Projeto Planoroeste II- 1980* que é assinado pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio das Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e Secretaria de Estado da Agricultura. O mapa enfoca grande parte da região Norte de Minas e propõe duas modalidades de exploração dos recursos: o Potencial Lenheiro e o Potencial Madeireiro. Observamos, conforme a legenda, que o potencial lenheiro elevado se dirige as margens do Rio São Francisco e

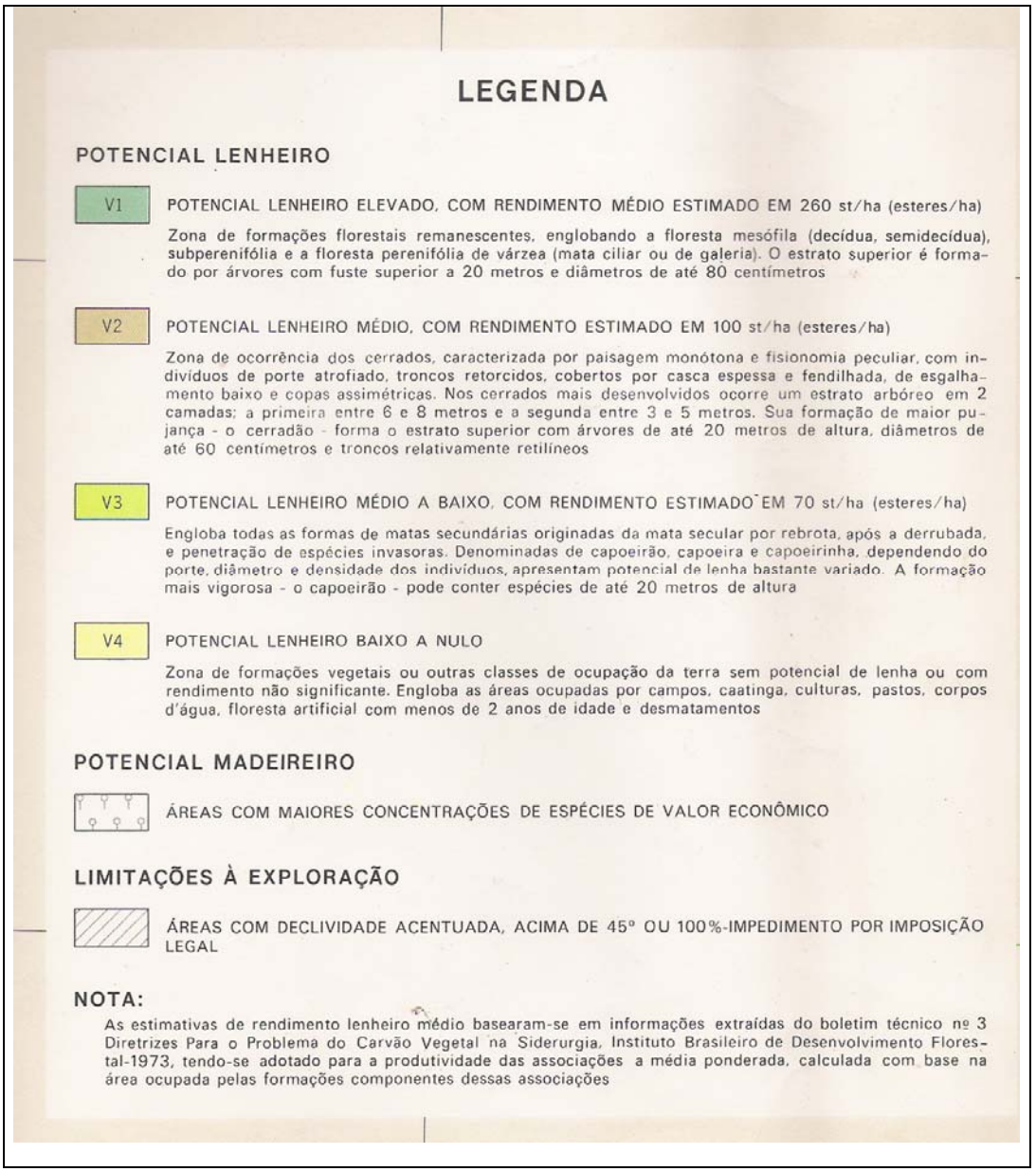
adjacências expressamente incluindo as “matas de galerias ou mata ciliar”. A nota da legenda informa que as estimativas (grandezas) de exploração são feitas com base em ‘boletim técnico’ das ‘Diretrizes Para o Problema do Carvão Vegetal na Siderurgia’, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-1973, o que denota a vinculação dos recursos com a política industrial adotada pela governança mineira de então.

FIGURA 17 - DESTAQUE DO MAPA DE RECURSOS VEGETAIS (1980)



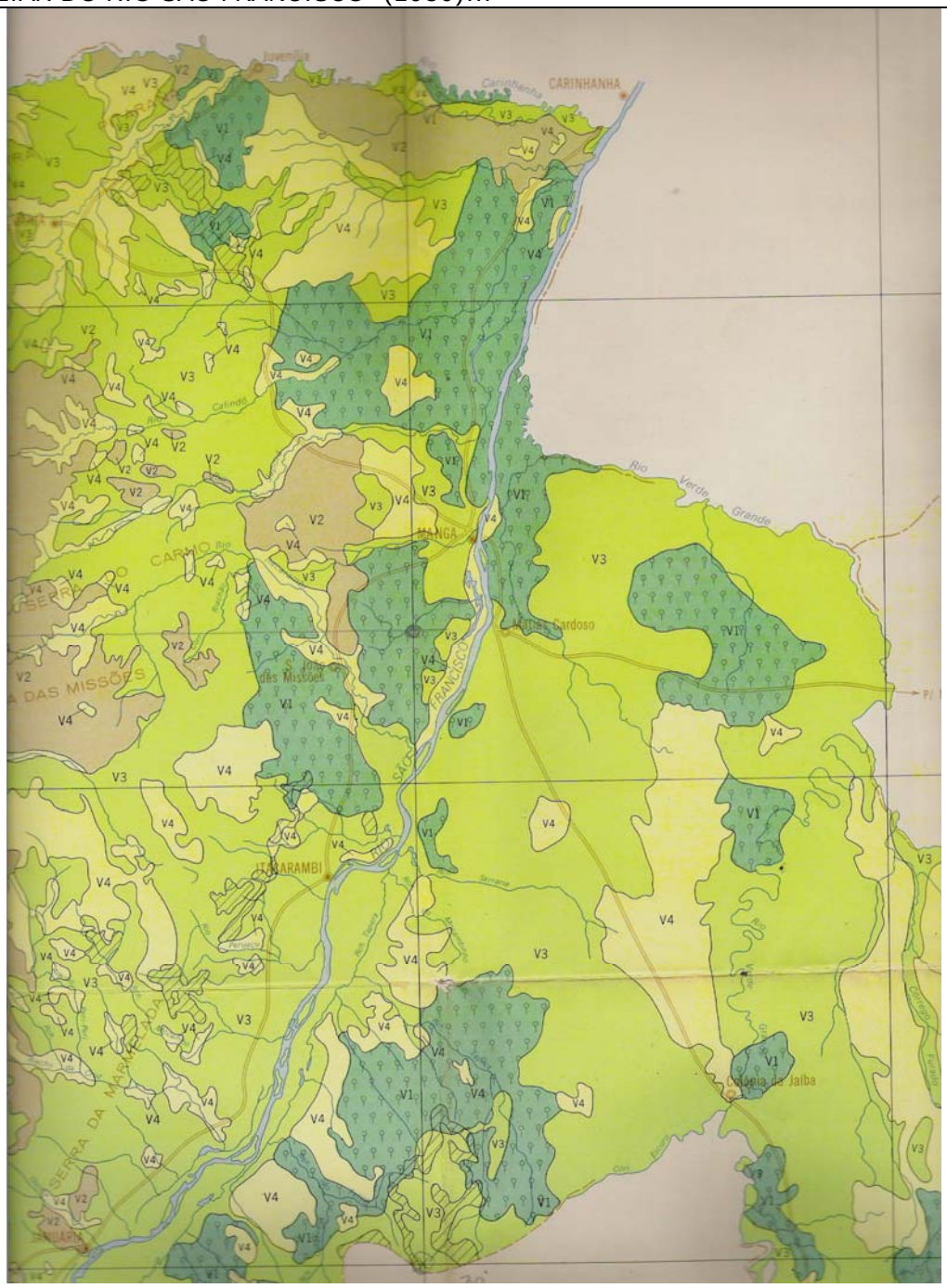
FONTE: MINAS GERAIS, Governo do Estado do Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretaria de Estado da Agricultura. **Levantamento integrado de recursos naturais** da região Noroeste de Minas Gerais/MAPA DE RECURSOS VEGETAIS/ PROJETO PLANOROESTE II, escala 1:500.000, colorido, 1980.

FIGURA 18: LEGENDA DO MAPA DE RECURSOS VEGETAIS (1980)...



FONTE: MINAS GERAIS, Governo do Estado do Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretaria de Estado da Agricultura. **Levantamento integrado de recursos naturais** da região Noroeste de Minas Gerais/MAPA DE RECURSOS VEGETAIS/ PROJETO PLANOROESTE II, escala 1:500.000, colorido, 1980.

FIGURA 19 - INDICAÇÃO DE POTENCIAL LENHEIRO EM FAIXAS DA ÁREA DE MATA CILIAR DO RIO SÃO FRANCISCO (1980)...



FONTE: MINAS GERAIS, Governo do Estado do Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretaria de Estado da Agricultura. **Levantamento integrado de recursos naturais** da região Noroeste de Minas Gerais/MAPA DE RECURSOS VEGETAIS/ PROJETO PLANOROESTE II, escala 1:500.000, colorido, 1980.

Hernando BAGGIO[126] aponta que existe uma literatura ampla, variada e tecnicista voltada exclusivamente para aspectos agronômicos e florestais do eucalipto. Por outro lado, há uma literatura restrita em relação aos impactos ambientais negativos decorrentes da agricultura homogênea do eucalipto o que é bastante problemático uma vez que as grandes empresas de monocultura de eucalipto, no cerrado mineiro, acabava por dominar a vida inteira das pessoas.

Neste processo, ocorre de fato a exploração intensiva dos recursos naturais e redução da biodiversidade:

> [...] Durante as últimas quatro décadas, o cerrado foi praticamente extinto nas chapadas areníticas do Noroeste mineiro por práticas irracionais de carvoejamento e desmatamento desordenado. Quase toda fitomassa do cerrado foi substituída principalmente entre as décadas de 70 e 80 por imensos latifúndios com monocultura de pinus e eucalipto, com produção comercial de soja, feijão, milho e, atualmente, do café. Áreas onde antes floresciam manchas do cerrado, com seus vários extratos vegetacionias, cederam lugar a grandes empresas de plantio de eucaliptos e pínus (subsidiárias ditas "florestais" de siderúrgicas do Centro-Sul mineiro e grupos bancários, ligados ao setor agropecuário) [...] (Hernando BAGGIO, *op. cit*., p. 28).

A intervenção ocorreu por meio de arrojada política de estímulo a maciços verticalizados da floresta para fornecimento direto à indústria

[126] Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UNIMONTES. Apresentou estudo sobre Pinus e Eucalipto na modalidade plantio homogêneo e implicações no 'ambiente físico, biológico e socioeconômico na coletânea: RODRIGUES, Luciene e MAIA, Claudia – Cerrado em perspectiva (s), op. cit., 2003. Ver também: BAGGIO, H. F. *Alterações na paisagem natural e agrícola do município de Buritizeiro – MG: implicações do plantio generalizado de pínus e eucaliptos no meio ambiente físico, biológico e socioeconômico*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências – IGC, Belo Horizonte: UFMG, 2002.

(Hernando BAGGIO FILHO, *op. cit*., p.37). Neste contexto, o Estado de Minas Gerais se torna importante produtor de lenha e seus derivados. Segundo Associação Brasileira de Produção de Carvão Vegetal, no ano 2000 este Estado participa com 38,9% da produção nacional. Em 1988, o carvão vegetal consumido era 88% de florestas nativas contra 22% de maciços verticais. Em 2000, 18,5% de florestas nativas contra 82,5% de maciços.

Os complexos florestais em Minas Gerais sempre estiveram vinculados à siderurgia, segundo Ana Paula CASTRAL (2003, p.28) porque o carvão vegetal alimentou as siderurgias nacionais, desde que estas iniciaram suas atividades. A queima de carvão vegetal nos altos fornos transforma o ferro, em ferro-gusa (o ferro de primeira fusão) para depois se produzir aço, ferro-liga e ferro-fundido sendo um termo-redutor neste tipo de produção. Assim se confere duplo papel ao recurso em questão: combustível e termo-redutor auxiliando na retirada do oxigênio do minério, deixando o ferro livre.

A siderurgia mundial foi baseada em carvão mineral que possui preços elevados no Brasil por conta dos custos de transporte e a importação, complexa devido às barreiras tarifárias impostas pelo governo brasileiro.

Em Minas Gerais, já na década de 1940: governo estadual inicia plano de expansão industrial “[...] para efetivo aproveitamento de

recursos naturais [grifo nosso] abundantes [...]": o minério de ferro e florestas nativas, "[...] com o esgotamento futuro das florestas nativas, as usinas siderúrgicas, já na década de 40, iniciaram os plantios próprios com eucalipto [...]" (idem, p.29). Assim o fizeram, entre 1940 e 1950, Belgo-Mineira; USIMINAS; CVRD E CIA SIDERÚRGICA MANESMANN.

> "[...] o reflorestamento em MG adquiriu seu dinamismo a partir de 1967 com a criação dos incentivos fiscais para a atividade. Com as vantagens na aquisição de terras, as reflorestadoras e/ou subsidiárias florestais das usinas siderúrgicas iniciaram um desordenado processo de implantação de florestas, dispersos no estado sem destinação específica. A localização desses plantios em Minas Gerais deveu-se ao fato dos produtores primeiramente preocuparem-se com o preço da terra, que ainda era baixo, para depois se preocuparem com sua localização e produtividade [...]" (Idem, ibdem, p. 29)

Documentos[127] mostram que parte dessas terras foi durante muito tempo motivo de disputas entre indígenas e os habitantes que ali se instalaram em expedições auríferas [camponeses sem registro de terras] que praticavam agricultura no meio das grotas, veredas, partes baixas e encostas. [em terras que eram consideradas impróprias para a agricultura pelo Estado].

Em 1989, o IBAMA diminui [em relação à portaria normativa 242 1988 do IBDF, que institui o PIFI plano integrado floresta indústria que em resumo estabelecia o auto-abastecimento gradual de empresas

[127] Documentos mencionados em trabalho de: SILVA, M. A. M. – Errantes do Fim do Século. São Paulo: Fundação UNESP. 1ed. 1999. Ver também em Ana Paula CASTRAL (*op. cit*., p. 30).

consumidoras] as exigências e as penalidades em relação aos produtores de reflorestamento de modo que grandes e médias empresas passam a suprir-se do 'fomento florestal', forma de articulação territorial que ocorre quando tais empresas fornecem mudas, insumo e assistência técnica para terceiros (pequenos produtores) atenderem seu abastecimento.

Os questionamentos e divergências acerca deste tipo de produção podem variar a extremos. De um lado cresceu o contingente ambientalista tentando formular ácidas críticas aos impactos ambientais e sociais provocados por esta forma de apropriação de áreas do Cerrado. Há, porém, a contrapartida ideológica, no Vale do Jequitinhonha a CESITA ENERGÉTICA colocou placas nas estradas que cortam os Chapadões, nas quais se pode ler: "florestas de eucalipto - substituindo o Cerrado e gerando empregos" ou "florestas de eucalipto - com a proteção do meio ambiente, e tem gente que prefere o Cerrado" (Hernando BAGGIO FILHO, *op. cit*., pp. 51-52).

Já o PRÓ-FLORESTA (Programa de Conservação Produção Florestal do Estado de Minas Gerais), considerado o maior Programa[128] de fomento florestal do Estado, apresentava os seguintes objetivos: (1) assegurar o aumento da madeira proveniente de bases renováveis; (2)

[128] Hernando BAGGIO FILHO (*op. cit*, p. 44) aponta os seguintes Programas de Reflorestamento no Estado de Minas Gerais, desenvolvidos pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas): Prodemata, Repemir, MGII, Planoroeste, Prodeflor, IEF/CVRD e Pró-Floresta.

reduzir devastação de matas nativas; (3) aperfeiçoar a preservação ambiental; (4) elevar o padrão de renda no meio rural [desenvolvimentismo]. Porém a crítica levantada ao Pró-Floresta continha os seguintes pontos: (1) o programa privilegiou e realizou financiamento apenas para grandes empresas; (2) a área florestada com espécies nativas foi insignificante; menos que 20% das metas estabelecidas. Neste caso, a intenção anunciada se fez mais valer que a própria prática política.

A FIGURA 20, do final deste subcapítulo, intitulada PRESENÇA DE 'ARRUAMENTOS' PARA MACIÇOS VERTICAIS HOMOGÊNEOS EM ÁREAS NORTEMINEIRAS apresenta algumas áreas de 'arruamentos'[129] para implantação de 'maciços verticais homogêneos' em área hoje reservada para implantação do Mosaico_SVP. Percebe-se assim as marcas da eleição, em décadas anteriores, destas áreas para implantação dos projetos e programas de interesse carvoeiros e siderúrgicos.

O Mapa intitulado "ÁREAS DE APROPRIAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONCENTRAÇÃO SIDERÚRGICA" (FIGURA 21), na seqüência, foi elaborado a partir de descrições elaboradas por bibliografia - registradas na fonte do Mapa e tem como objetivo apresentar um quadro geral - não detalhado - do movimento de apropriação de recursos organizados

[129] Os arruamentos na FIGURA XX são representados por linhas formando quadrículas mais ou menos homogêneas e tracejados em tom vermelho escuro ou sépia.

pela ‘concentração siderúrgica mineira’ em áreas do Cerrado e Semi-Árido tanto no Norte de Minas quanto no Vale do Jequitinhonha. Esta representação nos sugere as origens territoriais e motivações de uma exploração específica de recursos com a localização genérica de áreas de exploração.

Estas representações acima também podem ser comparadas ao MAPA DE VEGETAÇÃO: MICRORREGIÃO DE JANUÁRIA – NORTE DE MINAS E ENTORNO (FIGURA 22) e MAPA DE HIPSOMETRIA: MICRORREGIÃO DE JANUÁRIA – NORTE DE MINAS E ENTORNO (FIGURA 23) que procura demonstrar uma certa memória ambiental da área de estudo desta pesquisa. Memória, pois certamente é esta riqueza em biodiversidade e diversidade social registrada principalmente pela bibliografia de enfoque regional abordada sobretudo no capítulo 02 que vêm se perdendo com as chamadas políticas desenvolvimentistas.

O mapa “DISPARIDADES E DESIGULDADES NO TERRITÓRIO – Estado de Minas Gerais” (FIGURA 24), junta-se a esta seqüência de síntese iconográfica para que possamos constatar resultados atuais de políticas que promoveram a particularidade da formação territorial na relação da área de Cerrado e Sertão com a área concentrada do Estado de Minas e região Sudeste[130] [esta no sentido de *região concentrada*]. Percebe-se neste mapa uma característica - uma recorrência mesmo da

[130] Refiro-me ao termo região Sudeste mais no sentido de área de abriga a maior parte da chamada *região concentrada* brasileira.

história do território brasileiro - que apresenta proliferação do mosaico de municípios e conseqüente diminuição das áreas de competência e das superfícies municipais quando há implantação de infraestruturas territoriais, concentração de renda, industrialismos e políticas desenvolvimentistas.

Esta seqüência iconográfica se encerra com os mapas “RELAÇÃO ENTRE MALHA VIÁRIA E MOSAICO DE MUNICÍPIOS EM PARTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS” e, por último, “MALHA VIÁRIA EM PARTE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A MICRORREGIÃO DE JANUÁRIA – MG” (FIGURAS 25 e 26). Percebe-se nestes mapas como a área dos Gerais, Cerrado, Sertão nortemineiro não foi contemplada com a implantação de estruturas viárias - no sentido de malhas - pelos níveis federal e estadual sendo caracterizada como área de fundo em relação ao território nacional.

Sinalizamos assim, com estas comparações, para relações estabelecidas e sustentadas pela noção formação territorial[131] e sua dinâmica. Esta síntese iconográfica registrada pela cartografia mencionada no parágrafo anterior demonstra desigualdades e disparidades do território uma vez que a região Norte de Minas Gerais carece de infraestrutura de transportes. Isto não impediu que as poucas estradas existentes na região causassem impactos às vezes irreversíveis

[131] Noção já mencionada em capítulos anteriores e nota de rodapé número 14.

como destruição de veredas, processos erosivos e assoreamento de corpos d'água. Por outro lado, são marcantes as desigualdades socioespaciais entre o Norte de Minas e área concentrada do estado.

Demonstra-se também a força geopolítica das escalas territoriais, como a escala do Território do Estado de Minas Gerais, e escalas em outro nível político administrativo, que por meio de políticas territoriais de cunho desenvolvimentistas realizam o processo de exploração intensiva de recursos a favor do aparato siderúrgico-carvoeiro. Nisto está o chamado rebatimento territorial com desigualdades territoriais no tamanho dos municípios, desigualdades de concentração de renda e insustentabilidade.

No entanto, acreditamos que a condição histórica e geográfica, conforme discutido, associada à fraca disponibilidade demográfica e as formas tradicionais ainda existentes de relações com o território foi crucial para sugerir a proposta de implantação de políticas conservacionistas territoriais como são as Unidades de Conservação, os Mosaicos de Unidades de Conservação, os Corredores Ecológicos, a configuração do conceito de Bacia Hidrográfica.

Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO (*op. cit*.) aponta, com base estudos[132] sobre a problemática e política ambiental no Estado de

[132] Nota de referência: A questão ambiental em Minas Gerais: discurso e política. O livro *A questão ambiental em Minas Gerais: discurso e política*, editado em 1998, é um estudo que resgata a história da política ambiental no Estado, reconstituindo as práticas, debates e propostas que fundamentaram essa trajetória. O livro foi produzido

Minas Gerais – e também no nível nacional – que vem ocorrendo uma incongruência na postura política e intervenção do estado pois há uma contradição na estratégias na medida em que ao mesmo tempo em que se desenvolve uma responsabilidade de conservação e proteção se promove o 'desenvolvimento econômico' com incentivos fiscais e programas fomentadores de atividades agrícolas e florestais com exploração intensiva de recursos naturais.

> [...] Em 1976 cria-se a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, iniciando a organização de uma estrutura institucional para a gestão ambiental Minas Gerais. Nessa mesma época surgem grupos conservacionistas que se mobilizavam em prol das questões ambientais, impulsionados pelo papel da imprensa, que representou um canal de divulgação das idéias voltadas para a conservação do meio ambiente, além de elaborar denúncias e contribuir nas campanhas de conscientização e publicação de manifestos ecológicos. Outras instituições voltaram-se para o tema, como a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e a Universidade Federal de Minas Gerais, que promoveram um Ciclo de Estudos sobre Problemas de Preservação e Melhoria do Meio Ambiente, em maio de 1975. Nesse momento o ponto central de discussão foi a economia mineira e seus ciclos com suas conseqüências na extração dos recursos naturais. Cabe ressaltar que as discussões voltavam-se para o planejamento regional (FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,

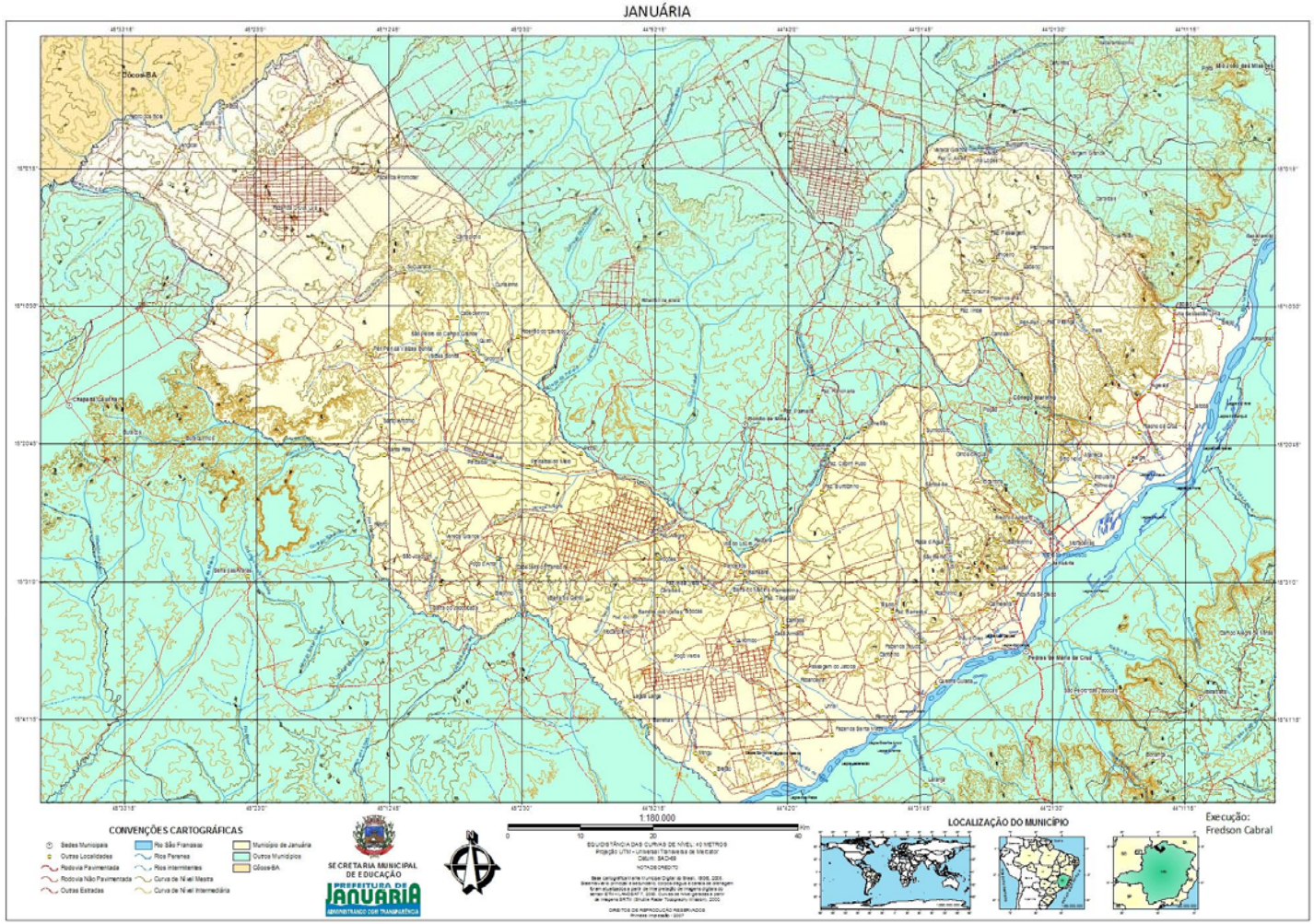
---

pela área de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, em parceria com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (328 páginas).

> 1998), porém ainda eram discussões pontuais e não se questionava o desenvolvimento industrial. O problema ambiental era visto como conseqüência da opção tecnológica realizada pelo Estado e, por isso, **expressa um impasse** [grifo nosso] ainda presente nos dias atuais, isto é, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental [...] (pp.48-49)

Há, portanto, um enclave na política de estado que na verdade só pode ser percebido porque efetivamente vem ocorrendo a internalização e conseqüente estruturação de concepções ambientais do fazer político. A própria estruturação da política pública ambiental de Minas Gerais ocorre sob o referido impasse que talvez seja a maior problemática da 'comunidade ambiental' enfrentada nos últimos anos também neste Estado. Quem deve definir a política em relação aos recursos? Quem são os baluartes do 'desenvolvimento'? A que setor se vincula este rótulo e qual o significado de sua associação com a exploração dos recursos?

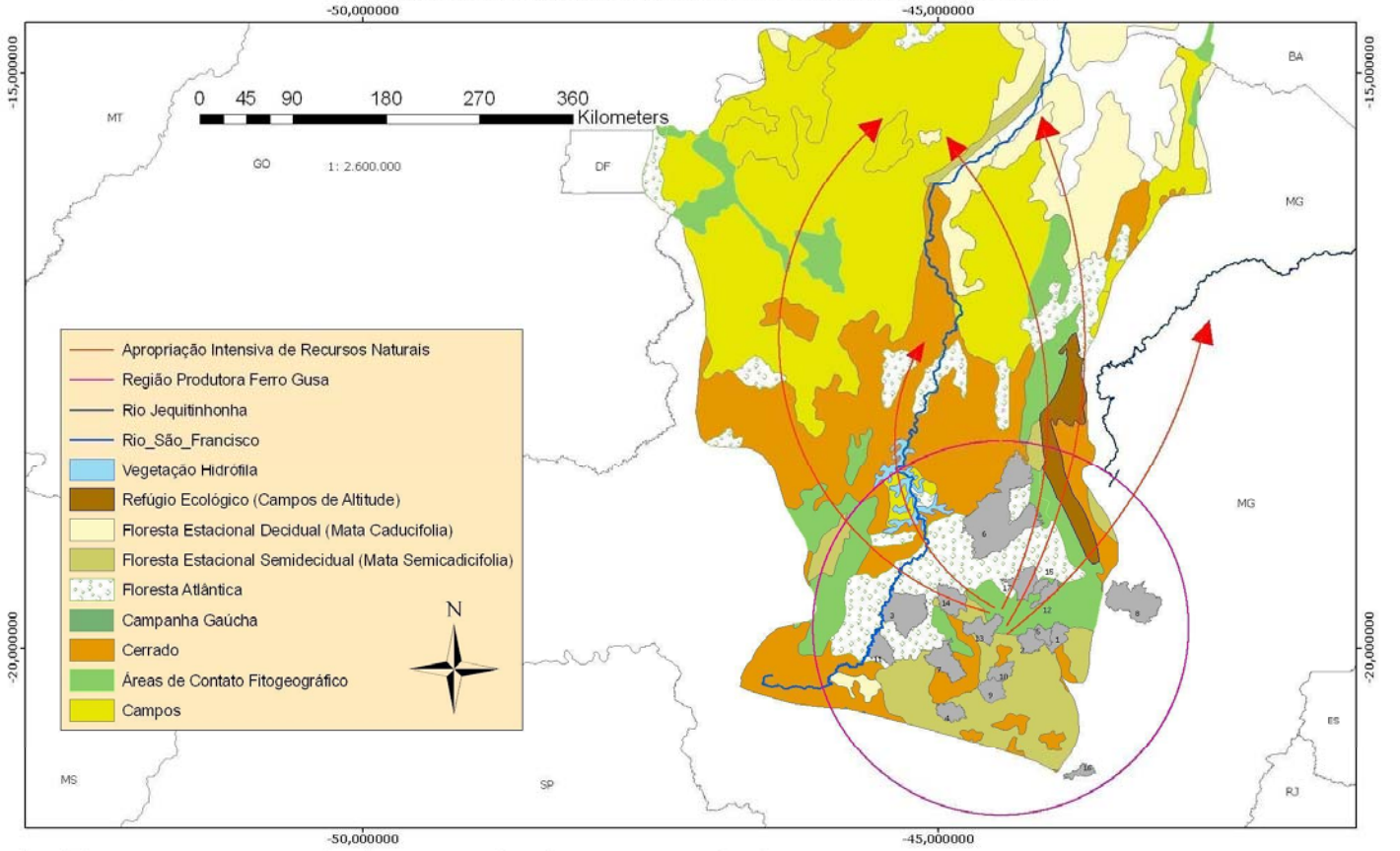
FIGURA 20: PRESENÇA DE ‘ARRUAMENTOS’ PARA MACIÇOS VERTICAIS HOMOGÊNEOS EM ÁREAS NORTEMINEIRAS



Fonte: Elaborado por Fredson Cabral, 2007. (Geógrafo/Januária-MG)

FIGURA 21

ÁREAS DE APROPRIAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONCENTRAÇÃO SIDERÚRGICA



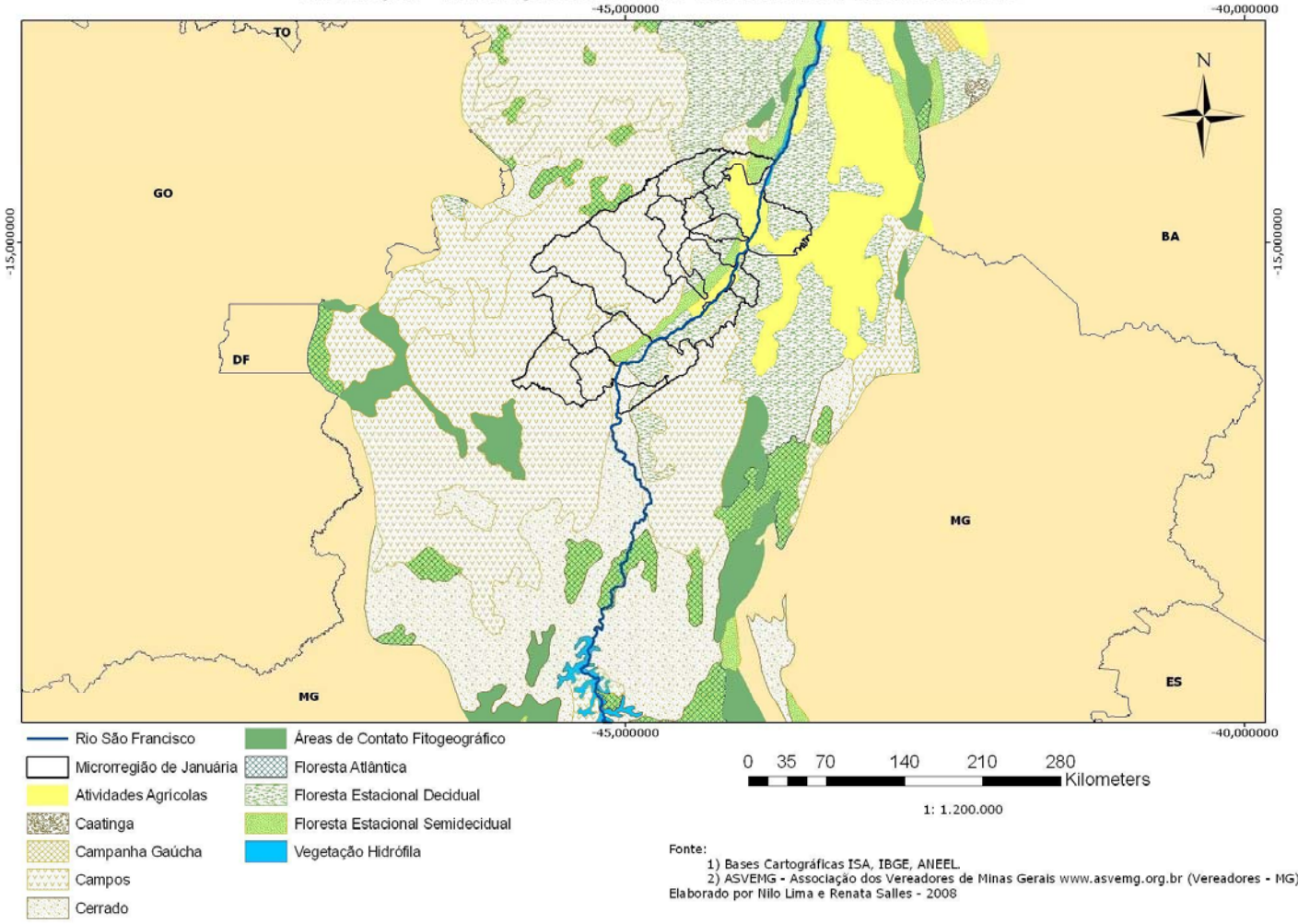
Área de Concentração Siderúrgica

1- BELO HORIZONTE
2- BETIM
3- BOM DESPACHO
4- CARMO DA MATA
5- CONTAGEM
6- CURVELO
7- DIVINÓPOLIS
8- ITABIRA
9- ITAGUARA
10- ITATIAIUÇU
11- LAGOA DA PRATA
12- MATOZINHOS
13- PARÁ DE MINAS
14- PITANGUI
15- PRUDENTE DE MORAIS
16- RESSAQUINHA
17- SETE LAGOAS

Fonte:
1) Bases Cartográficas ISA e ANEEL.
2) BAGGIO, H.F. (2003); BETHONICO, M.B.M.(2007); CASTRAL, A.P. (2003).
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008.

FIGURA 22

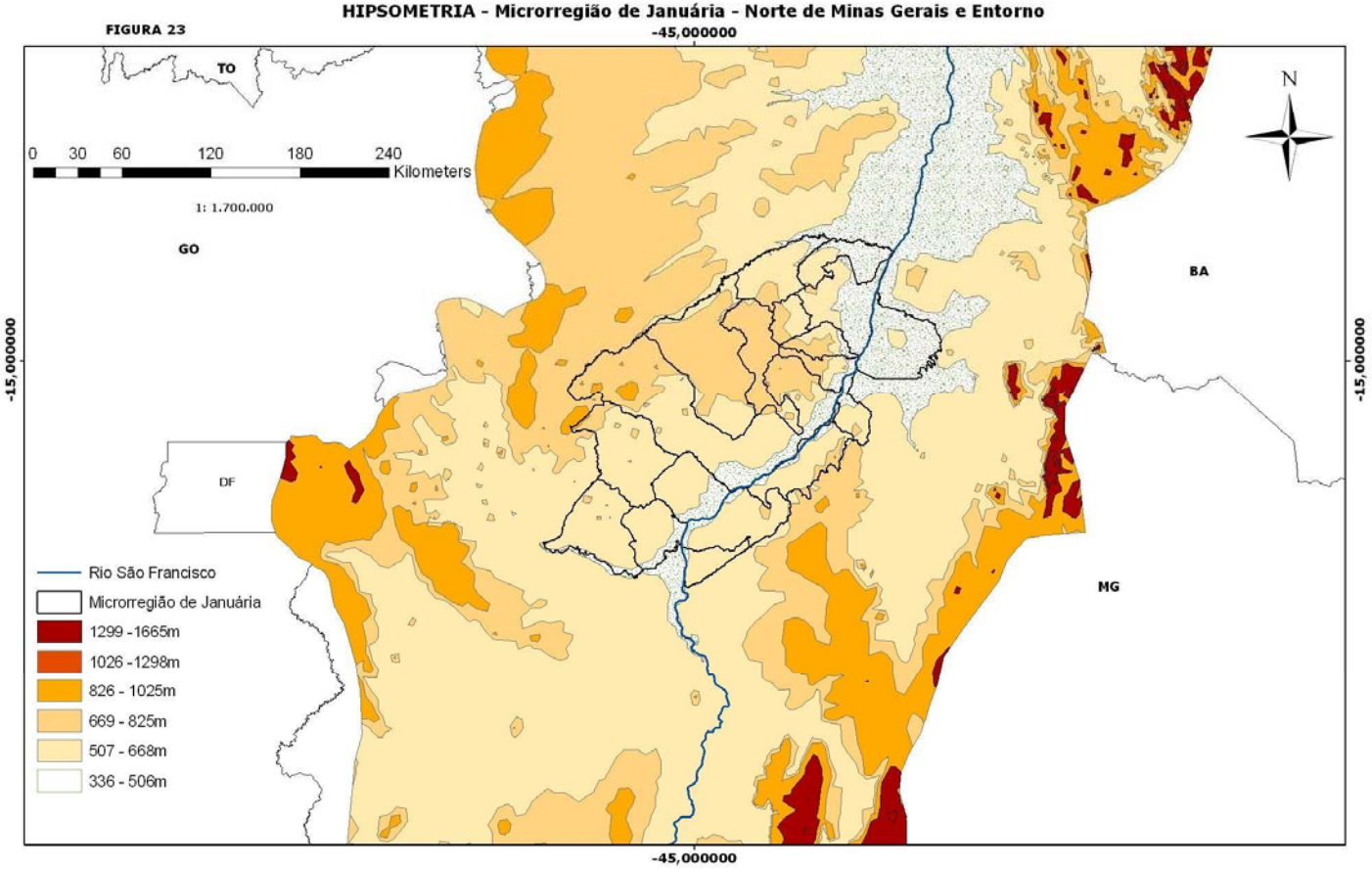
VEGETAÇÃO - Microrregião de Januária - Norte de Minas Gerais e Entorno



Fonte:
1) Bases Cartográficas ISA, IBGE, ANEEL
2) ASVEMG - Associação dos Vereadores de Minas Gerais www.asvemg.org.br (Vereadores - MG)
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008

HIPSOMETRIA - Microrregião de Januária - Norte de Minas Gerais e Entorno

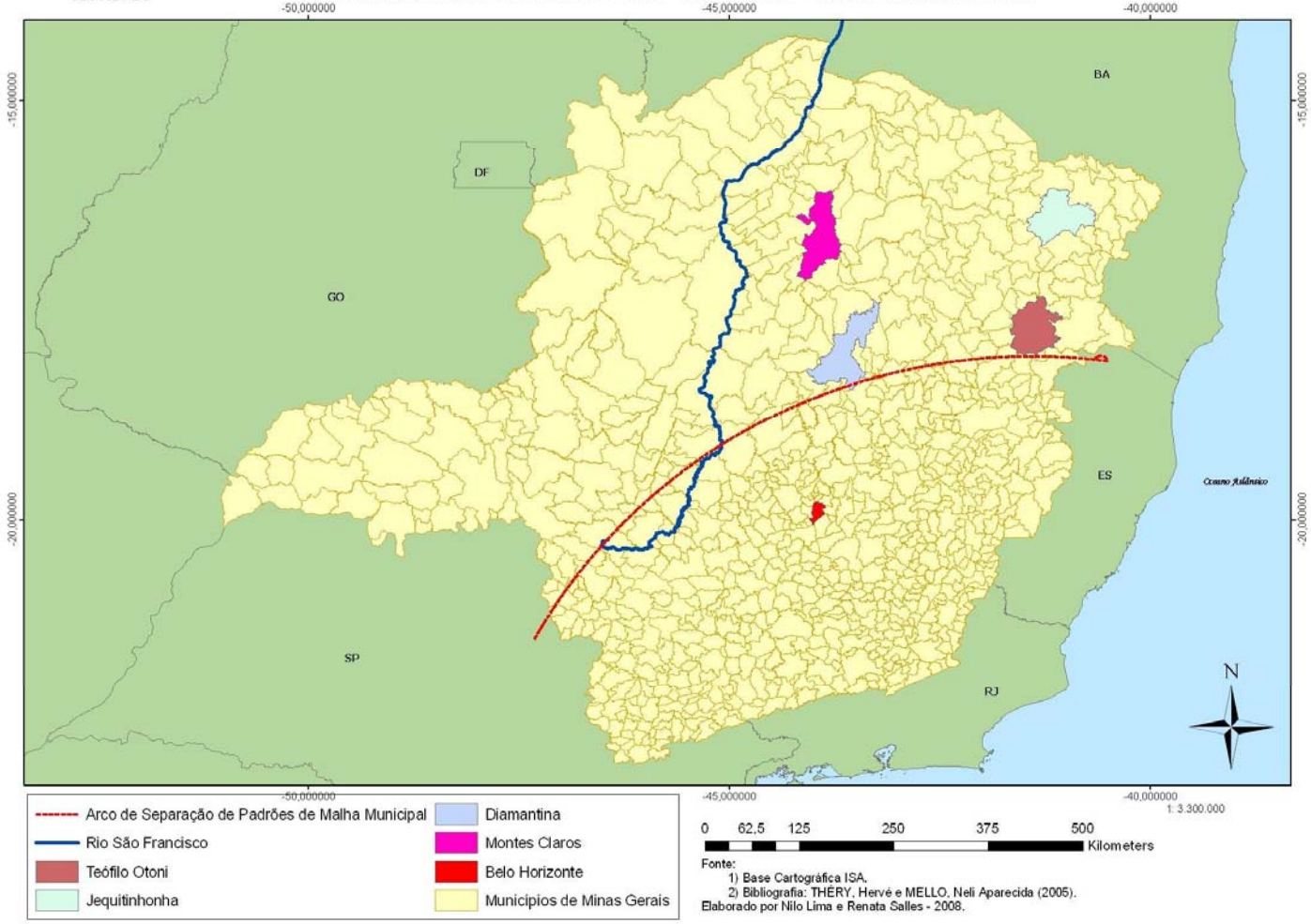
FIGURA 23



Fonte:
1) Bases Cartográficas ISA, IBGE, ANEEL.
2) ASVEMG - Associação dos Vereadores de Minas Gerais www.asvemg.org.br (Vereadores - MG)
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008

FIGURA 24

DISPARIDADES E DESIGUALDADES NO TERRITÓRIO - Estado de Minas Gerais



Fonte:
1) Base Cartográfica ISA.
2) Bibliografia: THÉRY, Hervé e MELLO, Neli Aparecida (2005).
Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008.

FIGURA 25

RELAÇÃO ENTRE MALHA VIÁRIA E MOSAICO DE MUNICÍPIOS EM PARTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

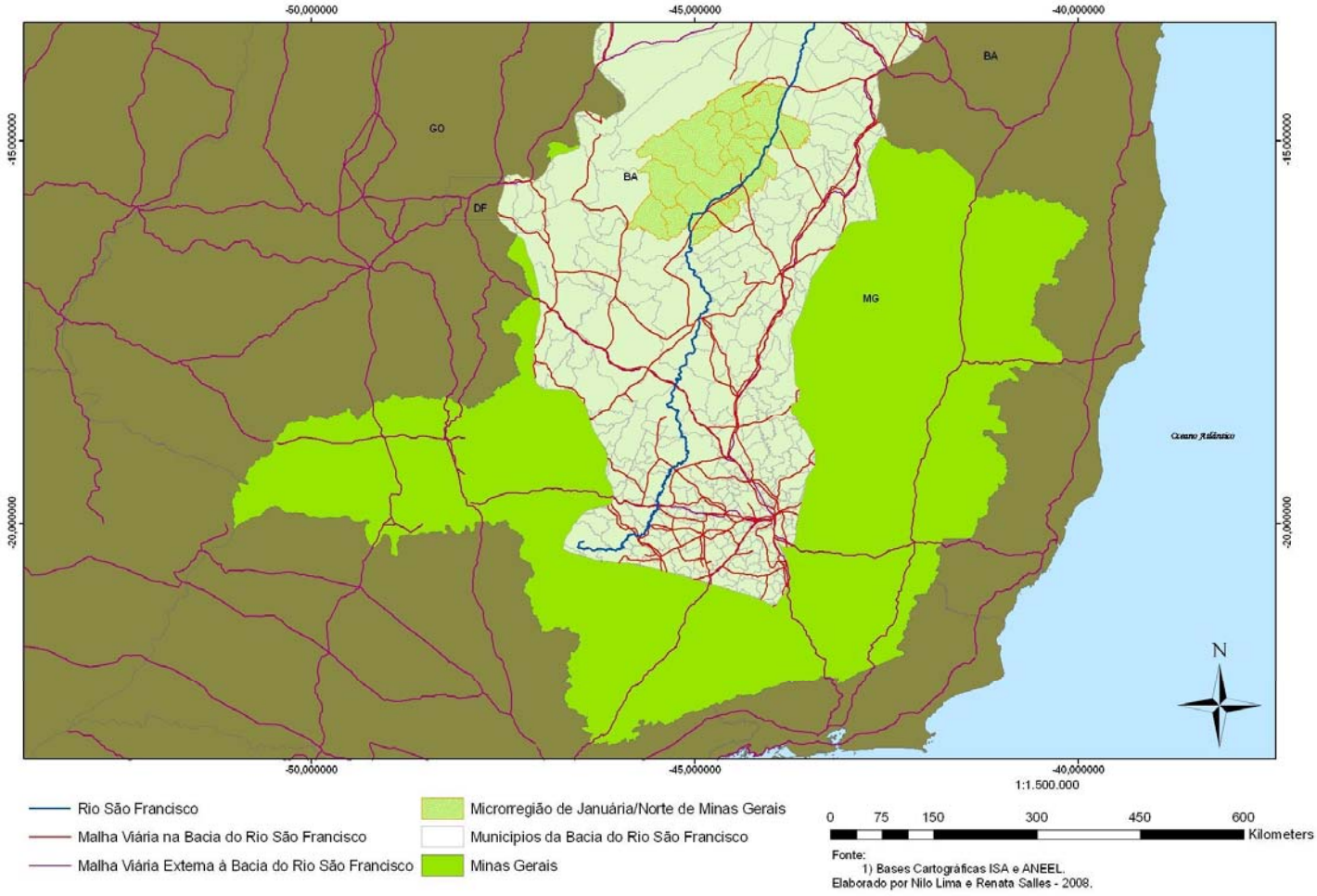
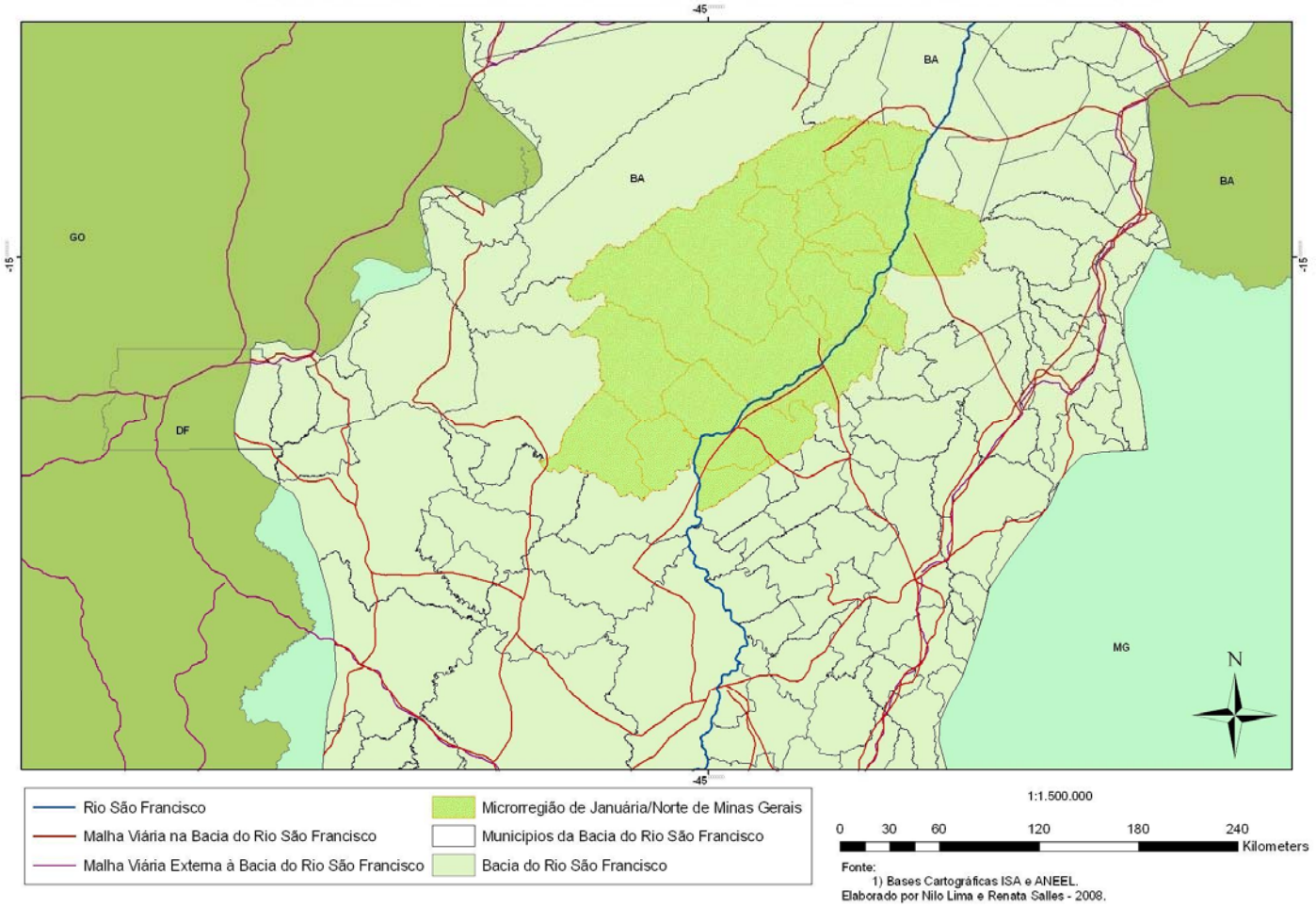


FIGURA 26

MALHA VIÁRIA EM PARTE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A MICRORREGIÃO DE JANUÁRIA - MG



3.2 As instituições e ‘categorizações ambientais’: o meio ambiente em evidência

Antes de verificarmos os caminhos da estruturação interna do aparato político ambiental no Estado de Minas Gerais, vale tecer algumas breves considerações e traçar um quadro geral da atuação de alguns órgãos que manipulam ‘categorizações ambientais’[133] e que efetivamente vêm atuando no cerrado mineiro deste o período considerado como de modernização desenvolvimentista até os dias atuais quando, no discurso institucional, metas com jargão ambiental formam parte do material de divulgação de muitas destas instituições.

Dentre as categorizações ambientais mais usadas para a área de estudo de nossa pesquisa temos a noção climática de área com problema de seca e aliada a esta também entra em cena a categorização de semi-árido. Outra noção freqüente é considerar o Norte de Minas na concepção hidrogeográfica de área do Vale do rio São Francisco ou Bacia do rio São Francisco.

Não se pode negar que o vale do rio São Francisco possui potencial ecológico diversificado, no entanto, este período de modernização desenvolvimentista é marcado por intervenções ambientais bastante setorizadas, isto é, notadamente sem o

[133] Ver FIGURA 36, p. 206: **Mapa SUB-BACIAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**, que apresenta um recorte de política territorial ambiental a partir de parâmetros hidrográficos. Entendemos que estes processos de denominação territorial promovem a geografização de categorias ambientais a uma determinada porção do território nacional.

amadurecimento de um sistema ambiental, mesmo porque historicamente ainda se estava longe disso em todo o território nacional. No entanto, as intervenções foram e tem sido marcantes em termos de impactos socioambientais[134]. A partir de alguns estudos podemos pontuar algumas destas intervenções e algumas de suas conseqüências, apresentando também algumas características do Vale do rio São Francisco.

A CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) vem atuando na região com objetivos energéticos e para tal criou ainda em 1950 o "Plano Geral para Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco". No aproveitamento das condições naturais de desnível do rio, foram construídas várias Usinas. Assim, o rio São Francisco foi palco de intervenção de regularização de regime hidrológico, construção de barragens e geração de energia hidroelétrica.

Em termos de formas de uso, o rio São Francisco tornou-se via de deslocamento, produtor de energia, água e alimento. A bacia total deste rio possui 634.781km^2, englobando 503 municípios, com uma população de cerca de 14 milhões de pessoas[135]. O Rio São Francisco

---

[134] Ver sobre estas intervenções José de Souza SOBRINHO, 2006 (sobretudo o capítulo 1 que apresenta as seguintes abordagens: 'O vale do São Francisco: breve caracterização'; 'Apresentação da problemática'; 'O des-envolvimento no vale do São Francisco'; 'Considerações acerca da intervenção da CODESVASF' e 'Sobre a noção de desenvolvimento'). Ver também Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO (*op. cit.*, pp. 15-19) e Marco Antônio Teixeira COELHO (2005).

[135] Informações extraídas de SOBRINHO, José de Souza – *Brejos da Barra-BA: comunidades camponesas no processo de des-envolvimento no Vale do São Francisco*. São Paulo: Dissertação apresentada ao Dep. de Geografia/FFLCH/USP.

tem como importante característica o fato de cortar o Polígono das Secas em 58% de seu percurso.

Há o registro de pecuária e agricultura de subsistência praticada no *sequeiro*[136] mas também a agricultura de várzea com o aproveitamento das margens férteis do rio São Francisco, atividade que sofre grande revés em função da construção das Barragens de Três Marias e Sobradinho pela CHESF.

A construção destas barragens regularizou o regime do rio São Francisco, determinando o desaparecimento das cheias. Pelo natural sistema de vazantes a *população beiradeira* se beneficiava da fertilidade deixada pelas águas como adubo natural para seus cultivos. Donald Pearson registrou em sem trabalho *O Homem no Vale do São Francisco* como as populações nos municípios ribeirinhos tinham a percepção das potencialidades agrícolas do processo das cheias. No entanto, os sistemas de engenharia começavam a tomar conta da paisagem:

> [...] Além das construções de represas e barragens, outras ações surgiram para a promoção do vale, como a PROVALE/1972 – Programa Especial para o Vale do São Francisco que foi criado pela Superintendência do Vale do São Francisco; mais tarde (1974) criou-se a **CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para **conduzir o aproveitamento agrícola e a implantação de distritos agroindustriais** em áreas prioritárias (áreas com capacidade para agricultura irrigada). A grande enchente de 79/80 chamou a atenção para o **controle e conservação dos recursos naturais** cuja utilização estava causando efeitos negativos. Assim, em 1989 o Ministério do Interior elaborou o Projeto Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco – PLANVASF,

---

2006 e informações da Agência Nacional de Água, em www.ana.gov.br, acessado em 16/03/2008.

[136] Termo regional baiano que significa trecho de rio pouco profundo e abundante em pedra.

> com vistas ao crescimento econômico compatível com o **manejo adequado dos recursos naturais** [...] (Maria Bárbara de Magalhães Bethonico, op. cit, p. 17).[137]

O final da década de 80 e início da década de 90 marca, em muitos casos, uma readequação nos discursos institucionais nas agências desenvolvimentistas que atuam no Vale do rio São Francisco veiculando incorporação de ações e jargões mais atinados à demanda de políticas ambientais.

> [...] Finalmente, **as barragens alteraram o regime hídrico natural**, e as necessidades de energia elétrica do Nordeste aumentaram as vazões mínimas naturais e reduziram os piques de cheias. Além disso, **as barragens provocam retenção de sedimentos no interior dos reservatórios**. Tudo isto **despertou a consciência** da necessidade de um intenso e efetivo programa de **Revitalização** e **Conservação** do rio São Francisco, e o maior desafio deste programa de Revitalização e Conservação é, atingida a Revitalização, **proporcionar o uso dos recursos naturais** da bacia, de forma **sustentável**, proporcionando o desenvolvimento econômico e social dos seus habitantes, e de dezenas de milhões de nordestinos que se beneficiam da energia elétrica nela gerada. Simultaneamente deve ser **garantida a disponibilidade dos recursos naturais da bacia**, para beneficiarem as gerações futuras. Não é possível buscar restaurar a bacia do Rio, para condições iguais àquelas existentes quando os colonizadores europeus encontraram pela primeira vez sua Foz, em 4 de outubro de 1501. Como será a bacia do Velho Chico revitalizada e conservada daqui a duas gerações? [...] (CHESF, 2007 http://www.chesf.gov.br/riosaofrancisco - Consulta em 02/07/2007, In: Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO, op. cit, p. 18). [138]

Observamos que o discurso interno da CHESF incorpora a demanda ambiental o que é diferente das metas apresentadas nos anos iniciais de sua existência nos quais se propunha objetivos energéticos para 'Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco'. Destacamos o aparecimento do termo 'revitalização'

---

[137] Grifos nossos.
[138] Grifos nossos.

associado à ‘conservação’, este último já conceito clássico da política pública ambiental. O uso dos recursos naturais, que em geral aparecia nas metas de ‘exploração intensiva’, aparece agora associado à sustentabilidade e à disponibilidade.

> [...] **Recuperação da hidrovia** do rio São Francisco, esse é o principal objetivo da parceria entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), vinculada ao Ministério da Integração Nacional, e a Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fudespa). Para isso, já está em prática desde março, a **construção do Campo de Provas**, um trecho de 12 quilômetros na região de Barra (BA) para **testar a engenharia** que será utilizada na revitalização desse trecho do rio, incluindo margens e o leito do São Francisco. **O sistema, baseado em biotecnologia** (**aproveitamento de material nativo da região**), prevê **obras** de contenção de margens, **disciplinamento do curso fluvial**, reflorestamento ciliar, entre outros. As obras estão sendo realizadas pelo Exército Brasileiro, sob a coordenação da Fudespa e da Companhia Docas da Bahia (Codeba). O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, visitou o Campo de Obras no último dia 14 de junho, durante a viagem Travessia para o Futuro, ressaltando a **importância desse projeto para o desenvolvimento regional** – Brasília – 29/06/2007 [...] (Ministério da Integração, 2007 http://www.integracao.gov.br - Consulta em 02/07/07, In: *Idem*).[139]

As metas do Governo Federal revelam uma linguagem mais associada a canteiro de obras e à relação tecnologia e ambiente. Notamos também a divulgação da idéia de ‘disciplinamento do curso fluvial’ linguagem muito próxima dos projetos abrigados pela ANA (Agência Nacional de Águas) que vem propondo o ‘enquadramento’ de corpos d’água em planos para várias bacias hidrográficas brasileiras[140].

O trabalho fomentado pela ANA não é de pouca monta e tem metas até 2013 para toda a bacia do Rio São Francisco (da mesma

---

[139] Grifos nossos.
[140] Informações extraída de http://www.ana.gov.br, acessado em 16/03/2008.

forma para outras bacias hidrográficas brasileiras). Denomina-se Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica (PBHSF 2004-2013) do rio São Francisco e abrange, evidentemente, a área nortemineira de nossa pesquisa. Levanta a questão de conflitos de interesses no aspecto intervencionista e questões de proposta de diálogo entre 'agentes' ambientais de alcance escalar muito diferente. Com certeza este seria um ajuste que apresenta muita dificuldade de equação e requereria estudos específicos neste sentido.

Para se ter uma noção da abrangência do plano de intervenção abrigado pela ANA, pusemos em destaque[141] algumas imagens (mapas) extraídas do "Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco – ANA/GEF/PNUMA/OEA – Subprojeto 4.5C – Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PBHSF (2004-2013) – Módulo I (abril de 2004)". Chamamos a atenção, observando a abrangência, para as siglas GEF – Fundo Mundial para o Meio Ambiente – que envolve o Banco Mundial; PNUMA – Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente; OEA – Organização dos Estados Americanos.

As FIGURAS 27, 28 e 29 a seguir, mostram alguns dos temas fomentados pelo Plano acima. Cada imagem selecionada foi numerada em vermelho, na margem esquerda canto superior de

[141] Informações extraída de http://www.ana.gov.br, acessado em 16/03/2008.

modo que as imagens somam o total de oito. A TABELA XX abaixo inclui a descrição de cada imagem.

TABELA 03: DESCRIÇÃO DE ALGUNS TEMAS FOMENTADOS POR PROJETO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS PARA A BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO.

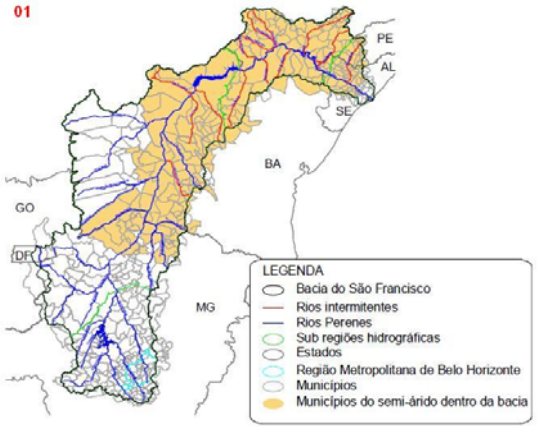
01	Tema climático-ambiental, com seleção de municípios da bacia do rio São Francisco incluídos no Semi-Árido onde se observa a inclusão de municípios do Norte de Minas Gerais, além da seleção de rios perenes e intermitentes
02	Organização, por parte da ANA, de unidades hidrográficas de referência e divisão fisiográfica de toda bacia do rio São Francisco.
03	Níveis de conflito em relação aos usos da água para toda bacia do rio São Francisco.
04	Registro de enchentes em relação a todos os municípios da bacia do rio São Francisco.
05	Seleção de rios perenes e intermitentes para toda bacia do rio São Francisco onde se observa uma maior densidade de intermitência na área mais a norte da Bacia, mais longe do Norte de Minas Gerais.
06	A densidade demográfica na bacia do rio São Francisco.
07	Seleção de rios perenes e intermitentes para toda bacia do rio São Francisco onde se observa uma maior densidade de intermitência na área mais a norte da Bacia, mais longe do Norte de Minas Gerais.
08	Proposta de enquadramento dos corpos d'água na bacia do rio São Francisco.

O estudo do Projeto organizado pela ANA não faz parte de nossos objetivos nesta pesquisa. Nosso foco inclusive não é toda a bacia do rio São Francisco. Contudo, observamos a presença da ANA

até mesmo por equipamentos instalados às margens do rio São Francisco na região Norte de Minas Gerais. Deste modo, esta instituição, pela abrangência e propósitos do Projeto, também participa da internalização das formas modernizadoras – diversas – com implementação territorial nesta área Norte do Estado de Minas Gerais e promove o fomento de categorias ambientais e geopolíticas com poder de recriar a identidade regional.

FIGURA 27 – TEMAS ABORDADOS PELA ANA PARA A BACIA DO SÃO FRANCISCO

REGIÃO SEMI-ÁRIDA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO



Fonte: ANA/SPR, 2004

Figura 2. 2 - Unidades hidrográficas de referência e divisão fisiográfica da Bacia.

Fonte: http://www.ana.gov.br, acessado em 16/03/2008. Organizado por Nilo Lima (2008).

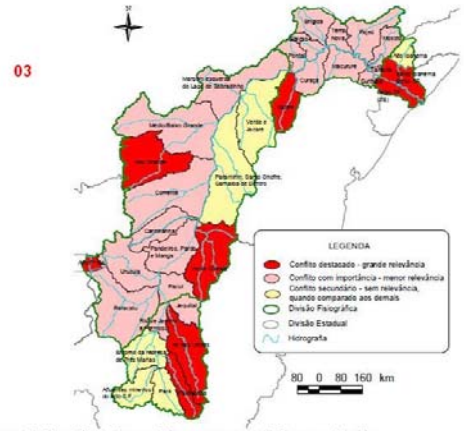


Figura 2. 32 - Níveis de conflitos entre usos da água na Bacia.

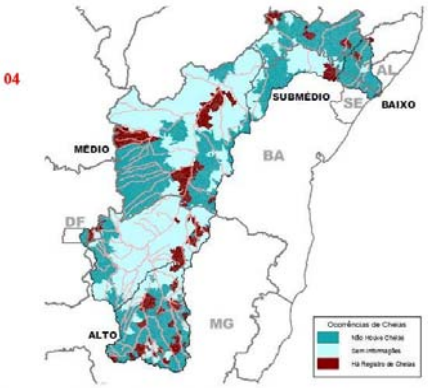
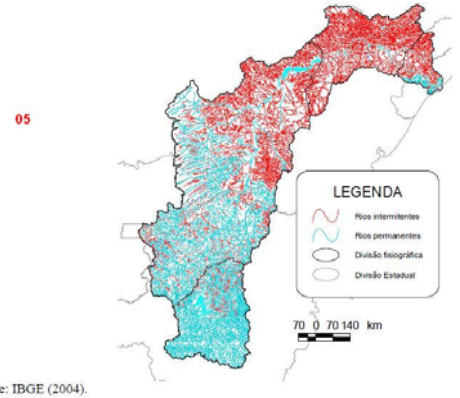


Figura 2. 25 - Município da Bacia do rio São Francisco com registro de enchentes (cheias) – PNSB/IBGE/2000.



Fonte: IBGE (2004).

Figura 2. 26 - Rios permanentes e intermitentes na Bacia.

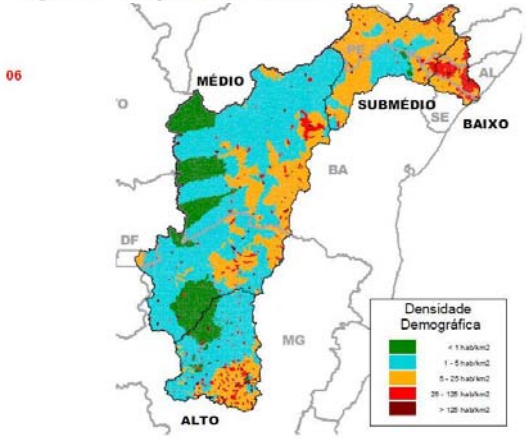
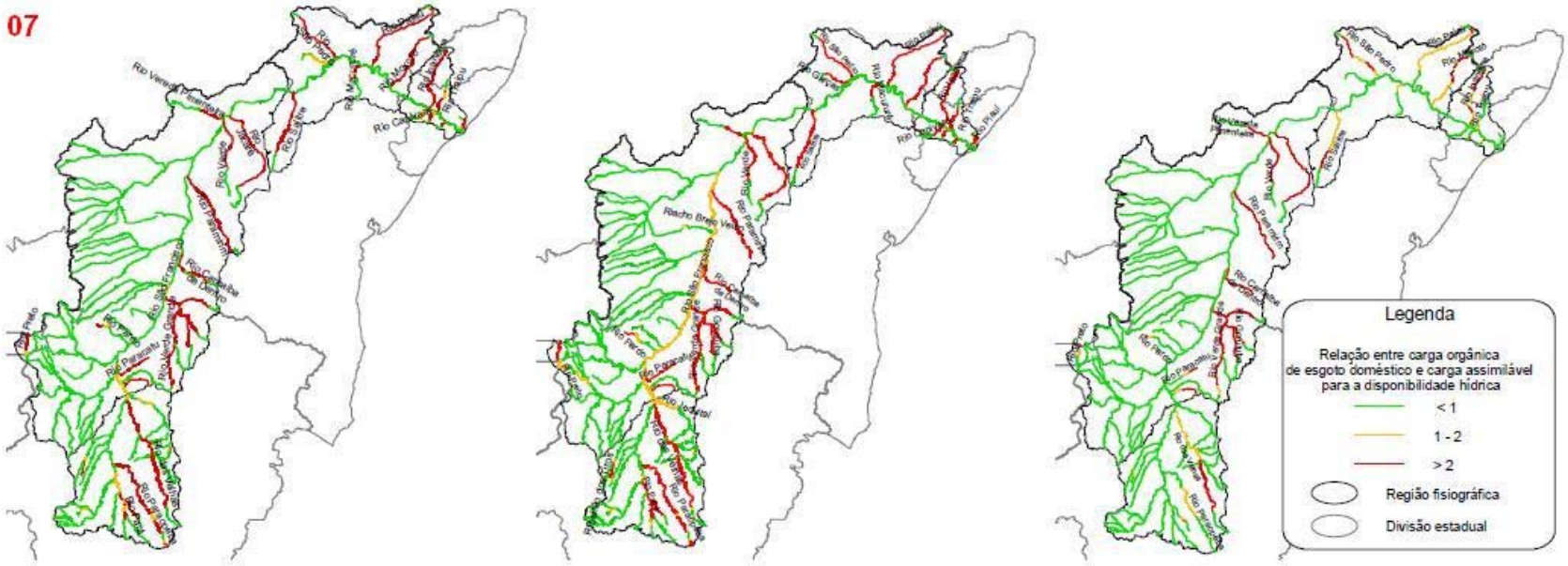


Figura 2. 7- Densidade demográfica na Bacia.

FIGURA 28 – TEMAS ABORDADOS PELA ANA PARA A BACIA DO SÃO FRANCISCO



(1) Ano 2000

(2) Ano 2013, mantido o nível de tratamento de esgoto doméstico em 2000

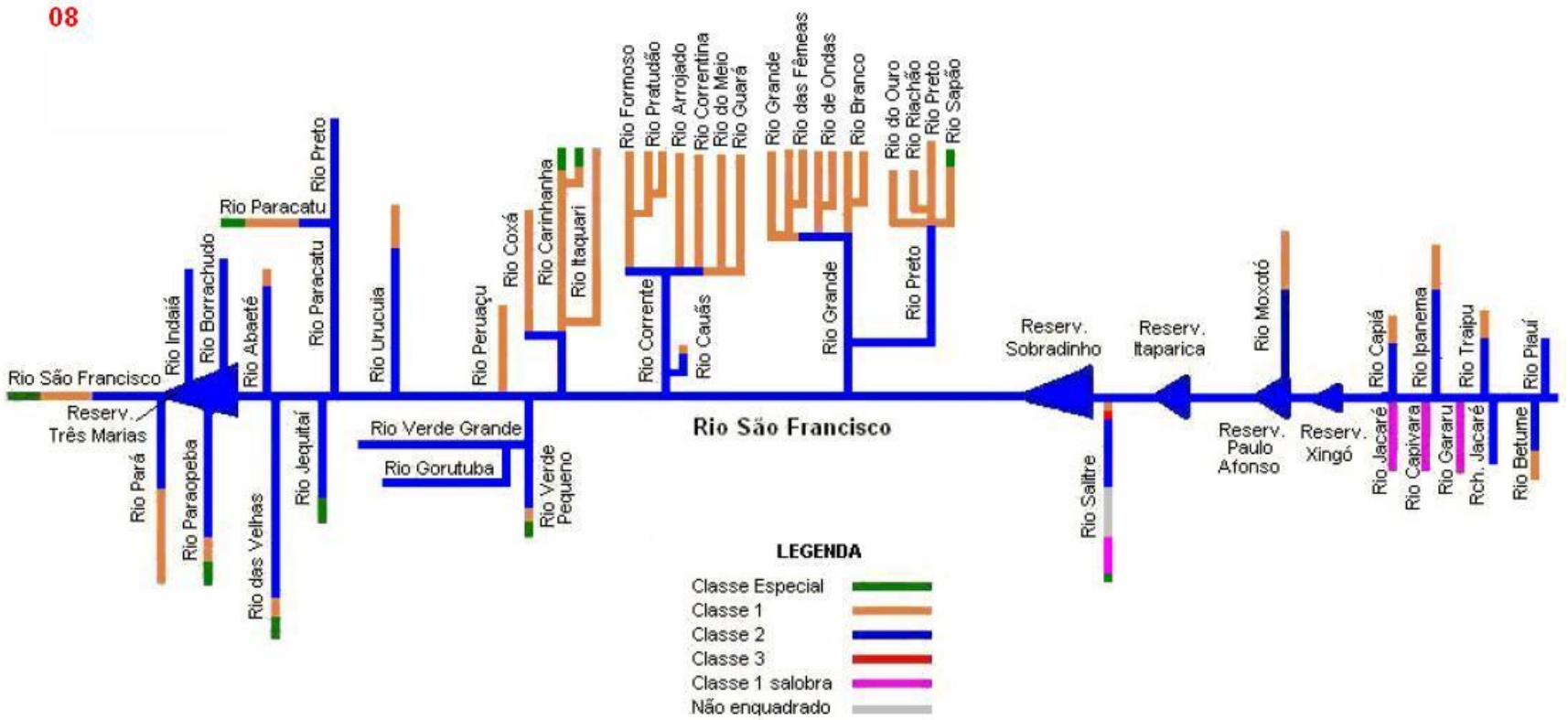
(3) Ano 2013, com tratamento de todo o esgoto doméstico

Figura 2. 31 - Relação entre carga orgânica de esgoto doméstico e carga assimilável por diluição para a disponibilidade hídrica (vazão regularizada somada com a vazão incremental de permanência de 95 %).

Fonte: http://www.ana.gov.br, acessado em 16/03/2008. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA 29 – TEMAS ABORDADOS PELA ANA PARA A BACIA DO SÃO FRANCISCO

Figura 3. 5 - Proposta de Enquadramento dos Corpos d'Água da Bacia do São Francisco



Fonte: http://www.ana.gov.br, acessado em 16/03/2008. Organizado por Nilo Lima (2008).

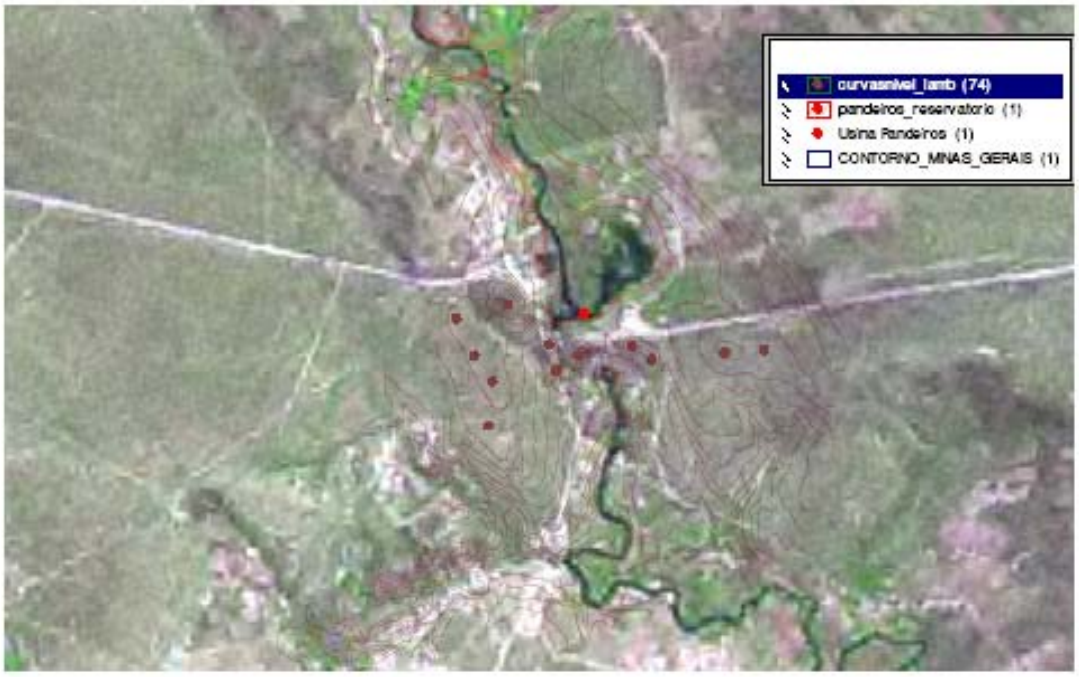
A CEMIG[142] é a Companhia Energética de Minas Gerais uma das mais importantes concessionárias de Energia Elétrica do Brasil, também incorpora o jargão ambiental nos seus discursos institucionais. A área de concessão da CEMIG cobre cerca de 96,7% do território do Estado de Minas Gerais correspondendo a 567.478 mil km², o equivalente à extensão territorial da França. Possui 54 usinas em operação, cinco delas em sistema de parcerias com grupos empresariais, com base predominantemente hidrelétrica, que produzem energia para atender a mais de 17 milhões de pessoas em 774 municípios no Estado de Minas Gerais. A CEMIG também está presente, por meio de empreendimentos de geração ou de comercialização de energia, nos estados brasileiros de Santa Catarina (geração), Rio de Janeiro (comercialização e geração), São Paulo (comercialização), Espírito Santo (geração) e Rio Grande do Sul (comercialização).

Fundada em 1952, A CEMIG é reconhecida pelos investidores como empresa global e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova York e Madri. Nos últimos quatro anos, o valor de mercado de suas ações obteve aumento bilionário, números que atestam a confiança dos investidores. A inclusão, em 2007, pela oitava vez consecutiva, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade é concebido como comprovação de capacidade de ser uma empresa

[142] Informações institucionais sobre a CEMIG extraídas, em novembro de 2007 da página WEB http://www.cemig.com.br/institucional.

geradora de riqueza, que não se descuida da preservação ambiental e dos projetos sociais.

FIGURA 30: IMAGEM DE SATÉLITE - RIO PANDEIROS-MG E USINA “CEMIG RIO PANDEIROS”



Fonte: SANTOS, Marcelo Martins – Sistema de informações geográficas do empreendimento hidrelétrico Pandeiros – PATGEO (monografia apresentada ao Curso de Especialização em Geoprocessamento da Universidade Federal de Minas Gerais- Departamento de Cartografia, 2002)

Mas, a Comissão Pastoral da Terra e o site ecodebate.com.br, registraram a seguinte notícia:

> [...] A usina da CEMIG do Rio Pandeiros (Norte de Minas Gerais), na segunda quinzena de outubro de 2007, foi responsável pela morte de 20 toneladas de peixes no rio Pandeiros - um dos principais berçários do São Francisco. Os técnicos realizaram uma manobra diminuindo as águas do vertedouro, causando a morte dos peixes (20 toneladas pelas estimativas do IEF). Os peixes mortos estavam procurando locais para reprodução (vários estavam com ovas). No dia 30 de março de 2007 a CEMIG foi responsável pela morte de de mais de 25 toneladas de peixes na usina de Tres Marias - MG.
>
> Após denuncias e protestos a empresa criou o programa Peixe Vivo. No dia 1º de outubro, em Três Marias, a CEMIG apresentou seu programa para a representantes das comunidades desta cidade, de Pirapora, Buritizeiro e Ibiaí. Segundo os participantes a meta do Programa é:

> Não morrer mais nenhum peixe nas Usinas da CEMIG. Após duas semanas mais um desastre ambiental provocado pela empresa.
>
> Empresa que cobra uma das mais altas taxas de energia, que diz produzir a melhor energia do Brasil, no final do ano, a CEMIG vai lançar a campanha: Avançar é! Segundo a própria empresa "A campanha traz mensagens alusivas às dimensões da sustentabilidade - social, ambiental e econômica - e às conquistas da Cemig em 2007, como a inclusão na lista das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, pelo Guia Você S.A. - Exame e a vitória no IASC 2006, como a melhor concessionária de energia elétrica da Região Sudeste do País" [...]

Como pudemos ver a CEMIG, a ANA, a CODEVASF, a CHESF compõe um conjunto de grandes instituições que manipulam categorias ambientais em seus discursos e atuam na Bacia do rio São Francisco e por conseqüência nas sub-bacias localizadas na microrregião de Januária-MG. Esta atuação se faz com objetivos de produção de energia, de controle e regulagem do fluxo do rio São Francisco, de aproveitamento agrícola e implantação de distritos agroindustriais, de controle e conservação dos recursos naturais, este última se constituindo em tema que passou a fazer parte dos discursos destas instituições. A CEMIG inclusive, conseguiu atingir ‘metas’ no índice Dow Jones de Sustentabilidade proporcionado por grande avanço na sua estratégia de publicidade ambiental, fato que não foi capaz de reverter o poder de destruição como este da morte de toneladas de peixes no mesmo ano de 2007 em criadouros naturais como é o caso do rio Pandeiros – seus pântanos e lagoas marginai - afluente da margem esquerda do rio São Francisco no Norte de Minas Gerais.

Algumas questões se colocam diante deste quadro de apropriação e manipulação dos discursos ambientais. E estas questões sugerem a politização do processo ambiental e esta questão sinaliza para a contribuição da geografia política e da política pública que deve caminhar na resolução de conflitos, no debate sobre o equilíbrio do poder. Como enfrentar o poder técnico institucional de destruição? Porque ainda subsiste a permissão operatória da “CEMIG Rio Pandeiros” se já é conhecido inclusive cientificamente que este corpo d’água é o mais importante contribuinte para a ictiofauna do rio São Francisco principalmente no trecho entre as represas Três Marias e Sobradinho? Qual o efetivo poder de conservação nos ‘territórios ambientais’? E os mecanismos de controle e compensação a serem aplicados a estas poderosas instituições?

FIGURA 31: DESTRUIÇÃO DA BIODIVERSIDADE – Morte de toneladas de peixes por falha de operação de vertedouro (CEMIG) no rio Pandeiros, berçário de ictiofauna para o rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais, em outubro de 2007.

Fonte: www.ecodebate.com.br, acessado em 25/10/07.

3.3. Instituições da Política Ambiental e problemáticas ambientais no Estado de Minas Gerais

Sob este contexto de políticas de exploração dos recursos naturais com políticas desenvolvimentistas ocorre, entre 1977 e 1982, a criação e estruturação das ações do COMPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental), conselho com poderes normativos e deliberativos que caminhou na direção da afirmação da política ambiental em forma colegiada de decisão o que parece ter gerado uma certa autonomia deste órgão em relação à própria política governamental de desenvolvimento industrial.

De 1983 a 1988 o COPAM promove o reforço estrutural em relação à política ambiental no Estado com a criação e desenvolvimento da Superintendência do Meio Ambiente (SEMA), criada através da Resolução do COPAM nº 01. O objetivo foi dar caráter executivo pois a finalidade da SEMA era a aplicação efetiva da lei. No primeiro momento, as ações deste órgão privilegiaram a aplicação de multas como forma educativa, o que contava com apoio de cientistas e ambientalistas. Neste momento também entra em cena o planejamento e gestão ambiental com a elaboração das Diretrizes da Política Estadual de Meio Ambiente visando a proteção, conservação e recuperação do ambiente.

A Criação e estruturação da Fundação Estadual de Meio Ambiente – MG (FEAM), em 1988, marca o atendimento de demanda

de movimentos ambientalistas mineiros no sentido de uma entidade autônoma para lidar com a problemática ambiental no estado. Este novo órgão, cujo desenvolvimento inicial demarca os anos de 1989 a 1995, começa a abrigar propostas de maior definição em política ambiental uma vez que tem dentre suas finalidades realizar de estudos e projetos no sentido de estabelecer parâmetros de qualidade ambiental – indicadores - e promoção da educação ambiental e preservação de ecossistemas.

O sistema ambiental mineiro é novamente reformulado com a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) em 1995. A reformulação em termos de política ambiental é marcada pela proposta de uma gestão ambiental mais integrada caracterizando um sistema com a coordenação da SEMAD e conseqüente revisão das atribuições dos órgãos executores da política ambiental: FEAM, o IEF (Instituto Estadual de Florestas) e o DRH (Departamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais). Na verdade, tal reformulação parece conferir a possibilidade de controle mais eficaz de governança por meio do aparato estatal já existente.

Atualmente, em termos organizacionais, a SEMAD compõe o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), juntamente com o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e Conselho Estadual Recursos Hídricos (CERH), pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

É possível medir o efeito da reformulação no Sistema Ambiental mineiro se tomamos, por exemplo, o caso específico do IEF, órgão que vem demonstrando uma nova imagem no cenário político ambiental no Estado de Minas Gerais. Com não estamos querendo afirmar a ocorrência de uma transformação significativa, mas talvez um redirecionamento de competências em relação ao IEF e que produz o que tem sido interpretado como 'nova imagem' no quadro político ambiental.

O IEF fora instaurado no ano de 1962[143] tendo sua vinculação à Secretaria de Agricultura. Sendo assim, sua política estava voltada no sentido de fomentar a atividade de 'reflorestamento' – maciços verticais homogêneos – para produção de carvão visando a indústria siderúrgica. Nesse caso, a função conservacionista estava relegada a planos secundários.

Os anos de 1973 e 1974 marcam uma maior definição das atuações do IEF junto a política agroindustrial no Estado de Minas Gerais. Ocorrem os incentivos fiscais, apoiados inclusive em diretrizes do Governo Federal que criou várias linhas de créditos com base no Fundo de Investimentos Setoriais – FISET/Reflorestamentos. Deste modo, o IEF passa a atuar com apoio técnico no incentivo à recobertura florestal nas empresas com propriedades agrícolas no Estado de Minas Gerais com programas diversos relacionados as produções de celulose e siderurgia.

[143] Estudos realizados por Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO (*op. c*it).

> [...] Essa atuação do IEF junto à política de reflorestamento foi de encontro ao processo de modernização da indústria mineira. Na década de 1980 suas principais atividades estavam concentradas nas áreas de produção e conservação, sendo a produção vinculada ao apoio à iniciativa privada e as reflorestadoras, além de outras atividades de exploração dos recursos naturais renováveis. Esse foi um dos momentos de implantação dos distritos florestais, com o plantio de eucalipto para atender as siderúrgicas com carvão e para o Programa Nacional de Papel e Celulose [...] (Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO, *op. cit*., p. 51)

Do ponto de vista do trato com os recursos naturais o IEF exercia o controle da forma de exploração floresta com emissão de Laudos Técnicos orientados para verificação de legalidade do desmatamento, orientação técnica para conservação dos recursos naturais, fiscalização e vistoria. Mas, no interior do órgão, estas eram funções minoritárias como também era menos importante a responsabilidade de criação, implantação e manutenção de áreas ambientalmente protegidas.

O cancelamento das relações entre o IEF e as empresas 'reflorestadoras' ocorre em 1986, 24 anos depois da criação do órgão, sob o contexto de problemas de articulação com as demandas industriais, pressões da sociedade no sentido de políticas de conservação e recrudescimento das políticas de incentivos fiscais[144].

[...] Nesse contexto o IEF não teve, durante grande parte de sua história, uma preocupação eminentemente ambientalista, pois não havia um compromisso do órgão com o meio ambiente (...). A Lei

---

[144] Estas interpretações estão apoiadas em estudos da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro. *A questão ambiental em Minas Gerais: discurso e política*. Belo Horizonte, 1998, In: Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO (*op.* cit.).

Florestal[145] levou o IEF a enfatizar determinadas questões que anteriormente recebiam menor atenção da entidade. Por exemplo, com a lei, o Estado passou a agir com a Polícia Florestal, num esquema rigoroso de fiscalização, com a modernização dos processos e o uso de monitoramento via satélite. O IEF criou, a partir daí, uma **nova imagem política** [grifo nosso], uma imagem de órgão ambiental [...] (FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 1998, p.190, In: (Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO, *op. cit*., p. 52)

Destes fatos, podemos fazer aqui algumas considerações: pudemos ver que há uma certa contribuição e reflexão promovida pela Fundação João Pinheiro articulando estudos político-institucionais a temas de relevância político-sociais. Em outra parte deste trabalho pudemos verificar estas contribuições nos debates feitos pela SEPLAN-MG em relação às políticas engendradas no Polígono da Seca mineiro que resultou na reorganização regional no Norte de Minas Gerais[146].

---

[145] Texto inicial de Lei Florestal implementada no início da década de 1990, no Estado de Minas Gerais: REGULAMENTAÇÃO DA LEI FLORESTAL DE MINAS GERAIS (Decreto n° 33.944, de 18/09/92) "Regulamenta a Lei n.º 10.561, de 27 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Política Florestal no Estado de Minas Gerais [...] O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o art. 90, inciso VII, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei n.º 10.561, de 27 de dezembro de 1991 [...] DECRETA: Art. 1º - As florestas existentes no território do Estado de Minas Gerais e demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade ao meio ambiente e às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do Estado, **observando-se o direito de propriedade com as limitações** [grifo nosso] que a legislação em geral e, especialmente, esta lei estabelecem [...].

[146] Já havíamos observado em parágrafo anterior que a Criação e estruturação da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), no ano de 1988, marca o atendimento de demanda de movimentos ambientalistas mineiros no sentido de uma entidade autônoma para lidar com a problemática ambiental no estado: maior

Esses diagnósticos são particularmente interessantes na medida em que expõem um quadro político institucional que pode estar sujeito a mudanças, desde que se verifique a canalização de forças de mudança no interior da sociedade. O ambiente político-ambiental do Norte de Minas parece absorver estes movimentos, pois, como vimos, houve alteração em diretrizes e características de atuação dos órgãos ambientais como é o caso do IEF. Observamos, entretanto, que estas considerações não significam nossas conclusões sobre melhora ou piora nas atuações do quadro institucional ambiental, mas são feitas no sentido de fugir da idéia 'naturalização' e engessamento dos processos políticos como, por exemplo, imaginar que tudo é sempre a mesma coisa: o 'fim da história', o 'fim das fronteiras', o 'fim da geografia'.

O IEF obteve nova regulamentação e nova vinculação muito recentemente no sentido da política pública ambiental no Estado de Minas Gerais[147]. Hoje, este órgão atua na esfera do Sistema Ambiental do estado e lhe compete:

---

definição em política ambiental para realizar de estudos e projetos no sentido de estabelecer parâmetros de qualidade ambiental.

[147] Texto inicial de Decreto regulamentador do IEF: **Decreto nº 44.372 de 09 de agosto de 2006.**Estabelece o Regulamento do Instituto Estadual de Florestas - IEF."O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei Delegada nº 79, de 29 de janeiro de 2003, e nas Leis nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, e nº 15.972, de 12 de janeiro de 2006, DECRETA: **Art. 1º** - Este Decreto contém o **Regulamento do Instituto Estadual de Florestas** - IEF, Autarquia criada pela Lei nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na Capital do Estado e jurisdição em todo território estadual.CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: **Art. 2º** - O IEF integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA criado pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Parágrafo único** - No exercício de suas atribuições, o IEF

I - coordenar, orientar, desenvolver, promover e supervisionar a **execução de pesquisas** relativas à manutenção do equilíbrio ecológico, bem como **promover o mapeamento**, **inventário** e monitoramento da cobertura vegetal e da fauna silvestre e aquática, a elaboração da lista atualizada de espécies ameaçadas de extinção no Estado, a recomposição da cobertura florestal, a recuperação de áreas degradadas e o enriquecimento dos ecossistemas florestais aquáticos.

II - **administrar Unidades de Conservação**, de modo a assegurar a consecução dos objetivos e a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;

III - promover, apoiar e incentivar, em articulação com órgãos afins, o florestamento e o reflorestamento com finalidade múltipla, e desenvolver ações que favoreçam o suprimento de matéria-prima de origem vegetal susceptível de exploração, de transformação, de comercialização e de uso, mediante assistência técnica, prestação de serviços, produção, distribuição e alienação de mudas;

IV - promover o disciplinamento, a fiscalização, o licenciamento e o controle da exploração, utilização e consumo de matérias-primas oriundas das florestas, da pesca e da **biodiversidade em geral**, bem como coordenar e promover ações de preservação e controle, inclusive combate a incêndios e queimadas florestais e **manejo sustentado dos recursos naturais** (...) (Decreto nº 44.372 de 09 de agosto de 2006, Art. 3º).

Pudemos registrar ações do IEF, na segunda metade desta década[148], que têm o significado de afirmação de identidade com políticas públicas ambientais. Vem ocorrendo a realização de seminários, encontros, congressos e práticas políticas como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Pandeiros/Gibão e parcerias junto

observará as deliberações emanadas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH e as diretrizes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD".

[148] Estamos nos referindo ao período 2000-2008.

ao processo de instalação do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu[149].

O 2º Seminário "Veredas, Oásis do Sertão - Até Quando?" debateu projetos e apresentou estudos que vêm sendo executados no Estado por diferentes órgãos para a conservação das Veredas e preservação da biodiversidade em Minas Gerais.

> [...] As propostas extraídas dos Seminários serão reunidas e apresentadas no 2º Congresso Mineiro de **Biodiversidade** (COMBIO), que será realizado em abril de 2008. "As proposições serão a base para a elaboração de **políticas públicas para a conservação da biodiversidade em Minas**", afirma o diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Humberto Candeias Cavalcanti. O Seminário teve ainda a participação do promotor de Justiça da Bacia do São Francisco, Paulo César Vicente de Lima; do Prefeito de Montes Claros, Athos Avelino Pereira; do reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, Paulo César Gonçalves de Almeida, além de produtores rurais e representantes de organizações não governamentais, empresas e da comunidade acadêmica local [...] (IEF-MG, PORTAL MEIO AMBIENTE-MG, http://www.semad.mg.gov.br, acessado em 11/03/2008.)

Para Humberto Candeias Cavalcanti, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF) "[...] O IEF mudou o foco das operações [pois a ênfase era na] fiscalização dos caminhões de carvão nas estradas para a preservação das árvores que permanecem de pé [...] A criação e ampliação das áreas protegidas é uma solução urgente para a conservação das veredas [...], completa"[150].

---

[149] Durante nossa permanência no Sertão e Cerrado nortemineiro, no segundo semestre de 2006, pudemos testemunhar a participação de membros do IEF nas atividades de instalação do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu, também pudemos tomar conhecimento de atividades e materiais de projetos de política pública ambiental desta instituição bem como registramos a presença constante do Ministério Público em ações e debates de cunho ambiental.

[150] IEF-MG, PORTAL MEIO AMBIENTE-MG, http://www.semad.mg.gov.br, acessado em 11/03/2008.

No estado de Minas Gerais, houve força de lei no sentido do direcionamento das ações deste órgão. As veredas são Áreas de Preservação Permanente protegidas pelas Leis Estaduais 9.375 (1986) e 9.682 (1988). A importância jurídico territorial desta legislação se coloca pois as veredas são responsáveis por uma parte significativa do abastecimento dos mananciais que formam os rios na região do Cerrado, e como vimos vêm sofrendo impacto secularmente.

No caso de Minas Gerais, existe a ocorrência de veredas principalmente no oeste e norte do Estado, sendo estas APP's (Área de Preservação Permanente) responsáveis pela formação de inúmeros afluentes do rio São Francisco. O ecossistema abriga[151] ainda inúmeras espécies da fauna e flora, inclusive 14 das 69 espécies de mamíferos brasileiros ameaçados de extinção e é uma das marcas ambientais da importância do Cerrado para o equilíbrio de outros biomas nacionais.

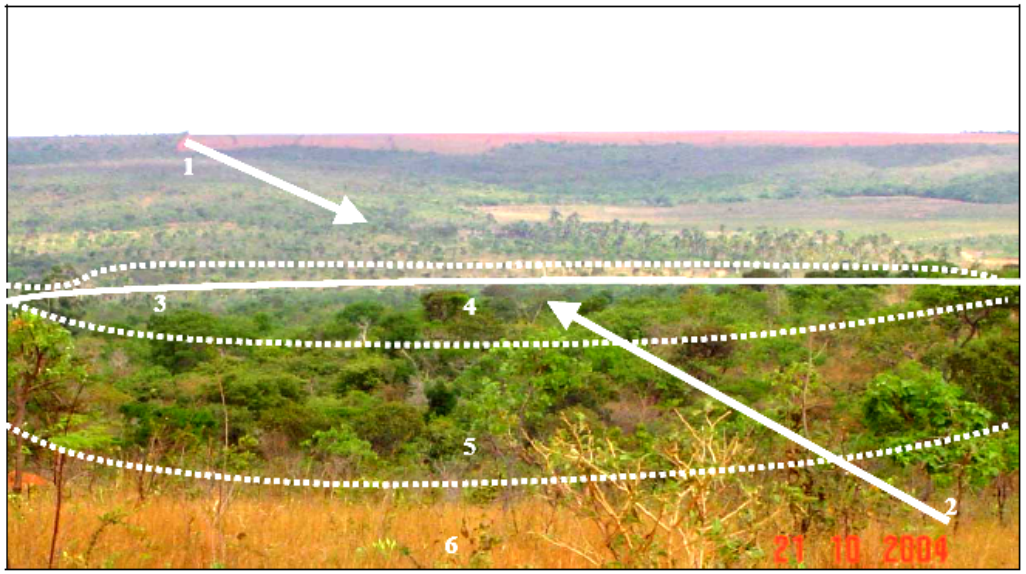
> [...] A professora Dirce [Dirce Ribeiro de Melo, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Instituto de Geociências – IGC. Dept° de Geografia] informa que "**o Brasil não tem catalogadas e mapeadas todas as veredas que possui**". Mas diz também que 100% das veredas em meio a florestas de eucaliptos estão "parcialmente degradadas", em função do assoreamento causado pelas plantações. Calcula-se que cada eucalipto consuma sete litros de água por dia e, portanto, quando está próximo de uma vereda, suga-os do lençol freático, secando o leito e muitas vezes matando buritis, apesar de suas raízes profundas. Como esse tipo de eucalipto permite corte de seis em seis anos, seu crescimento é rápido e reduz a vazão de água na vereda [...] (Daniel PIZZA - O grande sertão de Rosa está desaparecendo: as veredas estão secando por causa de eucaliptos e os vaqueiros são poucos e quase só andam de moto. Jornal *O Estado de São Paulo***,** Domingo, 12 março de(2006

[151] *Idem*.

SESSÃO ICONOGRÁFICA VEREDAS

Na seqüência observamos aspectos de veredas em meio a buritis do grande sertão. Áreas de terrenos mais baixos que o entorno, as veredas são reservatórios de alta importância para o ecossistema e sociedade da região. “As veredas são Áreas de Preservação Permanente (APP), protegidas pelas Leis Estaduais 9.375 (1986) e 9.682 (1988). São responsáveis por uma parte significativa do abastecimento dos mananciais que formam os rios na região do Cerrado. No caso de Minas Gerais ocorrem principalmente no oeste e norte do Estado, sendo responsáveis pela formação de inúmeros afluentes do rio São Francisco. O ecossistema abriga ainda inúmeras espécies da fauna e flora, inclusive 14 das 69 espécies de mamíferos brasileiros ameaçados de extinção.”[152]

FIGURA A – Esquema ilustrativo com sub-unidades de vereda típica com possíveis ameaças ao seu papel vital de recarga.
(1) desmate para plantio: assoreamento; (2) agropecuária: contaminação química e biológica; (3) zona do canal; (4) zona encharcada; (5) zona do envoltório; (6) zona seca.



Fonte: adaptado de Veridiana Mendes Figueiredo Cristofolo VIANA (2006)

[152] Informação obtida no sítio web do IEF-MG (Instituto Estadual de Floresta) *Portal do Meio Ambiente*, acessado em 28/02/2008.

Na figura B, na seqüência, observa-se uma vereda situada em uma sub-bacia do rio Formoso, afluente da margem esquerda do rio São Francisco, no município de Buritizeiro, ao sul de Januária. Note-se a presença dos buritis nas margens e vegetação rasteira na zona encharcada.

FIGURA B – Setor interno de vereda no qual se vê a zona do canal e a
zona encharcada em primeiro plano.

Fonte: extraído de Veridiana Mendes Figueiredo Cristofolo VIANA (2006).

FIGURA C – Buritizal e vereda em meio à plantação, sem a presença da mata hidrófila da zona encharcada, situação bastante comum no norte mineiro.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA D – Buritizal e vereda em área impactada. Note-se a típica morfologia do ecossistema com terreno suavemente mais elevado do entorno.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA E - Buritizal e vereda, município de Lontra-MG, em uma das muitas áreas impactadas por motivo da construção do sistema “BR-135 (Montes Claros-Januária) e ponte sobre o rio São Francisco”, terminado em 1996.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA F – Buritizal e vereda, município de Lontra-MG, em uma das muitas áreas impactadas por motivo da construção do sistema "BR-135 (Montes Claros-Januária) e ponte sobre o rio São Francisco", terminado em 1996. Note-se o leito seco devido ao impacto.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA G – Buritizal e vereda, município de Lontra-MG, em uma das muitas áreas impactadas por motivo da construção do sistema "BR-135 (Montes Claros-Januária) e ponte sobre o rio São Francisco", terminado em 1996. Note-se o leito seco devido ao impacto.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA H – No plano de fundo, morro erodido, no município de Lontra-MG, em função da retirada de cascalho para construção do sistema "BR-135 (Montes Claros-Januária) e ponte sobre o rio São Francisco". No plano central, pequizeiro, vegetal típico também no cerrado nortemineiro.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA I – Topo de morro erodido, no município de Lontra-MG, em função da retirada de cascalho para construção do sistema "BR-135 (Montes Claros-Januária) e ponte sobre o rio São Francisco". Este morro fazia parte do sistema hidrográfico da vereda seca (figuras 16 a 18).

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

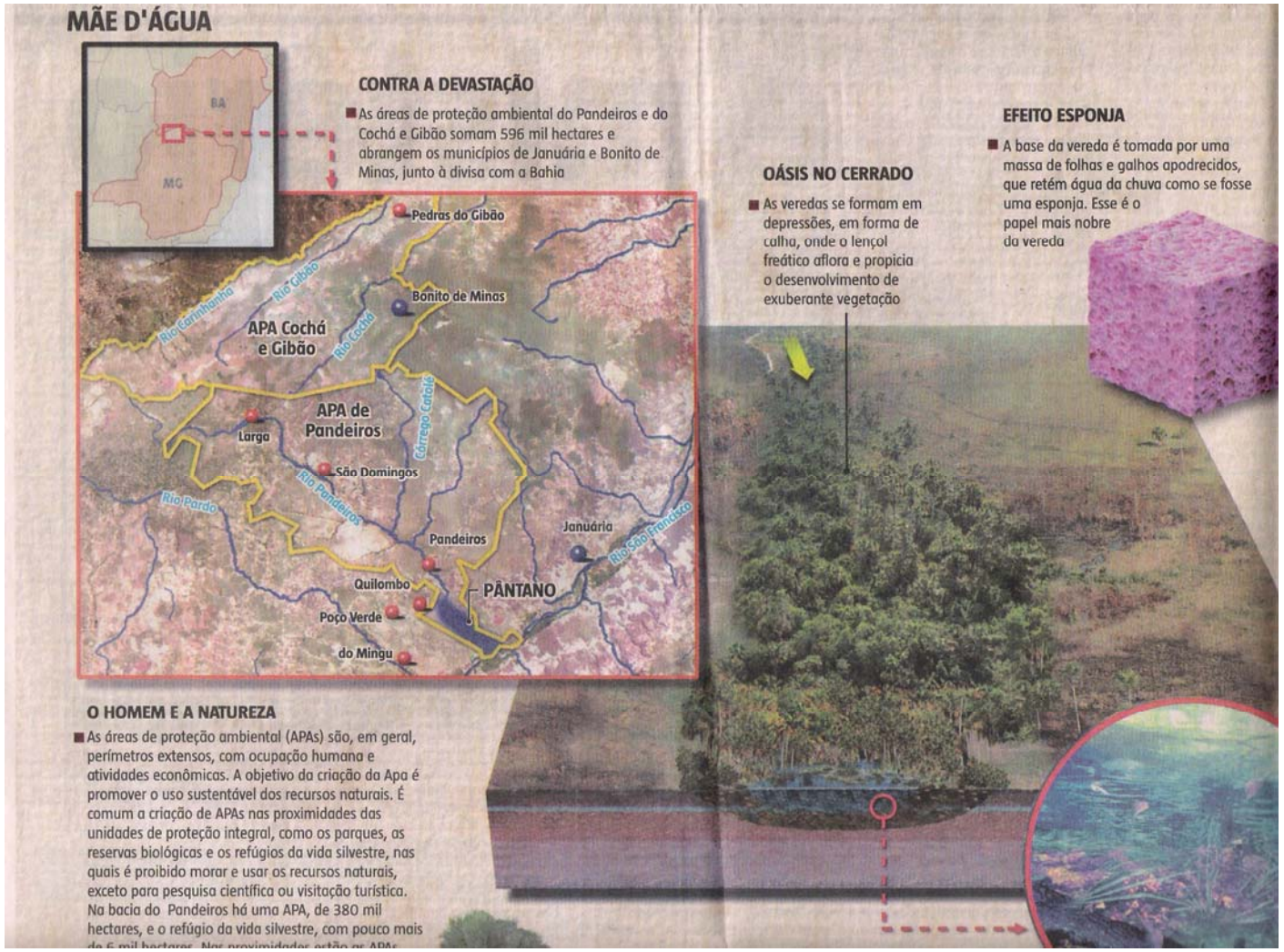
FIGURA J – Situação remanescente em área próxima de vereda seca (figuras 16 a 18). No plano central, pequizeiro, vegetal típico também no cerrado nortemineiro, cujo fruto, o pequi, faz-se revalorizado na proposta do DTBC e em outros setores da sociedade civil.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA K - Situação remanescente em área próxima de vereda seca (figuras 16 a 18).

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de Minas Gerais, setembro de 2006.

FIGURA L – Reportagem do Jornal O Estado de Minas, Caderno Meio Ambiente, ano 2006, relacionando o desenvolvimento de APA's com informação, proteção e recuperação de veredas. Exemplo de psicosfera: fomento de determinada idéia (ambiental) com base territorial.



Fonte: Jornal *O Estado de Minas*, 2006.

FIGURA M. Fomento de determinada idéia (ambiental) com base territorial.

Fonte: Jornal *O Estado de Minas*, 2006.

FIGURA N – Exuberância de vereda preservada, em área do norte mineiro.

Fonte: Denis A.C. Conrado em, dez/2007 de upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/, acessado em 15/03/08.

FIGURA O – Exuberância de vereda preservada, em área do norte mineiro.

Fonte: Denis A.C. Conrado em, dez/2007 de upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/,acessado em 15/03/08

A associação das veredas com a umidade constituem fator de pressão constante neste ecossistema tanto pelo plantio generalizado de pínus e eucalipto como por atividades agropecuárias que captam água diretamente da drenagem das veredas. Esse é um problema a se debruçar e a experiência de comunidades com políticas socioambientais como a experiência vivida pela comunidade habitante da bacia do rio dos Cochos[153] (afluente da margem esquerda do Rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais) deve ser discutida e experimentada.

O Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos é uma experiência ambiental exitosa que vem ocorrendo na bacia hidrográfica homônima, margem esquerda do rio São Francisco. E tem como objetivo

> "[...] implementar um modelo de sistema de educação ambiental, organizar capacitar, assessorar, proporcionando as famílias oportunidades de permanência no campo e apoiando os pequenos agricultores evitando o êxodo rural [...]" (Relatório de Atividades - Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos – Januária-MG/OUT 2006 a MAR 2007).

Os resultados alcançados entre 2003 a 2006, segundo o Relatório citado acima, foram:

- Melhoria do entreposto de beneficiamento de frutos do cerrado (setembro de 2006);

[153] O Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos recebeu nossa visita no segundo semestre de 2006 quando fomos convidados para um trabalho de campo sobre o tema no qual recebemos a tarefa de sermos "relator de campo".

- Intervenção do Ministério Público e embargo sobre a construção de barragem sem liberação dos órgãos competentes. (janeiro de 2006);

- Construção e reforma de micro barragens (final de 2003):

- Projeto de construção de barraginhas para contenção de água de chuva, evitando o assoreamento do leito do Rio - construídas 300 barraginhas em 2005 fechando até o momento em 531 barraginhas em outubro de 2006;

- Um projeto modelo de caprinocultura (2005);

- Construção e instalação de casa de farinha (2005);

- Criação de galinhas semi-caipira (2004);

- Realização da uma cavalgada ecológica (2005);

- Curso de beneficiamento de frutos do cerrado (2004);

- Implantação de três tanques de psicultura (2005);

- Palestras nas Escolas e elaboração de panfletos sobre a semana da água (2004, 2005, 2006);

- Seminário semana do meio ambiente, parceria com o IEF, mobilização para criação da reserva de desenvolvimento sustentável (2005);

- Participação nos espaços de discussão sobre a questão da transposição do Rio São Francisco (Fórum de entidades, Audiências públicas, manifesto 2004 e 2005);

- Abraço simbólico na ponte do Rio São Francisco em comemoração ao dia do /Santo do Rio e protesto contra a transposição do mesmo (2004, 2005 e 2006);

- Campanha adote um pequizeiro e campanha de proteção a margem do rio dos Cochos (2004, 2005);

FIGURA 32 - Aumento no volume de água no Rio dos Cochos – JANUÁRIA-MG

FONTE: Relatório de Atividades - Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos – Januária-MG/OUT 2006 a MAR 2007

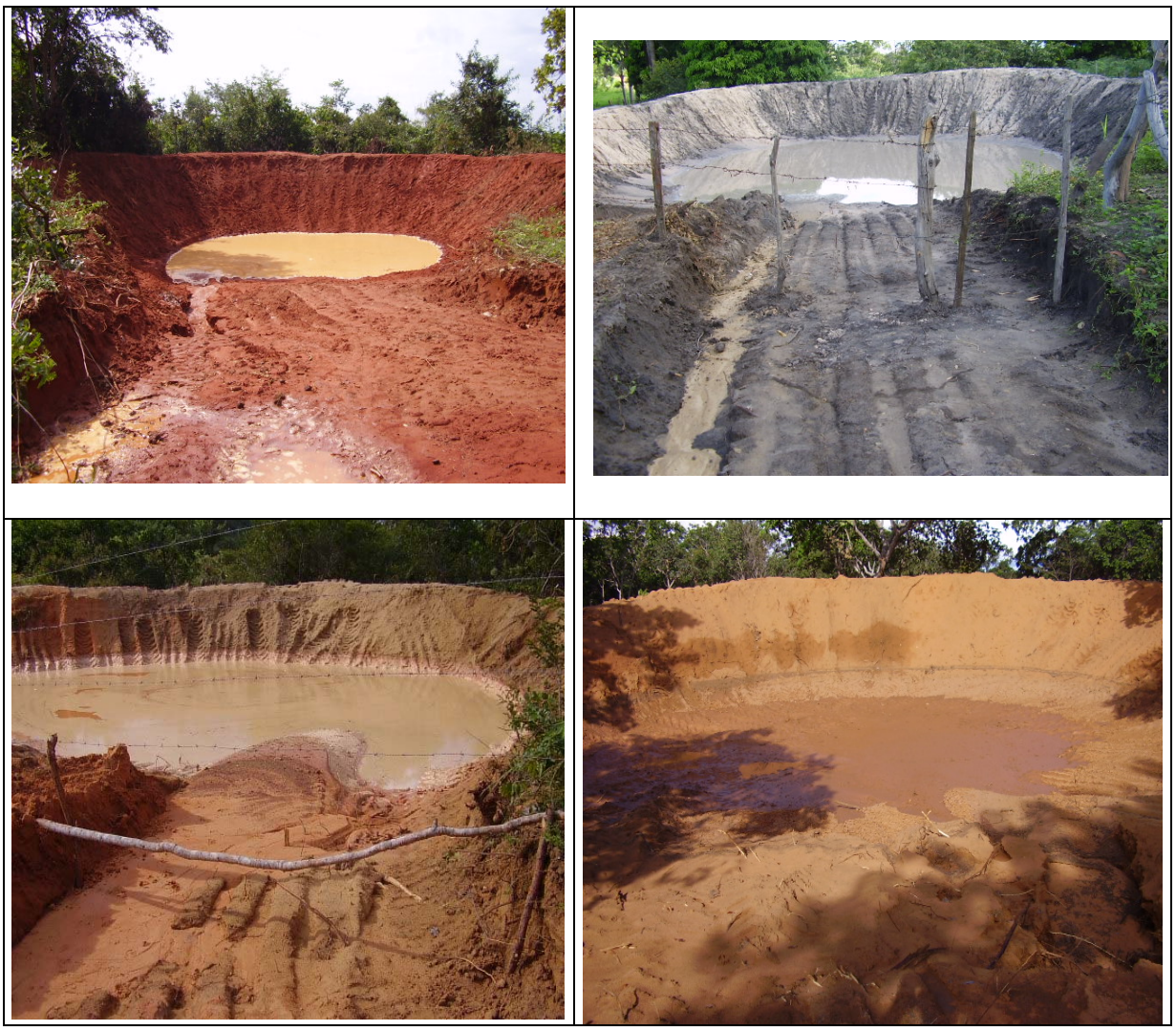
Do ponto de vista hidrogeográfico ou hidrossocial[154] o Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos garantiu a revitalização de nascentes por meio do direcionamento da infiltração de água no solo, aumentando o nível do lençol freático somado à recuperação de áreas degradadas pela chuva, alagando novamente o que antes era brejo, e enfim melhorando a qualidade de vida das famílias que hoje estão conseguindo fixar os jovens no seu lugar de origem, estimulados pela constante convivência com semi-árido valorizando o uso água como bem precioso e coletivo.

Na seqüência da FIGURA 33 abaixo podemos observar etapas de construção de uma das barraginhas abertas em área da bacia do rio dos Cochos. Em primeiro lugar, o uso de máquinas fornecidas pela

[154] *Hidrossocial*: conceito mencionado por José Galizia TUNDISI, in: Norma VALÊNCIO (2007).

prefeitura municipal de Cônego Marinho – MG na preparação do terreno para construção de barraginhas na Sub-bacia do Rio dos Cochos/Januária-MG; depois, barraginha construída e observada por colaboradores voluntários do Programa de Recuperação do rio dos Cochos; barraginha cheia após forte chuva na sub-bacia do rio dos Cochos – Januária (MG) e barraginha após infiltração da água, realizando a contenção da areia e aumentando o nível do lençol freático.

FIGURA 33 – ETAPAS E FINALIDADES DE UMA BARRAGINHA. RIO DOS COCHOS – JANUÁRIA-MG



FONTE: Relatório de Atividades - Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos – Januária-MG/OUT 2006 a MAR 2007.

> [...] A finalidade principal desse sistema consiste em captar as enxurradas e propiciar a infiltração da água no solo num rápido espaço de tempo entre uma chuva e outra, de modo que ocorram inúmeras recargas e descargas durante o ciclo chuvoso, elevando o lençol freático e carregando a caixa d'água natural do solo. O sistema de barraginhas possibilita o aproveitamento racional das águas das chuvas, reduzindo sua perda e danos causados pelas enxurradas e, ao mesmo tempo, conservando o solo agricultável, as nascentes e demais corpos d'água [...] (Relatório de Atividades - Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos – Januária-MG/OUT 2006 a MAR 2007).

Como resultados e benefícios, considera-se:

- Contenção de enxurradas, erosão, voçorocas e assoreamento;

- Evitar enchentes nas comunidades ou cidades ribeirinhas;
- Recuperação de áreas degradadas pela chuva;
- Infiltração da água no solo com elevação do lençol freático;
- Revitalização de nascentes;
- Perenização de mananciais com água de boa qualidade;
- Umedecimento das baixadas para amenizar veranicos;
- Proporciona plantio de segunda safra, hortaliças, pomares e quintais domésticos e pastagens;
- Possibilita a criação de peixes com abertura de tanques nos baixios;
- Redução da migração sazonal;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias;

Ainda sobre as barraginhas, as comunidades da Bacia do rio dos Cochos estabeleceram parceria com o Ministério Público – Promotoria da Bacia do São Francisco pela qual serão ainda construídas mais 250 barraginhas de contenção de águas superficiais de chuvas, através de repasse de recursos oriundos de "termo de conduta" aplicado a empresa "reflorestadora", beneficiando as comunidades de São Bento e Pedras e o restante complementar as outras comunidades da Sub bacia dos Rio dos Cochos[155].

Os processos do Programa são complementados por meio de outras parcerias como, por exemplo, com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas que traz verba para melhoramento do entreposto. Além disso, a comunidade se expressa perante a sociedade regional com a FEIRA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE JANUÁRIA na qual se promove a demonstração dos caprinos e ovinos

[155] De acordo com Relatório de Atividades - Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos – Januária-MG/OUT 2006 a MAR 2007.

(Projeto Rio dos Cochos); a montagem de barraquinhas com folderes e cartazes para a divulgação ao público da recuperação e preservação do Rio dos Cochos; além da Realização de seminários sobre as barraginhas, difundindo-se experiências.

Práticas socioambientais de geração de renda assumidas pelos habitantes das comunidades participantes do Programa de Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Cochos após o início da implantação do referido Programa foram divulgadas no Relatório do Programa acima, tais como: beneficiamento de frutos do cerrado; aqüicultura; apicultura; caprinocultura; ampliação de reservatórios de água; casas de farinha e divulgação com difusão de experiências.

Uma outra questão de importância no cenário do Cerrado banhado pelo rio São Francisco é a prática da pesca artesanal profissional e as problemáticas ambientais relativas a esta atividade do Sertão de Minas Gerais. Para Norma VALÊNCIO (*et. al.*, 2003) e (2007) a **matriz dos debates** sobre esta produção socioambiental deve incluir temas (impactos) como barramento de lagoas marginais, os berçários; desaparecimento da mata ciliar; aumento da carga de efluentes; aumento da pesca amadora; as sucessivas barragens do rio, transformando vários trechos em sistemas lênticos[156], além das características socioeconômicas dessa ocupação profissional.

[156] Por sistemas lênticos podemos entender os sistemas aquáticos represados e/ou sem correnteza natural como barragens, represas, lagoas etc., por oposição aos sistemas lóticos como são caracterizados os corpos d'água que apresentam correntezas.

Para Norma VALÊNCIO (2003) há uma hipótese em questão qual seja a de que os pescadores profissionais do alto-médio São Francisco estão vivendo um processo de crescente pauperização e precarização de seu trabalho, em virtude da disputa do uso da água e do peixe, que também se expressa na degradação ambiental acelerada. Assim, ocorre uma geopolítica da água, uma disputa que resulta em pauperização e degradação.

Assim, sobre condições ambientais do exercício do trabalho:

> [...] Não é o peixe que está acabando. É a natureza que está se modificando, por exemplo, pelos fazendeiros, que prendem as lagoas por um ano e só eles usufruem do peixe que foi pra dentro na enchente. Durante uma época que eu trabalhei na Florestal – sou sargento da reserva – nós trabalhávamos junto com a Marinha e explodíamos as barragens feitas pelos fazendeiros. Aqui em Januária tem entre 10 e 15 lagoas nessa situação. (Sr. Milton, presidente da Colônia Z-2. Município de Januária, MG). [...] (*idem, ibidem*, p. 423)

De fato, os estudos com lagoas marginais já revelaram a importância das áreas alagáveis como criatórios de muitas espécies de peixes de água doce, incluindo as espécies migradoras [de piracema] e este tema já foi evidenciado.[157]

Também Paulo dos Santos POMPEU e Hugo Pereira GODINHO (2003) realizaram estudo denominado “Ictiofauna de três lagoas marginais do médio São Francisco”. As **planícies de inundação**, como podem ser reconhecidas as lagoas marginais do Cerrado da Bacia do rio São Francisco, são um **ecótono**, isto é, uma área de

[157] Ver: SATO, Y.; CARDOZO, E.L.; AMORIM, J.C.C., Peixes das lagoas marginais do rio São Francisco a montante de represa de Três Marias (Minas Gerais). Brasília: CODEVASF, 1987.

transição de comunidades ecológicas adjacentes entre dois ecossistemas . Ela pode aparecer no terreno como uma mistura de duas graduais comunidades de toda uma vasta área, ou pode se manifestar como uma forte fronteira. **Ecótone** é o nome dado a uma região de transição entre dois diferentes biomas. Nas ecótones temos uma biodiversidade maior que a dos biomas em si, pois nela se encontram espécies de ambos [os biomas] sendo caracterizado por elevada biodiversidade e elevada biomassa de peixes e plantas.

As lagoas marginais podem permanecer com água durante a estação seca e a colonização ocorre durante o período de inundação e extinções diferenciais durante a seca. No Brasil, alguns estudos abordaram aspectos da estrutura das comunidades de peixes em planícies de inundação (*Idem*, p. 168). No médio São Francisco, entre Pirapora e Sobradinho, a largura média dos transbordamentos é de 09km, sendo que em Januária-MG pode alcançar até 16km.

FIGURA 34: ilustração e fotografia sobre lagoas marginais

Lagoa das aves, no rio São Francisco, atribuída a Martius. Os pássaros inserem-se aí no interior de uma paisagem, da qual são inseparáveis.

Fonte: Web (wikipedia) e Jornal O Estado de Minas (12/11/2006).

A ilustração da esquerda compõe um quadro atribuído a Martius acompanhada de legenda na qual se lê: “Lagoa das aves, no rio São

Francisco, atribuída a Martius. Os pássaros inserem-se aí no interior de uma paisagem, da qual são inseparáveis". A ilustração à direita é uma fotografia de reportagem do jornal O Estado de Minas, na qual se lê em sua legenda "Lagoa do Saco, no município de Pirapora, formada por nascentes, tem fauna e flora aquáticas abundantes, que atraem grande quantidade de pássaros, como o quero-quero e o marreco" e cuja reportagem é assim intitulada: "Milagre dos peixes: Biólogos da UFMG coletam 51 espécies em lagoas marginais do poluído Rio das Velhas, prova de que são berçários valiosos para a bacia do São Francisco - BERNARDINO FURTADO".

FIGURA 35: várias ocorrências de lagoas marginais e áreas de inundação na bacia do Médio São Francisco.

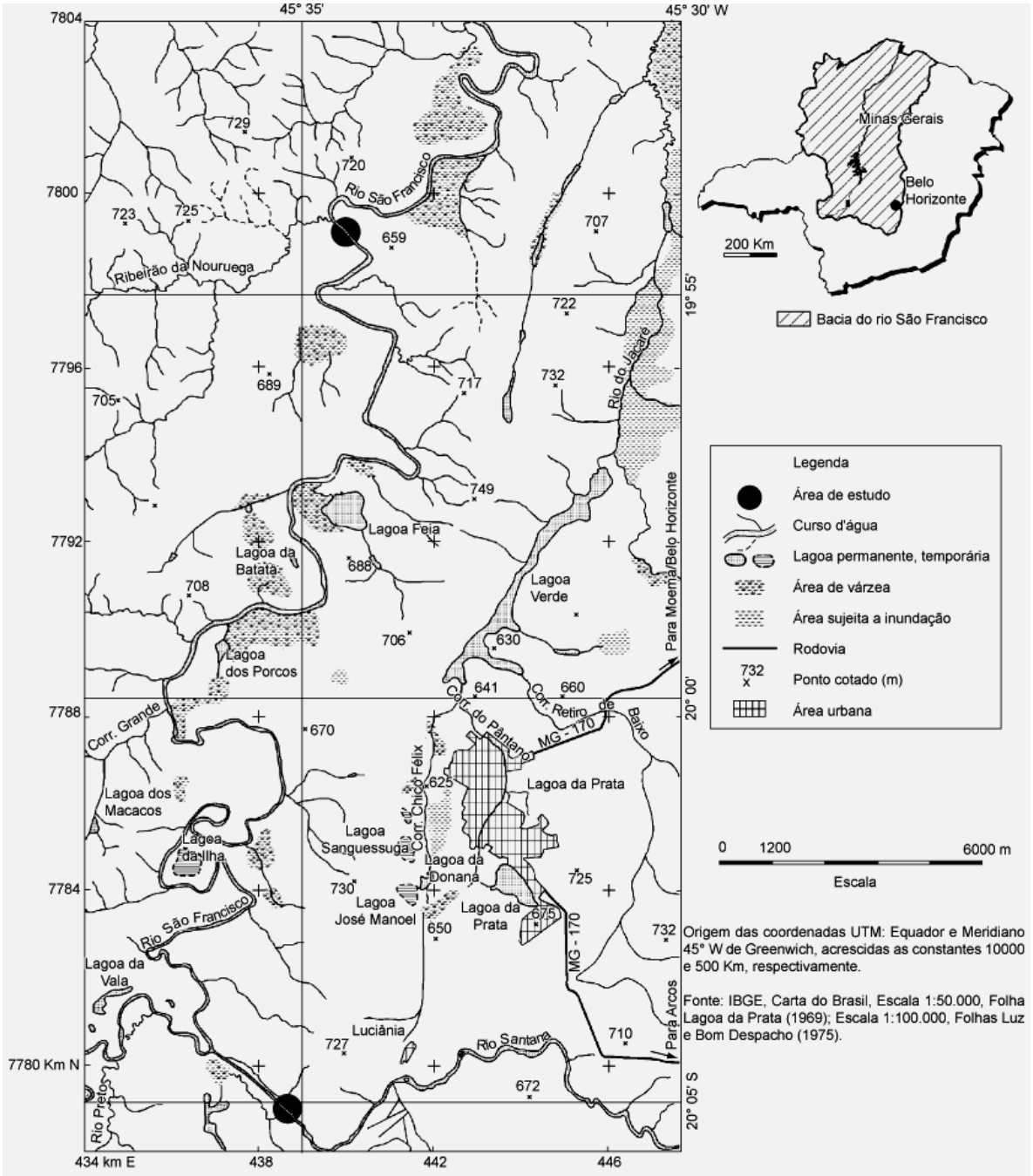


Figura 1. Áreas de Estudo (Reflorestamento da Fazenda Capoeira da Cana e Mata do Urubu), no alto São Francisco, em Lagoa da Prata, no estado de Minas Gerais.

Figure 1. Study areas (Reflorestamento da Fazenda Capoeira da Cana and Mata do Urubu) on the upper São Francisco river, in Lagoa da Prata, Minas Gerais state.

Fonte: n/c. Adaptado por Nilo Lima (2008)

Considerando as comunidades que exercem a prática da pesca artesanal profissional podemos inferir a partir dos estudos de Norma Valêncio, 2003 e 2007 que o *trabalhador da água* está inserido em:

- processo de PAUPERIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL por fatores ambientais e político-institucionais;
- processo de INVISIBILIDADE nos focos dos problemas do rio São Francisco;
- processo de MARGINALIZAÇÃO: (p. 423-424) "[...] Diz-se que estoques importantes de peixes estão em colapso por decorrência da pesca profissional, motivo para que a profissão venha sofrendo regulação cada vez mais restritiva no São Francisco, em especial no trecho mineiro deste rio [...]"(*Idem*, 2003, pp. 423-424).

Ainda sobre as condições de vida das famílias dos pescadores artesanais profissionais e sobre a própria identidade do pescador, temas fundamentais de conhecimento para fomentar políticas públicas, os estudos de Norma VALÊNCIO (*et. al.*, 2003) revelam

> [...] Há compromissos mútuos na apreensão das técnicas, na apuração necessária dos sentidos para a captura do peixe e para as atividades correlatas. Isto é, a família é a unidade básica de produção na pesca do São Francisco [...] todavia, tanto os mais jovens quanto as mulheres vivem em relativa invisibilidade social, isto é, seu trabalho não é reconhecido, sendo visto como uma extensão do corpo do chefe da família, sem direito à remuneração e nem outras garantias do trabalho. Raros são os casos de mulher pescadora, com registro profissional [...] (*Idem*, p. 427)
>
> [...] O Pescador não se afirma como munícipe, nem se afirma apenas como trabalhador com direito ao livre acesso ao local de trabalho. Afirma-se, sim, como "gente do São Francisco", gente das águas doces onde realiza sua atividade, por onde constrói certa coesão social, dentro e fora da família [...] (*Idem*, p. 432)

Outras importantes contribuições para este tema têm surgido por parte dos estudos etnológicos que estabelecem como alvo de estudo os Pescadores artesanais do trecho mineiro do alto-médio São Francisco[158]. Estes estudos têm apresentado alguns objetivos:

a) Levantar conhecimentos e saberes de pescadores sobre aspectos biologia, ecologia e comportamento de peixes pescados;
b) Descrever e analisar estratégias e técnicas de pesca praticadas pelos pescadores de rio e de represa, associadas ao conhecimento local dos peixes e ao manejo local da pesca e mediado pelo conceito de "ETNOHABITATS" que representa os espaços produtivos do sistema aquático considerado, na medida em que a compreensão dos pescadores diminui a imprevisibilidade da pesca;

C) Descrever o calendário etnoecológico da pesca do rio São Francisco em MG (na medida em que pode orientar a política pública);

Muitos são os problemas enfrentados pelos pescadores e suas famílias com o advento de 'políticas' praticadas por órgãos ambientais:

> [...] Boa parte das respostas dadas pelos pescadores ao questionamento sobre o período de piracema se resumia às datas que marcam a época de fechamento da pesca, definidas em portarias do IBAMA, conceito adquirido da relação pescador – órgão fiscalizador. Contudo, para os pescadores, o período reprodutivo inicia-se no "carujo", que é chamado de "namoro do peixe", que depende das "primeiras chuvas" para começar e tem duração média de três meses, ... "quando tudo já desovou". Esta compreensão confere com a realidade na variação do período reprodutivo dos peixes, que é influenciado pelas condições ambientais. Dessa forma, ele é muito melhor compreendido pelo etno-calendário do que pelos calendários dos órgãos que legislam sobre a pesca em todo o território brasileiro, que usam, na maioria das regiões, as mesmas datas de fechamento da pesca para o defeso, sempre próximas aos primeiros dias de novembro até os primeiros dias de fevereiro. Para os pescadores do rio São Francisco em Minas Gerais, o conceito de "piracema" foi imposto e até

[158] Aqui fazemos uso do seguinte trabalho: Ana Paula Glinfskoi THÉ – *Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do alto-médio São Francisco, MG*, 2003.

> hoje não incorpora os demais fenômenos percebidos pelas comunidades pesqueiras: “antigamente, antes do IBAMA, não usava isso, agora que tem estas datas, uns dias de outubro, novembro, até fevereiro. A piracema é de novembro a fevereiro, é a data do IBAMA ... até fevereiro tudo já desovou. [...] No modelo compreendido pelos pescadores, a reprodução dos peixes no rio é um ciclo dependente das chuvas e das enchentes decorrentes delas, que se repete, ou deveria se repetir anualmente, com os eventos descritos abaixo”... [...] (Ana Paula Glinfskoi THÉ, 2003, pp. 38-39).

O IEF-MG, também foi protagonista de novos conflitos responsáveis pela desestabilização da organização social da pesca na região mineira do alto-médio São Francisco por conta da Lei Estadual 12265/96 que dispõe sobre o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no estado de Minas Gerais na medida em que estabelece normas relativas à permissão da pesca ou impondo restrições ou proibições à atividade pesqueira. Além do mais, esta nova intervenção, em nova escala trouxe conflitos inclusive entre órgãos ambientais:

> [...] Acirram-se também as relações entre IEF e IBAMA que, com leis próprias, disputam a primazia do ordenamento da pesca no rio São Francisco, o que tem dificultado enormemente a compreensão dos pescadores sobre seus direitos e deveres relacionados ao exercício de sua atividade profissional [...](Ana Paula Glinfskoi THÉ, 2003, p. 125).

A problemática socioambiental percebida pelos pescadores é sugerida pelo estudo de Ana Paula Glinfskoi THÉ (2003: p.62) que é configurada aqui na seguinte síntese:

a) A construção de represas pois impedem ocorrência de cheias e o desenvolvimento de alevinos nas lagoas marginais;

b) O assoreamento do rio que está relacionado ao desmatamento das margens por agricultura e extração de carvão;

c) A poluição do rio São Francisco provocada por esgotos domésticos e industriais;

d) O barramento de lagoas marginais por fazendeiros para irrigação e pesca amadora, sendo que na percepção dos pescadores circula a informação de que até hoje IBAMA/IEF não conseguiram levantar quantas lagoas estão nestas condições no rio São Francisco;
e) O aumento dos pescadores pelo desemprego;
f) O aumento da demanda na pesca apontado pelos pescadores, realativo à pesca amadora e á dificuldade de se manter a pesca profissional e a amadora num mesmo ecossistema sem que haja conflitos entre usuários.

As características artesanais da atividade e as regras locais de sistema de propriedade comum podem ser inferidas pelo uso de equipamentos rudimentares, pela ausência de relações assalariadas de trabalho, por certas "[...] práticas que não podem ser replicadas em qualquer lugar, isto é, pescador de mar não é o mesmo do rio, que não é o mesmo que um aquicultor [...]" (Norma VALÊNCIO ets al., 2003: 423). Atualmente, uma parcela de pescadores artesanais profissionais se organiza em colônias de pesca que possuem. Em torno de 600 pescadores (*idem*, p. 426) estão cadastrados em 04 colônias de pesca nos municípios de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária.

Como se pode observar o conhecimento do Cerrado e de sua importância e diversidade é algo a ser construído[159]: elaboração de

[159] Meio Ambiente (Miriam Leitão – Rádio CBN- 30/5/2008 Fica a dúvida com relação ao bioma cerrado) [...] O anúncio que o governo deve fazer agora à tarde de que o bioma cerrado não faz parte da resolução do Conselho Monetário Nacional não é uma completa derrota dos ambientalistas, mas levanta uma dúvida. O texto da resolução diz respeito apenas ao bioma amazônico, mas ele ficou vago demais e possibilitou a inclusão de municípios que possuem vegetação predominante de cerrado [...] O que vai acontecer é que os municípios que tiverem vegetação tanto do bioma amazônico quanto do bioma cerrado serão tratados de forma diferenciada. Os produtores rurais que estiverem na área de floresta amazônica terão que cumprir a resolução de preservar 80% da floresta para terem direito a financiamentos. Já aqueles que estiveram numa área de cerrado terão que

catálogos, índices de impactos, inventário de biodiversidade e reconhecimento de identidades da cultura sertaneja no trato com o meio de existência. São situações que reclamam a densificação da literatura sobre este bioma, principalmente no momento em que a alguns anos o há tempos que o grande foco de problemática ambiental é a floresta amazônica, pois paradoxalmente, a maior visibilidade do bioma amazônico pode retirar a necessário amadurecimento de políticas públicas ambientais no cerrado, bioma fronteiriço e necessário inclusive ao ambiente das florestas.

A Sessão Iconográfica PROJETO APA PANDEIROS e PARNA PERUAÇU, após as CONSIDERAÇÕES FINAIS tem origem em material organizado pelo IEF-MG para tornar público ações, impactos e um 'inventário' de paisagens em área da margem esquerda do Rio São Francisco, Norte de Minas Gerais.

Como pudemos demonstrar em nossa pesquisa, no Estado de Minas Gerais também ocorre o efeito pós Rio-92 uma vez que se percebe a internalização e materialização institucional dos rótulos formatados naquela Conferência Mundial ambiental – o

---

preservar apenas 35%, que é o manda a lei [...] A dúvida que fica, como mostra reportagem de hoje do jornal O Globo, é quanto a importância do bioma cerrado. Do jeito que está, parece que o governo permite o descumprimento da lei. Na reportagem, a professora Jeanine Felfili, do Departamento de Engenharia Florestal da UnB, diz que o governo revela total desconhecimento da importância do cerrado [...] - É onde nascem os grandes rios, inclusive da Amazônia. Há uma pressão internacional para proteger a Amazônia porque ela salta aos olhos, mas o cerrado e a caatinga também precisam ser preservados - disse. [...] Será que a retirada desses municípios significa que no cerrado a lei não precisa ser cumprida? E mais: o que vai acontecer com a faixa de floresta amazônica nos municípios limítrofes? Será tudo posto abaixo? (extraído de http://cbn.globoradio.globo.com, em 31/05/2008).

'desenvolvimento sustentável'[160] ganha o carimbo estatal também em Minas Gerais, pois é colocado como meta da SEMAD que se configura como o principal órgão do Sistema Ambiental de Minas Gerais com suas funções de coordenação, articulação e propositora de metas.

Porém, além das agências estritamente ambientais, que ao longo do tempo sofreram alterações em suas diretrizes e organização, também outras agências vinculadas a outros setores adotaram fragmentos de rótulos específicos da esfera ambiental. Tal contexto provoca uma mais ampla publicidade a estes rótulos, mas não garante nem a eficácia nem a definição sustentável de políticas públicas.

Algumas novas questões também aqui se colocam**:** o cenário político institucional no Estado de Minas Gerais vem reproduzindo algumas contradições internas que fazem parte da própria história[161] das políticas públicas ambientais brasileiras. Este impasse atinge o significado do que é 'desenvolvimento' e do que é 'recurso natural'. A disputa se faz tanto na prática política quanto na representação que estes rótulos demandam.

---

[160] Maria Bárbara de Magalhães BETHONICO (*op. cit*., p. 50) realizou consulta, em 30 de outubro de 2007, via *web* à página de internet da FEAM no qual pode ser lido a respeito da SEMAD: "formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos e articular as políticas de **gestão dos recursos ambientais** [grifo nosso], visando ao **desenvolvimento sustentável** [grifo nosso] no Estado de Minas Gerais".

[161] A respeito das disputas e impasses dos sentidos dos termos e conceitos na arena da política ambiental brasileira a partir da Rio-92, ver, por exemplo: COUTINHO, Marília – *Reflexões acerca da estrutura de conhecimento ecológico: representações de natureza e representações de sociedade*. Tese de doutoramento apresentada ao Dep. de Sociologia FFLCH-USP, 1994.

Essas questões são particularmente importantes em nosso caso já que nossa pesquisa, que reúne as dimensões da Geografia Política e do Meio Ambiente, orienta-se sobre aquela questão central da não correspondência entre a distribuição política e a distribuição dos recursos, indagação chave que se traduz nas discussões de temas decorrentes como degradação ambiental, recuperação ambiental, custos de impactos, acessos, estoques, reservas, enfim temas que retomam aquela clássica pergunta de Armando Correa da Silva: “de quem é o pedaço?”.

Para Carlos Eduardo Mazzetto SILVA (2000)[162], lembra da dificuldade “[...] em determinar o ponto de passagem de uma situação sustentável para uma situação insustentável [...]” (p. 273). Qual seria o momento de ultrapassagem da capacidade de suporte do planeta, ou de um bioma, ou de um lugar? Por outro lado, lembra este autor, são bem mais claros os sintomas de uma insustentabilidade ecológica: assoreamentos, poluições, desertificação, secamento dos corpos d’água. Justamente porque são sintomas que demonstram o rompimento de ciclos ecológicos básicos.

Além do mais, a sustentabilidade abrigaria a noção de um futuro, sendo uma noção transgeracional, mas, qual fórmula ou modelo garantia a infalibilidade social de qualquer projeto que levasse a alcunha de ‘desenvolvimento sustentável’? “[...] Por tudo isso o desenvolvimento sustentável é um conceito impreciso,

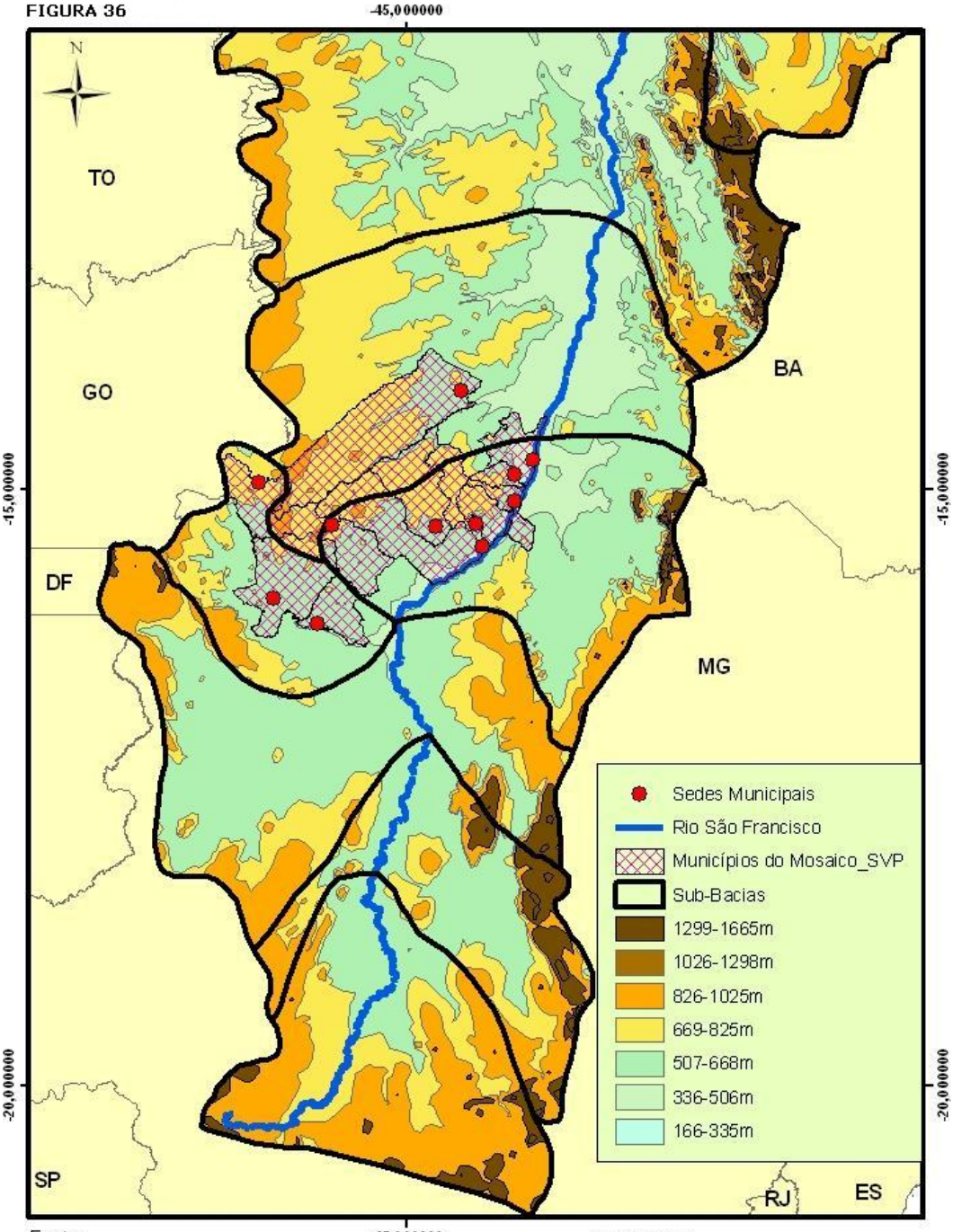
[162] Pesquisador participante (consultor) em temas de política ambiental no Norte de Minas. Engenheiro agrônomo, mestre em Geografia, consultor, ex-coordenador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais.

escorregadio, relativamente vago [...]" (idem, p. 274), o que levaria ao risco de uso oportunista e demagógico, uma panacéia "[...] de consumo de massa, nas quais a grande mídia pasteuriza idéias e as transforma em produtos [...]". (idem, ibdem, p. 274).

É sobre todo este contexto rico, belo e conflituoso que vem se instalando o Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu, política territorial ambiental tema do próximo capítulo.

SUB-BACIAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

FIGURA 36



Fonte:
1) Base Cartográfica ISA E ANEEL.
2) Bibliografia: FUNATURA (RCO- 2007).

Elaborado por Nilo Lima e Renata Salles - 2008

4. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA COMO ESTRATÉGIA DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

4.1. O Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu: a implantação do projeto

No mês de agosto de 2006 teve início o Projeto de Implantação[163] do Mosaico de Unidades de Conservação Veredas-Peruaçu[164] em áreas do *Sertão dos Gerais*, no norte do Estado de Minas Gerais. É um projeto que dá segmento a objetivos do SNUC firmados mais especificamente nos Artigo 26 da Lei nº 9.985/2000 e capítulo 03 Decreto nº 4.340 de 22/08/2002, pelos quais se prevê a **gestão integrada e participativa** nas Unidades de Conservação com base no Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC).

O Fundo Nacional do Meio Ambiente FNMA que é um Colegiado pertencente aos quadros do Ministério do Meio Ambiente (MMA) aprovou

---

[163] As bases principais de dados desta sessão são o **Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial** (RCO)/ Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu/MMA/FNMA – 106/2005, período de 26/12/05 a 31/08/07 da FUNATURA , ONG responsável segundo convênio assinado junto ao Ministério do Meio Ambiente e Fundo Nacional do Meio Ambiente (edital FNMA 01/05 – Chamada II), pela implantação do Mosaico de Unidades de Conservação Veredas-Peruaçu (M_SVP) com Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista - (DTBC); A **Correspondência eletrônica** do grupo de participantes do Conselho do projeto de implantação do Mosaico de Unidades de Conservação Veredas – Peruaçu (**Mosaico-svp**) do qual somos participantes; Trabalhos de campo e visitas técnicas realizadas no Norte de Minas Gerais entre o segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2008.

[164] Verificamos que está em andamento uma outra pesquisa – em nível de mestrado – que adota tema semelhante ao nosso: Vânia Marquez Saraiva. Gestão Integrada de **Áreas Protegidas e Estratégias de Desenvolvimento Territorial com Base na Conservação: O Caso do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu**. Início: 2008. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS. José Luiz de Andrade Franco (Orientador) possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Brasília (1989), mestrado em História pela Universidade de Brasília (1994) e doutorado em História pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é pesquisador associado/professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, sociedade, História das Idéias, História da Ciência, Conservação da Natureza.

o financiamento dirigido a ONG FUNATURA (Fundação Pró-Natureza) para implantação da primeira experiência de Mosaicos de Unidades de Conservação no Domínio Morfoclimático do Cerrado[165], cujo valor divulgado é de R$ 350.000 (trezentos e cinqüenta mil reais) para ser aplicado num período de 02 anos. Sendo que a primeira parcela do Convênio foi recebida pela FUNATURA em 07 de junho de 2006 no valor de R$ 18.180,00 e a assinatura do Primeiro Termo Aditivo foi realizada em vinte e oito de junho de 2006 no valor de R$ 177.804,00.

O Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu localiza-se no noroeste do Estado de Minas Gerais, margem esquerda do rio São Francisco e abrange o seguinte território e unidades de conservação:

- (1) Parque Estadual da Mata Seca;
- (2) Reserva Indígena Xacriabá,
- (3) Parque Nacional (PARNA) Cavernas do Peruaçu,
- (4) Área de Proteção Ambiental (APA) do Peruaçu,
- (5) Parque Estadual Veredas do Peruaçu.

Em sentido Oeste pela APA Estadual do rio Pandeiros onde está incluído o:

- (6) Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros;

Que vai em direção ao:
- (7) Parque Estadual da Serra das Araras;

Que é contíguo ao limite sul à:

[165] Conforme publicado no Diário Oficial da União – Seção 01, nº 194, p. 65, de 07/10/2005.

- (8) Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari.

O Parque Estadual da Serra das Araras segue pelo Vão dos Buracos (definido no Plano de Manejo do Parque Nacional [PARNA] Grande Sertão Veredas, como Corredor Ecológico), em direção ao:

- (9) PARNA Grande Sertão Veredas, que inclui áreas do município de Cocos-BA.

No limite Sudoeste do PARNA Grande Sertão Veredas foi definido o:

- (10) Corredor Ecológico do Rio do Ouro,

com cerca de 40.000 ha, no qual estão incluídas duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) quais sejam a:

- (11) Veredas do Acari e;

- (12) Arara Vermelha.

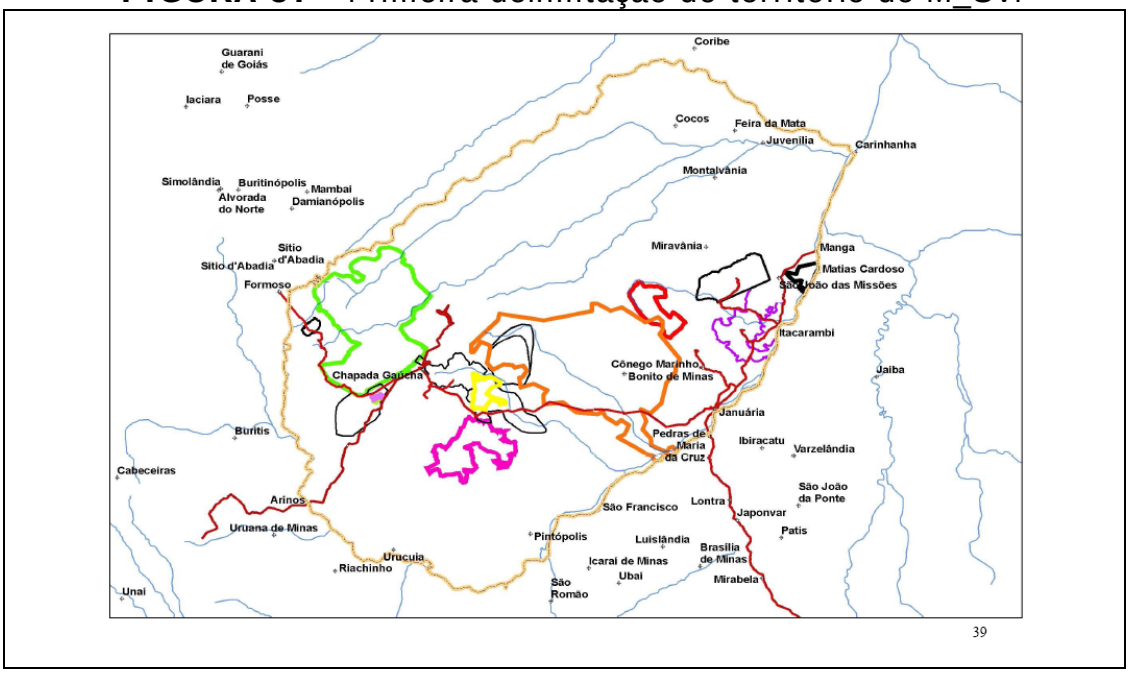
E por último, temos a inclusão do

- (13) Assentamento São Francisco.

Estas áreas todas somadas perfazem uma superfície aproximada de 900.000 ha[166].

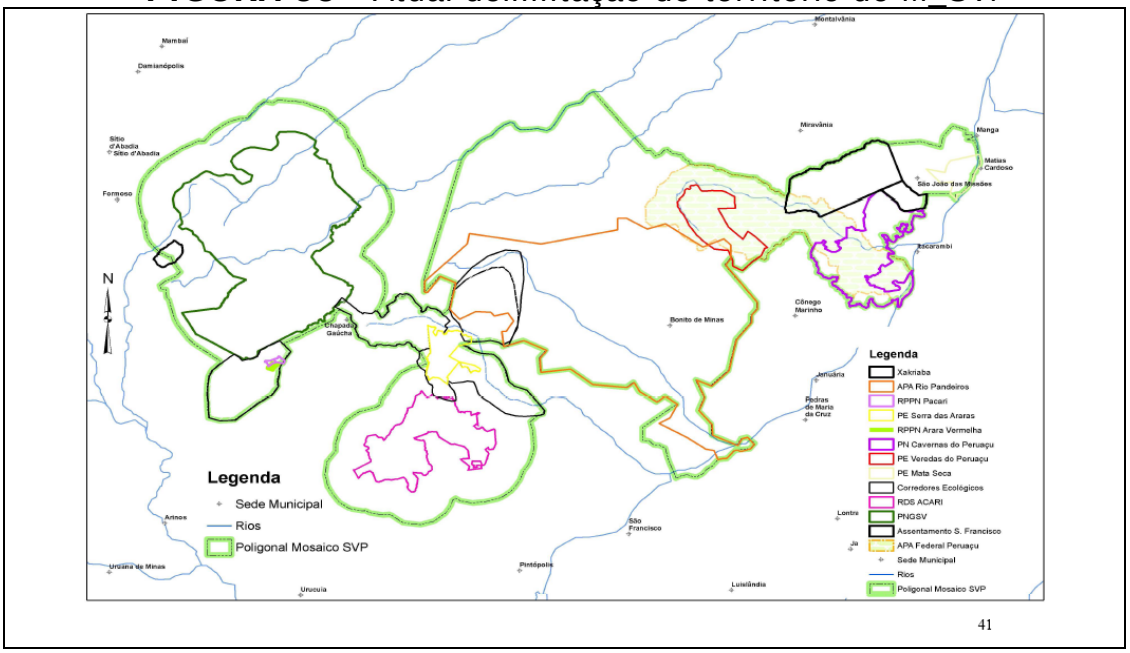
[166] Ver FIGURA 01, p. V.

FIGURA 37 - Primeira delimitação do território do M_SVP



Fonte: relatório funatura/projeto M_SVP, 2007; figura reduzida, sem critério cartográfico, apenas para efeito de ilustração.

FIGURA 38 - Atual delimitação do território do M_SVP



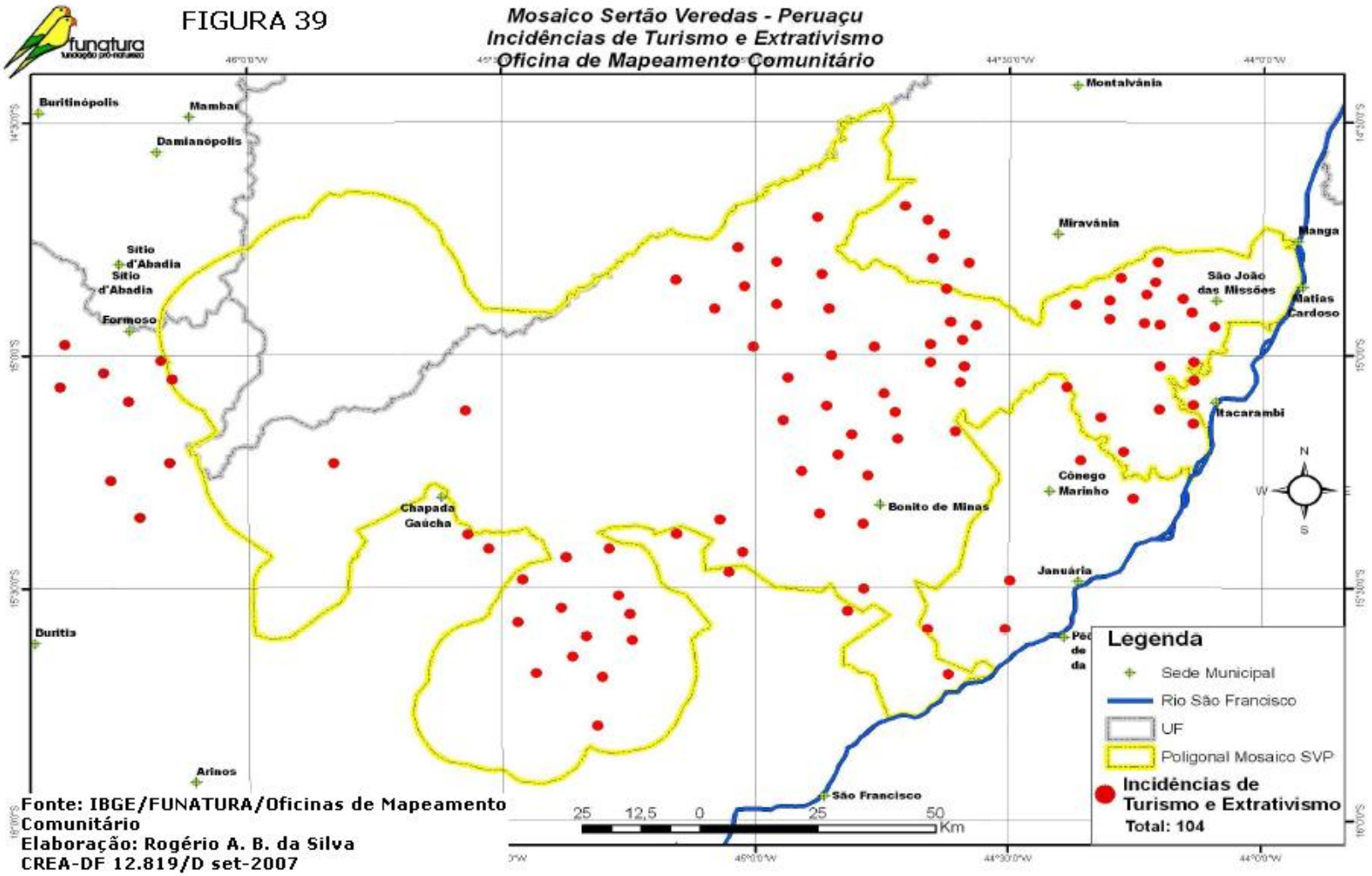
Fonte: relatório funatura/projeto M_SVP, 2007; figura reduzida, sem critério cartográfico, apenas para efeito de ilustração.

Colocamos em destaque, a seguir, alguns pontos do **Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial** (RCO)/FUNATURA:

- O Período do relatório: 26/12/05 a 31/08/07;
- Refere-se a **duas metas**: (1) constituir Conselho do Projeto, embrião do conselho consultivo e (2) constituir Conselho Consultivo do Mosaico;
- **Outra meta** em destaque é elaborar o plano de DTBC;
- Os focos do plano de DTBC para o Mosaico_SVP estão centrados no **extrativismo** e **turismo sustentável (ecocultural)** potencialmente ocorrentes em 11 municípios da margem esquerda da bacia do médio São Francisco (Norte de Minas Gerais);
- Contratar consultores a fim de **elaborar diagnósticos** a partir de "[...] visitas de campo com a intenção de aprofundar o conhecimento sobre o território do mosaico [...] dados secundários (socioeconômicos e ambientais) [...]" (p. 05);
- Realizar levantamento do **grau de consolidação** das unidades de conservação que compõem o Mosaico;
- As ações no sentido de **definir a poligonal do Mosaico** levaram "[...] em conta especialmente zonas de amortecimento das Unidades de Conservação existentes. Procurou-se observar ainda as concentrações de áreas com fortes incidências de comunidades potencialmente aptas às práticas extrativistas (produtos do cerrado) e do turismo ecocultural [...]".(p. 06)
- Desde o início do processo ocorreram duas delimitações (ver FIGURAS 37 e 38, na página anterior) . A primeira, abrangendo região de "grandes proporções" e uma segunda que deriva de fatores como (1) o avanço das atividades do projeto, (2) o melhor conhecimento dos de manejos existentes nas UC's em questão, (3) as zonas de amortecimento das UC's e (4) uma zona de delimitação de 10 km a

partir do limite das áreas protegidas quando estas não possuem ainda a zona de amortecimento;

FIGURA 39


Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu
Incidências de Turismo e Extrativismo
Oficina de Mapeamento Comunitário
Buritinópolis
Mambaí
Damianópolis
Montalvânia
Miravânia
Manga
São João das Missões
Matias Cardoso
Sitio d'Abadia
Sitio d'Abadia
Formoso
Itacarambi
Cônego Marinho
Bonito de Minas
Chapada Gaúcha
Januária
Buritis
Arinos
São Francisco
25 12,5 0 25 50 Km
N
W
S
Legenda
Sede Municipal
Rio São Francisco
UF
Poligonal Mosaico SVP
Incidências de Turismo e Extrativismo
Total: 104
Fonte: IBGE/FUNATURA/Oficinas de Mapeamento Comunitário
Elaboração: Rogério A. B. da Silva
CREA-DF 12.819/D set-2007

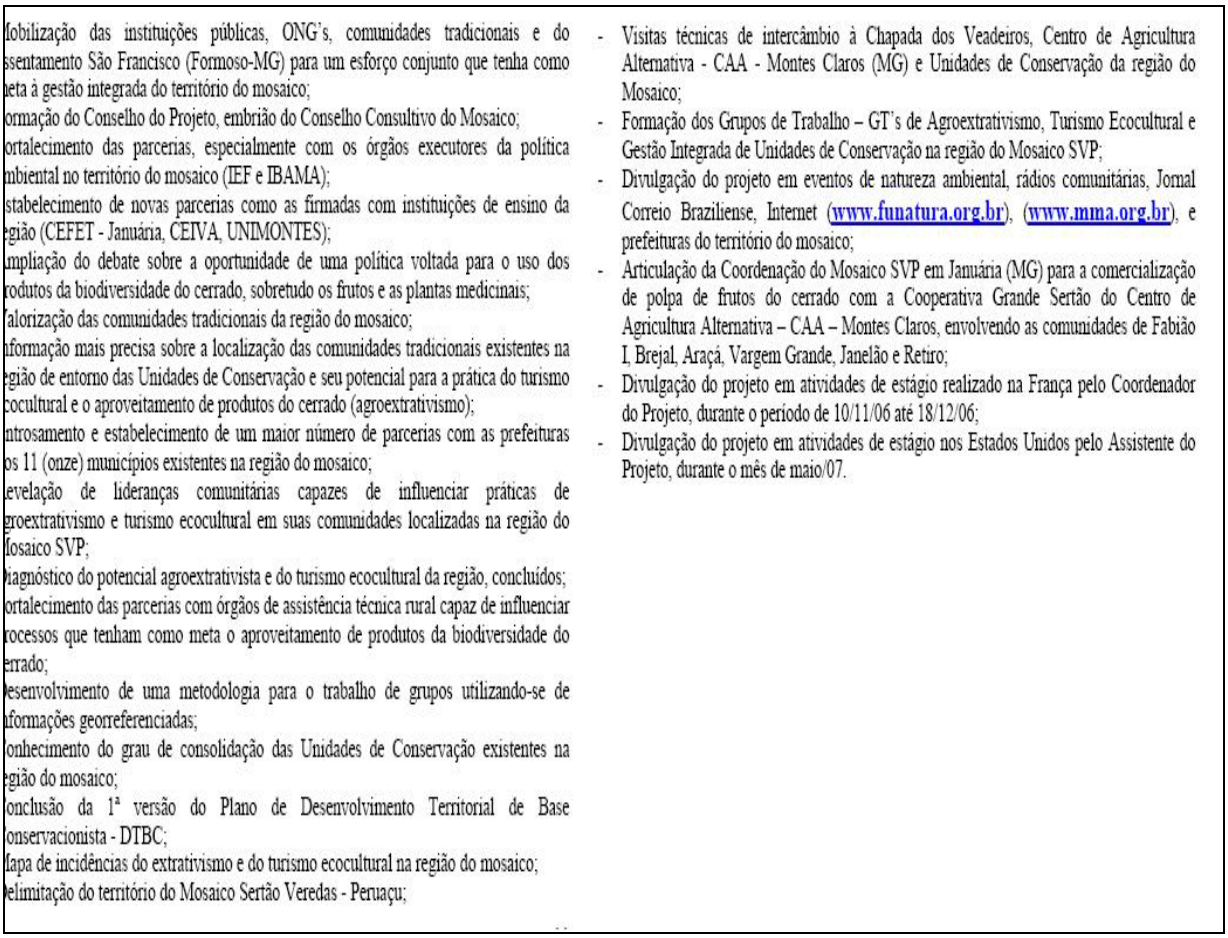
- Para melhor trabalho de gestão houve então a subdivisão da poligonal do Mosaico_SVP em núcleos.
- A elaboração e aprovação do Plano de DTBC constou de: etapa construída a partir do pressuposto da **suficiência do "conhecimento do território"**, da visitação a todas as UC's do Mosaico e de questionários aplicados denominado FICHA DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ver FIGURA 41) . Após a consideração do pressuposto oportunizou-se a realização de oficinas para reflexão sobre diagnósticos e proposta de Plano de DTBC. Na metodologia aplicada nesta etapa privilegiou-se a (1) construção participativa, (2) oficinas de nivelamento de atores, (3) colocação do foco do DTBC (turismo ecocultural e extrativismo), (4) participação de representantes dos municípios componentes do M_SVP, instituições parceiras, apoiadoras e consultores contratados.
- A **operacionalização de Grupos de Trabalho** (GT's) ocorreu por meio de oficinas que requeria a estratégia de reunir incidências de potencialidades do foco do DTBC no considerado 'território' do M_SVP.
- Houve um intenso **uso de ferramentas geográficas** como o geoprocessamento e mapas para realizar a estratégia acima. "[...] o ambiente onde ocorreu a oficina tinha à disposição para os participantes todos os mapas dos municípios do mosaico para a consulta, "[...] também se encontrava disponível a imagem de satélite da região do Mosaico SVP[...]" (p. 07). O **Mapa das Incidências do Extrativismo e do Turismo Ecocultura**l na região é um produto direto do uso destas ferramentas geográficas disponíveis.
- O GT Turismo Ecocultural realizou um intercâmbio na Chapada dos Veadeiros (GO) considerada mais desenvolvida neste foco. O GT do Extrativismo foi buscar a experiência considerada exitosa do Centro de Agricultura Alternativa de Montes Claros (MG). O GT de Gestão Integrada acabou por realizar visitas a cada uma das UC's existente no considerado 'Território do Mosaico'.
- O Projeto Mosaico considera como fundamento a Gestão Integrada do Território. O foco do DTBC (turismo ecocultural e extrativismo) é

concebido como instrumento prático/necessário à realização deste fundamento. Esta meta prática/necessária está programada para o 1º semestre de 2008.

- Ressalta-se aqui a Meta V do Plano do DTBC: **ampla ação de divulgação nos meios disponíveis** e uma edição do "[...] Jornal Cerrado Vivo (jornal de divulgação de projetos executados pela instituição) em edição especial com a apresentação dos resultados alcançados pelo Projeto Mosaico [...]" (p.07)

O **Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial** (RCO)/ Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu/MMA/FNMA demonstra que quatro eixos fundamentais foram perseguidos durante esta etapa: mobilização, informação, organização e capacitação. Diante destas metas, este documento elencou (RCO, p. 11) resultados alcançados:

FIGURA 40: RESULTADOS ALCANÇADOS E PRODUTOS DO PROJETO MOSAICO_SVP.



Mobilização das instituições públicas, ONG's, comunidades tradicionais e do ssentamento São Francisco (Formoso-MG) para um esforço conjunto que tenha como eta à gestão integrada do território do mosaico;
ormação do Conselho do Projeto, embrião do Conselho Consultivo do Mosaico;
ortalecimento das parcerias, especialmente com os órgãos executores da política mbiental no território do mosaico (IEF e IBAMA);
stabelecimento de novas parcerias como as firmadas com instituições de ensino da egião (CEFET - Januária, CEIVA, UNIMONTES);
mpliação do debate sobre a oportunidade de uma política voltada para o uso dos rodutos da biodiversidade do cerrado, sobretudo os frutos e as plantas medicinais;
'alorização das comunidades tradicionais da região do mosaico;
nformação mais precisa sobre a localização das comunidades tradicionais existentes na egião de entorno das Unidades de Conservação e seu potencial para a prática do turismo cocultural e o aproveitamento de produtos do cerrado (agroextrativismo);
ntrosamento e estabelecimento de um maior número de parcerias com as prefeituras os 11 (onze) municípios existentes na região do mosaico;
evelação de lideranças comunitárias capazes de influenciar práticas de groextrativismo e turismo ecocultural em suas comunidades localizadas na região do Iosaico SVP;
Diagnóstico do potencial agroextrativista e do turismo ecocultural da região, concluídos;
ortalecimento das parcerias com órgãos de assistência técnica rural capaz de influenciar rocessos que tenham como meta o aproveitamento de produtos da biodiversidade do errado;
esenvolvimento de uma metodologia para o trabalho de grupos utilizando-se de nformações georreferenciadas;
onhecimento do grau de consolidação das Unidades de Conservação existentes na egião do mosaico;
onclusão da 1ª versão do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base onservacionista - DTBC;
Mapa de incidências do extrativismo e do turismo ecocultural na região do mosaico;
elimitação do território do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu;

- Visitas técnicas de intercâmbio à Chapada dos Veadeiros, Centro de Agricultura Alternativa - CAA - Montes Claros (MG) e Unidades de Conservação da região do Mosaico;
- Formação dos Grupos de Trabalho – GT's de Agroextrativismo, Turismo Ecocultural e Gestão Integrada de Unidades de Conservação na região do Mosaico SVP;
- Divulgação do projeto em eventos de natureza ambiental, rádios comunitárias, Jornal Correio Braziliense, Internet (www.funatura.org.br), (www.mma.org.br), e prefeituras do território do mosaico;
- Articulação da Coordenação do Mosaico SVP em Januária (MG) para a comercialização de polpa de frutos do cerrado com a Cooperativa Grande Sertão do Centro de Agricultura Alternativa – CAA – Montes Claros, envolvendo as comunidades de Fabião I, Brejal, Araçá, Vargem Grande, Janelão e Retiro;
- Divulgação do projeto em atividades de estágio realizado na França pelo Coordenador do Projeto, durante o período de 10/11/06 até 18/12/06;
- Divulgação do projeto em atividades de estágio nos Estados Unidos pelo Assistente do Projeto, durante o mês de maio/07.

FONTE: Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial (RCO)/ Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu/MMA/FNMA – 106/2005, período de 26/12/05 a 31/08/07 da FUNATURA. Adaptado por Nilo Lima (2008)

O processo de obtenção de resultados do Plano de instauração do DTBC buscou objetivos principais tais como "[...] um razoável conhecimento sobre o imenso território do mosaico e suas Unidades de Conservação [...]" (RCO, p. 11). A medida ou definição do que é este conhecimento, a julgar pelos termos do Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial (RCO)/ Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu/MMA/FNMA teve como parâmetro a **participação** e o **fomento da identificação com a base sustentável para o desenvolvimento**.

Um ponto forte da participação é a construção de um Conselho Consultivo com caráter formulador e de estudos cujos membros devem ser oriundos de "[...] instituições francamente interessadas em um programa de **gestão do território**[167] não só inovador, mais ao mesmo tempo que desafiasse a inteligência e a criatividade das comunidades [...] (RCO, p. 11).

Algumas questões que levantamos neste momento são no sentido da reflexão sobre os encaminhamentos que são observados pelo acompanhamento dos documentos relacionados ao processo de instauração do Plano de DTBC no Mosaico_SVP. Neste sentido, ressaltamos a seguir a **Ficha de Informações sobre Gestão das Unidades de Conservação** que aparece na seqüência na forma de figura.

Aproximadamente 15% (quinze por cento) das questões da Ficha se referem diretamente ao termo **manejo** (6, 7, 8, 9 e 23). A questão número 10 tem relação com manejo uma vez que indaga sobre "regularização fundiária completa (levantamento, demarcação, indenização e posse)". A questão número 08 indaga se o Plano de Manejo da Unidade de Conservação questionada "[...] é compatível com os usos/demandas atuais [...]. Nesse caso, a questão oferece oportunidade de ressignificar o conceito de manejo em função dos aportes da sociedade em relação a dada Unidade de Conservação. No entanto a questão número 23 retoma a idéia de incompatibilidade de

[167] Grifo Nosso.

atividades em relação à categoria de manejo da Unidade, isto é, da ‘vocação’ para a qual a Unidade foi criada.

FIGURA 41: FICHA DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MOSAICO_SVP.

MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU

FICHA DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1- Nome da unidade (especificando a categoria de manejo):

2- Área (em hectares): _____ **3-** Perímetro total da UC (em Km):_____

4- Ano de criação:____ **5-** Número do decreto ou lei que criou a unidade:_____

6- A unidade possui plano de manejo/zoneamento?

[ ] Sim [ ] Não [ ] Está sendo contratado ou revisado

7- Caso positivo, em que ano foi elaborado? _____

8- O plano de manejo/zoneamento da UC é compatível com os usos/demandas atuais? (Caso negativo, explicar o por quê e o que está sendo feito sobre isso)

9- O plano de manejo/zoneamento está disponível na sede da unidade?

[ ] Sim [ ] Não

10- Qual porcentagem da área da unidade encontra-se com sua regularização fundiária completa (levantamento, demarcação, indenização e posse)? _____ %

11- Quantos funcionários fixos estão disponíveis na unidade (indique o número):

[ ] Administrador/chefe [ ] Analista ambiental / pessoal nível superior

[ ] Guarda-parques / vigias [ ] Pessoal de apoio administrativo

[ ] Pessoal de apoio de campo [ ] Brigadistas de combate ao fogo

[ ] Outros (especificar funções/formação): _____

12- Os funcionários da UC já receberam ou recebem algum tipo de treinamento/capacitação específicos para exercer suas funções? (especificar quais, quando e quem ministrou)

13- A quantidade e a qualificação dos funcionários é considerada suficiente para o bom manejo da unidade? Caso negativo, apontar as principais deficiências

14- Marque os equipamentos e infra-estrutura disponíveis na unidade:

[ ] Centro de visitantes [ ] Alojamento para pesquisadores

[ ] Alojamento para turistas [ ] Escritório / sede na própria unidade

[ ] Trilhas. Quantos km? _____[ ] Veículos. Quantos ? _____

[ ] Equipamentos de combate a incêndios [ ] Eq uipamentos para pesquisas

[ ] Computadores. Quantos?_____ [ ] Acesso à Internet

15- A unidade possui Conselho Gestor? [ ] Sim [ ] Não [ ] Está em processo de formação

30

16- Caso possua Conselho Gestor formado, qual é a composição do mesmo (especificar as instituições que estão representadas, citando seus nomes e os nomes dos representantes)

17- Quantas reuniões do Conselho foram realizadas até o momento? E qual é a freqüência das mesmas?

18- O Conselho Gestor está regulamentado? (obter cópia do Regimento Interno)
[ ] Sim [ ] Não [ ] Está em processo de regulamentação

19- Além dos recursos orçamentários (no caso das UCs públicas), que outras fontes de recursos a unidade já recebeu ou recebe? (citar valores, fontes e destinação)

20- Além dos recursos do proprietário (no caso das UCs particulares), que outras fontes de recursos a unidade já recebeu ou recebe? (citar valores, fontes e destinação)

21- Existe alguma parceria formal ou informal com alguma organização e/ou instituição para a gestão, proteção, uso público e/ou pesquisas realizadas na unidade? (citar as instituições e atribuições específicas, bem como forma e duração do acordo/convênio)

22- A unidade possui mapas georeferenciados disponíveis em sua sede, indicando as principais características biofísicas (vegetação, relevo, hidrografia, limites, infra-estrutura)? (obter cópia, se possível em meio digital)

23- Há atividades incompatíveis com a categoria de manejo da unidade sendo realizadas no momento, dentro da UC? Descrever quais

24- Em termos de danos ambientais, quais são as atividades que mais ameaçam a integridade da unidade? (citar no máximo as três mais importantes, sejam elas legais ou ilegais)

25- Que oportunidades para a gestão da unidade não podem ser aproveitadas no momento por deficiências de estrutura, quantidade/qualificação do pessoal ou devido à restrições legais e/ou administrativas? (citar no máximo três, relacionando a oportunidade com sua(s) limitações)

26- A gestão da unidade contempla ações no seu entorno (seja ele zona de amortecimento demarcada ou não)? Quando houver, descrever as principais.

27- Enumerar os projetos de pesquisa/monitoramento ambiental/da biodiversidade que JÁ FORAM REALIZADOS no interior da UC, descrevendo sucintamente seus objetivos, quem executa e quem financia (incluindo monografias, dissertações e teses, quando houver).

28- Enumerar os projetos de pesquisa/monitoramento ambiental/da biodiversidade QUE ESTÃO EM ANDAMENTO NESTE MOMENTO no interior da UC, descrevendo sucintamente seus objetivos, quem executa e quem financia (incluindo monografias, dissertações e teses, quando houver).

29- Enumerar os projetos de Educação Ambiental que JÁ FORAM REALIZADOS no interior ou entorno da UC, descrevendo sucintamente seus objetivos, público-alvo, quem executa e quem financia (incluindo pesquisas, monografias, dissertações e teses, quando houver)

30- Enumerar os projetos de Educação Ambiental que estão em andamento NESTE MOMENTO no interior ou entorno da UC, descrevendo sucintamente seus objetivos, público-alvo, quem executa e quem financia (incluindo pesquisas, monografias, dissertações e teses, quando houver)

31- Se a unidade fosse contemplada com 300 MIL REAIS hoje, em que seria aplicado este dinheiro? (detalhar atividades, equipamentos, pessoal, etc)

32- O(a) profissional a cargo da gestão da unidade considera que recebe o apoio necessário do governo para realizar seu trabalho (tanto no caso das UCs públicas quanto privadas)? Caso negativo, o que falta (especificando no máximo três itens)

33- De que maneira o Projeto Corredores Ecológicos poderia contribuir com a melhoria da gestão da unidade?

31

FONTE: Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial (RCO)/ Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu/MMA/FNMA – 106/2005, período de 26/12/05 a 31/08/07 da FUNATURA. Adaptado por Nilo Lima (2008)

4.2. Território, conceitos ambientais e política territorial

O conceito de manejo como temos visto é um dos importantes pontos de conflitos e disputas em política ambiental. Neli Aparecida de MELLO (*op. cit*.) ao problematizar categorias de gestão territorial ambiental demonstra outras influências políticas, outras concepções que tomaram corpo no território nacional em relação a estas categorias:

> "[...] O Programa Nossa Natureza, instituído pelo decreto no 96.944/88, procurou refletir uma resposta articulada do governo federal às pressões nacionais e internacionais visando reduzir os impactos ambientais na Amazônia. Resultado desse Programa é a determinação do **zoneamento ecológico-econômico** como um instrumento articulador das duas dimensões opostas - ecologia/economia - e a de sua utilização como base de orientação para a política pública. Esse mesmo programa **criou também o FNMA [que financia a implantação do M_SVP]**, o primeiro fundo para o meio ambiente, voltado para o investimento em projetos e experiências comunitárias locais, gerenciadas pelas ONG, pequenas prefeituras ou instituições de pesquisa, um mecanismo aberto que pôde favorecer a participação de outros segmentos sociais na gestão [...]" (Neli Aparecida de MELLO, 2002, p.32)[168]

Dentro da área do Mosaico_SVP a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico começou a ganhar corpo por meio de agências ambientais parceiras do Projeto Mosaico_SVP e outras agências como mostra a mensagem grupo de correio eletrônico Mosaico-svp na figura abaixo:

[168] Grifos nossos.

FIGURA 42: MENSAGEM DE CORREIO ELETRÔNICO MOSAICO-SVP

***Estudos de Pré-Zoneamento Ecológico da APA do Rio Pandeiros**

De Fernanda Teixeira Silva <nandaufop@yahoo.com.br> Para mosaico-svp@yahoogrupos.com.br
DATA 14/12/2006 11:03
Assunto: Pré_Zonemento_Ecológico_APA_Pandeiros

Boa tarde,

Gostaria de convidar os participantes do Grupo Mosaico para participarem da reunião a respeito de **Estudos de Pré-Zoneamento Ecológico da APA do Rio Pandeiros.**
Esses estudos foram realizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMAD e o Instituto Estadual de Florestas - IEF, em convênio com o Instituto de Geociências Aplicadas - IGA.
A reunião ocorrerá:

Dia: 20 de dezembro de 2006 às 9:00 hs
Local: SESC Laces de Januária (sala 60)
Av. aeroporto, 250
Conto com a presença de todos,

Fernanda Teixeira Silva
Analista Ambiental/ Bióloga
Instituto Estadul de Florestas

Fonte: mosaico-svp@yahoogrupos.com.br

O manejo comunitário de recursos naturais, como pode ser entendida a proposta de um 'Mosaico de Unidades de Conservação' põe em destaque três dimensões da política ambiental. O *manejo*, a escala do lugar (ou local) do bem *comum* e os *recursos naturais*. Nenhuma destas são palavras naturais ainda que se refiram a questões ambientais. Assim, cabe a reflexão na busca de algum consenso, mas, principalmente, na possibilidade de estabelecer caminhos de transformação de uma sociedade ou de um modo de vida.

O termo *manejo* também abarca algumas reviravoltas e muitos debates em sua definição histórica no movimento ambiental e na ordem ambiental internacional. Tem, nesse sentido, vasta bibliografia

a respeito hoje em dia[169]. Já que se privilegia a escala do lugar, do que é comum, vale refazer a história do lugar se não quisermos embarcar na utopia (utopia = não lugar) da neutralidade técnica. Assim busca-se entender a apropriação dos conceitos, em meio as forças da ordem ambiental internacional, e as forças que estiveram opostas e oscilantes durante a passagem entre o marco de Estocolmo 1972 e Rio de Janeiro 1992. E de que modo essa situação veio a influenciar a produção de nossos sistemas ambientais a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Qual ou quais referências herdamos na operação dos sistemas de manejo? O que estes sistemas representam? O que pretendem? Quais suas estratégias em relação ao bem comum e ao território que é a base material de alocação e acesso aos recursos naturais?

Os objetivos e metas de *sistemas de manejo* ou de *gestão comunitária de recursos naturais* incidem diretamente na forma da política pública ambiental, requerendo como já pontuamos anteriormente a análise da regulação da ação humana, isto é, as formas políticas que podem oferecer caminhos de *participação* uma vez que se pretende

"[...] a construção de um Plano de DTBC realmente participativo e identificado com a busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável no território do Mosaico [...] em

[169] Ver a respeito: MAZZEI, Kátia – *Manejo de unidades de conservação em áreas urbanas: Parque Estadual da Cantareira – discussão para incorporação de novas áreas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP. 1999.

programa de gestão do território não só inovador, mais que ao mesmo tempo desafiasse a inteligência e a criatividade das comunidades que fazem parte do Mosaico [...]" (RCO, p. 11)

Nesse sentido, a repartição de acesso, controle, oportunidades e domínios são construídos em escalas de ação política que significam recortes territoriais em abrangências muito diferentes, o que faz da repartição uma problemática complexa e potencialmente conflitante nos interesses. O *território* é entendido aqui como expressão da relação sociedade e espaço. A decorrência e recorrência concreta do conceito é o que nos interessa, isto é, o território em si não esgota as possibilidades interpretativas. Estas possibilidades devem alcançar as apropriações do território como as de soberania, domínio, acesso, participação e em termos mais estritamente ambientais, isto é, coloca-se o questionamento sobre a soberania, domínio, acesso e participação nas definições sobre os *recursos* e *biodiversidade* conforme tentamos demonstrar no *Diagrama da Biodiversidade* que apresenta as Divisões Territoriais e Sociais do Trabalho.

Em análise sobre políticas territoriais ambientais na região amazônica Neli Aparecida de MELLO (*op. cit*.) diagnosticou mais paradoxos do que o paradoxo existente da distância entre discurso e ação. Os discursos refletem em grande parte a agenda internacional, mas as contradições expressam-se nas políticas territoriais muito diversas. A política ambiental entre as demais políticas públicas é embrionária. A interiorização dos vetores de desenvolvimento em

regiões periféricas, como é o caso de muitas áreas na Região Norte de Minas é insipiente. De todos os modos se consolidam as referências e serviços ambientais, mas cabe refletir sobre os paradoxos como apontou aquela autora.

Nesse sentido, aponta ainda Neli Aparecida de MELLO (*op. cit*., p. 18) a existência da 'consciência' mundial de escassez de recursos [matéria 'prima' para nós e/ou 'matéria natural' de RAFFESTIN] e a 'consciência' mundial da depredação, e exploração, não garantiram o desenvolvimento local como estava colocado nos discursos. Isto significaria que as 'consciências' acima não se constituíram em indicador forte para alterar ações de segmentos políticos e sociais. Há de fato um processo de disputas. Este seria o plano dos valores sociais, da cultura e até mesmo das concepções antropológicas de vida, este último tema que ainda requer muito cuidado de abordagem na política ambiental.

O plano das políticas territoriais como é a pretensão de um Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista têm alguns desafios a desvendar[170], isto é questões a levantar em diagnósticos frequentes:

- A racionalidade técnica: qual sua forma? Quem são seus patrocinadores? É compatível em termos de impactos ambientais?
- A eficácia: que está associada às pretensões e metas do projeto proposto e ao mesmo tempo estar a serviço de escalas de ação bem mais distantes do lugar em questão se olhado pelo prisma da Divisão Territorial do Trabalho.
- Os compromissos ideológicos e políticos: que devem ser firmados e explicitados.
- As articulações e oposições: que também deve ser explicitada pois também significa diversidade e amadurecimento democrático.
- Desvendar as políticas territoriais como poderoso vetor de estruturação e re-estruturação territorial porque:

1) aumenta a velocidade dos processos.
2) promove o adensamento das relações no território por conta dos objetos geografizados que criam ou reproduzem sob a forma de

[170] Ver Neli Aparecida MELLO (*op. cit.*).

estruturas de circulação/conexão (rodovias, ferrovias, dutovias, redes de energia, telefone, internet, demarcações e delimitações que direcionam as ações).
3) produzem a incorporação de valor no espaço.
4) porém, podem intensificar o impacto ambiental.[171]

Foco privilegiado neste trabalho é o debate em torno da estratégia de *Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC)*[172]. Esta é uma forma de intervenção que abriga a alcunha desenvolvimentista configurada na agenda do Estado Territorial Brasileiro. No caso, está relacionada ao *território* e à *base conservacionista* – esta última anunciando a relação ativa das Unidades de Conservação, o uso direto e o envolvimento de comunidades e entorno.

Ronaldo WEIGAND JR. (2005) apresentou ao Grupo de Discussão WEB do Projeto de Implantação do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu documento intitulado "O que é Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (versão preliminar de 12/04/2005 para discussão)", conforme figura abaixo:

[171] A técnica hidráulica/hidrogeográfica incorporada ao território em forma de usinas de geração de energia como a Usina Pandeiros da CEMIG, que realizou uma manobra errada no vertedouro da usina no Rio Pandeiros causando a morte de 20 toneladas de peixes no principal berçário do São Francisco em outubro de 2007, demonstra a capacidade também negativa de objetos geografizados no território.

[172] O Grupo de Mensagens (mosaico-svp@yahoogrupos.com.br) Projeto Mosaico de Unidades de Conservação Veredas-Peruaçu divulgou em 14/09/06 o artigo "O que é Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista, de Ronaldo Weigand Jr (2005)". Neste texto há uma definição específica proposta e que articula diferentes concepções desenvolvimentistas: "[...] avivar a economia local de forma participativa com base nas atividades de conservação da natureza. A conservação não como restrição, um obstáculo, um empecilho, mas sim como uma potencializadora do desenvolvimento, atratora de recursos, fortalecedora de identidades, fonte de renda [...]". (p. 07) O autor era Coordenador do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, Diretoria de Áreas Protegidas (DAP), Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Engenheiro Agrônomo pela USP e Ph.D em Antropologia pela Universidade da Flórida.

FIGURA 43: MENSAGEM DE CORREIO ELETRÔNICO MOSAICO-SVP

*** O que é Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista**
de mosaico-svp@yahoogrupos.com.br para mosaico-svp@yahoogrupos.com.br DATA 14 de setembro de 2006 11:02 assunto [mosaico-svp] Novo arquivo carregado em mosaico-svp
Olá,Esta mensagem é uma notificação para informá-lo que um novo arquivo foi adicionado no grupo mosaico-svp. Arquivo : /Artigo - DTBC.doc Carregado por : funatura1986 <mara@funatura.org.br> Descrição: O que é Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista Você pode acessar o arquivo pela URL: http://br.groups.yahoo.com/group/mosaico-svp/files/Artigo%20-%20DTBC.doc

Fonte: mosaico-svp@yahoogrupos.com.br

Segundo este documento o DTBC configura uma mobilização em torno de uma idéia-guia [ou uma idéia-eixo, se considerarmos a discussão apresentada em capítulos anteriores] estabelecendo um pacto territorial. Esta mobilização deve reunir atividades em uma escala territorial e criar entidade gerenciadora destas atividades no sentido de uma politização do processo que será conflituosa porque exige co-presença. A instância gerenciadora poderia ser o Conselho do Mosaico.

Quanto ao o projeto territorial do DTBC este poderia ser os Planos de Manejo das Unidades de Conservação ou o próprio DTBC que exige mudança de concepção nos Planos de Manejo, principalmente os planos referentes às Unidades de Conservação de proteção integral justamente porque encerram o caráter restritivo.

Esta mobilização deve reunir atividades em uma escala territorial e criar entidade gerenciadora destas atividades no sentido de uma politização do processo que será conflituosa porque exige co-presença. No documento há a sugestão de que a instância gerenciadora poderia ser o Conselho do Mosaico. Quanto ao projeto territorial poderia tanto os Planos de Manejo das Unidades de Conservação ou o próprio DTBC que exige mudança de concepção nos Planos de Manejo, principalmente os planos referentes às Unidades de Conservação de proteção integral justamente porque encerram o caráter restritivo.

As formas de participação sugeridas no documento seriam o Conselho do Mosaico, o Conselho Sociedade Civil, as Agências Executivas de Desenvolvimento, Assessoria profissionalizada de ONG e o Governo com apoio e orientação no sentido de fomentos a empresas/cooperativas e no fortalecimento da identidade territorial do Mosaico.

A concepção de **topologias** é proposta no sentido de construir *cadeias econômicas*. Um outro aspecto topológico que aparece na proposta do documento se relaciona à pesquisa e bioprospecção na medida em que devem demandar serviços locais de campo, serviços de aglutinação de conhecimentos e de comercialização de produtos e substâncias identificadas.

Fica explicitada que a noção de 'desenvolvimento' colocada é aquela que envolve geração de renda e melhoria da qualidade de vida

no território, este último quesito medido por critérios de sustentabilidade. A ‘base conservacionista’ sugere, portanto, serviços ambientais e concepção político-territorial. "[...] Para garantirmos um desenvolvimento com conservação da floresta, precisamos ser mais específicos [...] precisamos dizer qual a base do desenvolvimento que queremos [...]": A conservação da biodiversidade? Da paisagem? Dos processos ecológicos? Da característica sócioespacial (o comércio? o turismo? a forma agropecuária?).

Sob o rótulo de serviços ambientais pode-se elencar uma diversidade de metas:

- Quanto aos ecossistemas a manutenção deste e o inventários de uso de espécies de valor comercial pelo extrativismo sobretudo;
- A captura de carbono;
- Quanto ao território, por exemplo, entender que se as estradas (e demais equipamentos) precisam chegar aos pontos turísticos, será necessária articulação em escala nacional;
- Manutenção de beleza cênica, relacionado ao ecoturismo.
- Biodiversidade: os princípios ativos; a manipulação genética; a conservação genética, de espécies, ecossistêmica, de produtos resultantes da domesticação.
- Recursos hídricos que demandam proteção, gerenciamento, consumo da água, uso para pesca e lazer (como os balneários).

Sobre a relação das Unidades de Conservação e o conceito de desenvolvimento deve se estabelecer uma territorialidade que demonstre capacidade territorial-legislativa: promovendo um entorno com restrições e oportunidades “[...] e estas são mais importantes que identidades culturais

mumificadas [...]". O estímulo a políticas de Unidades de Conservação e vinculadas ao desenvolvimento é a própria articulação em Mosaicos trazendo a inversão do conceito de despesas, para geradora de renda. Assim, a política absoluta de restrição é concebida como mais cara e mais cheia de conflitos. (p.02): perdem-se os recursos; demanda custos de repressão; custos de burocracia; e os mais pobres se colocam em vulnerabilidade.

Kátia MAZZEI (*op. cit.,* p. 09), que se debruçou sobre estas problemáticas, mencionou como uma das grandes dificuldades do manejo questões não resolvidas com 'comunidades tradicionais'; e a dificuldade de execução dos programas de manejo e/ou gerenciamento, principalmente em relação ao programa de proteção, apontando a fiscalização em condições de precariedade o que recoloca aquela questão dos custos de gerenciamento de Unidades de Conservação em relação à inversão para capacidade de geração de renda.

Uma questão em relação ao problema apontado do '**conhecimento do território**' parece ainda estar em aberto. Mais ainda, a questão do conceito de território. O RCO menciona em apresentação de diagnóstico:

> [...] Quando o **conhecimento do território** tornou-se suficiente e todas as Unidades de Conservação foram visitadas e os questionários aplicados, considerou-se a oportunidade da realização de uma oficina para a discussão dos diagnósticos e proposta de Plano de DTBC com os participantes mobilizados durante as visitas e reuniões do projeto [...] (RCO, p. 06).[173]

Aqui vale levantarmos algumas questões que indicam a concepção de território que está posta e as implicações desta

[173] Grifo nosso.

concepção. Retomando o texto de Ronaldo WEIGAND JR. (2OO5) uma menção relativa a 'território' é posta "[...] quando uma unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção integral é criada, se estabelece uma **territorialidade**[174] [...] (p. 08). Certo, com isso concordamos. No entanto, para esta autor que desenvolve sua concepção, com este processo de territorialidade "[...] cria-se um território com restrições e oportunidades [...]" (p. 08). Neste ponto alguma confusão pode se estabelecer e levar a uma certa invisibilidade e desconhecimento sobre os processos que incidem na particularidade de cada lugar, de cada **escala territorial**.

Mas o autor segue: "[...] **um território** também é criado quando existem mais de uma UC próximas umas das outras, é formado um mosaico [...] (p.08)[175]. E neste ponto, para o autor um Mosaico também seria sinônimo de território, com o quê também não concordamos, a rigor. Seguindo na sua argumentação, Ronaldo WEIGAND JR. (2OO5) lembra que:

> "[...] o conceito de **território** tem sido muito usado na promoção do desenvolvimento, e o Governo Lula o tem adotado em vários ministérios [...] para uns, "**territórios**" são regiões pré-definidas em função da identidade cultural, ou de suas características ecológicas ou socioeconômicas (ex: IICA 2002). Para outros, territórios são espaços da ação social, ou coletiva, de determinados grupos, e outros ainda vêem os **territórios** como resultado das relações de poder não restritas ao Estado (Becker 1983; Raffestin, 1993). Em um levantamento que desenvolvi com colegas para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Weigand Jr. 2005), verificamos" (p. 08-09).

No entanto, para este autor o desenvolvimento territorial é definido por sua **base territorial**. Para nós, a base territorial não

[174] Grifo nosso.
[175] Grifo nosso.

pode ser o *território* – considerando o SNUC como um projeto de escala nacional - , mas uma *escala territorial*. Assim como são *escalas territoriais*: um mosaico de unidades de conservação; as próprias unidades de conservação em suas diversas categorias e demais áreas protegidas também usufruem do caráter de escala territorial, pois gozam de *relativa* soberania. E nesse sentido também se explicam como *lugar*.

Os estados da federação e os municípios, também se configuram como escala territorial, a rigor. São escalas historicamente estabelecidas no contrato do Estado Territorial. E gozam de um mais forte grau de soberania e poder ímpares perante outras escalas territoriais, basta ver que a Lei do Orçamento tem como referência apenas o Território Federal, os Estados e Municípios.

Porém, uma região metropolitana, distritos e sub-prefeituras, bem como as Reservas da Biosfera e bacias hidrográficas não gozam do estatuto de escala territorial, ainda que sejam escalas de ação. Sobre estas escalas não incidem atributos de soberania e governabilidade.

Estas questões são colocadas pela fundamentação do conhecimento que pode ser admitido nas dimensões entre uma Geografia Política e Meio Ambiente onde seguramente se busca o conhecimento da "[...] diversidade e variedade – natural e social – dos quadros terrestres [...]" (Antonio Carlos Robert MORAES, 2001, p. 56). Trata-se pois da *expansão*, da *espacialidade* presente na

dinâmica social, não sendo, neste sentido, "[...] diretamente o capital que é alocado nas diferentes partes do globo, mas nelas se introduz certas relações capitalistas [...]" (*Idem*, p. 56).

Quando se invoca conceitos como os de *crescimento*, *transformação* e *desenvolvimento* é inevitável a presença destas dimensões de expansão e espacialidade.

> "[...] Cabe assinalar, antes de prosseguir na argumentação, a violência subjacente ao processo de instalação e domínio das relações capitalistas, que **desestrutura os gêneros de vidas tradicionais** das áreas onde se exercita, causando sérios **desequilíbrios demográficos e ecológicos** [...]" (*Idem*, p. 57).[176]

A *história territorial* da espacialidade capitalista também é marcada pela qualidade estrutural que implica a desigualdade geográfica: há os centros difusores e as áreas de difusão. "[...] esta divisão territorial (e internacional) do trabalho encontra-se em constante movimento, conhecendo rearranjos periódicos. Contudo, o princípio da desigualdade sempre a preside [...]"(*Idem*, p. 58).

Numa proposta de transformação, que é o que se pretende num projeto de DTBC é preciso atentar para o valor da cidadania entendendo que num dado lugar, em função das forças da sucessão histórica e da coexistência [a convergência dos momentos] as pessoas usufruem desigualmente das oportunidades e possibilidades do território e de seus lugares. Daí que o valor da cidadania é desigual.

---

[176] Grifos nossos.

A interpretação deste movimento geral da sociedade requer da Geografia:

> "[...] o recorte da formação territorial [...] pois [...] os territórios, tal como mencionado, são antes de tudo entidades políticas, cuja manifestação na órbita do capitalismo não pode ser dissociada da figura do Estado. A formação territorial sob este modo de produção é, antes de mais nada, o exercício do progressivo domínio estatal dos diversos âmbitos territoriais do planeta [...] Em outras palavras, importa avaliar o papel dos Estados no movimento de formação e desenvolvimento dos espaços periféricos [...]" (Antonio Carlos Robert Moraes, 2001, pp. 62-63).

O **território**, como entidade política, é a escala nacional onde, por exemplo, tem guarida o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, força maior de direcionamento de um Mosaico de Unidades de Conservação. A força do território, isto é, da sua mediação, e das políticas territoriais é sua capacidade estruturante. As medidas de eficácia em geografia política, dimensão presente nas políticas públicas ambientais começa pelo reconhecimento desta força. O conhecimento do território e a interpretação de seus lugares não podem assim dispensar o recorte da formação territorial. Dentro de um território nenhum lugar é uma 'área zero', por princípio.

É possível que estas dimensões tenham sido percebidas dentro do próprio grupo responsável pela implantação do Projeto Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu, segundo os termos das mensagens que apresentamos abaixo na figura 44.

FIGURA 44: MENSAGENS ENTRE MEMBROS DO GRUPO WEB MOSAICO_SVP

* **Plano de DTBC do Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu: debate**
Damiana Sousa Campos damiana.campos@hotmail.com para mosaico-svp@yahoogrupos.com.br

DATA 3 de julho de 2007 08:54
assunto[mosaico-svp] Raizeiras e benzedeiras do Grande Sertão

Caros companheiros,
Estou trabalhando em um pequeno mapeamento de raizeiras e benzedeiras aqui do Grande Sertão, com o objetivo de expor este material durante o VI Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, especificamente no Corredor da História, onde sei que marcaram presença. Tenho alguns trabalhos relacionados ao uso sustentável do cerrado como fonte de plantas medicinais por comunidades tradicionais e a tese de dissertação da Iara Attuch, que ainda estou lendo, para conhecer melhor este campo tão vasto e interessante.
Gostaria de estar mapeando as benzedeiras e raizeiras do Mosaico Grande Sertão-Peruaçu, conhecer e divulgar este trabalho tão importante e estar mostrando a grande diversidade cultural encontrada na região. Neste sentido peço a contribuição de vocês, solicitando algum material ligado ao assunto, fotos, nomes destes "especialistas" em raízes.
Iara não terminei de ler tua dissertação, mas estou apaixonada pelo universo que apresenta. Neste trabalho para o Corredor da História vai ser pequeno e simplório, no que diz respeito a grandiosidade destes dons e acredito ser o começo para discussão mais aprofundada para a valorização desta pessoas tão especiais para a nossa cultura.
Fica ai o meu pedido onde sei que requer tempo e disponibilidade, mas sei também que esta região é rica e a importância deste mapeamento. Beijo a todos e espero por vocês no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas.
Um grande abraço,
Damiana Campos.

de Iara Attuch <iattuch@yahoo.com.br>
paramosaico-svp@yahoogrupos.com.br
DATA 3 de julho de 2007 10:10
assuntoRe: [mosaico-svp] Raizeiras e benzedeiras do Grande Sertão

Cara Damiana,
Fico contente em saber que a dissertação está sendo útil a você. Vejo seu trabalho como de grande relevância pois me parece fundamental o resgate, a valorização e a proteção desses sábios e seus saberes para que eles possam se perpetuar nas próximas gerações. Estou muito interessada em conhecer seu trabalho e trocar experiências.

Caros companheiros de Mosaico,
Esse tipo de iniciativa é muito importante para que o **Mosaico que está em construção respeitem os territórios tradicionais que antecedem o território de unidades de conservação. Isso traz a dimensão necessária de que só se garante a riqueza e preservação da biodiversidade por meio do respeito e preservação da diversidade cultural, onde se inclui diversidade de saberes.**
Iara Attuch

de Cesar Victor <cesar.victor@funatura.org.br>
paramosaico-svp@yahoogrupos.com.br

DATA 3 de julho de 2007 11:20
assuntoRe: [mosaico-svp] Raizeiras e benzedeiras do Grande Sertão
Companheir@s do Mosaico.

Acho salutar a discussão. No entanto, **gostaria de acrescentar, sem polemizar, que quando pensamos na conservação da biodiversidade de uma determinada região, temos que levar em consideração uma visão sistêmica na questão. Ou seja, o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação - (SNUC, lei 9.985 de 18/07/2000), que demorou 10 anos em discussão, prevê várias categorias de manejo, onde são perfeitamente encaixados os diferentes objetivos de conservação,** desde a proteção integral, ou seja mais restritiva em relação a presença humana, como os Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, até unidades onde é possível o uso sustentável dos recursos, como as Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Áreas de proteção Ambiental - APA. Em todos os casos, as comunidades tradicionais têm um papel fundamental, seja dentro ou no entorno das unidades. Ressalto, no entanto, que a biodiversidade (bichos, plantas, ecossistemas) que está sendo literalmente exterminada em função da ação humana, **sendo o cerrado a bola da vez, precisa sim, ter uma ação protetora eficaz e**, em alguns casos, sem a presença humana por perto. Trata-se, inclusive de uma questão ética, pois, muito antes do ser humano, eles já estavam por lá. Isto tem que ser respeitado. Não quero dizer, no entanto, que as comunidades tradicionais não devam ser objeto de políticas que garantam as suas tradições e territórios. **O que defendo é que aja um equilíbrio e que, as unidades de conservação de proteção integral têm sim um papel fundamental na estratégia de conservação da biodiversidade baseada numa visão sistêmica.**
Um abraço a tod@s,
Cesar Victor
Funatura

de Damiana Sousa Campos <damiana.campos@hotmail.com>
para mosaico-svp@yahoogrupos.com.br
DATA 4 de julho de 2007 11:28
assuntoRe: [mosaico-svp] Raizeiras e benzedeiras do Grande Sertão

Caros,
Acredito que este assunto, pela visão que tenho de comunidade tradicional e o seu meio, pode sim polemizar, mas acredito também que este grupo foi criado com a intenção de estarmos também debatendo assuntos ligados ao Mosaico, as instituições parceiras, que foi o caso específico da criação do Instituto Chico Mendes dentre outros assuntos, troca de experiência e outros.
Iara este trabalho é simplório como já dito no e-mail e adoraria estar conversando mais sobre este assunto. Gostaria de propor este tópico e estar colocando-o no plano, e esta vai para você Kolbe, de estarmos levantando esta idéia para futuras políticas ligada a este saber designado também de manejo sustentável do ambiente. Pena que não estou por dentro dos trabalhos do grupo e de repente já esteja citado.
Tratando-se de Turiismo não sei se o GT de Turismo teve a oportunidade de conhecer o Tom das Ervas em Alto Paraíso, mestre na produção de remédios naturais, é muito conhecido na região e todos muitos turistas que lá chegam o procuram, tanto para saber mais sobre o seu trabalho, quanto para comprar seus produtos naturais, cito apenas para ilustrar o quanto pode ser valioso este trabalho, mesmo sendo uma realidade diferente do Grande Sertão.
Um grande abraço a todos,
Damiana Campos

de Brasil Sustentavel <brsustentavel@yahoo.com.br>
paramosaico-svp@yahoogrupos.com.br

DATA 4 de julho de 2007 21:43
assuntoRe: [mosaico-svp] Raizeiras e benzedeiras do Grande Sertão

Damiana, você tem toda razão, acho até que não há mais o que tanto polemizar nesse assunto. Por falta dessa dimensão socioambiental com a qual estamos trabalhando, nós todos do mosaico, felizmente, é que o patrimônio natural do Brasil está indo pro espaço ou ficando como reserva para poucos e para servir interesses turvos. Tantas vezes debaixo de gestão policialesca, burocrática, autoritária e preconceituosa, excluindo justamente aqueles que nos permitiram ainda ter patrimônios para preservar, os sertanejos, no nosso caso específico.

Vivo repetindo, os entornos das ucs têm que crescer e se expandir para além dos limites delas com economias e práticas sustentáveis, e não ocorrer o que acontece hoje, com os entornos espremendo-as cada vez mais. Vocês de Chapada Gaúcha vivem esse drama como poucos no Brasil, quem aguenta aquele fumacê horroroso da queima da brachiaria misturada com agrotóxico são vocês, bichos humanos, e os outros bichos do parque e da natureza, mas está do mesmo jeito em todo o Brasil.

Mas estamos construindo algo, só não tanto alentador porque a degradação é muito mais rápida, além de ter gordos financiamentos bancários, internacionais e nacionais. E a gente que fique acordado, porque essa história da agroenergia triplica a ameaça.

De qualquer forma, fica cada vez mais patente que a conservação do patrimônio no interesse da sociedade como um todo só será possível com o saber e a participação das nossas comunidades, que sempre souberam lidar com a natureza de forma sábia, e se entendemos que isso incidentalmente não aconteceu já temos conhecimento e tecnologia para superar.

O que é bom em tudo isso é que um dia ainda vamos entender que também somos natureza, apenas mais uma espécie animal que depende dela tanto quanto as outras, e que nós, os outros bichos e demais seres estamos numa luta comum pela sobrevivência, luta que se trava não contra os semelhantes, mas contra elites vorazes, que se comportam como se fossem dessemelhantes, e acho que são mesmo, tamanha estupidez.

Abç, Ricardo Attuch

Fonte: mosaico-svp@yahoogrupos.com.br.

As mensagens acima retomam alguns dos debates possíveis do lugar, porção do território, onde se implementa o Mosaico_SVP.

Conforme assinalamos em páginas anteriores, neste capítulo, está em discussão o plano dos valores sociais, da cultura e das concepções antropológicas de vida. E o projeto Mosaico_SVP criou e fomentou a participação, pela qual é possível o debate e a acomodação de diretrizes e estratégias.

No entanto, Cesar Victor do Espírito Santo[177] chama a atenção para a visão sistêmica que é abrigada pelo SNUC, um projeto e programa de escala nacional. Pois é nessa escala que há o centro político maior de incidência sobre os lugares e é com a mediação desta escala que se põe em prática a configuração do lugar. A própria dimensão cultural existente hoje no cerrado sertão onde se aloca o Mosaico_SVP só é existente em decorrência dos processos ocorridos pelo todo e pelas partes do território como tentamos demonstrar pelo processo de formação territorial.

Os eventos têm lugar no território a base material e simbólica da vida, e os lugares do território, isto é, as escalas territoriais e as escalas de ação configuram a particularidade, as geografias dos eixos da sucessão e da coexistência.

Não poderia ser diferente com o lugar “sertão veredas-peruaçu”. O conhecimento deste lugar implica a nosso ver a apropriação da particularidade que ele é. E a particularidade que é o “sertão veredas-peruaçu” passa pelo conhecimento do território, nesse sentido.

[177] Diretor Geral do Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (FUNATURA).

Se associarmos, por exemplo, alguns dos mapas que configuramos para este trabalho poderemos inferir estas questões, uma vez que este trabalho cartográfico foi configurado com esta intenção. Chamamos à atenção, assim, para a FIGURA 21 MAPA "AREAS DE APROPRIAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONCENTRAÇÃO SIDERÚRGICA" (p. 145). Parte da bibliografia utilizada por este trabalho demonstra como a expansão do empreendimento siderúrgico mineiro utilizou a mediação do Estado Territorial, inclusive num momento aqui por nós denominado, com o apoio da bibliografia, de 'exploração intensiva de recursos naturais[178].

É possível inferir que estas características geo-econômicas de exploração de recursos naturais estão associadas à atual característica do mosaico de municípios do Estado de Minas Gerais conforme a FIGURA 24 "MAPA DE DISPARIDADES E DESIGUALDADES DO TERRITÓRIO - Estado de Minas Gerais" (p. 148).

Num capítulo denominado "a Gênese e Malhas do Território" Hervé THÉRY e Neli Aparecida de MELLO (2005) propõem um modelo de análise territorial que possa demonstrar a disparidade e dinâmicas do território brasileiro ao longo destes pouco mais de 500 anos. "[...] as malhas administrativas e políticas hoje vigentes levam a marca desta história [...]" (p. 32). Importantes fatores históricos levaram a situação do quadro atual das malhas político-administrativas internas do território nacional: ações portuguesas decorrentes das rivalidades

[178] Ver também, no capítulo quatro, as figuras 17, 18 e 19, pp.131-133, referente ao MAPA DE RECURSOS VEGETAIS (1980) que demonstra a política de intensiva exploração dos recursos dirigidas para o cerrado mineiro.

coloniais; ações políticas [territoriais] deliberadas e contínuas; dinamismo 'pioneiro' [das 'frentes pioneiras']; os conhecidos 'ciclos geo-econômicos': cana-de-açucar, pecuária, ouro [e outros minérios], drogas do sertão. Também são mencionadas as políticas territoriais praticadas pelas ações das Entradas e Bandeiras, as configurações de Capitanias Hereditárias e Sesmarias (posteriormente), de modo que:

> "[...]a organização atual do espaço brasileiro incorpora, por conseguinte, as heranças de sua história econômica, da gênese de sua economia, de sua sociedade, de sua estrutura de poder, ou seja, da construção de um espaço social [...] permanece ainda espaço para novas corridas, **quando um novo recurso**[179] aparecer aqui ou acolá, o que acontece freqüentemente [...]" (Hervé THÉRY e Neli Aparecida de MELLO, 2005, p. 44-45).

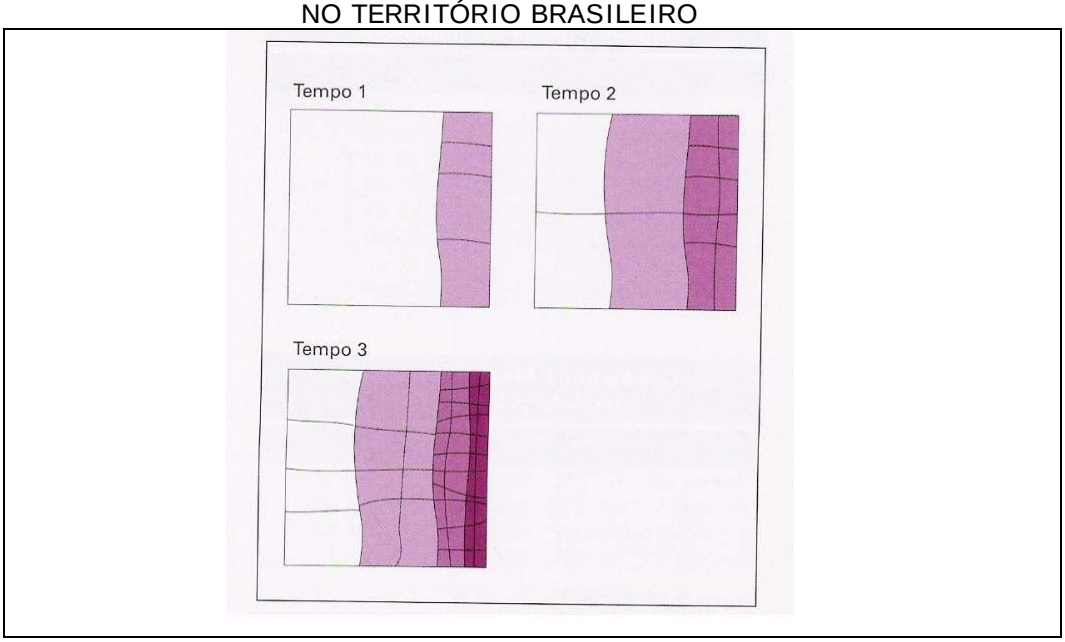
Segundo os autores mencionados acima, o significado geo-histórico da formação territorial brasileira é acompanhado de três princípios na configuração da malha político-administrativa: a liberdade (com a recorrência secular de que os municípios se formem a pedido de seus habitantes, segundo regras específicas e 'população mínima'); a desigualdade (na percepção de que as novas unidades se formam a partir do desmembramento das antigas a partir das interações desiguais entre aglomerações de um mesmo município, por exemplo); e a divisão já que as primeiras divisões acaba, por determinar, por conseguinte, unidades de dimensão desigual, entre as quais geralmente a menos povoada é também maior.

Esta dinâmica geral seria um padrão e uma tendência que a nosso ver é significativa não apenas pela forma mais pela evidência histórica de formação e sintoma de desigualdade que marca as

[179] Grifo nosso.

porções do espaço social conforme modelo proposto na figura XX a seguir:

FIGURA 45: MODELO DE DINÂMICA DE FORMAÇÃO DO MOSAICO DE MUNICÍPIOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO



FONTE: Hervé Théry e Neli Aparecida MELLO (2005). Adaptado por Nilo Lima.

O ‘modelo de dinâmica de formação do mosaico de municípios no território brasileiro’ mostra um padrão de expansão no território conforme o conceito ‘formação territorial brasileira’. Do litoral para o interior ou da região concentrada para o ‘fundo territorial’.

Há ainda uma questão pertinente a estes processos da dinâmica territorial brasileira e que conduz à discussão da malha

municipal e ao mesmo tempo à implementação da referência geográfica nas sociedades locais. Sobre elas há também que se fazer uma reflexão até mesmo porque é um ponto importante levantado pelo RCO no sentido do tema da 'experiência adquirida' que demonstrou que:

> [...] Há um **razoável conhecimento do território** pelas comunidades locais, gestores públicos, técnicos envolvidos em execução de políticas públicas, lideranças sindicais e associativistas que **dificilmente vai além da linha divisória do município** da qual fazem parte [...] Quando provocados por qualquer processo que envolva uma visão de conjunto que extrapole a divisa do município, passa a ser difícil o estabelecimento de um diálogo que possa ter como conseqüência um conjunto de idéias e estratégias para a construção de um projeto que envolva um programa de desenvolvimento. Em nosso caso, a situação se complica na medida em que falamos de um conjunto de ações que foram agrupadas em uma denominação, no mínimo diferente da que normalmente chega aos habitantes da região do Mosaico SVP [...] (RCO, p. 13).[180]

Uma questão que poderíamos de imediato levantar é porque a referência do município é a mais forte e a primeira que se apresenta. De um modo geral, a vida do cidadão é no município, isto é, na escala territorial mais próxima da população. Nos últimos anos houve uma expansão (divisão) do mosaico de municípios em todo o território brasileiro. Os motivos para isso podem ser muitos; um deles pertence à própria Constituição Federal, instituto da escala nacional que parece estimular, pelas facilidades, o evento da emancipação. No entanto, como lembrou Hervé THÉRY e Neli Aparecida de MELLO (2005) há o 'princípio da liberdade', recorrência secular de que os municípios se formem a pedido de seus habitantes, segundo regras específicas e 'população mínima'.

[180] Grifos nossos.

Este fenômeno também ocorreu na região Norte de Minas e se olhamos para a escala de maior detalhe, para a Microrregião de Januária-MG que abriga o Mosaico_SVP, os novos municípios desmembrados, muitos deles a partir de 1995-96, são até maioria numérica em relação aos municípios remanescentes.

Esta **dinâmica territorial** resultante da própria formação territorial brasileira articula no todo e na parte as dimensões da cultura, da política e do econômico e sua compreensão é indispensável para estabelecer caminhos para os propósitos de projetos territoriais como o Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas- Peruaçu na medida em que este Projeto tenta se impor como 'novidade' socioambiental com a estratégia de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação como política recebeu uma relativa expansão e adensamento tanto na estrutura do Estado como em meio à sociedade civil e isto foi verificado nesta pesquisa, principalmente em relação ao período mais marcante da internacionalização das políticas ambientais no Brasil que foi o momento dos antecedentes e a seqüência da CNUMAD (Rio de Janeiro/1992).

Em parte, este resultado se deve à configuração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) desenhado que foi nos longos dez anos de permanência como projeto de lei no Congresso Nacional, sua aprovação e promulgação foram acompanhadas de estruturação dos órgãos ambientais em todos os níveis de governo no território brasileiro.

O SNUC, vale lembrar, configura-se como o **conjunto** das unidades de conservação existentes no Território Brasileiro. As unidades de conservação, por sua vez, são definidas como “espaços territoriais e seus recursos ambientais”, definição que traz consigo uma gama de ações de políticas territoriais que são tipificadas a partir desta definição: *zoneamento*; *plano de manejo*; *zona de amortecimento*; *corredores ecológicos*; *mosaico de unidades de conservação*; *Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista* (DTBC).

Pudemos verificar em relação ao Norte de Minas Gerais - área do Grande Sertão Veredas, coberta pelo Cerrado brasileiro, pertencente à bacia do rio São Francisco, abrangida pelo Polígono da Seca e por uma rica e não menos conflituosa formação territorial - que nos interstícios institucionais as preocupações conservacionistas vêm ganhando algum amadurecimento. No entanto, também pudemos verificar os inúmeros reveses que a riqueza de biodiversidade e diversidade cultural vêm sofrendo no Cerrado, de modo que não se pode afirmar que há um nível mínimo aceitável de

segurança em relação aos propósitos conservacionista no Grande Sertão Veredas. Há muitas questões em aberto nesse sentido e acreditamos que a invisibilidade em relação à vida existente no Cerrado é responsável em parte por esta situação. Mas cabe dizer que esta verificação só é possível porque conta, hoje, com o parâmetro e a mediação dos propósitos do SNUC.

De um modo geral, os reveses nos propósitos ambientalistas estão relacionados a contradições entre forças que atuam e perfazem a própria formação territorial deste lugar que estudamos cabendo nisso a indicação de Wagner RIBEIRO (2004) de que uma das fontes de conflito numa **geografia política dos recursos** está em que a distribuição natural não corresponde à distribuição política. Justificativas desenvolvimentistas produziram inúmeras destruições provocando inclusive o desaparecimento de comunidades e culturas que se mostram mais harmônicas em relação ao Cerrado.

Acreditamos que o trabalho de pesquisa pode contribuir para abrir questões e caminhos. O **Diagrama da Biodiversidade** que propusemos como um ponto de vista, como uma parcela de verdade, como uma visão parcelar diferente da visão distorcida se faz necessária como mostra Norma Valêncio (2007) ao abordar o tema da produção social da inexistência em relação aos pescadores do rio São Francisco.

A desigual valoração em relação aos recursos, o desequilíbrio de poder da Divisão Territorial do Trabalho nos diferentes níveis de apropriação dos recursos naturais, o desequilíbrio de poder também da apropriação conceitual sobre a natureza e sociedade são temas para os quais urge negociação, debate, alternativas de caminhos. O

que pode quem atua no ‘nível da bioprospecção’? Qual o valor e a possibilidade dos responsáveis pelo ‘nível da conservação’? Como e quais são os recortes possíveis do ‘sub-nível da conservação com as classificações de áreas naturais no Brasil’? Quando e como separar e juntar nas proposições do ‘nível de categorias esféricas da natureza?

As políticas conservacionistas, na medida em que significam *zoneamento*; *plano de manejo*; *zona de amortecimento*; *corredores ecológicos*; *mosaico de unidades de conservação*; *Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista* (DTBC) *e Mosaicos de Unidades de Conservação* se propõem a ser um nova forma territorial, tanto mais nova onde houve quase quinhentos anos de imensos desequilíbrios de poder a ponto de aniquilar da memória comunidades e ambientes.

Nesse sentido ficam algumas questões ao Projeto de implantação do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico_SVP). E estas questões estão relacionadas tanto à escala local quanto à escala nacional deste processo. Diretamente, qual o papel que joga o Mosaico em relação às especificidades de alguns ambientes como por exemplo as lagoas marginais? E em relação aos problemas do rio São Francisco e de seus afluentes da margem esquerda do Norte de Minas Gerais? Como formar a identidade territorial, da nova territorialidade proposta, em relação aos habitantes da área coberta pelo Mosaico e de seu entorno? Porquê a comunidade do rio dos Cochos não está incluída na poligonal do Mosaico_SVP apesar do seu exitoso Programa de Recuperação da bacia hidrográfica deste afluente do rio São Francisco? Como reunir as contribuições no sentido do fortalecimento territorial do Programa do Mosaico_SVP?

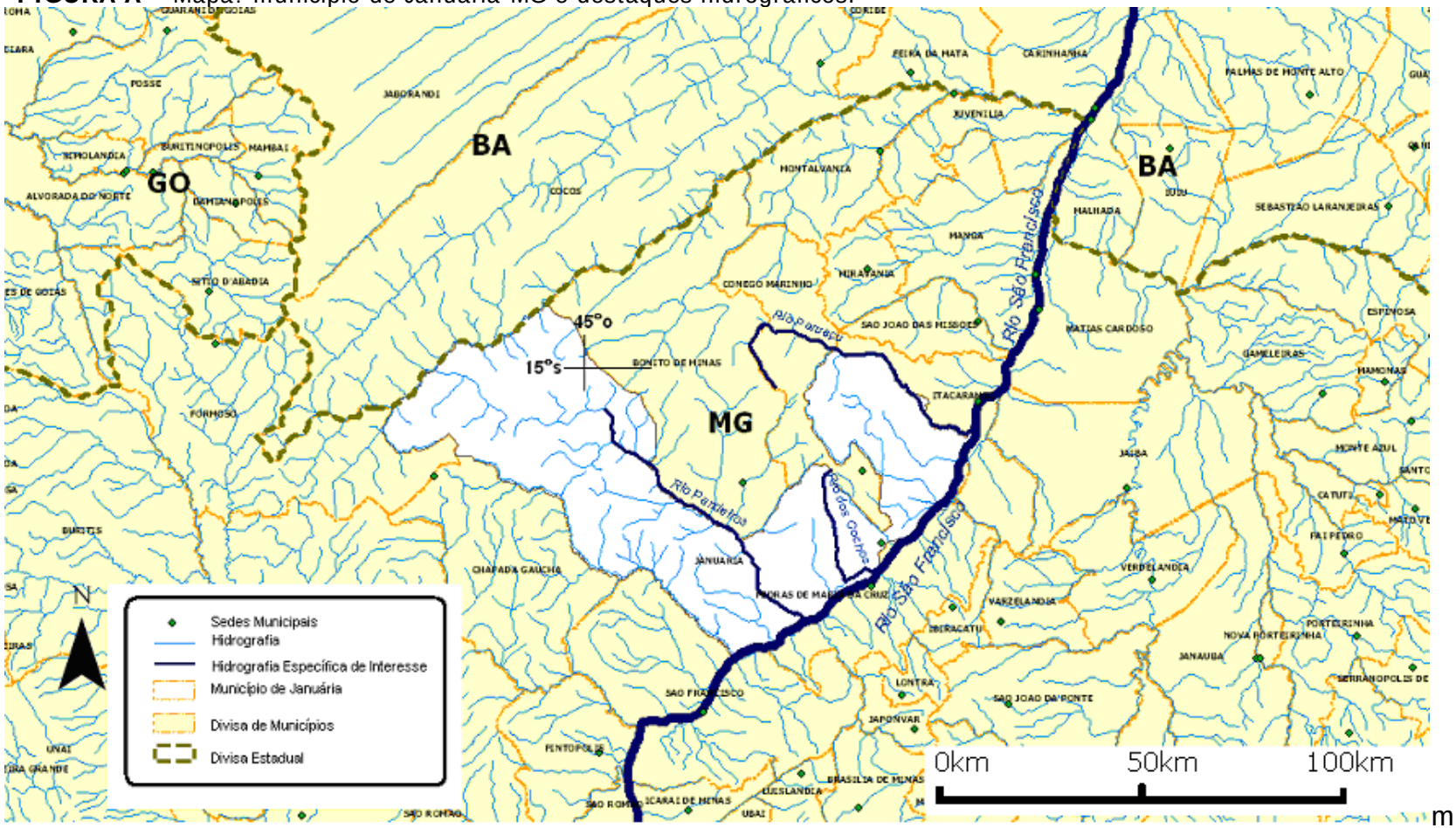
Considerando o alto grau de invisibilidade da vida social e ambiente do Cerrado se faz necessário produzir a densidade socioambiental das políticas conservacionistas e tal medida sugere a

ampliação do debate, da pesquisa, dos inventários, da cartografia, da negociação sobre os problemas e as virtudes do Grande Sertão Veredas.

SESSÃO ICONOGRÁFICA PORTAS DO SERTÃO

Destaca-se, no mapa abaixo, a área do município de Januária-MG que exerce centralidade na rede urbana da região. É por este município que se tem acesso aos demais municípios que contêm o Mosaico_SVP. Como *área de fundo* do território brasileiro, o Norte do Estado de Minas Gerais pode ser considerado um front do ponto de vista da região concentrada do sudeste brasileiro. A área nortemineira possui uma superfície coberta pelo domínio morfoclimático do cerrado e exibe significativos trechos de diversos ecossistemas como a mata seca (Floresta Estacional Decidual), veredas de buritis, matas de galerias e a complexidade e riqueza costumeira do que genericamente é denominado de cerrado. A região pode ser percebida como um mundo em transição porque há o encontro, ao mesmo tempo e lugar, de diferentes modos de vida e suas diferentes temporalidades e espacialidades. Na divisa entre os Municípios de Januária-MG e Pedras de Maria da Cruz - MG foi construída em 1996 a ponte de acesso à margem esquerda do rio São Francisco na região.

FIGURA A – Mapa: município de Januária-MG e destaques hidrográficos.



Fonte: bases cartográficas ISA e IBGE. Elaboração: Nilo Lima e Renata Salles (2008)

FIGURA B – Divisa de municípios a poucos metros de ponte sobre o rio São Francisco

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA c – Divisa de municípios entre Januária e Pedras de Maria da Cruz, em ponte sobre o rio São Francisco; automóveis, bicicleta e transporte animal em convivência.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA D – Divisa de municípios entre Januária e Pedras de Maria da Cruz, em ponte sobre o rio São Francisco.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA E - Ponte sobre o rio São Francisco entre Januária e Pedras de Maria da Cruz e um pescador em atividade com sua canoa.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

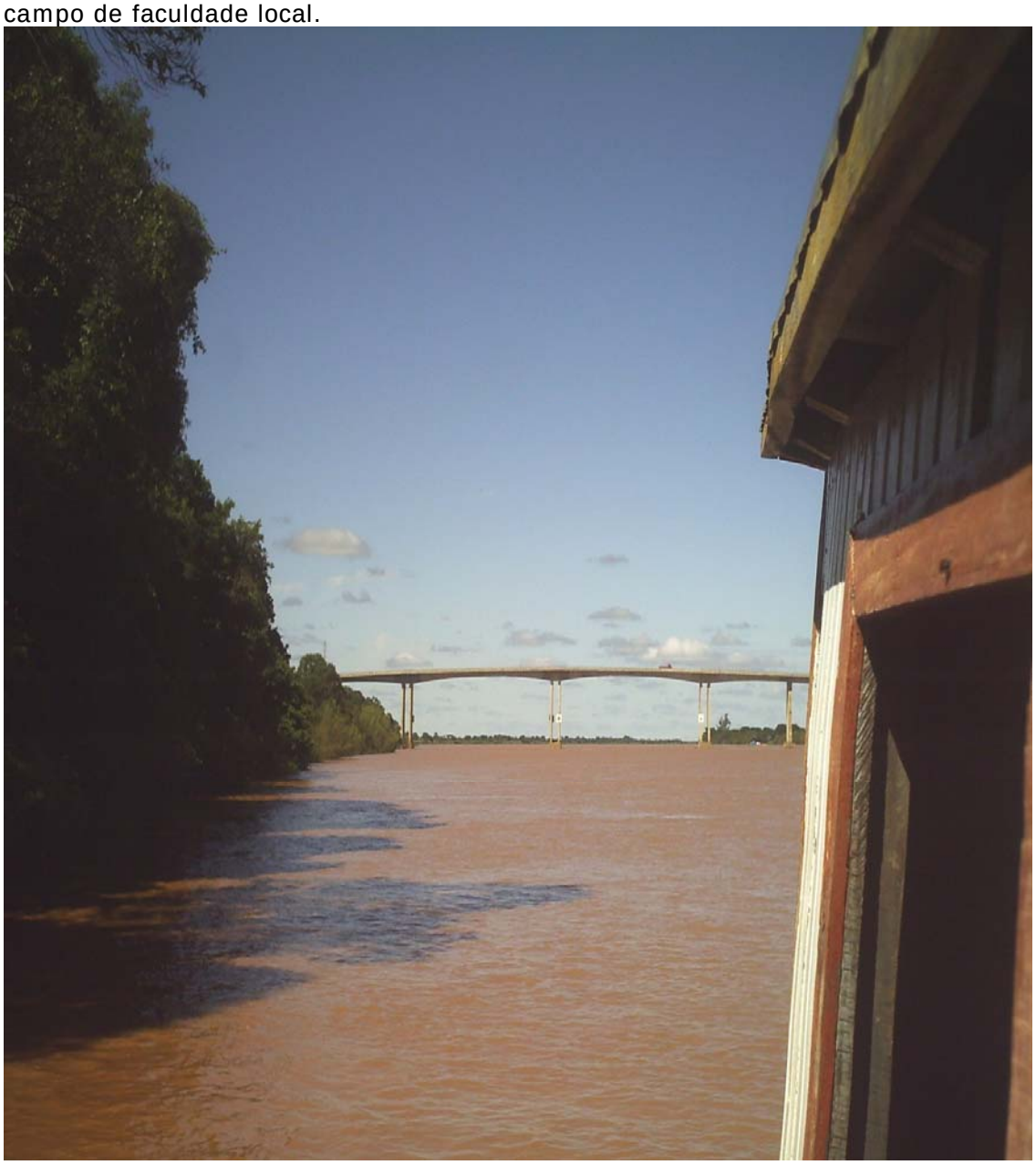
FIGURA F – Ponte sobre o rio São Francisco entre Januária e Pedras de Maria da Cruz onde se pode ver sinalização para navegação

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA G - Ponte sobre o rio São Francisco entre Januária e Pedras de Maria da Cruz onde se pode ver sinalização para navegação

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA H– Ponte sobre o rio São Francisco entre Januária e Pedras de Maria da Cruz a partir de barco utilizado para lazer, turismo e trabalho de campo de faculdade local.



Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA I – Município de Pedras de Maria da Cruz com praça à beira do Rio São Francisco.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA J– Município de Pedras de Maria da Cruz, à margem direita do Rio São Francisco.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA K– Município de Pedras de Maria da Cruz: ruínas de prédio comercial do século XIX.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA L– Município de Itacarambi-MG, ao norte de Januária, margem esquerda do Rio São Francisco, que sofreu o primeiro terremoto com vítima no Brasil, em 09/12/2007: aspecto de área central.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA M– – Município de Itacarambi: aspecto de área à margem do Rio São Francisco.

te: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

SESSÃO ICONOGRÁFICA JANUÁRIA-MG PORTA DE ENTRADA PARA A ÁREA DO MOSAICO_SVP.

As figuras a seguir mostram o município de Januária da atualidade. As primeiras, foram extraídas de imagens de satélite do programa *GOOGLE EARTH* (2005 e 2006). As imagens mostram a posição do município junto ao Rio São Francisco, margem esquerda. É possível observar a área de várzea que é ocupada por alguns usos no período de vazante e algumas ilhas que também são ocupadas por famílias vazanteiras.

Durante o período em que vivemos no Norte de Minas Gerais, segundo semestre de 2006, circularam propostas de transformar algumas destas ilhas fluviais ao longo do rio São Francisco em Reservas Extrativistas, uma categoria de unidade de conservação. Pudemos ouvir e conversar sobre este tema no Encontro do Povos do Rio São Francisco, em Januária, outubro de 2006. Também, anteriormente no Encontro nortemineiro de Agrobiodiversidade, que também ocorreu em Januária, no segundo semestre de 2006.

FIGURAS A, B, C e D

FONTE: *WEB*/*GOGLE EARTH*; extraído em março de 2008.

FIGURA E – Ponto extremo de ilha fluvial habitada, no rio São Francisco, entre as margens de Januária e Pedras de Maria da Cruz.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006

FIGURA G – Avenida São Francisco, beira-rio, em Januária-MG (direção rio acima).

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA F – Avenida São Francisco, beira-rio, em Januária-MG (direção rio abaixo).

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA H – Avenida São Francisco, beira-rio, em Januária-MG, uso noturno.

Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, 2008.

FIGURA I – Várzea em frente à Avenida São Francisco, beira-rio, em Januária-MG (direção rio abaixo).

FONTE: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA K – Várzea em frente à Avenida São Francisco, beira-rio, em Januária-MG (direção rio abaixo).

FONTE: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA J – Várzea em frente à Avenida São Francisco, beira-rio, em Januária-MG (direção rio acima). Antigo cais do porto.

FONTE: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, 2008.

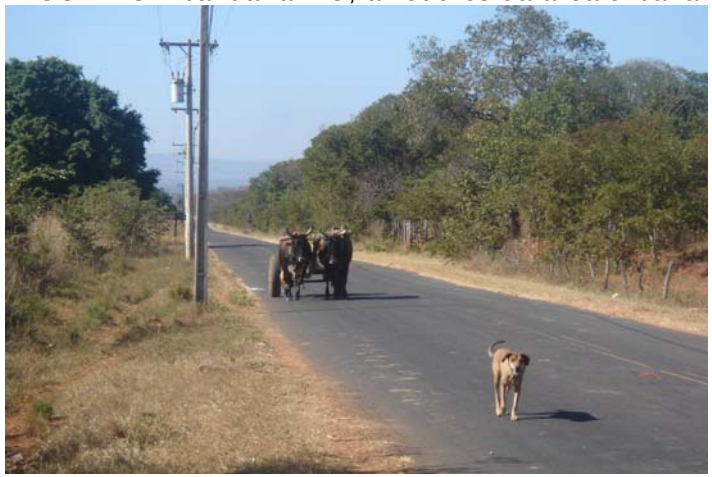
FIGURA L – Várzea em frente à Avenida São Francisco, beira-rio, em Januária-MG (direção rio acima).

FONTE: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

FIGURA M – Januária-MG, rua próxima à várzea do rio São Francisco.

Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, maio/2008.

FIGURA O – Januária-MG, arredores da área urbana.



Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, maio/2008.

FIGURA N – Januária-MG, a presença do carro de boi.

Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, maio/2008.

FIGURA P – Januária-MG, o carro de boi em área urbana.

Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, maio/2008.

FIGURAS Q, R, S, T – Januária-MG, ruas do centro da cidade onde é comum o comércio oferecer estacionamento para bicicletas.

Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, maio/2008.

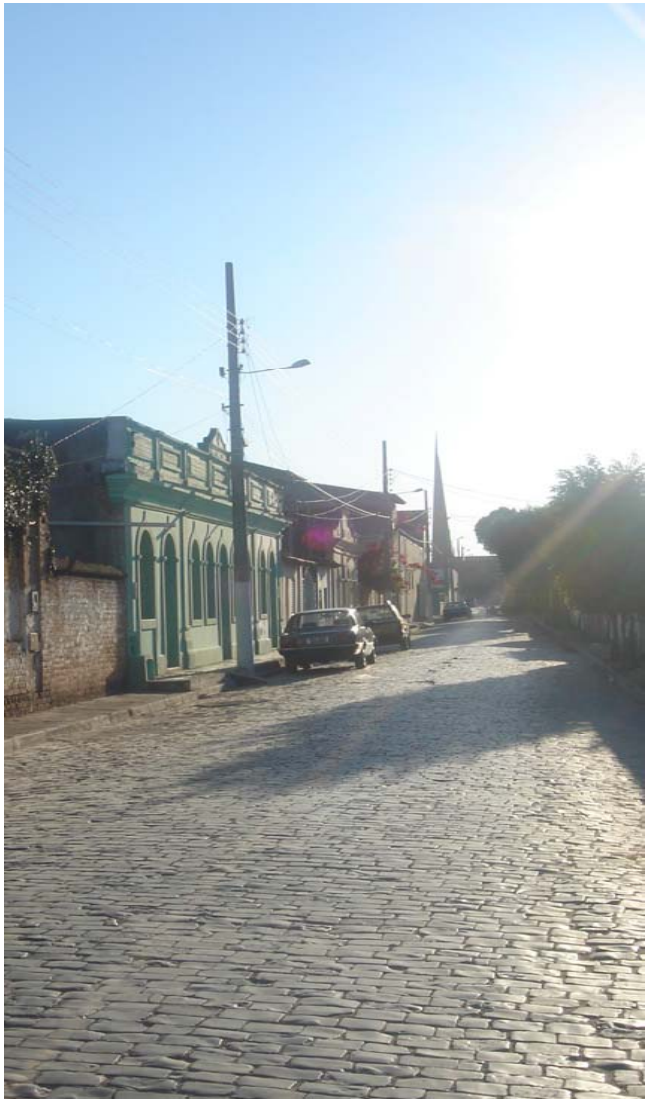
Fonte: fotografia Nilo Lims, Norte de MG, out/2006.

Fonte: fotografia Nilo Lims, Norte de MG, out/2006.

Fonte: fotografia Nilo Lims, Norte de MG, out/2006.

FIGURAS U, V – Januária-MG, ruas do centro da cidade onde ainda subsiste antigas habitações.

Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, maio/2008.



Fonte: fotografia de Lia Bittar, Norte de MG, maio/2008.

FIGURAS W, X, Y, Z – A feira do dia de Sábado, em Januária

Fonte: fotografias de Lia Bittar, maio de 2008.

FIGURA AA – Quiosques em praia fluvial de Januária - MG

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, segundo semestre de 2006.

FIGURA BB – Carregamento de cachaça para o estado da Bahia utilizando a hidrovia do rio São Francisco.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, segundo semestre de 2006.

FIGURA CC – Usos ainda atuais do rio São Francisco: canoas de pesca extrativista e exemplar de garça realizando troca de energia na cadeia trófica em área no município de Januária – MG.

Fonte: fotografia de Nilo Lima, Norte de MG, out/2006.

SESSÃO ICONOGRÁFICA APA PANDEIROS E PARNA CARVERNAS DO PERUAÇU

FIGURA A – Balnerários da APA PANDEIROS.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA B – Aspectos do Cerrado Mineiro.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA C

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA D – Habitantes das comunidades da APA Pandeiros.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008)

FIGURA E – Habitantes organizados em trabalhos como o beneficiamento de frutos do cerrado e casas de farinha e mandioca.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA F – Aspectos da *mata seca*.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA G – Pantanal nortemineiro, margem esquerda do rio São Francisco.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA H – Pantanal nortemineiro, margem esquerda do rio São Francisco.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA I – Veredas e Babaçus.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA J – Impactos verificados: erosão, assoreamento, queimadas, corte de mata.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

FIGURA K – Impactos verificados: queimada, carvoaria, desmatamento.

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Pandeiros Gibão/apresentação em power point/IEF-MG. Organizado por Nilo Lima (2008).

SESSÃO ICONOGRÁFICA RIO SÃO FRANCISCO

FIGURA A - Riacho seco (afluente do São Francisco), município de São Francisco-MG

Fonte: fotografia de J.S.Sobrinho (jul/2005).

FIGURA B - Canal de Irrigação do projeto de irrigação Salitre, Juazeiro- BA

Fonte: fotografia de J.S.Sobrinho (jul/2005).

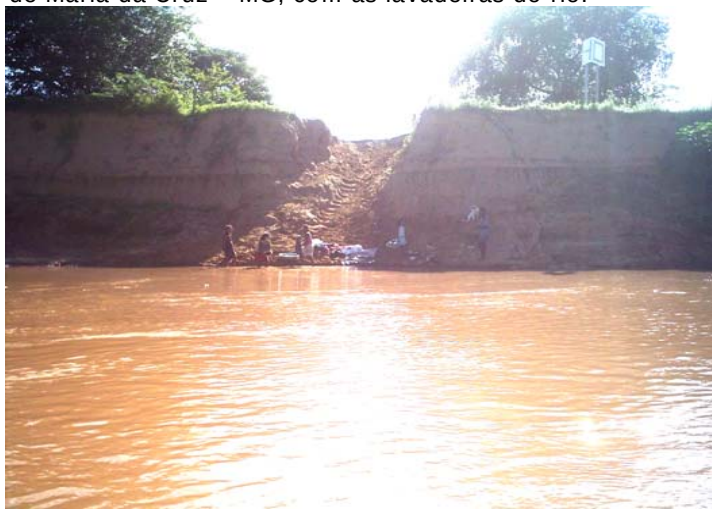
FIGURA C – Margem direita do rio São Francisco, em Pedras de Maria da Cruz – MG, com habitações.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006)

FIGURA D – Margem direita do rio São Francisco, em Pedras de Maria da Cruz – MG, com habitações.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA E – Margem direita do rio São Francisco, em Pedras de Maria da Cruz – MG, com as lavadeiras do rio.



Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA F – Margem direita do rio São Francisco, em Pedras de Maria da Cruz – MG, com as lavadeiras do rio.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA G – Meninos de família vazanteira oferecendo produtos da vazante.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA H – Margem direita do rio São Francisco, em Pedras de Maria da Cruz – MG, com habitações.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA I – Equipento de captação de água direto do rio São Francisco, sem tratamento, para habitações em Pedras de Maria da Cruz-MG.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA J – Margem direita do rio São Francisco, em Pedras de Maria da Cruz – MG, com habitações.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA K – Cães mantidos por famílias em ilha fluvial do rio São Francisco entre Januária-MG e Pedras de Maria da Cruz-MG.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA L - Cultivos mantidos por famílias em ilha fluvial do rio São Francisco entre Januária-MG e Pedras de Maria da Cruz-MG.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA M – Pescador em atividade entre Pedras de Maria da Cruz-MG e Januária-MG.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA N – Equipamento da Agência Nacional de Águas entre entre Pedras de Maria da Cruz-MG e Januária-MG, na margem do rio São Francisco.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA O – Estudantes de Geografia da Faculdade Ceiva (Januária_MG) realizando trabalho de campo de hidrogeografia em praia do rio São Francisco entre Pedras de Maria da Cruz-MG e Januária-MG.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA P - Estudantes de Geografia da Faculdade Ceiva (Januária_MG) realizando trabalho de campo de hidrogeografia embarcando em praia do rio São Francisco em Januária-MG.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA Q – Rio São Francisco entre Pedras de Maria da Cruz-MG e Januária-MG.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA R – Caiaques, um lazer ainda pouco praticado nestas áreas.

Fonte: Fotografia de Nilo Lima (out de 2006).

FIGURA S - Estudantes de Geografia da Faculdade Ceiva (Januária_MG) e professores realizando trabalho de campo de hidrogeografia no rio São Francisco em Januária-MG.

Fonte: Fotografia de outubro de 2006, autor não conhecido.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib e MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita (Orgs.) – *Previsão de Impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul. Experiências no Brasil, Rússia e na Alemanha*. São Paulo. EDUSP, 2002.

ALBAGLI, Sarita – *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília-DF. IBAMA, 1998

ANDERSON, Benedict (Org.) – *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro-RJ. Contraponto, 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de – *Geopolítica do Brasil*. Campinas-SP. PAPIRUS, 2001.

BECKER, Bertha K. – "Tendências e transformações do território no Brasil. Vetores e circuitos", In: *Território/LAGET/UFRJ* – vol.1, nº 02 (jan./jun. 1997) – Rio de Janeiro: Relume-Dumará. P.05-47, 1996.

_____- "A geografia e o resgate da geopolítica", In: *Revista Brasileira de Geografia* – nº 50, número especial, t.2, 99-125, 1988.

BENATTI, José Heder – *Ordenamento territorial e proteção ambiental: aspectos legais e constitucionais do zoneamento ecológico-econômico*. WEB (www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual), s/d.

BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães - *APA do Rio Pandeiros: espaço, território e atores*. UFF. Seminário de Campos Temáticos 2007 (Turma de Doutorado 2006), de 26 a 29 de novembro de 2007.

BLIJ, Harm J. de – *Systematic political geography*. Nova York, Londres e Sidney. John Wiley & Sons, Inc, 1967.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos – "Sociedade civil: sua democratização para a reforma do estado", in: BRESSER PEREIRA et alli (orgs.) – *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo (UNESP); Brasília (ENAP), 1999.

CHAGAS, Ivo das – Eu sou o cerrado, In: RODRIGUES, Lucilene e MAIA, Claudia (orgs.) – *Cerrado em perspectiva.* Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2003.

CHAUI, Marilena – *Política em Espinoza*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

COELHO, Marco Antônio Tavares – *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Paz e Terra, 2005

COSTA, Wanderley Messias da – *Geografia política e geopolítica:*

discursos sobre o território e o poder. São Paulo. HUCITEC/EDUSP, 1992.

_____- *O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo*. Contexto, 1988.

_____- *Subsídios para uma política nacional de ordenamento territorial* – São Paulo. Departamento de Geografia/USP, (mimeo) 2003.

COUTINHO, Marília – Reflexões *acerca da estrutura de conhecimento ecológico: representações de natureza e representações de sociedade*. Tese de doutoramento apresentada ao Dep. de Sociologia FFLCH-USP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos – *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo : NUPAUB, 1994

DINIZ, Domingos – O sertão do São Francisco e, nele, o cerrado e o vaqueiro, In: RODRIGUES, Lucilene e MAIA, Claudia (orgs.) – *Cerrado em perspectiva.* Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2003.

DUARTE, Ana Tereza Sotero – *O ordenamento territorial como base para uma nova política de desenvolvimento regional para o semi-árido.* Brasília – DF – Consultoria Legislativa/Estudo/Câmara dos Deputados, Fevereiro de 2002.

DIAS, Reinaldo – *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo. Atlas, 2003.

DOMINGUES, Ângela - Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.VIII (supplement), p. 823-38, 2001.

DUMÉNIL, Gerard e BIDET, Jacques - *Le Monde Diplomatique Br*asil. Um novo marxismo para um novo mundo: a ordem social moderna comporta não uma, mas duas forças sociais dominantes: ao mundo dos “capitalistas” articula-se o dos gestores privados e públicos. É a essas duas forças que se deve opor o conjunto das “classes fundamentais populares”

ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial. Decreto 48.766 que institui o Programa de Gestão Compatilhada de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP’s, aprova modelo –padrão do Termo de Parceria e dá providências correlatas, 30 de junho de 2004.

FERREIRA, Leila da Costa – *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo. Boitempo. 1998.

FRANÇA, Ary – *A ilha de são sebastião: estudo de geografia humana* – tese de concurso à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951.

FURLAN, Sueli Ângelo e José Bueno CONTI – Geoecologia: o clima, os solos e a biota, In: ROSS, J. L. S. (org.) – Geografia do Brasil. São Paulo. EDUSP. (pp. 67-208). (1a. ed. 1996) 2005.

GOLDEMBERG, José – “Um plano de ação para Johannesburg”, In: *Revista Política Externa* – vol.11. Nº 01 – jun./jul./ago. Pp. 90-96, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto – “As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do norte de Minas”, In: LUZ Cláudia e DAYRELL, Carlos (Orgs.) – *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade.* Montes Claros-MG. Max Gráfica e Editora Ltda, 2000.

HAESBAERT, Rogério – *O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro-RJ. BERTRAND BRASIL, 2004.

HARNECKER, Marta – *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. Buenos Aires : Siglo Veintiuno Editores, 1971

HOFFMANN, Helga – “Tudo o que existe sob o sol e mais além: rumo à ECO 2002”, In: *Revista Política Externa* – vol.11. Nº 01 – jun./jul./ago. Pp. 97-127, 2002.

JAMEL, Carlos Eduardo Goes - *Infogeo* – ano 09 – Nº 49 – jul/ago 2007.– Multiplicidade de critérios ambientais: o uso da avaliação multi-critério em planos de manejo de unidades de conservação. pp. 30-31.

JORNAL. O Estado de São Paulo. NOVAES, Washington – *Uma política para o capital natural.*A2 Espaço Aberto, 06 de maio de 2006.

KELECOM, Alphonse e BERNADO, Cristiane – *Análise crítica da lei do sistema nacional de unidades de conservação da natureza*. (WEB), s/d.

KRUKOSKY, Wilson R. M. – *Fronteiras e limites*. (WEB). 30 de agosto de 2005.

LE PRESTRE, Philippe – *Ecopolítica internacional*. São Paulo. SENAC, s/d.

LEIS, Hector R. (Org.) – *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro-RJ, Vozes: FASE, 1991.

LEFF, Henrique – “A reapropriação social da natureza”, In: LEFF, Henrique – *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.* Petrópolis-RJ. VOZES, 2001.

_____ - *Epistemologia ambiental.* São Paulo. Cortez, 2002

LEONEL, Mauro – “Biossociodiversidade: preservação e mercado, In: Wagner Costa RIBEIRO (Org.) - *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo. EDUSP., (pp. 443-465) 2003.

LIMA, Nilo – “Geografia Política, elementos de áreas protegidas e questões do processo de ordenamento territorial federal”, In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, – Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

_____ - “Princípios e elementos de geografia política aplicados às questões ambientais”, In: Anais do 14º Encontro Nacional de Geógrafos, UFAC – Rio Branco-AC. 2006.

LERNER, Lucy Claudia – Políticas públicas de implementação da convenção da diversidade biológica no Brasil: o caso do Baixo Juruá. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação

em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre pelo curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo. 2008.

LITTLE, Paul E. (org.) – *Políticas ambientais no Brasil*. Brasília - DF. Editora Peirópolis, 2003.

LUZ Cláudia e DAYRELL, Carlos (Orgs.) – *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade.* Montes Claros-MG. Max Gráfica e Editora Ltda, 2000.

NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do – *Direito ambiental internacional*. Rio de Janeiro-RJ. Thex Ed., 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme – *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo. MALHEIROS EDITORES LTDA, (1ª ed. 1982) 1999.

MALTEZ, José Adelino – *Princípios de ciência política*. Coimbra-Portugal. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996.

MAPA. MINAS GERAIS, Governo do Estado do Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretaria de Estado da Agricultura. **Levantamento integrado de recursos naturais** da região Noroeste de Minas Gerais/MAPA DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO PARA CULTURAS/PROJETO PLANOROESTE II, escala 1:1.000.000, colorido, 1980.

MAPA. MINAS GERAIS, Governo do Estado do Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretaria de Estado da Agricultura. **Levantamento integrado de recursos naturais** da região Noroeste de Minas Gerais/MAPA DE RECURSOS VEGETAIS/ PROJETO PLANOROESTE II, escala 1:500.000, colorido, 1980.

MAPA. MINAS GERAIS (Estado). *Distribuição das Unidades de Conservação no Estado de Minas Gerais*. Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Escala 1:3.000.000, 11 de agosto de 2000.

MARRAMAO, Giacomo – *Poder e secularização: as categorias do tempo*. São Paulo. Ed. da UNESP, 1995.

MARTIN, André Roberto – *As fronteiras internas e a questão regional no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 1993.

MELLO, Neli Aparecida de – *Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento, 1970-2000.* Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia –FFLCH –USP, 2002.

MENDONÇA, Francisco – "Geografia socioambiental", In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. Nº 16. pp. 139-158, 1º semestre/2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert – *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo. HUCITEC, (1ª ed. 1994) 2002.

_____- “Isolamento, capitalismo e participação”. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo. AGB, p. 33-44, 2001.

_____ - *Território e história no Brasil.* São Paulo. HUCITEC, 2002.

_____ - *Capitalismo, geografia e meio ambiente.* Tese inédita para obtenção de título de Livre docente. Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 2000.

MÜLLER, Pierre – *Les politiques publiques*. Paris-France. Cesses Universitaire de France, 1990.

MUÑOZ, Emílio – *Biotecnologia y sociedad : encuentros y desencuentros*. Madri. Cambridge University Press/Organización de los Estados Iberoamericanos, 2001.

O’CONNOR, James – “Es possible el capitalismo sostenible?”, In: ALIMONDA, Héctor (Org.) – *Ecologia Política: naturaleza, sociedade y utopia*. Buenos Aires-Argentina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

PADOVAN, Maria da Penha – *Certificação de Unidades de Conservação*. São Paulo. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica, 2003.

PATTERSON, J. H. – *Terra, trabalho e recursos*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1975.

PEREIRA, Paulo Afonso Soares – *Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres*. Porto Alegre-RS. AGE Ed., 2000.

PERIÓDICO. *Revista Com Ciência Ambiental*. “Conhecimento sem reconhecimento: atraso na vida das Populações Tradicionais e ao país”. Ano 01. Nº 01, pp. 50-59, julho de 2006.

POMPEU, Paulo dos Santos e GODINHO, Hugo Pereira - “Ictiofauna de três lagoas marginais do médio São Francisco”, In: *Hugo P. GODINHO (et al.) - Agua, peixes e pescadores do São Francisco das minas gerais*. Belo Horizonte. PUC-MG, 2003.

POULANTZAS, Nicos – *O estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro. Graal, 1985.

RAFFESTIN, Claude – *Por uma geografia do poder*. São Paulo. Ática. (1ª.ed. 1980), 1993.

RATTNER, Henrique – “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; o mundo na encruzilhada da história”, In: *Revista Política Externa* – vol.11. Nº 02 – set./out./nov. Pp. 113-121, 2002.

RIBEIRO, Wagner Costa – *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001.

_____ - *Geografia política da água*. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Geografia. FFLCH-

USP, 2004.

_____ - “O Brasil na ordem ambiental internacional”, In: Wagner Costa RIBEIRO (Org.) - *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo. EDUSP, (pp. 601-619), 2003.

_____ - “Diversidade territorial e produção do espaço”, In: *Boletim de Geografia Teorética* – 22 (43-44), Rio Claro-SP, p. 382-386, 1992.

_____ - “A globalização não é tão global como se divulga por aí...”, In: *Jornal da AGB* – Presidente Prudente, p.02, 1995.

_____ - “O patrimônio ambiental brasileiro”, In: *Jornal Folha de São Paulo*, OPINIÃO/seção Tendências e Debates, p. 02, 06/06/1997.

ROCHA, Márcio Mendes – *A novidade dos que chegam e o rompimento dos que estão:populações, meio ambiente e uma nova diretriz para o desenvolvimento.* (WEB), s/d.

RODRIGUES, Luciene e MAIA, Claudia (orgs.) – *Cerrado em perspectiva.* Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2003.

RODRIGUES, Luciene – Formação econômica do norte de minas e o período recente (pp 105-172), In: OLIVEIRA, Fábio Martins de [et. al.] – *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000.

RÖPER, Monika – *A área de proteção ambiental brasileira: instrumento de demagógico ou palco de experiências inovadoras?.* (WEB – www.participando.com.br). Centro de Estudos Latinoamericanos/Universidade Católica de Eichstätt, Alemanha, 08/02/2001

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) – *Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

_____ (org.) - *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Laymert Garcia dos – “A desordem da nova ordem: aceleração tecnológica e ruptura do referencial”, In: VIANA (et. al.) (Orgs.) – *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil.* Ed. Fundação Perseu Abramo, s/d.

SANTOS, Milton – *Espaço e sociedade*. Petrópolis-RJ. Ed. VOZES, 1979.

_____ - “Globalização e redescoberta da natureza’, *In: Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico científico informacional.*São Paulo. HUCITEC, 1994.

_____ - A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo. EDUSP, (1ª ed. HUCITEC 1996) 2004.

SANTOS, Milton e Maria Laura SILVEIRA – *O Brasil: território e*

sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo. RECORD, 2001.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. *Atlas ambiental do município de São Paulo*: *o verde, o território, o ser humano: diagnóstico e bases para a definição de políticas públicas para as áreas verdes do município de São Paulo.* São Paulo. SVMA, 2004.

SÃO PAULO (cidade). DOCUMENTO. *Plano Diretor Regional: Parelheiros*. São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental*. Reservatório Billings: manejo do território e qualidade ambiental*. São Paulo. SMA/CPLEA, 2004.

SHIVA, Vandana – *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo. Gaia, 2003.

_____ - *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis-RJ. Editora VOZES, 2001.

SILVA, Benedito Albuquerque da – *Contabilidade e meio ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais*. São Paulo. FAPESP/ANABLUME, 2003.

SMITH, Neil – *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. BERTRAND BRASIL S. A., 1988.

SPINOZA – *Tratado político* – Rio de Janeiro-RJ. Ed. Tecnoprint S. A., s/d.

SOBRINHO, José de Sousa – *Brejos da Barra-BA: comunidades camponesas no processo de desenvolvimento no Vale do São Francisco.* Dissertação apresentada ao Dep. de Geografia/FFLCH/USP. 2006.

SWARBROOKE, John – *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.* Vol I. São Paulo. ALEPH, 2000.

THERBORGH, John (et. al) – *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba-PR. Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

THÉRY, Hervé e Neli Aparecida de MELLO – *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo. EDUSP, 2005

TOLEDO, Carlos de Almeida – *A região da Lavras Baiana*. Tese de Doutoramento apresentada ao Dep. de Geografia/FFCLH/USP. 2008.

VEINER, Carlos B. – Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional, in: MARGULIS, Sérgio – *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Rio de Janeiro, IPEA. Brasília, IPEA/PNUD, 1990.

VALÊNCIO, Norma – *Pescadores do Rio São Francisco: a produção*

social da inexistência. São Carlos - SP: Ed. RIMA, 2007.

VALÊNCIO, Norma (et. al.) – a precarização do trabalho no território das águas: limitações atuais ao exercício da pesca profissional no alto-médio São Francisco, In: *Hugo P. GODINHO (et al.) - Agua, peixes e pescadores do São Francisco das minas gerais*. Belo Horizonte. PUC MINAS, 2003.

VIANA, Veridiana Mendes Figueiredo Cristofolo - *Estudo hidrogeoquímico das veredas do rio do formoso no município de Buritizeiro, Minas Gerais*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geologia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. 2006

VILLANUEVA, Luis F. Aguilar (Org.) – *Problemas públicos y agenda de gobierno*. México. Ed. Miguel Angel Porrúa, 2000

WEIGAND JR, Ronaldo – *O que é desenvolvimento territorial de base conservacionista.* Texto extraído do Grupo de Mensagens (mosaico-svp@yahoogrupos.com.br) Projeto Mosaico de Unidades de Conservação Veredas-Peruaçu, em 14/09/06. Versão preliminar de 12/04/2005.